

COLECCÃO DE OBRAS CLÁSSICAS
DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

José Joaquim de Azeredo Coutinho

ENSAIO ECONÓMICO
SOBRE O COMÉRCIO DE PORTUGAL
E SUAS COLÓNIAS

1794

BANCO DE PORTUGAL

**ENSAIO ECONÓMICO
SOBRE O COMÉRCIO DE PORTUGAL
E SUAS COLÓNIAS**

Colecção de Obras Clássicas
do Pensamento Económico Português

3

JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO

**ENSAIO ECONÓMICO
SOBRE O COMÉRCIO DE PORTUGAL
E SUAS COLÓNIAS**

Introdução e Direcção de Edição
Jorge Miguel Pedreira

Lisboa • Banco de Portugal • 1992

COLECCÃO DE OBRAS CLÁSSICAS DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

A *Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português* é uma iniciativa editorial que visa possibilitar um mais fácil contacto, quer do público em geral, quer dos estudiosos das áreas das ciências sociais e humanas em particular, com obras desde há muito esgotadas ou com textos apenas disponíveis em forma manuscrita. Pretende-se com esta *Colecção* proporcionar um melhor conhecimento dos autores que no passado construíram as suas interpretações e análises sobre a realidade económica e social portuguesa.

Trata-se de um projecto cuja duração prevista é de cinco anos, ao longo dos quais se procederá à edição, a um ritmo de quatro volumes por ano, de obras escritas ou originalmente publicadas entre 1750 e 1850. Cada obra terá um director de edição que se encarregará da elaboração de um estudo introdutório, de anotações críticas e de índices remissivos.

Concepção e realização: **CISEP** (Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).

Coordenador Geral: **José Luís Cardoso.**

Consultor Principal: **Manuel Jacinto Nunes.**

Patrocínio Financeiro: **Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian.**

1. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas.* Tomos I a V (1789-1815).

Direcção de edição: José Luís Cardoso.

2. Joaquim José Rodrigues de Brito, *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal*. Tomos I a III (1803-1805).

Direcção de edição: José Esteves Pereira.

3. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias* (1794)

Direcção de edição: Jorge Miguel Pedreira.

Próxima obra a editar:

4. M.J.R., *Economia Política* (1795)

Direcção de edição: Armando Castro.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO. Jorge Miguel Pedreira	XI
ENSAIO ECONÓMICO SOBRE O COMÉRCIO DE PORTUGAL E SUAS COLÓNIAS	
Dedicatória	5
A quem ler	11
Parte I Dos interesses que Portugal pode tirar das suas colónias do Brasil	13
Cap. I Dá-se uma breve ideia da grande fertilidade do Brasil; do muito gado, principalmente vacum, que produzem aqueles campos, e da muita abundância dos peixes daquelas costas	13
Cap. II Portugal pelo grande supérfluo que tem, e pode ter das suas colónias, deve necessariamente promover o comércio da navegação	26
Cap. III Portugal não pode ter uma grande marinha, ou seja de guerra, ou de comércio, sem ter muitas pescarias	34
Cap. IV As pescarias são o meio mais próprio para civilizar os índios do Brasil, principalmente os que habitam junto às margens dos grandes rios, ou do mar	38

Cap. V	Os índios do Brasil são muito capazes de servir não só na marinha de comércio, mas também na de guerra	46
Cap. VI	Dá-se uma breve notícia do estado actual dos índios ouetacazes, nossos mais bravos, e fiéis aliados desde a província dos campos dos ouetacazes até às Minas Gerais	62
Cap. VII	Portugal pode ter uma grande marinha de guerra sem muitas despesas, nem muito risco, e sem causar desconfiança às outras nações.....	67
Cap. VIII	Para se fazerem os navios de guerra e de comércio de Portugal por um preço mais cómodo, e mais barato, é necessário que o comércio das madeiras de construção no Brasil seja livre a todos os nacionais, e proibida a exportação delas para os estrangeiros, ou sejam em bruto, ou fabricadas	71
Cap. IX	Para se adiantar o comércio das madeiras do Brasil, é necessário que se extingam os direitos, que delas se pagam de entrada neste reino	77
Parte II	Sobre os interesses que Portugal pode tirar das suas colónias nas três partes do mundo	83
Cap. I	Portugal, pela situação dos seus estabelecimentos nas três partes do mundo, pode fazer relativamente o comércio o mais activo, e o mais vantajoso de todas as nações da Europa	83
Cap. II	Portugal quanto mais dever às suas colónias, tanto será mais rico	97
Cap. III	As colónias de Portugal quanto lhe forem mais credoras, tanto lhe serão mais ligadas, e mais dependentes.....	99
Parte III	Sobre os interesses de Portugal para com as outras nações.....	103
Cap. I	As fábricas de luxo não são convenientes a Portugal .	103
Cap. II	Portugal pela situação dos seus Estados em todas as quatro partes do mundo, pode ser uma das potências marítimas mais respeitáveis do mundo	109
Cap. III	A neutralidade de Portugal é muito interessante a todas as nações marítimas	116
	MEMÓRIA SOBRE O PREÇO DO AÇÚCAR	121
	Indice Onomástico	131
	Indice Geográfico e Toponímico	133
	Indice Temático	137

INTRODUÇÃO

Jorge Miguel Pedreira

I

Na segunda metade do século XVIII, quando os acontecimentos da Revolução Americana de 1776 ainda não tinham tornado absolutamente evidentes as dificuldades no relacionamento entre metrópoles e domínios ultramarinos, alguns autores abordavam já a questão colonial em novos termos. Na sua perspectiva, as possessões não podiam continuar a ser consideradas simplesmente como mais uma entre as fontes da riqueza das nações, depois da agricultura, das manufacturas, da pesca ou do comércio, como até então era frequente na literatura sobre temas económicos. Em alguns textos de Quesnay, e nas obras de Turgot, de Josiah Tucker e, principalmente, na *Histoire Philosophique et Politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*, do abade Raynal¹ são questionadas, ainda que de diferentes pontos de vista, as vantagens económicas da colonização e chega a ser posto em causa o próprio direito de colonizar².

¹ Francois Quesnay, no *Tableau Économique* (1758) e noutros escritos, contesta as vantagens do regime de exclusivo, associado à posse de colónias; o mesmo fazia Turgot, no *Éloge de Gournay* (1759). Esta argumentação foi acolhida pelo abade Guillaume de Raynal na sua *Histoire Philosophique et Politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*, 4 vols., 1770, especialmente na segunda edição publicada em Genebra, em 1780. Também Josiah Tucker apreciara negativamente o sistema colonial do ponto de vista britânico em *Considerations upon American Colonies* (1770) e *The True Interest of Great Britain Set Forth with regard to Colonies* (1774).

² Acerca das novas perspectivas sobre a questão colonial, v. Marcel Merle, *L'Anticolonialisme européen de Las Casas à Marx*, Paris, 1969 e Michel Devèze, *L'Europe et le Monde à la fin du XVIIIe siècle*, Paris, 1970, pp. 595-606; v. também Fernando

A revolução que conduziu à independência das treze colónias inglesas da América do Norte e à formação dos Estados Unidos, as primeiras revoltas separatistas em Nova Granada e no Brasil e a insurreição na colónia francesa de São Domingos (Haiti) vieram conferir uma extrema actualidade à questão colonial no último quartel do século XVIII, tanto mais que - em virtude da sua conexão com o problema da escravatura - acabava por estar no âmago dos grandes debates filosóficos e ideológicos do tempo, acerca da humanidade e dos direitos do homem. É neste momento, em que o tratamento, nos planos económico, político e ideológico, dos vínculos entre metrópoles e colónias reclamava, um pouco por toda a parte, a atenção dos governantes, intelectuais, comerciantes e dos próprios habitantes das colónias, que surgia, em Portugal, com a obra de José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, a primeira reflexão geral, nos novos moldes, sobre o tema. É uma reflexão fundamentalmente económica, que, não aderindo no essencial às propostas mais recentes, é permeada por elas, considera-as e critica-as.

Desdobra-se, esta contribuição, por quatro trabalhos, publicados entre 1791 e 1804. A «Memória sobre o preço do açúcar» e o *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias*³ formam, com o *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil* e a *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa de África*⁴, o núcleo fundamental da obra de Azeredo Coutinho. São textos com estatutos diferentes: da memória de pendor alvitrista ao panfleto justificativo do tráfico negreiro, passando pelo ensaio programático com propósitos políticos e analíticos mais gerais. Mantêm, contudo, uma certa unidade, que lhes é atribuída pelos temas - como pano de fundo, estão sempre as necessidades da economia brasileira inserida no império colonial português -, pelas posições, pelos argumentos, pelo próprio processo de elaboração. O *Ensaio Económico*, que terá sido

A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo, 4ª ed., 1986, pp. 144-158, em que se passam em revista as posições económicas e filosóficas do iluminismo setecentista, e em especial as de Raynal, sobre o problema das colónias.

³ Nas três edições que conheceu em língua portuguesa, o *Ensaio Económico* foi sempre impresso com a *Memória sobre o preço do açúcar*, que fora inicialmente incluída no terceiro volume das *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* e que se acha, por isso, já editada na Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português. Optou-se, assim mesmo, por manter a tradição de publicar os dois textos em conjunto. Adoptou-se como critério de edição não introduzir a tradução das longas citações que Azeredo Coutinho faz, em nota, de obras francesas na língua original por se entender que, uma vez que elas se destinam apenas a confirmar as posições defendidas no texto, tal não se justificaria.

⁴ *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil*, Lisboa, Impressão Régia, 1804 e *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa de África*, Lisboa, 1807, publicada inicialmente em francês, em Londres, sob o título *Analyse sur la justice du commerce de rachat des esclaves de la côte d'Afrique*, Baylis, Londres, 1798.

pelo menos em parte esboçado antes da impressão da *Memória*, estaria mesmo destinado a constituir com o *Discurso* um mesmo e único trabalho⁵.

Este conjunto de livros e opúsculos, em que se exprimem, sem variações significativas, as concepções políticas, sociais e económicas de Azeredo Coutinho, conheceu uma ampla divulgação em Portugal e no estrangeiro, suscitando, durante mais de trinta anos, controvérsias, debates e reflexões. O *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias* estava destinado a tornar-se um dos textos em língua portuguesa sobre temas económicos e políticos que maior difusão teve nos finais do século XVIII e no princípio do século XIX. Para além de três edições portuguesas (de 1794, 1816 e 1828), foi publicado em inglês (em 1801, 1806 e 1807), alemão (em 1801 e 1808) e francês (em 1803⁶), e as teses que apresentou foram debatidas em algumas importantes publicações periódicas da época⁷. O êxito do *Ensaio* ficou a dever-se, naturalmente, à avidez com que, na Europa, os meios intelectuais recebiam novas contribuições para o debate sobre as questões relativas às colónias ou à escravatura, mas tem de explicar-se também pelas posições de notoriedade a que o autor ascendera e de onde era mais fácil fazer-se ouvir. Para compreender a recepção dispensada aos trabalhos de Azeredo Coutinho não se pode referir apenas uma conjuntura intelectual, é necessário conhecer a posição institucional do seu autor.

Se é certo que os quatro trabalhos que constituem o essencial da sua obra político-económica estavam compostos ou pelo menos esboçados antes de 1798, isto é, antes de ter assumido o exercício efectivo de funções de bispo de Pernambuco (para que fora eleito em 1794), a verdade é que os seus créditos estavam já firmados. Bacharel e depois licenciado em cânones, quando, em 1785, lhe é oferecido o posto de deputado do Santo Ofício de Lisboa (pouco antes fora nomeado arcebispo da catedral do Rio Janeiro, posto que não teve tempo de exercer) reconhecia-se-lhe já uma vasta preparação intelectual, pois dele se dizia

⁵ Existe um manuscrito do *Discurso* na Biblioteca Municipal do Porto (Códice 464) a que faltam a segunda e a terceira partes do texto publicado em 184. Um outro manuscrito da Biblioteca Pública de Évora, intitulado «Építome das vantagens que Portugal pode tirar das suas Colónias do Brasil pela Liberdade do Commercio do Sal n'aquelle Continente», reproduz longos trechos do *Discurso* e do *Ensaio Económico* (v. Myriam Ellis, «Um documento anónimo dos fins do século XVIII sobre as relações entre o Brasil e Portugal», *Revista de História*, São Paulo, 1959 (38), pp. 383-418).

⁶ Em apêndice à tradução do relato de viagem de H. F. Link, *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799*, Paris, 1803, t. II, pp. 223-395.

⁷ A *Décade Philosophique, Littéraire et Politique*, editada por A. Duval, em Paris, desde 1794 e que depois de 1804 mudou de nome para *Revue Philosophique, Littéraire et Politique* e *The Monthly Review; or Literary Journal*, que começou a publicar-se em Londres em 1749, dirigida por Ralph Griffiths, para além de *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literário, político, etc.*, influente periódico que se publicou em Londres desde 1811 até 1819.

que era «pessoa de um talento, instrução e estudos de grande recomendação»⁸.

Esse reconhecimento propiciou, alguns anos mais tarde, a sua eleição para o círculo restrito dos sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa, então a mais prestigiada instituição do campo intelectual português, uma *sociedade de discurso*⁹, que desempenhava papel de relevo na selecção dos sujeitos produtores de discursos, isto é, que emprestava legitimidade e garantia audiências aos autores. Oferecia-se-lhe, assim, a oportunidade de se fazer ouvir a partir de um lugar investido de autoridade e, de resto, os seus primeiros trabalhos foram publicados sob os auspícios da Academia: a «Memória sobre o preço do açúcar», incluída em 1791 no terceiro volume das *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, e o *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e das suas Colónias*, em 1794. Depois, o desenvolvimento da sua carreira na hierarquia político-eclesiástica permitiu-lhe conservar posições de autoridade. Bispo de Bragança e Miranda (cargo que não chegou a ocupar), e depois de Elvas, abandonou em 1817 a dignidade episcopal a seu pedido, e renunciou à diocese de Beja para que foi eleito. Seria então nomeado Inquisidor-Mor, lugar que manteve até à extinção do Santo-Ofício e, com a Revolução de 1820 e a formação das cortes constituintes, aceitou ser deputado em representação do Rio de Janeiro. Faleceu, porém, nas vésperas da abertura das cortes.

II

J. J. da Cunha Azeredo Coutinho, pelas suas origens, parecia mais destinado a uma vida de abastado proprietário no Rio de Janeiro do que à carreira político-eclesiástica e de letrado que o tornou conhecido¹⁰. Nasceu em 1742, nos Campos de Goicatzes, província do

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações do Santo ofício, José, Maço 160, nº 3077.

⁹ Conceito cunhado por Michel Foucault, v. *L'ordre du discours*, Paris, 1971, pp. 41-43.

¹⁰ Não está no horizonte deste ensaio introdutório seguir exaustivamente o percurso biográfico de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho, mencionamos aqui apenas os aspectos que nos ajudam a compreender a sua posição enquanto autor. Os leitores interessados numa informação mais pormenorizada sobre o seu trajecto poderão consultar: J.M. Pereira da Silva, *Os Varões Ilustres do Brazil durante os Tempos Coloniais*, 3ª ed., Rio de Janeiro e Paris, 1868, t. II, pp. 120-144, J. J. Pedro Lopes, «D. José da Cunha de Azeredo Coutinho», *Revista Trimestral de História e Geographia*, VII (Abril), 1845 (reprodução da notícia saída na *Gazeta Universal*, nº 121, 1821; e reimpressa in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1945, t. 7, pp. 106-115). Heliodoro Pires, «Azeredo Coutinho», in I Congresso de História Nacional, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1915, parte I, pp. 781-810; José da Cunha Barbosa «D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho», *Revista Trimestral de História e Geographia*, I

Rio de Janeiro, cidade para onde muito cedo foi viver e onde completou, com vinte anos de idade, os seus primeiros estudos, de gramática, retórica, belas-letas e teologia. Fez então, ao que parece por razões de saúde, uma viagem pelas capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, em que teve ocasião de conhecer de perto os problemas da sua terra e das regiões mineiras do Brasil. A possibilidade de continuar os estudos, porém, só se lhe ofereceu mais tarde, pois a prematura morte do pai, senhor de engenho, obrigou-o, como primogénito, a tomar conta do património familiar.

Pertencia a uma «das principais famílias»¹¹ da província do Rio de Janeiro, que havia duas ou três gerações se distinguia na pacificação dos índios goitacazes e na administração local. Eram «pessoas da principal nobreza daquela terra, que vivião abundantemente da sua fazenda», suficientemente ricas para viverem na cidade, com ligações familiares nas elites portuguesas, designadamente na hierarquia eclesiástica e na magistratura¹². Estas ligações seriam particularmente úteis a Azeredo Coutinho, quando, já com mais de trinta anos, se decidiu a ceder ao irmão a administração do morgadio familiar, para cruzar o Atlântico e ingressar na Universidade de Coimbra, a fim de prosseguir uma carreira como homem de Igreja. À sua matrícula no curso de direito canónico não terá sido estranha, de facto, a influência dos tios, o desembargador João Pereira Ramos e, principalmente, o conde de Arganil e bispo de Coimbra, então reitor da Universidade.

Este itinerário biográfico condicionou, naturalmente, a sua posição enquanto autor. A selecção das questões, a perspectiva sob a qual as abordou, as propostas e as sugestões que apresentou são-lhe prescritas pelo seu trajecto individual. Embora não tivesse voltado ao Brasil depois de 1802, as suas origens geográficas e sociais, de que nunca se separou e que sempre pretendeu cultivar - «Discorrer sobre objectos da minha pátria, ou que com ela têm relação, é um doce passatempo da saudade, desta saudade inseparável da pátria», escrevia ele em 1804¹³ -, e a experiência da primeira fase da sua vida no Rio de Janeiro marcaram decisivamente as orientações da sua obra. Os estudos universitários e a carreira eclesiástica não serviram para o desviar de um conjunto de preocupações que mergulhavam nas suas raízes, dotaram-no apenas das noções e das competências que lhe permitiram analisar, com um

(Abril), 1839, reimpresso in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1908, t. 1, pp. 272-271; Manuel Cardoso, «Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, governador interino e Bispo de Pernambuco, 1798-1802», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1969, vol. 282, pp. 3-45; Sérgio Buarque de Holanda, «Apresentação», in *Obras Económicas de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)*, São Paulo, 1966, pp. 13-53.

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitações do Santo ofício, José, Maço 160, nº 3077.

¹² *Idem, ibid.*

¹³ *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil*, Imprensa Régia, Lisboa, 1804.

nível superior de elaboração, os problemas com que desde cedo aprendera a conviver. Clérigo e académico, é como brasileiro e filho de senhor de engenho que escreve, é do ponto de vista dos interesses do Brasil, dos lavradores de cana e dos negociantes de açúcar que se situa. Supunha uma inquebrável associação e harmonia de interesses entre a lavoura e o comércio de açúcar, e é a este grupo de senhores de engenho e negociantes de grosso trato que procura dar voz¹⁴, uma voz informada pela passagem pela universidade e pela frequência de círculos intelectuais.

III

A «Memória sobre o preço do açúcar» reage a um problema imediato e oferece uma solução. Sugere uma política e, nesse sentido, como outras memórias do seu tempo, segue ainda a tradição da literatura de cariz alvitrista. A questão que ocupa Azeredo Coutinho é a escalada dos preços do açúcar, que fora desencadeada pelas perturbações na produção das Antilhas e principalmente pela revolta na colónia francesa de São Domingos. Perante a carestia do açúcar, prefigurava-se uma intervenção do governo, tabelando ou «taxando», como então se dizia, os preços, de forma a evitar que a subida atingisse a sua plena expressão. É contra essa previsível intervenção que Azeredo Coutinho mobiliza vários argumentos: a manutenção do curso dos preços seria favorável ao desenvolvimento da lavoura e do comércio, só remunerações elevadas poderiam restituir o negócio do açúcar à sua antiga prosperidade, e Portugal retomaria assim a posição dominante que tivera num tráfico que o descobrimento das minas de ouro e diamantes - uma miragem de riqueza fácil - fizera declinar. Acabava por defender uma maior liberdade para os agricultores e para os negociantes: «Proiba-se o monopólio, proiba-se a fraude, mas não os lucros de um comércio lícito, que a todos é livre» (p. 126)¹⁵.

O *Ensaio Económico*, por seu lado, sem deixar de indicar soluções para um ou outro problema mais imediato, constitui uma ponderação

¹⁴ Não se nos afiguram correctas as interpretações que definem Azeredo Coutinho como simples «porta-voz» da «classe senhorial» brasileira (v. Sérgio Buarque de Holanda, «Apresentação», ob. cit. pp. 26-27, 30, 35, 50-53, Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil*, ob. cit. e José Honório Rodrigues, *História da História do Brasil*, I Parte, Historiografia Colonial, 2ª ed., São Paulo, 1979, pp. 383-389, que chega a chamar-lhe «Senhor de Engenho disfarçado em Bispo»). A associação de interesses entre senhores de engenho e negociantes, que supõe e preconiza, colocam-no noutra plano. De resto, na sua própria actuação como membro da junta do governo e governador interino da capitania de Pernambuco (cargos que exerceu enquanto ocupou a diocese pernambucana), procurou associar os interesses comerciais à sua política de protecção e fomento do comércio (v. Sérgio Buarque de Holanda, «Apresentação», ob. cit., p. 16).

¹⁵ As páginas mencionadas entre parêntesis referem-se ao presente volume.

geral do relacionamento de Portugal com as suas colónias, apontando os caminhos para o seu progresso conjunto. A primeira parte do *Ensaio*, a mais longa (que ocupa 69 em 119 páginas), é inteiramente consagrada ao Brasil, às suas riquezas efectivas e virtuais, e ao tipo de relações comerciais que mantinha com Portugal no quadro do império colonial. Entre os domínios portugueses, o Brasil merecia, naturalmente, atenção mais demorada, não só porque era de todos o mais importante, mas porque era a pátria de Azeredo Coutinho.

Nesta primeira secção, para além de uma prolongada digressão sobre a situação e o carácter dos Índios brasileiros, especialmente dos Goitacazes, e sobre os meios de os civilizar, são apresentadas as fragilidades do sistema de comércio luso-brasileiro: a troca de manufacturas de elevado valor por unidade de peso e volume, enviadas pela metrópole, por géneros coloniais de mais baixo valor unitário colocava sérios embaraços à navegação e constituía, assim, um entrave ao avanço do comércio. Era necessário, por isso, criar condições para o desenvolvimento das produções brasileiras e encontrar um produto metropolitano de grande consumo que pudesse ser trocado pelos artigos das colónias, onde não havia dinheiro que permitisse regularizar eventuais saldos favoráveis à metrópole. O sal correspondia às exigências desse produto, mas estava sujeito a um monopólio comercial no Brasil. Então, Azeredo Coutinho defende a abolição do estanco, que permitiria valorizar as carnes abundantíssimas nas províncias brasileiras. Preconiza também o fomento das pescarias, da marinha e da construção naval (por exemplo, através da liberalização da importação de madeiras do Brasil em Portugal), como meios próprios para o desenvolvimento do comércio luso-brasileiro.

Na segunda parte do *Ensaio*, Azeredo Coutinho enumera de forma sumária os outros domínios portugueses em África, na Ásia e nas Ilhas Atlânticas, caracterizando brevemente a sua economia e encarecendo as riquezas que em cada um podiam ser exploradas com vantagem. Recomenda a intensificação das trocas com as Índias Orientais, mas detém-se especialmente na conservação das possessões na costa ocidental de África, indispensáveis para a economia brasileira, que não podia viver sem o fornecimento de escravos. Conclui, traçando as linhas mestras que definiam o quadro económico em que deveria processar-se o desenvolvimento do comércio no império português. Sustenta que o tráfego entre metrópole e colónias não podia ser apreciado sem que, ao mesmo tempo, se considerassem os negócios com as nações estrangeiras e que a contabilidade das relações comerciais teria de fazer-se tomando em conta esses dois eixos. Por isso, às colónias devia dar-se a faculdade de produzirem todos os géneros agrícolas, mesmo os que a metrópole já produzia: reduzir-se-iam, desse modo, as importações de cereais estrangeiros. Nenhum mal advinha também a Portugal de uma balança comercial negativa nas suas trocas com as

colónias, no fundo estava a dotar-se dos meios para, através das reexportações de artigos coloniais, acumular excedentes nas permutas com as nações estrangeiras. Assim, e enquanto se mantivesse a protecção e a segurança das colónias, e estas fossem credoras da metrópole, uma união fundada no interesse comum previniria o risco da desobediência: «Só teme, quem tem que perder; quem mais tem que perder mais teme; quem mais teme, mais obedece; é pois necessário que os interesses da Metrópole sejam ligados com os das Colónias, e que estas sejam tratadas sem rivalidade» (p. 102).

Finalmente, a terceira e última parte define brevemente o sistema de relações internacionais que servia de cenário ao desenvolvimento económico de Portugal e do seu império. Consciente de que esse sistema se caracterizava pela rivalidade, pelas invejas e ciúmes entre nações, Azeredo Coutinho tinha, contudo, uma perspectiva optimista da posição portuguesa - mesmo depois da desastrada intervenção na campanha do Rossilhão. Protegido pelas garantias dos tratados e pela sua posição geográfica, Portugal podia tirar grandes vantagens dos equilíbrios entre os maiores potentados do Ocidente europeu (Grã-Bretanha, França e Espanha). Assim, desde que soubesse conservar a amizade das potências marítimas, e em especial da Inglaterra, se conseguisse manter a sua neutralidade e explorar a competição entre as nações, Portugal poderia desenvolver o seu comércio sem receio de excitar a hostilidade dos outros países europeus.

IV

Existe no *Ensaio Económico* um programa - ainda que não muito elaborado - para o desenvolvimento comercial do império português. As medidas e sugestões em que esse programa se desdobra são decantadas por ideias gerais acerca do modo como funcionam as economias e as sociedades. Se é certo que as proposições que, explicitamente, têm uma maior ambição de generalização se resumem a um pequeno conjunto de máximas, não é menos certo que os argumentos que Azeredo Coutinho mobiliza para sustentar as suas propostas acabam por evidenciar as suas concepções mais profundas sobre a natureza da acção económica e social. Esses argumentos e concepções impregnam os seus trabalhos fundamentais e conferem, como acima ficou dito, uma unidade à sua obra, que nem por isso deixa de ser atravessada por importantes tensões.

Uma interpretação simplista, baseada na observação de meras aparências, poderá tentar isolar tensões entre o «pensamento económico» - de pendor mais liberal - e o «pensamento político e social» - confessadamente absolutista - de Azeredo Coutinho. Mas essa interpretação não resiste ao exame crítico do vocabulário e dos raciocínios apresentados pelo prelado luso-brasileiro, pois alguns dos grandes debates do seu

tempo exprimem-se no interior dos seus textos de forma muito mais complexa.

A violenta denúncia da Revolução Francesa e do ideário que lhe estava associado - a «seita filosófica», como Azeredo Coutinho gosta de o designar - surge apenas na dedicatória ao príncipe regente, incluída na segunda edição do *Ensaio Económico* e escrita em 1811, em plena guerra peninsular, não aparecendo na primeira, de 1794, quando o panorama editorial era justamente dominado pelas reacções políticas à Revolução¹⁶. Seja como for, no plano político e social, Azeredo Coutinho apropria-se de algumas ideias que o iluminismo setecentista se não forjou, pelo menos divulgou. O tratamento do problema da civilização dos índios do Brasil, que em parte toma a forma de uma entreposição, é especialmente elucidativo. O princípio da unidade do género humano, da «raça dos homens», é acolhido sem hesitações: dos índios diz «têm virtudes, têm vícios, são cheios de ambição como nós; [...] são homens, e isto basta» (p. 38) e, noutro passo, afirma: «O homem é sempre o mesmo, em toda a parte do mundo» (p. 50). Esta ideia de humanidade não prejudica, porém, o reconhecimento da singularidade do carácter dos povos, dos seus costumes e das suas paixões, isto é, não impede a afirmação de um relativismo cultural: «a honra é um ente imaginário a que todos aspiram, mas nem todos o vêem pela mesma face; aquilo que a um se representa como honra, a outros se representa como vileza» (p. 50).

Do mesmo modo, a idealização do homem selvagem, associada à visão idílica da natureza, que o iluminismo difundiu principalmente pelas vozes de Diderot e Rousseau, mas que já nos séculos XVI e XVII alimentava toda uma vaga literária, orienta a caracterização do modo de vida dos índios brasileiros, mas não exclui uma concepção da história da humanidade baseada na oposição entre civilização e barbárie¹⁷, que em parte lhe serve para legitimar o comércio de escravos. Em contraste, no tratamento da questão da escravatura, só usa o vocabulário e os argumentos que em termos gerais podemos filiar nas correntes iluministas do século XVIII para os contraditar. No *Ensaio Económico*, o problema merece apenas uma breve referência e o resgate de escravos é justificado pela «barbaridade de Africa» (p. 987), mas, noutro trabalho, integralmente dedicado à questão, e para o qual a segunda edição do *Ensaio* já remete, desenvolve toda uma alegação sobre a justiça do tráfico negreiro.

Na *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa de Africa* publicada inicialmente em francês, em Londres, no ano

¹⁶ João Luís Lisboa, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, 1991, pp. 162-163.

¹⁷ Azeredo Coutinho, ao contrário das ideias mais correntes no seu tempo, não faz uma distinção entre povos selvagens e povos bárbaros, e os três estados da humanidade (selvagem, bárbaro, civilizado) são reduzidos a dois.

de 1798, e vertida para português com correções em 1808, procura combater a ideia propugnada pela «seita filosófica» de que o tráfico de escravos era contrário à razão natural, à liberdade e aos direitos do homem¹⁸, mas no fundo acaba por pôr em causa estes mesmos conceitos tal como eram formulados pela filosofia das luzes. Em seu entender, tanto os direitos do homem - com a excepção do simples direito à existência - como a liberdade não eram absolutos, mas limitados pelas leis da sociedade, e a própria razão natural era relativa às circunstâncias, dependente dos costumes e das situações. Azeredo Coutinho adopta assim uma noção de direito natural que vem de S. Tomás de Aquino¹⁹ e posiciona-se numa perspectiva relativista que lhe permite sustentar que, nas condições de certas nações, o tráfico de escravos, porque é socialmente necessário, é naturalmente justo: aos direitos do homem contrapõe os direitos das sociedades - em que os homens por natureza vivem -, adoptando uma posição anti-individualista. Como em estudo recente Valentim Alexandre teve ocasião de verificar, esta via de argumentação colocava-o numa posição extrema, no debate sobre o tráfico de escravos, uma vez que a maioria dos que se manifestavam contra a abolição do tráfico não discutiam no plano dos princípios, pois aceitavam que era em si mesmo injusto, limitando-se a insistir em imperativos de ordem económica, isto é, na sua indispensabilidade para a economia brasileira²⁰.

Apesar desta posição mais radical, Azeredo Coutinho continuava a supor a necessidade de civilizar os povos selvagens e bárbaros, e entendia que a missão civilizadora exigia o que podemos chamar uma atitude antropológica: era necessário conhecer de perto os costumes e paixões desses povos, o que «os escritores que do fundo dos seus gabinetes presumem dar leis ao mundo» não podiam fazer (p. 38). Conhecidas essas paixões, elas podiam ser mobilizadas para conduzir selvagens e bárbaros à civilização: «O homem é sujeito a necessidades e a paixões [...]. A arte de pôr em acção a máquina de cada indivíduo consiste em pesquisar qual é a sua paixão mais forte e dominante. Achada ela, pode-se dizer que está descoberto o segredo e a mola real do seu movimento» (pp. 40, 41).

Esta imagem do homem orientado por interesses e paixões era corrente no pensamento político e social pelo menos desde Santo Agostinho, mas encontrava-se, em geral, associada a um juízo moral que condenava as paixões e proclamava a necessidade de as combater.

¹⁸ *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa de Africa*, Lisboa, 1808, p. 1.

¹⁹ V. a este propósito Joseph A. Schumpeter, *History of Economic Analysis* (1954), Londres, 1982, p. 109.

²⁰ Manuel Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império, Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, dissertação de doutoramento inédita, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1988, pp. 519-21.

Esta ideia ajudou a que, ao longo do tempo, se processasse uma diferenciação entre as paixões e os interesses, servindo estes, porque menos nefastos e mais submetidos à razão, para domesticar aquelas. Nesta linha de pensamento, hão-de desenvolver-se argumentos políticos favoráveis ao capitalismo, culminando na ideia de Montesquieu, segundo a qual os interesses (ligados à esfera do comércio) haveriam de contrariar as paixões (situadas na esfera do poder), de tal modo que estas deixariam de trazer benefícios a quem as procurasse satisfazer²¹. Na obra de Azeredo Coutinho, porém, não se revela nem a condenação das paixões, nem a diferenciação entre paixões e interesses: o facto de os homens se guiarem por umas e outros na sua acção é registado com aparente neutralidade. Esta disposição propiciava a admissão da riqueza como um fim em si mesma: da abundância procediam a paz e a virtude - não era a virtude que criava a riqueza -, enquanto a pobreza gerava a revolta e a perdição. Como notou Sérgio Buarque de Holanda: «Segundo este ponto de vista [...], o apetite dos bens de fortuna justifica-se por si, e nada tem, em verdade, de reprovável. É inútil pretender moderá-lo invocando, para isso, virtudes cristãs, pois uma vez alcançada a riqueza e abundância, aquelas virtudes serão concedidas em acréscimo»²². Esta perspectiva, que Azeredo Coutinho revela professar mais pela omissão - pelas pausas e pelos silêncios - do que pela afirmação, postula uma independência entre o funcionamento da economia e as regras morais, aproximando-se, portanto, das formulações do fundador da economia clássica, Adam Smith²³.

Em nenhum dos seus trabalhos, porém, Azeredo Coutinho demonstrou ter incorporado o essencial da contribuição do economista escocês. Em certos passos, reconhecer-se-á, assim mesmo, o vocabulário e o raciocínio próprios das concepções liberais e individualistas da actividade económica²⁴. Declara que o interesse «é o mestre da indústria» (p. 74) ou a «alma do comércio» (p. 130) e que «O meio de promover e adiantar a indústria da nação, é deixar a cada um a liberdade de tirar um maior interesse do seu trabalho» (p. 129). Proclama - sem usar os conceitos - os benefícios do mercado e da concorrência, as vantagens do concurso dos vendedores e mostra uma inclinação pela liberdade do comércio que lhe inspira a reco-

²¹ Sobre estas questões, v. Albert O. Hirschmann, *The Passions and the Interests. Political Arguments for Capitalism before its Triumph*, Princeton, 1977.

²² Sérgio Buarque de Holanda, «Apresentação», *ob. cit.*, p. 31.

²³ Acerca do processo de individualização do económico em relação do político e à moralidade, v. Louis Dumont, *Homo aequus. Genèse et épanouissement de l'idéologie économique*, Paris, 1977 e E.P. Thompson, *Customs in Common*, Londres, 1992, pp. 185-351.

²⁴ Como notaram Vitorino Magalhães Godinho, em *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, 1975, p. 133 e José Luís Cardoso, em *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780 - 1808*, Lisboa, 1989, pp. 82 e 96.

mendação de várias medidas²⁵: a abolição do monopólio do comércio do sal no Brasil, a atribuição aos lavradores da prerrogativa de trabalharem por conta própria e de explorarem livremente a madeira nas suas terras, a isenção de direitos sobre a importação de madeiras do Brasil, a concessão às colónias da faculdade de produzirem quaisquer géneros agrícolas, mesmo os cereais, a redução dos impostos sobre as manufacturas.

Reclama, portanto, uma certa abertura do comércio colonial, mas, quando observa o relacionamento mercantil entre Portugal e o Brasil, não o faz à luz da noção de liberdade de comércio: os argumentos com que esgrime são retirados da teoria da balança do comércio, instrumento de análise próprio do que se convencionou designar por mercantilismo. Não levanta objecções de fundo ao regime do exclusivo ou do Pacto Colonial, que proibia a instalação de manufacturas nos domínios assim como o comércio directo entre eles e as nações estrangeiras. No seu juízo, estes eram sacrifícios que as colónias deviam suportar com naturalidade, enquanto as metrópoles continuassem a assegurar a sua protecção. Aquilo que o autor do *Ensaio Económico* pede é simplesmente que as trocas com as colónias não sejam vistas separadamente das relações com as nações estrangeiras. É uma perspectiva inspirada pela sua concepção de balança do comércio que foi, segundo toda a probabilidade, retirada da obra de François de Forbonnais²⁶, mas provém de uma linhagem do pensamento económico fundada pelo mercantilista inglês Thomas Mun, autor de *England's Treasure by Foreign Trade* (1664). Perfilhava, afinal, a ideia de que a balança comercial se compunha de várias balanças particulares e que o importante era que a balança global fosse vantajosa, independentemente dos saldos negativos que se verificassem em certas relações bilaterais. Daqui procede a asserção segundo a qual a metrópole só tinha a beneficiar do défice que mantivesse no tráfego com as colónias, pois era um défice necessário à reexportação dos géneros coloniais, por meio da qual se acumulariam excedentes superiores no comércio com os países estrangeiros.

A liberdade de comércio que reivindica para o Brasil, não atacando o cerne do sistema colonial, era, portanto, uma liberdade muito mitigada. O tradutor alemão, Karl Murhard, que se situa já na perspectiva da contribuição de Adam Smith, nos comentários que faz, nas suas notas, às posições de Azeredo Coutinho, teceu-lhe mesmo críticas severas. À nova economia, que erigira a liberdade em princípio supremo, repugnavam todos os exclusivos, por isso, Murhard sustenta que o

²⁵ Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil, ob. cit.*, p. 232.

²⁶ François Louis Véron-Duverger de Forbonnais, *Éléments de Commerce*, 2 vols., Paris e Leide, 1754; obra publicada anonimamente e que exerceu bastante influência em Portugal. Em 1766, foi editada uma tradução livre e condensada, em que se atribuía a autoria a Montesquieu.

monopólio comercial da metrópole era prejudicial tanto às colónias - que tinham de pagar as mercadorias estrangeiras por preços superiores e vender os seus produtos com menores ganhos - como à própria à metrópole, porque a liberdade e a vastidão dos mercados permitir-lhe-iam obter os produtos aos melhores preços²⁷. Esta concepção é estranha à obra do prelado brasileiro que continuava a supor a harmonia de interesses entre o centro e a periferia do império, no quadro do próprio regime de exclusivo.

Em 1794, quando o *Ensaio Económico* sai pela primeira vez a público, Azeredo Coutinho não vislumbrava ainda a possibilidade de ruptura do Pacto Colonial, que as invasões francesas e a fuga da família real para o Brasil vieram precipitar. Na segunda edição, pronta em 1811 mas impressa apenas em 1816, refere-se, logo na dedicatória ao príncipe D. João, aos «extraordinários acontecimentos que todos estão vendo com pasmo e admiração mudaram a face do Mundo Político» (p. 10) e, ultrapassado pela história, vê-se obrigado a acrescentar uma nota, quando trata das relações entre Portugal e o Brasil: «A notável mudança das coisas [...] extinguiu o monopólio da antiga Metrópole de Portugal, mudou a sua política, e fez comuns os interesses da pátria mae com os das suas filhas e, em consequência, abriu um campo imenso à indústria dos portugueses para todo o género de comércio, fábricas e manufacturas» (p. 100); podia, pois, preconizar a instalação de manufacturas nas capitánias de Minas Gerais. Antes propugnara o desenvolvimento dos benefícios mútuos sob o sistema colonial, agora vinha atribuir a harmonia de interesses à extinção do regime do exclusivo que, afinal, tinha posto a nú as insanáveis contradições entre os interesses de Portugal e do Brasil, mas parece não ver oposição entre o que admite no texto e o que sustenta em nota. Significativamente, nada diz acerca do comércio directo entre o Brasil e as nações estrangeiras, questão controversa que dividia portugueses e brasileiros, porém, a expressão «antiga Metrópole de Portugal» deixa transparecer que, do seu ponto de vista, o que fora permitido desde 1808 como expediente transitório em tempo de guerra era, de facto, irreversível.

O tratamento dos vínculos entre metrópole e colónias está longe de ser o único plano em que Azeredo Coutinho revela só incompletamente ter incorporado os postulados da economia de matriz liberal, que acolhe mais pelas medidas que deles se podem deduzir para resolver certos problemas do que pela sua validade como princípios universais. De resto, grande parte das proposições gerais sobre o funcionamento das economias que podem encontrar-se no *Ensaio*, e não só as relativas à questão da balança do comércio, inspiram-se no mercantilismo. A ideia fundamental do sistema mercantil - de que existe uma

²⁷ *Ueber Brasilien und Portugals Handel mit seinen Kolonien*, tradução de Karl Murhard, Hamburgo, 1808, pp. 29-30 citado por Sérgio Buarque de Holanda, «Apresentação», *ob. cit.*, p. 41.

quantidade finita de riqueza que é partilhada pelas nações rivais e que cada uma só se pode enriquecer à custa das outras - encontra plena aceitação no *Ensaio Económico*: «Tudo quanto uma Nação ganha de uma parte, diminui a potência real, e relativa das suas rivais; e reciprocamente se aumenta de tudo quanto elas perdem» (p. 26). Este conceito exprime-se igualmente na obsessiva defesa da navegação nacional - «um povo que deixa fazer por outros uma navegação que ele poderia fazer, diminui outro tanto as suas forças reais e relativas em favor das nações suas rivais» (p. 29) - e na recomendação de certos instrumentos de política económica. O entendimento dos gastos do Estado como intrinsecamente benéficos, constituindo sempre um investimento, releva também da sua adesão às ideias gerais do sistema mercantil.

Mas, no interior do pensamento de matriz mercantilista, Azeredo Coutinho nem sempre segue as concepções mais divulgadas. A versão da teoria da balança do comércio que adoptou, na linha que de Thomas Mun há-de desembocar na própria economia clássica, supõe um mecanismo de auto-ajustamento do comércio internacional, segundo o qual constantes excedentes comerciais conduzem inexoravelmente a saldos negativos no futuro. Os excedentes, pelo excesso de moeda que criam, levam à elevação dos custos e dos preços das produções nacionais, tornando, a prazo, as importações mais baratas. Em consequência as manufacturas entram em decadência e o excedente comercial transforma-se em défice.

A persistência de saldos positivos na balança de comércio era, nos seus efeitos, semelhante à exploração de minas de ouro e prata e à ampla disponibilidade de metais preciosos, embora menos grave: «se a balança constantemente vantajosa, que uma Nação se procura pelo Comércio, destroi as manufacturas; aquela, que não deixa de aumentar o seu numerário pelo socorro das minas de ouro, ou de prata, promove muito mais rapidamente o momento desta destruição infalível» (p. 105). Este julgamento das consequências de uma balança comercial favorável e da abundância de metal decorre de uma concepção da riqueza que se afasta do princípio mercantilista mais difundido, nos termos do qual ela residia nos metais preciosos. A veemente denúncia dos efeitos nocivos da exploração das minas de ouro e diamantes no Brasil, que atravessa a sua obra desde a «Memória sobre o preço do açúcar» até ao *Discurso sobre o Estado Actual das Minas do Brasil*, passando pelo *Ensaio Económico*, era incompatível com a aceitação do metalismo. Prefere, por isso, atribuir ao dinheiro o estatuto de simples sinal representativo das mercadorias e aos metais o carácter de «representação» ou «sombra» da verdadeira riqueza (p. 129).

Todavia, a clara recusa do metalismo não leva Azeredo Coutinho a aprovar o agrarismo que imperava na altura em Portugal, em particular na Academia Real das Ciências, nem a resignar-se à ideia de que na terra reside a única fonte de riqueza e que a agricultura constitui a

única actividade verdadeiramente produtiva. Se se serve dos benefícios da agricultura, enquanto produtora de riquezas efectivas, para os contrastar com os malefícios da mineração, criadora de riquezas imaginárias, a verdade é que, na sua definição das «riquezas dos Estados», cabem tanto os «fundos de terras» como os «efeitos móveis», isto é, «dinheiro, bilhetes, letras de câmbios, acções sobre as companhias, navios, e todas as mercadorias» (pp. 29-30). Desta definição decorre, naturalmente, uma avaliação da importância relativa dos sectores produtivos - agricultura, comércio, indústria - que está muito longe do agrarismo dominante²⁸.

Para além de atribuir um papel de grande relevo, do ponto de vista da economia e da defesa, à navegação - «Portugal sendo um dos Estados mais pequenos da Europa, só pela marinha se fez grande» (p. 31) -, Azeredo Coutinho via no comércio externo um agente da prosperidade, que era necessário promover: «De outra sorte, ou viveremos sempre na mediocridade ocultando os nossos tesouros, para que não sirvam para nós nem para os estrangeiros; ou viremos a morrer, e rebentar de fartos entre os braços da preguiça, e da moleza» (p. 107). O desenvolvimento do comércio exigia que as exportações fossem compensadas por importações, pois não era possível supor uma sistemática liquidação do seu valor em metal precioso. Assim, para conseguir exportar mais era vantajoso manter abertas algumas vias de importação: «deixar de propósito uma porta aberta, para por ela entrem as Nações industriosas a comerciar connosco» (p. 107). Não conviria, portanto, a Portugal promover manufacturas de luxo, cujos artigos podiam ser importados em troca da aquisição pelos estrangeiros dos géneros coloniais portugueses²⁹.

Assim, Azeredo Coutinho comungava da ideia, corrente no seu tempo, de que em Portugal não se deveriam patrocinar as manufacturas de luxo, que exigissem sofisticação tecnológica ou qualificações especiais: «As de mero luxo porém, aquelas que só dependem do gosto, de muito engenho, e de muita arte, não devem merecer muito cuidado a Portugal» (pp. 106-107). Contudo, a sua desconfiança em relação ao luxo e a sua breve chamada de atenção para as vantagens da poupança não dão lugar a uma denúncia dos gastos sumptuários tão vigorosa como noutros textos coevos, preferindo salientar os riscos de uma produção sujeita à volubilidade das modas e dos gostos. Aliás, a ideia de que Portugal não era terreno próprio para acolher fábricas de artigos de luxo

²⁸ Jorge Miguel Pedreira «Agrarismo, industrialismo, liberalismo. Algumas notas sobre o pensamento económico português (1780-1820)», in *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa, 1988, p. 73.

²⁹ Como em outros passos, se bem que apresente os interesses da metrópole e das colónias como indissociáveis e coloque as questões no plano dos benefícios conjuntos da metrópole e das colónias, situa-se fundamentalmente do ponto de vista dos interesses brasileiros.

não se funda, no *Ensaio Económico*, no postulado de uma preeminência da agricultura. Advoga a promoção não apenas de uma indústria popular, que os mais fervorosos agraristas também admitiam, mas de todas as manufacturas que respondessem a necessidades elementares, e enuncia claramente, o que é raro na época, a igualdade de estatutos entre agricultura e indústria: «A agricultura e a indústria são a essência: a sua união é tal, que se uma excede a outra, ambas se vem a destruir» (p. 26).

V

Em vão procuraremos, no *Ensaio Económico* ou nas outras obras fundamentais do seu autor, uma contribuição inovadora ou um desenvolvido esforço analítico ou mesmo doutrinal no domínio económico: as concepções económicas gerais apresentam-se mais de forma implícita do que explícita. Num ensaio que se diz económico, são escassas as fontes propriamente económicas, e as obras mais importantes do seu tempo - de Cantillon, dos fisiocratas, de Steuart e Smith - não são sequer mencionadas, contrastando com a profusão e a extrema actualização das referências tomadas da literatura de viagens³⁰. Mesmo Montesquieu, que Azeredo Coutinho cita abundantemente, para desferir um violento ataque à sua teoria da influência dos climas sobre o carácter dos povos, pouco contribuiu para a formação do seu pensamento económico. Na leitura de *De l'Esprit des Loïs* poderá ter encontrado a ideia de que a moeda é um signo representativo das mercadorias, mas esse mesmo conceito aparece nos *Éléments de Commerce* de Forbonnais, de que reteve também a versão da teoria da balança do comércio e que constituiu, com as *Institutions Politiques*³¹ do Barão de Bielfeld, a principal inspiração, em matéria de economia, para Azeredo Coutinho. Da obra do político e diplomata prussiano, que é extensamente citada e mesmo plagiada, como Sérgio Buarque de Holanda teve ocasião de demonstrar³², e que serviu para que tomasse contacto com outros trabalhos (por exemplo com o *Essai Politique sur le Commerce* de Jean-François Mélon³³, do qual reproduz o conceito de comércio e o elogio das despesas públicas), extraiu algumas noções relativas à moeda, à política económica e às vantagens do comércio com as nações estrangeiras.

³⁰ É impressionante o reportório de relatos de viagem que Azeredo Coutinho cita, alguns do século XVI e outros com muito poucos anos, como os do célebre navegador inglês James Cook. Na advertência ao leitor justifica as muitas «citações de autores» que faz principalmente pela necessidade de comprovar pelo «testemunho de muitos sábios, até mesmo estrangeiros» que as riquezas do Brasil eram verdadeiras e não provinham apenas da imaginação de «um cego apaixonado pelo amor e delícias» da sua pátria (p. 11).

³¹ *Institutions Politiques*, 4 vols., Haia, 1760.

³² Sérgio Buarque de Holanda, «Apresentação», *ob. cit.*, pp. 45-46.

³³ Jean-François Mélon, *Essai Politique sur le Commerce*, Paris, 1738. Mélon foi companheiro de Montesquieu.

Foi nos tratados de comércio e de política que Azeredo Coutinho aprendeu a sua economia. Em qualquer caso não assimilou a influência dos grandes textos do seu tempo, e do mais importante de todos eles, *The Wealth of Nations*, de Adam Smith. Só no *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil* citou Smith (de passagem e a partir da tradução francesa) em abono da sua concepção de moeda, que no entanto poderia ter retirado de Montesquieu ou Forbonnais. Não procurou nunca superar ou resolver as tensões que atravessam o seu discurso e de que, em grande parte dos casos, parece não se ter dado conta. Apropriava-se dos argumentos consoante a questão que discutia e, por isso, tanto podia invocar a liberdade do comércio como a razão de Estado. O mais importante era o seu projecto de desenvolvimento das produções coloniais e do comércio entre a metrópole e os seus domínios, favorecendo principalmente os interesses dos proprietários brasileiros e dos comerciantes.

O seu trabalho, enquanto autor e agente político, foi norteador pela vontade de realizar esse programa. A sua acção enquanto bispo de Pernambuco testemunha-o amplamente. Nos escassos três anos e meio em que esteve no Recife, Azeredo Coutinho não se limitou a ocupar a cadeira episcopal, foi Director Geral dos Estudos, membro da Junta de governo da capitania de Pernambuco e depois seu governador interino e teve, por isso, oportunidade para imprimir a sua marca à administração da região. No exercício destes cargos, para além de algumas medidas de reorganização fiscal e de protecção ao comércio, distinguiu-se pelas suas realizações no domínio da instrução pública: aumentou o número de mestres de primeiras letras e fundou dois novos estabelecimentos de ensino, o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, no Recife, «onde se educavam meninas para mães de família»³⁴, e o Seminário Episcopal de Olinda, «a mais importante escola de instrução secundária do Brasil, que viria a adquirir um papel de relevo na preparação da elite política e intelectual brasileira.

Formara o plano de estabelecer este colégio ainda antes de ter chegado ao Brasil³⁵ e levara consigo da metrópole alguns dos professores que, além das tradicionais aulas de latim, filosofia moral, dogma e história eclesiástica, leccionavam novas matérias, como física, química, história natural, geometria, desenho, geografia, história universal e francês³⁶. O *curriculum*, que consagrava especial atenção aos conhecimentos de ciências naturais, evidenciava quanto as concepções filo-

³⁴ Sérgio Buarque de Holanda, «Apresentação», *ob. cit.*, p. 16.

³⁵ Azeredo Coutinho foi designado bispo em 1794 mas só viajou para o Brasil em 1798, no entanto, a ideia de estabelecer o seminário já estava amadurecida em 1796, v. J. da Cunha Azeredo Coutinho, *Estatutos do Seminário Episcopal de N. S. da Graça da cidade de Olinda*, Academia das Ciências, Lisboa, 1798.

³⁶ E. Bradford Burns «The Role of Azeredo Coutinho in the Enlightenment of Brazil», *Hispanic American Historical Review*, vol. XLIV, 1964 (2), p. 154.

sóficas e pedagógicas do prelado luso-brasileiro ficavam a dever às ideias que tinham inspirado a reforma da Universidade de Coimbra. No projecto que concebera, supunha Azeredo Coutinho uma utilidade imediata: os párcos deviam ser instruídos nas ciências naturais porque só assim seria possível descobrir e explorar os tesouros da natureza, em benefício da riqueza dos homens³⁷. Assim, como já notou Sérgio Buarque de Holanda, os seus trabalhos pedagógicos encontravam-se «enlaçados» com os seus estudos económicos³⁸, procedendo de uma mesma preocupação.

VI

Azeredo Coutinho foi, em virtude das funções que desempenhou, das posições que tomou e do reconhecimento que mereceu, uma das mais influentes figuras nos campos político e intelectual no Portugal do seu tempo³⁹. Os seus trabalhos, para além da ampla difusão editorial, tiveram repercussão nas próprias orientações da governação. Se a «Memória sobre o preço do açúcar» e a sua divulgação pela Academia poderão ter contribuído para que a previsível fixação do preço do açúcar não se tivesse chegado a verificar, o *Ensaio Económico* está claramente na origem da abolição dos monopólios do comércio do sal e da pescaria das baleias no Brasil. A extinção dos dois estancos foi prevista, para o fim dos contratos em vigor, logo no ano seguinte à publicação do *Ensaio* e concretizou-se através do alvará de 24 de Abril de 1801. Esta disposição foi inspirada por uma memória de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, então secretário de Estado da Marinha e Ultramar, que acolhia de forma explícita os argumentos desenvolvidos por Azeredo Coutinho, designadamente a importância da liberdade de comércio do sal para o desenvolvimento da produção e comercialização das carnes⁴⁰.

O autor do *Ensaio Económico* compartilhava, de resto, as concepções gerais da política colonial com Sousa Coutinho. Julgavam, ambos, que era necessária uma maior abertura e uma maior liberdade na organização comercial do império português, mas não concebiam a supressão do regime do exclusivo, a dissolução do Pacto Colonial.

³⁷ *Discurso sobre o estado actual das minas do Brasil*, Lisboa, 1804, Cap. III.

³⁸ Sérgio Buarque de Holanda, «Apresentação», *ob. cit.*, p. 42.

³⁹ Jorge Borges de Macedo, que quase não usa a sua obra, refere-se-lhe como «um dos pensadores de maior audiência neste período» em *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1963, p. 217.

⁴⁰ Veja-se, a este propósito, Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*, *ob. cit.*, pp. 145-146 e José Luís Cardoso, *O Pensamento Económico*, *ob. cit.*, p. 195. O próprio José da Silva Lisboa, seu adversário político, atribui a Azeredo Coutinho o mérito de ter inspirado directamente a liquidação dos dois monopólios, v. *História dos Principais Sucessos do Império do Brasil*, Parte I, Rio de Janeiro, 1826, p. 35.

O ministro ia mesmo um pouco mais longe do que o prelado luso-brasileiro, admitindo a possibilidade de se estabelecerem manufacturas nos domínios - admissão que logo moderava com a observação de que a agricultura lhes deveria ser ainda por muitos séculos mais proveitosa do que as artes - e propondo a abolição de direitos de entrada de mercadorias portuguesas no Brasil. Já no que diz respeito à conservação dos vínculos entre a metrópole e as suas colónias, a identidade de pontos de vista era perfeita, e Sousa Coutinho fazia questão de afastar os receios que a rebelião das colónias britânicas da América pudesse ter criado: «a feliz posição de Portugal na Europa [...] faz que este enlace dos domínios ultramarinos portugueses com a sua metrópole seja tão natural, quão pouco o era o de outras colónias, que se separaram da mae-pátria»⁴¹.

Azeredo Coutinho poderia ter subscrito esta concepção, própria de uma corrente que, na esteira de Fernando Novais⁴², poderíamos designar por colonialismo ilustrado, em que a manutenção da união económica e política e da preeminência da metrópole surge temperada pela defesa de uma maior liberdade de comércio. Porém, este seu posicionamento ideológico, que, no plano político, se exprimia em opções declaradamente contra-revolucionárias e anti-liberais, não impediu que a sua obra e a sua acção fossem incorporadas no património histórico da independência do Brasil. Essa apropriação suscitou, é certo, alguma controvérsia, e não deixaram de surgir vozes críticas, que lhe apontavam o carácter timorato das propostas e mostravam quanto eram recuadas as suas posições sobre o estatuto político-económico do Brasil⁴³. No entanto, Azeredo Coutinho figura em lugar proeminente entre os patriarcas da emancipação do Brasil, a ponto de um dos seus maiores historiadores, Francisco Adolfo Varnhagen, lhe ter atribuído maior importância na difusão das ideias independentistas do que a José Bonifácio de Andrada e Silva⁴⁴.

Este facto tem de ser entendido à luz dos mecanismos de construção da memória histórica, que são, como se sabe, extremamente selectivos. A memória nacional alimenta-se de mitos e heróis, e não eram muitas as personalidades nos campos político e intelectual, com créditos já firmados antes da própria secessão, que pudessem ser reivindicados pela história do Brasil como novo Estado independente.

⁴¹ D. Rodrigo de Sousa Coutinho, «Memória sobre o melhoramento dos domínios na América» (1797), in *Brasília*, vol. IV, Coimbra, 1949, p. 406. Sobre as posições de Sousa Coutinho a este respeito, v. Fernando Novais, *Portugal e Brasil*, ob. cit., pp. 233-236, Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*, ob. cit., pp. 141-146, e José Luís Cardoso, *O pensamento Económico*, ob. cit., pp. 191-203.

⁴² F. Novais, *Portugal e Brasil*, ob. cit., p. 230.

⁴³ João Francisco Lisboa, por exemplo, escreveu que Azeredo Coutinho podia ser reconhecido como um grande patriota português, mas nunca brasileiro (v. *Obras*, vol. III, São Luís, 1865, p. 493).

⁴⁴ Citado por José Honório Rodrigues, *História da História do Brasil*, ob. cit., p. 382.

Entre a elite brasileira em formação, a que a passagem pelas mesmas instituições (o Seminário de Olinda e a Universidade de Coimbra) conferia uma certa unidade⁴⁵, não sobravam as figuras de nomeada. Por isso, Azeredo Coutinho ombreia com José Bonifácio e José da Silva Lisboa que, eles sim, pugnaram declaradamente pela emancipação da sua pátria. Por outro lado, convém não esquecer que o autor do *Ensaio Económico*, para além de ter conservado grande devoção pela sua terra natal e de se ter batido sempre pelos seus interesses, foi uma das primeiras autoridades, se não a primeira, a propor - ainda que no interior do sistema colonial - uma maior abertura, uma mais ampla liberdade de comércio.

Outros dois aspectos da vida e da personalidade de Azeredo Coutinho terão contribuído igualmente para apropriação que a memória nacional brasileira dele fez. Em primeiro lugar, nunca se deixou prender muito à perspectiva decadentista que se pode encontrar em muitos escritos coevos. Professando embora, pelo menos aparentemente, uma noção pré-moderna do tempo, marcada pela ciclicidade⁴⁶, Azeredo Coutinho exhibe na sua obra uma confiança nas virtualidades da acção política e na possibilidade de introduzir, através dela, modificações na sociedade e na economia, que os revolucionários certamente apreciavam. Por outro lado, ocupando sempre posições superiores na hierarquia político-eclesiástica, o prelado brasileiro cedo se mostrou uma figura incómoda, dotado como era de um carácter voluntarioso e polemizador que a proximidade em relação ao poder nunca conseguiu sufocar. Numa polémica que o opôs ao tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, em que defendia, contra a doutrina da Mesa, que as igrejas a sul do Bojador pertenciam ao padroado da coroa e não estavam sujeitas à Ordem de Cristo, nem a proibição de um dos seus escritos e a sua redução ao silêncio sobre a matéria por ordem régia o fizeram mudar de opinião, e chegou a aproveitar a ocupação francesa - contra a qual se bateu como bispo de Elvas - para fazer publicar um novo texto em que retomava os argumentos proscritos⁴⁷.

Os livros e opúsculos de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho formam, portanto, uma importante fonte histórica não só para o estudo das representações da economia e da sociedade em finais do século XVIII e começos do século XIX, mas também para a investigação das próprias

⁴⁵ José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem. A elite política imperial*, Rio de Janeiro, 1980.

⁴⁶ A abrir a segunda edição do *Ensaio Económico*, na dedicatória ao Príncipe Regente, afirma: «Em todos os séculos o homem selvagem se avançará passo a passo para o estado de civilização: o homem civilizado tomará para o seu estado primitivo» (p.), desenvolvendo depois o argumento. Sobre a concepção moderna do tempo, caracterizada pela diferenciação entre passado e futuro, v. Niklas Luhmann, «The future cannot begin», in *The Differentiation of Society*, Nova Iorque, 1982, pp. 271-288.

⁴⁷ Sobre este episódio, v. Sérgio Buarque de Holanda, «Apresentação», *ob. cit.*, pp. 18-25.

relações económicas e sociais. Não surpreende, por isso, que vários autores tenham sublinhado a importância da sua contribuição para o pensamento económico em Portugal e tenham feito uso, mais ou menos extensamente, dos seus trabalhos. José Frederico Laranjo dedicou-lhe um dos seus ensaios sobre os economistas portugueses, que Moses Bensabat Amzalak em parte reproduziu em *Do Estudo e da Evolução das Doutrinas Económicas em Portugal*⁴⁸. Vitorino Magalhaes Godinho, no capítulo sobre «Mercantilismo e industrialização» de *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, deteve-se no programa económico enunciado pelo prelado⁴⁹, e os historiadores brasileiros da última fase do período colonial, como Jobson Arruda e principalmente Fernando Novais, elegeram os seus trabalhos como uma fonte imprescindível⁵⁰. A obra de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho, podendo ser estudada de várias perspectivas, fornecendo respostas a problemas de história das ideias, de sociologia e economia históricas, constitui, pois, um lugar a que é sempre frutuoso regressar.

⁴⁸ José Frederico Laranjo, *Economistas Portugueses. Subsídios para a história das doutrinas económicas em Portugal (1881-4)*, 2ª ed., Lisboa, 1976, pp. 35-44 e M. B. Amzalak, *Do Estudo e da evolução das Doutrinas Económicas em Portugal*, Lisboa, 1928, pp. 149-162 e do mesmo autor *Economistas Brasileiros: D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho*, Porto, 1942.

⁴⁹ *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, ob. cit., pp. 133-136.

⁵⁰ José Jobson de Andrade Arruda, *O Brasil no Comércio Colonial*, São Paulo, 1980 e Fernando Novais, *Portugal e Brasil*, ob. cit..

ENSAIO ECONÓMICO
SOBRE O COMÉRCIO DE PORTUGAL E SUAS COLÓNIAS
OFERECIDO AO SERENÍSSIMO,
PRÍNCIPE DO BRASIL NOSSO SENHOR
E PUBLICADO DE ORDEM DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS

PELO SEU SÓCIO

JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO

**ARTIGO EXTRAÍDO DAS ACTAS
DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS
DA SESSÃO DE 17 DE MARÇO DE 1794**

Determina a Academia Real das Ciências, que o Ensaio Económico sobre o Comércio Português, que o seu sócio José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho lhe apresentou, e que foi julgado mui digno da luz pública, seja impresso à custa da Academia, e debaixo do seu privilégio.

José Correia da Serra
Secretário da Academia

ENSAIO ECONOMICO
SOBRE O COMERCIO DE PORTUGAL
E SUAS COLONIAS
OFERECIDO
AO SERENISIMO
PRINCEPE DO BRAZIL
NOSO SENHOR

E PUBLICADO DE ORDEM DA ACADEMIA REAL
DAS SIENCIAS PELO SEU SOCIO
JOZE JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO .



LISBOA NA OFICINA DA MESMA ACADEMIA

1794.

*Com licença da Real Meza da Comissão Geral sobre o
Exâme, e Censúra dos Livros.*

ENSAIO ECONOMICO
SOBRE O COMMERCIO DE PORTUGAL
E SUAS COLONIAS
CORRIGIDO
AO SERENISSIMO
PRINCIPE DA BEIRA
O SENHOR D. PEDRO,

**ARTIGO EXTRAÍDO DAS ACTAS
DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS
DA SESSÃO DO 1º DE JUNHO DE 1815**

Determina a Academia Real das Ciências, que o Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias, corrigido e aumentado pelo seu sócio o Exm^o e Rm^o D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Elvas, e que foi julgado muito digno da luz pública, se reimprima à custa da Academia, e debaixo do seu privilégio.

José Bonifácio de Andrade e Silva
Secretário da Academia



LISBOA

NA IMPRENTA DE JOAQUIM ROCHA DA SILVA

M. D. C. CC. XCV. 1815

Com licença de SUA ALTEZA REAL

SENHOR

*Uma obra ditada pelo mais puro zelo de servir a Sua
Majestade, e a coroa destes reinos, de que Vossa Alteza é
herdeiro, não deve sair ao público senão inteiramente
consagrada ao Augusto nome de Vossa Alteza, a cujos
reais pés a põe*

José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho

ENSAIO ECONOMICO
SOBRE O COMMERCIO DE PORTUGAL
E SUAS COLONIAS
OFFERECIDO
AO SERENISSIMO
PRINCIPE DA BEIRA
O SENHOR D. PEDRO,
E PUBLICADO DE ORDEM DA ACADEMIA REAL
DAS SCIENCIAS PELO SEU SOCIO
D. JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO,
BISPO EM OUTRO TEMPO DE PERNAMBUCO, DEPOIS ELEITO
DE BRAGANÇA, E MIRANDA, E ACTUALMENTE BISPO
D'ELVAS, DO CONSELHO DE SUA ALTEZA REAL ETC.

SEGUNDA EDIÇÃO CORRIGIDA, E ACCRESCENTADA
PELO MESMO AUCTOR.



L I S B O A

NA TYPOGRAFIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS.

A N N O M. DCCC. XVI.

Com licença de SUA ALTEZA REAL.

SERENÍSSIMO SENHOR^a

Em todos os séculos o homem selvagem se avançará passo a passo para o estado da civilização: o homem civilizado tornará para o seu estado primitivo. O Egipto depois de ter civilizado a Grécia, retrocedeu para o seu primeiro estado. A Grécia depois de ter civilizado a Itália, retrocedeu: a Itália civilizou a França, a Alemanha, a Espanha, e toda a Europa: a Europa principiou a civilizar a América: a América vai já chegando à virilidade da sua civilização: a Europa retrocederá para o seu primitivo estado de barbaridade? a história dos nossos dias parece já decidir pela parte afirmativa. Os corpos morais têm uma certa analogia com os corpos físicos: quando um corpo corre com um certo grau de velocidade, e se encontra com outro no estado de inércia; trocam-se os estados: o inerte corre; o que corria para, ou retrocede. O homem que pensa, reflecte, e discorre sobre o estado do homem selvagem, e do civilizado, concluirá que existe no intervalo que os separa um ponto, em que reside o meio entre os extremos dos dois estados. Mas quem fixará este ponto? e se ele for fixado, qual será a autoridade capaz de dirigir, e de fazer parar o homem em um tal ponto?

A injustiça nunca foi nem pode ser a base de alguma sociedade: um povo, que se quisesse estabelecer sobre uma base tão absurda, teria sido ao mesmo tempo o mais cruel, e o mais infeliz de todos os povos. Inimigo declarado do género humano, seria igualmente temível pelos sentimentos que ele tivesse inspirado, e pelos que ele tivesse sofrido. Temido, e aborrecido de todos, ele não deixaria jamais de aborrecer, e de temer. Todos se alegrariam com as infelicidades de um tal povo; todos seriam

^a Esta dedicatória ao Príncipe D. João, futuro D. João VI, assim como a advertência aos leitores, que se lhe segue, não constavam da 1ª edição de 1794 e foram acrescentadas na 2ª edição, de 1816.

aflitos com a prosperidade dele: um dia viria, que o mesmo mal que ele tivesse feito sofrer a todos, os faria unir, e animar de um só espírito, para o desterrarem do meio das nações.

E pelo contrário quanto seria diferente o destino de um império fundado na justiça, e na virtude! a agricultura, as artes, as ciências, o comércio, animados à sombra da paz, apartariam do meio dele a ociosidade, a ignorância, e a miséria. O soberano do Estado protegeria as diferentes ordens, e seria adorado. Ele teria conhecido que algum dos membros da sociedade não poderia perder, sem que também perdesse o corpo inteiro; e que era necessário ocupar-se da felicidade de todos. A imparcial equidade presidiria à observância dos tratados, que ela tivesse ditado; à estabilidade das leis, que ela tivesse simplificado; à repartição dos impostos, que ela tivesse proporcionado aos encargos públicos: tudo seria equilibrado. Todas as potências, que tivessem relações com um tal império, como interessadas na conservação dele, ao menor perigo que o ameaçasse, se armariam em sua defesa; mas ainda na falta de socorros estrangeiros, ele por si só poderia opôr ao agressor injusto a barreira impenetrável de um povo rico e numeroso; para o qual a palavra pátria não seria um nome vão: quanto um império mais se aproximar deste ponto central da justiça e da virtude, tanto ele será mais firme e mais amado: quanto mais se afastar dele, tanto será mais cruel, mais tirano, e menos seguro.

Há quase um século que principiou uma seita com a mania de civilizar a África, reformar a Europa, corrigir a Ásia, e regenerar a América^b. Esta seita, inconsequente nos seus princípios, é só consequente em destruir tudo o que achou feito, para depois lhe dar uma nova forma, que ela diz ser a mais sublime, e a mais bela, que pode conceber o espírito humano: para pôr em prática a sua mania, ela, e os seus sectários juraram uma guerra perpétua a todos os governos, e a todos os tronos, que não seguissem os seus ditames; e tomaram por armas o ferro, o fogo, o veneno, a traição, a intriga, e a perfídia; armas que conforme o seu sistema da maior perfeição, e do bem da humanidade, são meios licítos, contanto que se consiga o seu fim destruidor da ordem estabelecida entre as nações.

Mas conhecendo os da seita, que são firmes e inabaláveis os governos, que são sustentados por uma religião, que falando no coração dos homens, lhes manda que obedecam aos que governam, passaram a pregar o ateísmo por toda a parte; amaldiçoando a mesma religião de seus pais. O celebrado Mirabeau no meio de uma das suas infernais assembleias, querendo desterrar e extinguir, se lhe fosse possível, a religião de Jesus Cristo, a católica romana, então da França, lhe fez, sem o querer, o maior elogio, confessando que era impossível reformar a França, como eles queriam, enquanto ela não fosse descatoliquizada: a religião

^b Azeredo Coutinho refere-se naturalmente à doutrina liberal.

foi atacada, o trono caiu por terra, a França precipitou-se na anarquia. Eis aqui o resultado do mais belo ideal, pelo qual tanto suspiraram os defensores da humanidade oprimida. Eis aqui a sorte que espera a todos os governos, que forem dirigidos por uma tal seita.

Suponha-se mesmo, para satisfazer a vontade destes bebedores de sangue, que todo o mundo já está reduzido a uma França, ou a uma Ilha de S. Domingos^c; s'erão porventura os da seita os que hão-de reduzir as cousas à ordem, ou tirá-las do estado destruidor a que eles as reduziram? não certamente: eles são animais quadrimanos, que só têm força para destruir, mas não para construir: uma mão virá de ferro, que depois de fazer calar a tantos entusiastas, os fará autómatos, quebrando uns contra os outros; até que o tempo, e as mesmas desgraças das nações, fazendo desmascarar estes monstros canibais, os aparte dos conselhos dos governos, e da influência deles os inocentes povos: então a sábia providência de um Deus justo, e vingador, que tirando o mundo do nada depois o submergiu nas águas, salvará do dilúvio um homem, que observe as Leis de um Pai, que depois de castigar um filho desobediente, o recebe arrependido nos seus braços.

Há mais de trinta anos que esta mesma seita principiou a espalhar a semente das revoluções, para separar as colónias das suas metrópoles, principalmente as de Portugal, e Espanha, as mais ricas do novo mundo: alguns deles, ou menos sanguinários, ou já horrorizados à vista dos frutos, que tinha produzido a sua chamada árvore da liberdade, passaram a traçar novos planos para que a separação, que eles chamavam emancipação necessária para o bem da humanidade, fosse menos dolorosa, e menos violenta. Já as medidas estavam tomadas, e as ordens distribuídas para a execução do plano; os pérfidos executores já quase batiam às nossas portas; o céu coberto de um negro manto, os ventos contrários, o mar embravecido, os elementos mesmo pareciam de mãos dadas concorrer com os tigres, para não deixarem nem uma só porta, por onde lhe pudesse escapar a inocente presa.

Mas quando já tudo parecia desesperado, e sem algum socorro humano, o céu em um instante apareceu alegre, e risonho; o vento do mar saltou para a terra, o mar sossegou a sua fúria; as naus soltando as velas salvaram do perigo a Vossa Alteza, aos seus augustos pais, e a toda a família real, para a felicidade dos fiéis portugueses; a alma de Portugal voou a animar o corpo, que pérfidas mãos trabalhavam já por separar da sua cabeça; e as colónias com os braços abertos receberam com júbilo o seu soberano. Eis aqui como Deus, quando quer salvar os seus escolhidos, zomba dos mais combinados planos da filosofia dos homens. Estes prodígios, que eu vi com os meus olhos, me fazem crer,

^c Azeredo Coutinho menciona a insurreição geral de escravos do Haiti de 1791 que, depois de uma guerra revolucionária que durou mais de dez anos, haveria de levar à secessão daquela colónia francesa das Antilhas.

que Deus salvou a Vossa Alteza para cousas grandes; que Portugal será governado pela justiça, e pela virtude, e que a minha pátria vai a gozar das prerrogativas de primeiro império do novo mundo.

Vossa Alteza em tão poucos anos tem já visto em resumo os grandes acontecimentos da História: tem já experimentado as inconstâncias da fortuna; a perfidia dos homens; as cores de que eles se revestem: tem já sofrido os incômodos, e os perigos do mar, as tempestades, e as inclemências do tempo; os diversos climas, e os seus temperamentos, desde a temperada até os fins da zona tórrida: ah Senhor! que bela escola para um príncipe, que Deus salvou para a felicidade dos homens! Que príncipe jamais teve um mestre tão sábio, que em tão pouco tempo lhe ensinasse tanto! a escola, e as viagens dos Telêmacos eram pintadas; as de Vossa Alteza têm sido verdadeiras, e praticadas no campo mesmo da batalha.

Vossa Alteza para saber o quanto os seus Augustos Avós foram grandes, e do quanto foram, e são capazes os portugueses de encher de pasmo e admiração a todo o mundo, quando são animados pelos seus soberanos, que os amam como filhos; não precisa de perguntar a alguém nem de revolver grandes volumes: basta parar, e reflectir um pouco sobre a história dos seus dias. Vossa Alteza quando apenas principiava a ver um trono rodeado de delícias, e da grandeza da majestade, que lhe parecia inabalável, viu de repente quase debaixo dos seus pés rebentar uma mina, que pouco faltou que não sepultasse a todos nas suas ruínas, tal é a inconstância das cousas humanas: aqueles semblantes, que pouco antes lhe apareciam alegres, e animados, os viu depois tristes, pálidos, e melancólicos, sem saber acordar-se: no meio da confusão foi Vossa Alteza conduzido a uma nau para salvar a sua preciosa vida.

Nela veria Vossa Alteza um grande todo composto de partes diferentes, mas tão bem construídas, e ajustadas entre si, que todas se moviam com uniformidade ao mais pequeno impulso do seu leme, uma das mais pequenas partes de seu todo: tal é uma monarquia bem ordenada, quando cada uma das suas partes enche o fim do seu destino; uma só parte desarranjada destruiria toda a máquina; fora do seu lugar o leme, a nau seria submergida.

Vossa Alteza veria na sua nau, que o governo, e os movimentos dela não eram dirigidos pelo acaso, nem por algum ignorante que primeiro se apresentava; mas sim por uma mão hábil, prudente, e forte, reconhecida por uma experiência longa na grande arte do governo. Ao sair da barra veria os insidiosos cachopos, que por baixo de água ameaçavam destruir a nau, e afogar nas ondas tudo quanto nela se conduzia: veria o como o prudente e experimentado piloto, por um canal estreito e tortuoso, a conduzia direita ao largo mar.

Fora dos cabos veria na sua nau uma pequena pedra, com uma força de atracção como de um corpo animado, comunicando a sua virtude ao ferro, que dirigia a marcha da nau; uma pedra, cuja virtude

posto que já antigamente fosse conhecida, contudo os portugueses descobrindo nela uma tendência para os polos, foram os primeiros que se aproveitaram dela, dispondo-a em uma linha de ferro paralela ao eixo dos polos; e do centro dela tiraram raios para todos os pontos da circunferência: com este instrumento, só por eles inventado, desprezando a navegação que até então só se fazia ao longo das costas, se lançaram ao alto mar, e perdendo a terra de vista, voaram de um polo ao outro polo, e descobriram novos mares, novas terras, novas estrelas, novos mundos; as ciências, as artes, o comércio tudo tomou uma nova face.

Esta só descoberta, este primeiro atrevimento com que o homem se arrostou com a fúria dos elementos, e com tudo quanto há de medonho e de terrível entre a vida e a morte, sem outro apoio mais do que o seu braço, e a sua cabeça; despida da intriga, da perfídia, e da traição, fazem sem dúvida uma honra sem igual ao homem português: o seu nome será sempre ouvido com espanto, enquanto no mundo houverem navegantes, ciências, artes, e comércio. Tantos factos heróicos e extraordinários, se não fossem atestados por todos os povos e nações das quatro partes do mundo, que primeiro viram os portugueses, seriam tidos por um sonho, ou por uma fábula dos gregos: aquelas mesmas nações, que hoje nos querem olhar com desprezo, não podem deixar de confessar, que seus avós vieram aprender dos nossos a ver o mundo, e tudo quanto nele há de grande.

Todos estes prodígios foram feitos pelos portugueses, animados por um príncipe protector dos sábios, das letras, e do merecimento; por um príncipe, cujo palácio era a aula, onde os mestres davam as suas lições aos portugueses seus educandos; e por um soberano, que apenas tendo feito uma sossegada viagem no verão de 1415, de pouco mais de cento e quarenta léguas, da barra de Lisboa a Ceuta, concebeu a ideia portentosa de exceder as forças dos Hércules da fabulosa antiguidade: e de quantas ideias grandes, e sublimes não se encherá Vossa Alteza depois de ter saído aos mares na força do Inverno de 1807; e de ter atravessado mais de mil e duzentas léguas, muitas vezes ameaçado de ser engolido pelas ondas, e despedaçado pela fúria dos ventos?

Faltarão porventura a Vossa Alteza aqueles antigos portugueses, para as grandes empresas que meditar para o bem dos seus vassallos? Não Senhor, nada falta; eles são ainda, como Vossa Alteza, descendentes daqueles homens extraordinários, que para executarem cousas grandes bastavam ter na sua frente um príncipe que os guiasse, e um soberano que lhes desse o exemplo: eles não têm degenerado; e ainda quando passam à zona tórrida, esta comunica a eles, e a seus filhos o fogo ardente do seu clima; este fogo, que arrebatava os homens acima de si mesmos, e que os eleva ao heroísmo.

Os augustos predecessores de Vossa Alteza a respeito dos seus Estados, principalmente ultramarinos, não tinham ideias muito claras: Eles só os coniectam por ouvir dizer; e talvez aqueles, que ou também os

não conheciam, ou que só tinham visto uma pequena parte, e essa conforme as suas vistas acostumadas ao estreito, e acanhado terreno da Europa portuguesa; e Vossa Alteza em tão poucos anos tem já nesta parte visto, e conhecido mais do que todos eles. E como é um dever do homem prudente, que entra em país novo, perguntar ainda mesmo ao rude camponês pelos caminhos, veredas, e atalhos; permita Vossa Alteza que eu como camponês, e natural do país, tenha a honra de lhe apontar com o dedo, posto que de longe, as riquezas de um terreno, em que eu saltei, e corri na puerícia, sem então me poder lembrar, nem me vir à imaginação, que Vossa Alteza o veria um dia, e muito menos nos meus dias. O ensaio que tenho a honra de oferecer a Vossa Alteza, já foi dedicado ao Augusto Pai de Vossa Alteza no ano de 1794: contudo, como os extraordinários acontecimentos, que todos estão vendo com pasmo, e admiração, mudaram a face do mundo político, foi também necessário mudar eu a face do meu Ensaio, e fazê-lo aparecer como uma obra nova. Eu conheço que esta minha oferta é indigna de um Príncipe, a cujos olhos vivos, e penetrantes serão patentes os meus erros para minha vergonha eterna: mas eu só aspiro a deixar um testemunho fiel do meu coração para com Vossa Alteza, e do desejo de servir a minha pátria, ainda mesmo que de longe, e depois de morto.

Eu tenho a honra de ser com todo o respeito o seu muito obediente e fiel vassalo, e o mais indigno dos bispos

D. José, Bispo d'Elvas

Lisboa em 23 de Janeiro de 1811

A QUEM LER

Sendo o objecto deste ensaio não só os interesses de Portugal, e de suas colónias, mas também os das nações, que com elas tem, ou quizerem ter relações de comércio; e tendo-se demorado esta obra na impressão por algumas causas imprevisas, e ao mesmo tempo tendo-se mudado a face do mundo político, e em muita parte a direcção dos interesses das nações; seria necessário, ou mudar a cada passo este ensaio; ou esperar que parasse a volúvel roda dos extraordinários acontecimentos, que com pasmo, e admiração estamos vendo; mas como a velocidade de qualquer corpo é calculada pela força do impulso dado, multiplicado pela sua massa; e a espantosa revolução de que há pouco todo o mundo foi teatro, lhe deu um impulso tão forte no giro da sua roda, que ninguém poderá calcular o fim do seu movimento; assim como a de um rochedo, que, despenhando-se do alto de uma montanha, acelerando sempre o seu movimento em contínuos saltos, ninguém poderá assinar o limite da sua queda; e entretanto os meus dias seriam acabados, eu me vi obrigado a ir acrescentando em notas, ao que já tinha escrito, o que foi de novo acontecendo.

Quanto às muitas citações de autores, que apresento no meu ensaio; e de alguns até mesmo refiro as palavras; o que ainda que talvez aos olhos de algum crítico pareça uma verdade pueril, ou uma espécie de charlatanaria; contudo, só tiveam por causa a minha própria desconfiança: porque tendo eu de expôr ao meu soberano, e à minha nação as riquezas que possui, e de que é capaz a terra, que me viu nascer; terra em que parece que a natureza tendo-se ensaiado em todas as outras para formar uma deliciosa habitação do homem, foi nela pôr o seu complemento; e que por isso eu seria talvez considerado como um cego apaixonado pelo amor, e delícias da minha pátria;

me vi também obrigado a valer-me do testemunho de muitos sábios até mesmo estrangeiros, os quais, como isentos de toda a suspeita de paixão, e que primeiro do que eu viram, e examinaram aquela parte do mundo, são os mesmos que confessam ser ela a melhor, e a mais rica de todo ele considerada por todos os lados: ela não inveja as riquezas das outras; ela só espera pela industriosa mão do homem.

Eu conheço que a minha obra vai cheia de mil imperfeições, posto que algumas delas foram devidas às circunstâncias; mas espero que se atenda que as muitas occupações da minha vida pública, as pesadas obrigações do meu officio pastoral, o meu espírito sempre atribulado chamado muitas vezes para objectos entre si muito distantes, e mais que tudo já no último quartel da minha existência, não me deram lugar, nem descanso para limar a minha obra; o amor só da verdade e da minha pátria seria capaz de obrigar-me a tanto excesso: eu já não espero ter a consolação de a ver, nem de a abraçar; mas ainda que morra longe, eu sempre serei dela filho amante, fiel, e saudoso.

PARTE I

DOS INTERESSES QUE PORTUGAL PODE TIRAR DAS SUAS COLÓNIAS DO BRASIL

CAPÍTULO I

Dá-se uma breve ideia da grande fertilidade do Brasil; do muito gado, principalmente vacum, que produzem aqueles campos, e da muita abundância dos peixes daquelas costas

§ I

A América é um terreno abundantíssimo; o Brasil é o mais abundante da América: debaixo de um clima quente, mas doce, ameno, e temperado pelas chuvas, e pelos ventos¹, está sempre produzindo em um contínuo giro. A terra está em todo o ano coberta de um alegre verde, e em uma Primavera continuada. As árvores estão sempre

¹ Os climas das zonas tórrida e temperada se acham no Brasil tão perto um do outro, que pode um habitante em poucas horas mudar de temperatura de ar, pela simples mudança de lugar, mais ou, menos exposto aos ventos, e às virações que são constantes entre os trópicos; ou seja passando de um lugar mais baixo para um mais alto, e mais desafogado; como por exemplo na cidade do Rio de Janeiro, saindo do lugar afogado pelo monte do Castelo, para o lugar de Nossa Senhora da Glória, ou para o alto da Serra dos Orgãos, no lugar da Boa-Vista, onde o nome é desempenhado em toda a sua extensão; da mesma sorte em Pernambuco, mudando-se de vila do Recife para a cidade de Olinda da parte do mar: assim como se vê em Lisboa, mudando-se para Sintra no Verão, e

floridas, e em cada uma delas se vê ao mesmo tempo a flor, o fruto verde, e o sazonado².

§ II

Os matos produzem imensos frutos silvestres, com os quais se nutre a imensa caça grossa, e volátil, que vaga por todos aqueles sertões: é enfim inumerável a variedade de peixes, que se criam nos rios, lagos, e mares, que bordam aquele terreno delicioso³.

da baixa, e afogada rua da Boa-Vista para o alto, e desafojado da rua do Moinho de Vento, ou de Buenos Aires; e pelo contrário no Inverno mudando-se de Sintra para um lugar de Lisboa afogado, e abrigado dos ventos, e principalmente do norte, ou nordeste^a

² Herrer., *Descript. Nov. Orb.*, part. 12, f. 71, vs. *Brasilia inter duos fluvios sita est, Maragnon et de la Plata... Regio tota in primis amoena est, coeli admodum jucunda, salubrisque temperies: lenium quippe a pelago ventorum commodissimi flatus matutinos vapores, ac nebulas tempestive disjiciunt, solesque purissimos, ac nitidissimos reddunt. Scatet ea tota ferme plaga fontibus, ac sylvis, ac amnibus inchyitis... Terra partim in planitiem soluta, partim in colles clementer assurgens, felix praepinguibus glebis, et riguo solo, semperque vernante, credita semina multiplici reddit foenore; sacchari praescrtim est ferax, quod celeste donum, Attico mellis multis partibus praeferendum, proceris arundinibus condidit natura. Joann. Stad., *Histor. Brasil.*, part. 2, cap. 2. *Brasilia per se ampla est regio, multas Barbarorum Nationes complectens, quae inter se linguis variant. Varia ferarum genera nutrit. Ipsa conspectu est amoenissima: arbores enim perpetuo virent, nec fere ullam cum nostris similitudinem habent*^b*

³ Barlaei, *Histor. Brasil.*, pag. 132. *Animalium silvestrium, et mansuetorum multitudo maxima: et pag. 133. Jam et mare piscosissimum est, fluvii vario matantum genere celebres. Lery, *Histor. Navigat. in Brasil.*, cap. 3. et 11. *Histoire générale des Voyages*, liv. 6, chap. 9, § 5. *Histoire Naturelle du Bresil*, Pita, *História da América*, liv. I, nº 49 e seguintes; nº 70 e seguintes. Vasconcelos, *Crônica do Estado do Brasil*, liv. I, § 28 e seguintes; 99 e 150; liv. 3, § 106 e seguintes. Vasconcelos, d. *Vida do Padre Anchieta*, liv. I, cap. 3^c.*

^a Nota acrescentada na 2ª edição, de 1816.

^b Azeredo Coutinho cita a versão latina da obra *Description de las Indias Occidentales*, Madrid, 1601, publicada em Amsterdão e Frankfurt em 1622 e 1624 sob o título *Novus Orbis, sive Descriptio Indiae Occidentalis*. A obra é da autoria de Antonio de Herrera y Tordesillas (1559-1625), que foi cronista de Castela e das Índias.

^c Azeredo Coutinho refere aqui a obra *Rerum per Octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum, sub praefectum illustrissimi comitis I. Maurissi Nassau*, Amsterdão, 1647, de Kaspar van Baerle (1584-1648) - também chamado Caspar Barlaei ou Gaspar Barloeus - médico, teólogo, filósofo, poeta e historiador que esteve em Pernambuco com Maurício de Nassau e que foi o tradutor da obra de Antonio de Herrera y Tordesillas para latim. Cita também a *Historia navigationis in Brasiliam, quae et America dicitur*, s.l., 1586, tradução latina de *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dit Amérique*, La Rochelle, 1578, de Jean de Lery (1534-1611), viajante francês e ministro protestante que, em 1555, participou numa expedição francesa destinada a estabelecer uma colónia no Brasil. Remete ainda para a *Histoire générale des voyages*, obra em 21 volumes, iniciada pelo *abbé Prévost* (1697-1763) e completada por Deleyre, Meusnier de Querlon e Surgy, que se publicou entre 1745 e 1770. Além destas, cita as obras *Historia da America Portuguesa desde o anno de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*, Lisboa, Of. José António da Silva, 1730, de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), coronel de ordenanças

§ III

Ali o índio, aquele homem bárbaro e selvagem, sem agricultura, nem indústria, debaixo de um clima agradável⁴, e que o não inco-

⁴ A cidade do Rio de Janeiro, no tempo da sua fundação no lugar em que se acha, foi uma das mais regulares, e mais formosas cidades não só do Brasil, mas também de Portugal: muito plana, bem assentada, as ruas muito direitas, cortadas pela maior parte em ângulos rectos, bem calçadas, com grandes lages largas de pedra de cantaria pelos lados para passeio de pé, e pelo meio das ruas de pedra miuda para duas carruagens a par; muito asseadas, e muitas delas varridas quasi todos os dias, e sem que nelas se lançasse nem um copo de água, debaixo de pesadas multas para as despesas das obras públicas; as quais se arrendavam todos os anos publicamente a quem mais dava por elas; e o rematante, ou rendimento, como interessado nas multas, era um fiscal inexorável, que trabalhando pelo seu interesse, trabalhava pelo bem público, e pela conservação, e asseio de toda a cidade.

A vigilante polícia do Senado da Câmara dava todas as providências, para que o público fosse bem servido de todo o necessário: ela abundava de todos os víveres de peixes, carnes frescas, e salgadas, e de carnes de porco, em todo o ano, por preços muito cómodos: frutas, e hortaliças, com muita abundância: chafarizes com bastante água para o provimento da cidade: as estradas muito cómodas, e quasi sempre por planícies, e campinas em todas as direcções da cidade, para qualquer parte, por mais de um dia de jornada, até junto à Serra dos Orgãos, que quasi a cerca por todas as partes, dando saídas para as outras capitánias pelo meio de algumas gargantas, ou pequenas planícies por entre montanhas, o que contribui muito para a defesa da mesma cidade pela parte da terra.

O Rio de Janeiro está situado como Lisboa à borda do mar, que entrando por uma barra estreita se pode fechar com uma cadeia, mas é muito funda, e sem algum perigo, nem cachopos; forma dentro uma enseada três vezes maior que a do Tejo, capaz de nela ancorarem grandes armadas de guerra, abrigadas de todos os ventos, e com muitas ilhas pelo meio, povoadas de fazendas e quintas, que fazem a vista aprazível, e agradável: a sua barra além de ser defendida pela natureza, é-o também pela arte com oito grandes fortalezas guarnecidas de grossa artilharia, além de muitos fortes pelo interior daquela enseada de mais de 20 léguas de circunferência. Da Serra dos Orgãos, e suas vizinhanças descem para a mesma enseada muitos rios de fundo bastante para grandes barcos carregados, que todos os dias transportam muitos víveres e géneros de comércio para as ribeiras, e mercados daquela cidade sempre muito abundante, os principais rios são o de *Guaxitiba*, o de *Macacu*, o de *Guapi*, o de *Surubi*, o de *Mage*, o de *Iguaçu*, o de *Sarapuí*, o de *Meriti*, o de *Irajá*, além dos muitos portos, que estão a borda da grande enseada, onde se acham sempre muitos barcos prontos para transportes.

Aquela cidade porém tão dotada pela natureza para ser uma das primeiras do mundo, teve na sua fundação, e edificação o defeito que sempre têm tido todas as cidades antigas, assim como também as nações, que só o tempo, e as circunstâncias as vão polindo, e aperfeiçoando; e até mesmo as grandes calamidades, acontecidas por um transtorno da natureza, ou pela perversidade dos homens, quando há alguns que de tais desgraças se saibam aproveitar, aprender a prever e acautelar o mal para o futuro: os grandes incêndios, as inundações, as guerras desoladoras, os terremotos são muitas vezes

dos privilegiados da Baía e membro da Academia Real de História Portuguesa, e os trabalhos do P.^o Simão de Vasconcelos (1597-1691), jesuíta, que foi lente de teologia, procurador da Companhia de Jesus em Roma e provincial da ordem no Brasil, *Crónica da Companhia de Jesus do estado do Brasil, e do que obraram seus fillos n'esta parte do mundo...*, Lisboa, Of. Henrique Valente de Oliveira, 1663 e *Vida do Venerável P. José Anchieta, da Companhia de Jesus, taumaturgo do novo-mundo, na provincia do Brasil*, Lisboa, Of. João da Costa, 1672.

grandes mestres. Lisboa por exemplo, antes do terremoto de 1755, apesar dos ricos dotes da natureza, devia à arte muito pouco, ela era em grande o que ainda hoje é em pequeno o Bairro de Alfama: a lei que estabeleceu os marcos em certas ruas para providenciar os encontros das carruagens, seges, e carros é um monumento, que atesta a falta da policia daqueles tempos.

Os primeiros habitantes, e fundadores da cidade do Rio de Janeiro se foram estabelecer sobre o alto monte hoje chamado do Castelo, quasi todo escarpado em roda, para dali se defenderem das incursões repentinas dos índios *Topin Imbas* ou *Tamoyos*, então senhores daquelas terras; os quais atirando as suas setas por elevação sobre as casas dos novos habitantes, ainda pouco reparadas e de palha, os matavam dentro; outras vezes, untando as flechas ou setas de resinas inflamáveis e ardendo, lhas lançavam sobre as casas, e quando os pobres habitantes fugiam ao incêndio na escuridão da noite, iam cair debaixo da foice, ou das grandes massuas dos bárbaros antropófagos seus inimigos.

Este repetido método de fazer a guerra daqueles bárbaros ensinou aos novos habitantes a fazerem uma grande casa toda de pedra para se livrarem das setas, e dos fogos: este novo método de defesa não só desanimou aqueles índios, mas até os fez temer, e respeitar aos portugueses, vendo que as suas armas se tornavam inúteis contra as dos novos habitantes; aos quais eles com respeito, e admiração dali por diante principiam a chamar *Carib-oca*, que vale o mesmo que *Branços da casa de pedra*, e hoje por corrupção do vocábulo *Cariocas*. Depois que os índios se foram afugentando, ou fazendo-se mais domésticos, e tratáveis com os seus novos hóspedes, foram estes descendo do grande monte a situar-se na planície, que lhe ficava por baixo imediatamente; talvez então a única terra, que por ali se achava descoberta, lavradia, e desalagada. Aqueles habitantes não fizeram mais do que edificarem as suas casas em linha recta, e com ruas de uma largura sufficiente, seguindo a planície, sem darem bastante altura ao terreno para o escoamento das águas, nem se lembrarem que haveria tempo em que todas as imundícies se lançariam à rua; eles edificavam a seu arbítrio e fantasia, por ainda então não haver um que dirigisse o todo da edificação da cidade.

Os primeiros povoadores do Rio de Janeiro, tratando só de se aproveitarem da planície; não advertiram que ficavam cercados de montes, e principalmente do grande do Castelo, da parte de barra, donde entra o vento da viração todos os dias, como é frequente nas terras entre os *tropicós*; vindo por isso a ficar o local da cidade muito abafado: a falta de respiração, que em outro tempo não era tão sensível, por ser a cidade mais pequena, e mais arejada, hoje pela sua grandeza se tem feito bastante penosa. Estes males são remediáveis, sem que seja preciso esperar-se por um terremoto (o que ainda não consta que ali houvesse) nem por um incêndio, nem por uma guerra devastadora; uma só palavra do soberano; aquela cidade será a melhor do mundo: a natureza lhe tem dado tudo; a arte é a que lhe falta.

O grande monte do Castelo, que serve de padrasto a aquela cidade, e que lhe impede quasi toda a viração do mar, tão necessária debaixo da zona tórrida, está sobre o mar pela parte da praia de S. Luzia, para onde pode ser lançado, fazendo-se encostar toda a terra desmontada ao longo da mesma praia, seguindo para a de Nossa Senhora da Glória, até se fosse possível chegar à Fortaleza do *Villegagnon*^d, e sobre todo o terreno, que ficasse do dito monte juntamente com o novo aterro, formado ao longo da praia, se poderia edificar uma cidade nova muito grande, e com todas as proporções que se quisesse, dispondo as ruas de sorte que recebessem a viração da barra; dando-se ao terreno novamente formado toda a altura necessária para o escoamento das águas; e poderia ficar abaulado uma parte fronteira à praia de S. Domingos, e outra para a de Nossa Senhora da Glória.

^d Nicolas Durand, chevalier de Villegagnon (1510-1571), almirante francês, que propôs a Coligny a criação de uma colônia francesa no Brasil onde os protestantes poderiam praticar a sua fé. A expedição que chefiou e, que se realizou em 1555, tomou posse de uma ilha perto do Rio de Janeiro e permitiu a constituição da projectada colônia. Villegagnon envolveu-se, porém, em disputas religiosas e, suspeito de heresia pelos católicos e de apostasia pelos protestantes, acabou por regressar a França em 1568.

moda⁵, soberbo e altivo com a força e robustez do seu braço⁶, sem mais vestidos do que aquele, que lhe deu a natureza, vive e dorme descansado, sem jamais se lembrar donde lhe há-de vir o sustento para

Da parte fronteira à praia de Nossa Senhora da Glória, e à terra firme se poderia fazer um canal, para dar passagem às águas vertentes de Matacavalos, por baixo dos canos da Carioca, que corresponde aos canos das águas livres de Lisboa, até sair à praia junto do Seminário da Senhora da Lapa, sempre encostado pela praia até à barra do rio Catete, junto ao monte de Nossa Senhora da Glória; em cuja barra se poderia fazer um dique, que recebendo a água do rio por uma parte, lhe desse saída pela outra, para sempre se conservar limpo de lodo, e de areia, e com portas para se abrir, e fechar, e esgotar as águas, quando dentro dele se quizesse trabalhar. Não se poderia temer a que o rio, ou o canal da barra do Rio de Janeiro se entulhasse com uma tal obra, por ser o fundo dela de pedra, e a corrente das marés tão fortes naquele estreito, que não deixam ali parar as areias.

Para toda esta obra não seria necessário que a Fazenda Real gastasse, nem que se pusesse algum tributo; bastaria que se mandassem avaliar todos os prédios edificados sobre o dito monte do Castelo, e que uma companhia de negociantes se obrigasse a pagar aos proprietários dos ditos prédios o valor da avaliação, a pagamentos conforme se ajustassem, ficando para os associados livre de direitos todo o ouro que se extraísse do dito monte (que diziam ter sinais de haver muito), e todo o terreno da base do dito nome, e o que eles pudessem estender ao longo da praia de Nossa Senhora da Glória até a fortaleza do *Villegagnon*, que poderia servir de castelo de defesa da cidade: e como, desmontado o monte do Castelo, ficaria gozando da melhor vista, e dos melhores ares de toda a cidade o monte de Santo António que lhe fica fronteiro (que de presente suponho ainda sem algum edifício, ao menos nobre) se poderia dar a parte dele desocupada aos ditos associados, como parte da paga daquela obra, além dos auxílios que mais se julgarem justos.

A cidade velha se poderá ir pouco a pouco reduzindo a quintas, e a grandes praças de quem tem falta, dando-se-lhe a altura proporcionada para o escoamento das águas pelos grandes canos, que de necessidade se deverão abrir; com um tal benefício, depois de livre do monte do Castelo, ficará com mais ar, e mais saudável, e se poderá reduzir à perfeição; mas tudo isto só com o tempo se poderá fazer, sabendo-se contudo aproveitar a ocasião^e.

⁵ Vasconcelos, liv. 2 das *Notícias curiosas do Brasil*, nº 103^f. Por conclusão deste livro, e descrição do Brasil, em que temos escrito as qualidades da terra, o temperamento do clima, a frescura dos arvoredos, a variedade das plantas, e abundância de frutos, as ervas medicinais, a diversidade de viventes, assim nas águas, como na terra, e as aves tão peregrinas, e mais prodígios da natureza, com que o autor dela enriqueceu este novo mundo, poderíamos fazer comparação, ou semelhança de alguma parte sua, com aquele paraíso da terra, em que Deus nosso senhor como em jardim pôs o nosso primeiro pai.

⁶ Herrer., d., part. 13, sect. 4, de *Brasil*, cap. 3. *Brasilia est regio valde temperata, jucundum, et salubrem aerem habens. Incolae vitam plerunque ad nonaginta, centum, et plures annos producunt. Nac aestus, nec frigus est intensum. Stad., d., part. et cap. 2. Agiles sunt, et justa membrorum proportioe vafri, et malitiosi admodum, hostibus suis adeo infesti, ut extreme eos persequantur, et captos devorent. Lery, Hist. navigat. in Brasil, cap. 7. Il corpus nec prodigiosum, nec monstruosum habent; sed nostrum, qui in Europa vivimus, persimile quod ad staturam spectat. Sunt quidem fortiores, robustiores, saniores, et minus obnoxii morbis. Pauci apud eos sunt claudi, pauci altero privato oculo: deformes fere nulli: licet etiam centesimum ac vigesimum aetatis annum saepe attingunt... pauci tamen canescunt. Id vero regiones illius temperiem indicat, quae cum nullis frigoribus, aut prinis torreatur, virides herbas, agros, et arbores semper habet: ipsi quoque molestis, ac curis omnino vacui Juventutis in fonte labra rigasse videntur.*

^e Nota acrescentada na 2ª edição.

^f A referência completa da obra do P^e Simão de Vasconcelos é: *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*, Lisboa, João da Costa, 1668.

o outro dia. O arco, e a flecha é toda a sua riqueza; é toda a sua indústria⁷. Assim vivem milhares e milhares de homens⁸, sem trabalharem para comer⁹, que parece nasceram só para gozar¹⁰. A terra da promessa regada do mel¹¹, e do leite ali se vê retratada¹².

⁷ Herrer., d., part. 13, sect. 4, cap. 1, *de Brasil. Haec gens, omnesque Incolae cujuscunque prosapiae fuerint, nudī incedunt, nec vel minimum erubescunt: imo tam boneste, ac modeste inter se conversantur, quasi adhuc in statu innocentiae viverent.* Lery, d., cap. 7. *Caeterum viri, foeminae, infantes nudī prosus incedunt, nec ulla corporis partes unquam tegunt, nullo ejus nuditatī pudore.*

⁸ O índio para ter lume não precisa de pedra, nem de fuzil: com um pedaço de pau de guaxima, ou de qualquer outro, seco, e duro, aguçado em uma ponta, esfregando com as mãos com um fuzo, sobre outro pau seco, e brando, que ele prende com os pés, como se o quisesse furar, aparece logo fumo, e brasa; à qual ele aplica um pouco de algodão, ou de folhas secas, em lugar da isca, para delas tirar todo o lume de que precisa⁸.

⁹ Herrer., d., cap. 1. *Victum, et alimentum suum plerunque ex eo sumunt terra sponte, et absque ulla satione profert.* Stadius, d., part. 2, cap. 2. *Sunt in ea regione fruges quaedam, et arbores etiam frugiferae, quae victum hominibus pariter, et animantibus praebent: et cap. 3. Feras per deseta venatur, quas ingeniose admodum jaculis configere novit... Vescitur melle etiam apum silvestrium, quod illic abundat. Norunt... ferarum voces, et clamores, tum avium linguas, et concentus ingeniose imitari, quo facilius illis imponant, et jaculis etiam consequantur. Focum Instruunt morereliquorum scintillas ex lignis collis, seu sibi invicem attritis clicitunt.* Condamine, *Voyage de la Rivière des Amazones*, pag. 159^a. *La nature semble avoir favorisé la paresse des indiens, et avoir été au-devant de leurs besoins: les lacs et les marais, qui se rencontrent à chaque pas sur les bords de l'Amazone, et quelquefois bien avant dans les terres, se remplissent de poissons de toutes sortes, dans le tems des crues de la rivière: et lorsque les eaux baissent, ils y demeurent renfermés dans des étangs, ou réservoirs naturels, où on les pêche avec la plus grande facilité.*

¹⁰ No Brasil não se conhece a peste tão frequente, como se vê na Europa, sem exceptuar Portugal, de que tantos estragos refere a nossa história, e a da Espanha, e modernamente se tem visto em *Cádiz*, *Málaga*, e *Cartagena*: também não se conhecem as febres amarelas, tão conhecidas na América Setentrional; as bexigas, e os males, que ainda hoje conservam ali o seu nome, foram levados de presente aos selvagens daquela parte do mundo pelos que se diziam os mais civilizados da Europa. Vej. a Carta escrita do Rio de Janeiro por um francês companheiro de *Villegagnon*, em 8 de Maio de 1556 copiada por Lery no fim da sua obra *Histor. Navigat. in Brasil*, onde diz: *Barbari a nostro adventu pestilenti, et contagiosa febre correpti fuere, qua plures octingentis perierunt.* *Histor. Philos.*, tom. 3, liv. 6, chap. 11, pag. 184 et chap. 22, pag. 253. *Un grand nombre furent la victime des maladies bonteuses, que leurs inbumains vainquers leur avoient*

⁸ Nota acrescentada na 2ª edição.

^h Azeredo Coutinho cita de Joanne Stadius ou Johann van Staden (1527-1579), *Americae tertia pars, memorabilem provinciae Brasiliae historiam continens*, Francoforte, 1592 (tradução latina do original alemão, saído em 1556) e *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale depuis la côte de la mer du sud jusqu'aux côtes du Brésil et de la Guyane, en descendant la rivière des Amazones*, Paris, 1745 de Charles Marie La Condamine (1701-1774), viajante e matemático francês, que participou, com Godin e Bouguer, numa expedição organizada pela Academia das Ciências de França ao Equador, que durou 10 anos. Durante esse tempo teve ocasião de fazer a descida do Amazonas.

portées¹. Cook na sua *Segunda Viagem às Ilhas do Mar do Sul* trata com individualização deste objecto, quando diz, que os índios da Ilha do *Otabelle* se queixaram do mal, que lhes fizeram alguns dos companheiros da sua primeira viagem àquela ilha. Mr. La Harpe, *Histoire Générale des Voyages*, tom. 20, pag. 7^b. *Le commerce des otabitiens avec les habitants de l'Europe, les à déjà infectés de la maladie vénérienne, ... et ce sont les anglais ou les français qui y ont porté cette maladie... nous fîmes des recherches à cette occasion, et lorsque nous entendîmes un peu la langue des insulaires, nous apprîmes qu'ils en étaient redevables aux vaisseaux qui avaient mouillé sur le côté oriental de l'île, quinze mois avant notre arrivée. Ils la distinguaient par un mot qui revient à celui de pourriture, et auquel ils donnaient une signification beaucoup plus étendue; ils nous décrivent, dans les termes les plus pathétiques, les souffrances des premiers infortunés qui en furent les victimes; ils ajoutèrent qu'elle répandit parmi eux une terreur et une consternation universelle; que les malades étaient abandonnés par leurs plus proches parents, qui craignaient que cette calamité ne se communiquât par contagion, et qu'on les laissât périr seuls dans des tourments qu'ils n'avaient jamais connus auparavant.* Alguns sábios professores de medicina têm já mostrado, que tais moléstias eram conhecidas na Europa ainda antes da descoberta da América (*). Aos olhos de algum impostor, que só sabe ralar, e repetir o que os outros disseram, esta nota parecerá talvez ociosa: mas ela parece justa, e necessária ao que deseja saber a verdade; e ao que conhece, que o homem bem educado não só deve defender a honra da sua pátria; mas também a estimação, que merece o lugar do seu nascimento, pela salubridade dos seus ares.

(*) Vej. *Dissertation sur l'origine de la maladie vénérienne* par M. Sanches: Paris, 1752. *Examen historique sur l'apparition de la maladie vénérienne en Europe*: Lisbonne, 1774. Petr. Martyr ab Anglerica, *Decad. America*, Le docteur Hunter dans les *Transactions Philosophiques*; e outros¹.

¹¹ Em Angola há muita abundância de abelhas da mesma espécie das da Europa; e dali vai muita cera para o Brasil: seria muito útil, que de Angola se transportasse também para lá esta espécie de abelhas; por ser a cera de melhor, e mais clara do que a das abelhas do Brasil: elas serão de uma produção imensa em um país onde as árvores estão sempre floridas; os frutos, as canas doces, e o açúcar se acham ali em qualquer parte.

¹ Azeredo Coutinho refere aqui a *Histoire Philosophique et Politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*, 4 vols., 1770, do célebre escritor e historiador radical abade Guillaume de Raynal, obra em cuja redacção Diderot terá também participado. Não deixa de ser interessante que Azeredo Coutinho tenha recorrido a um trabalho que expressa - pelos seus incessantes ataques contra o poder temporal do Clero - valores e posições antagónicas das suas.

¹ Referência a *Voyage dans l'Hémisphère Austral et autour du monde, fait sur les vaisseaux du roi l'Aventure et la Résolution en 1772, 1773, 1774 et 1775* e *Observations faites pendant le second voyage de M. Cook ... sur la géographie, l'histoire naturelle et la philosophie morale*, Paris, 1778, tradução francesa do relato original da segunda viagem do célebre navegador e explorador inglês, James Cook (1728-1779).

² Azeredo Coutinho cita aqui a edição da *Histoire générale des voyages*, de Prévost, publicada em Paris, em 1780, com as correcções e aditamentos introduzidos por Jean-François de La Harpe (1739-1803), escritor e crítico francês, tradutor de *Os Lusíadas*.

¹ Nota acrescentada na 2ª edição. Azeredo Coutinho cita: *Dissertation sur l'origine de la maladie vénérienne*, Paris, 1752, Leide, 1777, e *Examen historique sur l'apparition de la maladie vénérienne en Europe*, Lisboa, 1772, do célebre médico estrangeirado António Ribeiro Sanches; *De Orbe Novo Decade*, Sevilha, 1511 (edição completa em 1530), de Petro Martyr ab Anglerica ou Pietro Martyre d'Anghiera (1455-1526), italiano que esteve em contacto, em Espanha, com os grandes navegadores da época e que narra na sua obra o início da história das descobertas. Refere-se ainda uma contribuição para as *Philosophical Transactions* da Royal Society de Londres de John Hunter (1728-1794), cirurgião e anatomista inglês, autor de *Treatise on the venereal disease* (1786).

§ IV

Aquele precioso torrão produz imenso gado de toda a espécie: o vacuum é tanto, que a maior parte dele só se mata para se lhe tirar a pele¹³; os muitos milhares de coiros, que todos os anos vêm daquele continente fazem ver esta verdade¹⁴: a abundância do leite é em consequência à proporção. As carnes, que bastam para o consumo do

As abelhas que actualmente há, são de três espécies^m, como diz Stad., d., cap. 35. *Tria genera apum illic proveniunt: primum fere cum nostris conferri potest: alterum migrum est, et muscarum magnitudine: tertium minus est, nec culices superat. Hae omnes in arboribus exesis mellificantipse cum Barbaris sapius mel de triplicis hujus generis alvearis exemptum collegi; quod minimum vero earum genus confecerat ut olurimum praestabat: sed illae aculcos habent tam acres, atque nostrae.* Labat, *Voyage aux Isles d'Amérique*, tom. 2, chap. 20ⁿ. *Les abeilles sont de moitié plus petites, que celles d'Europe; elles sont plus noires, et plus rondes; il ne parait pas qu'elles ayent d'aiguillon, ou si elles en ont, il faut qu'il soit si foible, qu'il n'ait pas la force de percer la peau... Leur miel est toujours liquide, et ne se fige jamais; il est de couleur d'ambre, et de la consistance de l'huile d'olive. Il est extrêmement doux, et agréable.* Lery, d. cap. 12, in fin. *Quotiescunque novi illius orbis imago ob oculos observatur, aerisque temperiem, animantium multitudinem, avium varietatem, arborum, et plantarum elegantiam, fructum denique bonitatem animo recolo, toties Prophetae ista Psalmi 104. exclamatio mihi in mentem venit:*

*O' quae vis fuit illa, quae potestas!
Quae prudentia multiplex, creandis
Tot rebus simul, et simul regendis!
Nam quacunque patet globosa tellus,
Vis quoque Imperii tui patescit.
Buchanano no Poema da Esfera;
.....Brasiliquae arva,
Arva voluptati tenerae, blandisque dicata
Delictis; cornu quae copia larga benigno
Et veris genialis bonos fovet, aurea durate
Mala ferunt silvae, ridet vestita colores
Terra novos, odor ambrosius de sua ibus balat
Floribus, et mixtis volucrum strepet aura querelis.*

¹² *Educam vos ad terram fluentem lacte, et melle,* Exod., 3, 17.

¹³ Pita, *História da América*, liv. 1, nº 60 e seg.

¹⁴ Nos sertões do Brasil onse se criam muitos gados, e principalmente no Rio Grande de S. Pedro do Sul, não só há muitos coiros de gado vacuum, que podem ser de muita utilidade sendo curtidos, e os seus restos, ou garras reduzidos a cola ou grude; mas também há outros muitos coiros, que se podem curtir com cabelo, como são os das onças, os das lontras, ou cachorros de água, cujos pêlos serão tão bons, ou talvez melhores para os chapéus finos, do que o do castor; da mesma sorte o da preguiça, cujo pelo recebe todas as tintas como o algodão, ou qualquer lã, poderão ser de interesse para o comércio^o.

^m Este excerto foi acrescentado na 2ª edição.

ⁿ *Nouveau Voyage aux Îles de l'Amérique*, 6 vols. Paris, 1722, de Jean-Baptiste Labat (1633-1738), missionário francês, que explorou as Antilhas. Adiante, Azeredo Coutinho evoca o poema latino *De Spbaera*, do mais destacado humanista escocês, George Buchanan ou Georgio Buchanano (1506-1582), publicado em 1555.

^o Nota acrescentada na 2ª edição.

país, são nada em comparação das que se desperdiçam; as aves, as feras, os tigres são os que se aproveitam deste supérfluo: e todo este desperdício se faz pela carestia do sal¹⁵.

§ V

No continente das Minas, principalmente das Gerais, o sal é tão necessário até para os alimentos, que dele precisam não só os homens, mas também os gados, e todos os outros animais. Desde que se sobe a grande serra, do mar para as minas, é necessário dar sal principalmente às bestas, que muitas vezes não querem comer sem ele. Os campos daquelas Minas, ainda que produzem muita erva, não têm contudo todo o sal necessário para o gosto, e nutrição dos gados: e por isso ou se hão-de perder tantos campos, ou se há-de dar sal aos gados, por um preço muitas vezes mais caro, do que eles valem¹⁶.

§ VI

O sal, este género da primeira necessidade para a conservação das carnes¹⁷ e dos pescados, é naqueles sertões de uma carestia

¹⁵ No Brasil a natureza produz o sal naturalmente; na Baía junto a Cabo Frio, e na outra perto do Cabo de S. Roque é tanto, que podem-se carregar muitos navios. Veja-se Vasconcelos, liv. I das *Notícias antecedentes do Brasil*, nº 42 e nº 57; mas é proibido o comércio livre deste género naquele país; por ser um contrato régio neste reino. V. Pita, d., pag. 124, nº 96, liv. 2, sobre as grandes salinas de Cabo Frio^P.

¹⁶ É digno de notar-se, que em alguns outros campos, mais para o interior dos sertões, há terras naturalmente impregnadas de sal, a que chamam *barreiros*, em que se cria muito gado, ao qual a natureza ensinou, assim como a todos os outros animais, e ainda às aves daqueles contornos, a irem comer daquele barro. A concorrência de tantos animais tão diferentes, e tão variados nas suas cores, juntos em um só passo, apresenta o mais belo espectáculo ao olho contemplativo do filósofo; desafia a cruel paixão do caçador, e a traição das aves, e das feras carniceiras, que muitas vezes só matam para beber o sangue das suas vítimas.

¹⁷ É sabido, que as carnes se conservam muito bem em espírito de vinho; e como no Brasil há, e pode haver muita abundância de aguardentes, extraídas não só das canas do açúcar, e do mel, ou melaço, mas também do milho, e das frutas, ainda mesmo silvestres, do sapê, e de muitos outros vegetais; seriam de grande utilidade para a conservação das carnes, ao menos das mesas de luxo, por serem mais saudáveis, e

^P O comércio do sal constituía, como o tabaco ou a pesca da baleia, um monopólio régio, que era arrematado em hasta pública, através de um contrato. Tratava-se de um negócio importante em que se interessavam alguns dos maiores negociantes e capitalistas portugueses da época, como o barão de Quintela. Ainda depois da independência, quando se tratou de negociar um tratado de comércio entre Portugal e Brasil, uma das principais pretensões dos negociadores portugueses era a concessão, pelo Brasil, do exclusivo do fornecimento do sal a Portugal.

suma. O sal com que naqueles sertões se salga um boi custa duas, e três vezes mais, do que vale o mesmo boi; da mesma sorte o peixe. No Rio Grande custa um boi 700 réis, um cavalo 600 até 800 réis, um macho, ou a melhor besta muar não passa de 1600 réis: um queijo de 9 arratéis 160 réis, um arrate de manteiga 40 réis, etc.

§ VII

Para o Brasil é proibido o comércio do sal; só se concede este privilégio a um arrematante, que paga anualmente à Fazenda Real 48:000\$000 réis. O arrematante deste privilégio tira do Brasil mais de 96:000\$000 réis; 48 para a Fazenda Real, e mais de 48 para ele, e seus sócios, agentes, recebedores etc. além do custo principal do sal, e seus fretes: e quanto mais para o interior dos sertões, aonde há mais gados, e por consequências onde o sal é mais necessário, é tanto mais caro, quanto mais se multiplicam os fretes dos carros em bestas, e pelo meio de serranias intratáveis. No Serro do Frio, quando o sal é mais barato, um prato não custa menos de 225 réis. Naqueles sertões enfim um prato de sal é um dos maiores presentes que se fazem¹⁸.

§ VIII

Além dos muitos contos de réis, que se tiram todos os anos do Brasil para se enriquecer um homem, que remata o contrato do sal⁹;

conservarem talvez melhor o gosto das carnes frescas, do que com o sal: o mel, ou melão, depois de fervido e de purificado, conserva frescas as frutas, os ovos, e as sementes por muito tempo, sem corrupção, sendo mergulhadas, e bem tapadas, de sorte que lhes não chegue o ar⁹.

¹⁸ Nos sertões das Minas Gerais, e principalmente junto às margens do Rio de S. Francisco há terras muito impregnadas de sal marinho, das quais se poderia extrair muito pelo meio da refinação, assim como também das águas muito salgadas dos rios denominados o Sangrador, Freixas Grandes, Pirapitanga, na estrada que vai para Mato Grosso entre os dois rios Cuiabá, e Paraguai, rios salgados, que talvez tenham as suas origens em algumas minas de sal gema. Vej. o meu *Discurso sobre as Minas do Brasil*, cap. 4, pag. 55: seria muito útil, que ali se estabelecessem fábricas de refinação do sal em vasos de barro, e não de cobre, nem de outro metal, que possa ser prejudicial à saúde⁹.

⁹ Nota acrescentada na 2ª edição.

^r Nota acrescentada na 2ª edição. Azeredo Coutinho remete para o seu *Discurso sobre o Estado Actual das Minas do Brasil*, Lisboa, Impressão Régia, 1804.

^s Como se assinalou acima, o contrato de exploração do monopólio do comércio do sal constituía um grande negócio para os seus arrematadores. No entanto, em 24 de Maio de 1795, sintomaticamente no ano seguinte à publicação da 1ª edição do *Ensaio Económico*, um aviso do ministro Luís Pinto de Sousa vinha anunciar, para o termo do contrato então

perdem, ou deixam de lucrar os colonos, e todo o comércio de Portugal os interesses incalculáveis, que aliás poderiam tirar da grande abundância dos pescados, e das carnes salgadas, dos toucinhos, dos queijos, das manteigas, etc.; e o Erário Régio só por 48:000\$000 réis, que recebe todos os anos, se priva de muitos 48 contos, que necessariamente deveriam produzir os direitos destes géneros nas alfândegas, se a carestia do sal os não fizesse impraticáveis.

§ IX

Sem carnes, nem peixes salgados, a marinha de Portugal se reduzirá sempre a coisa muito pouca; não haverá carga para muitos navios, não haverão marinheiros, nem escola para eles. Os fretes serão sempre muito caros, e de necessidade hão-de carregar sobre os açúcares, e sobre os outros géneros da agricultura das colónias; e por consequência nunca poderá esta entrar em concorrência com a dos estrangeiros, que navegam por um preço mais cómodo¹.

§ X

Os sertões, que mais abundam de gados, são os menos habitados: um só homem é senhor de um grande terreno, coberto de muitas mil cabeças de gado: e como o luxo cresce à proporção da grandeza da povoação, vem o luxo de tais habitantes, por isso que são poucos, a ser também muito pouco, em comparação do muito que eles possuem quasi sem trabalho; a natureza só é a que chama aqueles gados, para trabalharem em benefício daqueles colonos criadores¹⁹.

¹⁹ Um fazendeiro criador de gados em Pernambuco me disse, que enquanto ele pudesse vender um boi nas grandes vilas e cidades pelo preço que nelas se vende uma galinha, queria antes criar bois naqueles sertões, do que galinhas, porque estas precisam de milho, e de quem as carregue para as feiras, e praças públicas; e os bois vão por seus pés, e têm pastos em toda a parte^u.

em vigor, a abolição do monopólio, acolhendo explicitamente a argumentação desenvolvida por Azeredo Coutinho. O estanco seria efectivamente extinto, juntamente com o da pesca da baleia, pelo alvará de 24 de Abril de 1801. É importante assinalar a denúncia vigorosa que Azeredo Coutinho faz de um monopólio régio, instrumento típico das políticas de feição mercantilista e de manutenção do sistema colonial que, noutros pontos, aceita.

¹ Na 1ª edição (1794): «mais cómodo, e mais barato»

^u Nota acrescentada na 2ª edição.

§ XI

Um navio carregado das manufacturas da metrópole para o Rio Grande, por exemplo, vestiria, e faria o luxo de todos os criadores daqueles campos: mas este só navio não poderia trazer de uma vez todo o equivalente da sua carga: não em dinheiro; porque o não há, nem o pode haver naqueles sertões, por isso mesmo que eles se consideram sem comércio: não em gêneros; porque são de mais peso, e de menos valor do que os da metrópole; um côvado de baeta no Rio Grande vale mais do que um boi, e contudo pesa muitas vezes menos.

§ XII

Seria necessário, que o navio da metrópole fosse uma vez carregado de manufacturas, e duas e três vazio, fazendo despesas, e sem lucros, para trazer aqueles gêneros até preencher o equivalente da sua primeira carga; pois que de outra sorte o navio da metrópole seria sempre credor, sem nunca poder saldar a sua conta, nem realizar o seu principal: ou seria necessário carregar os fretes, e despesas de duas, ou três viagens sobre os efeitos de uma só; o que certamente seria cortar pela raiz as produções da colónia, e em consequência o comércio da metrópole: logo seria necessário navegar para aquela colónia gêneros, que pouco mais ou menos se equivalam em peso, e valor. Eu não sei que a metrópole tenha algum outro género, que melhor encha todas estas ideias, do que o sal: só ele será capaz de fazer a carga do navio da metrópole, e de produzir o retorno do da colónia^v.

§ XIII

Logo pois que seja livre o comércio do sal para o Brasil, o supérfluo daqueles sertões não será para os tigres; nem o daquelas costas para os monstros marinhos²⁰: o pescador, o criador dos gados, o agricultor, o

²⁰ Não posso deixar de referir aqui o descuido dos moradores de Pernambuco, do Rio Grande, e principalmente de Cabo Frio, e dos proprietários de terras daquela comarca; pois que, concorrendo ali todas as circunstâncias necessárias para grandes

^v Azeredo Coutinho chama justificadamente a atenção para um problema que resultava da própria natureza do comércio no quadro do sistema colonial. O maior valor por unidade de peso das manufacturas - que a metrópole exportava, ou reexportava - em relação aos gêneros coloniais, exportados pelo Brasil, prejudicava o equilíbrio entre os carregamentos e os retornos e dificultava a navegação. Mas esta era a estrutura característica do comércio no quadro dos impérios coloniais, a troca de produtos manufacturados por gêneros alimentares e matérias-primas.

comerciante darão as mãos entre si; eles virão logo sustentar a metrópole de carne²¹, peixe, pão, queijos, manteigas, e de todos os víveres. Só por esta porta entraram para o Erário Régio muitos 48 contos de réis²²; e Portugal irá descobrir tesouros inexauríveis, mais ricos que o Potosí.

pescarias, de que podem tirar grandes utilidades, se não sabem aproveitar de tanto bem: ali o sal se forma com muita abundância pela simples obra da natureza, por cuja causa ficaram isentas do contrato real do sal as ditas capitánias, como é expresso na condição nona do mesmo contrato, que diz assim; «os moradores das ditas capitánias de Pernambuco, Cabo Frio, e Rto Grande, poderão usar livre de todo o sal, que produz a natureza, e se fabrica nas ditas salinas; mas de nenhuma sorte nem eles, nem outra alguma pessoa, o poderão navegar para a Baía, Rio de Janeiro, e Santos, nem para outras capitánias, ou ilhas daqueles distritos.» Todo o peixe que corre em grande abundância por aquela costa do sul, de necessidade passa por aquele Cabo, ou seja indo, ou vindo: as praias, indispensáveis para as secas, e salgações dos peixes, (e que têm sido causa de grandes contestações entre os ingleses, e os holandeses nas costas de Escócia) são em cabo Frio muito amplas, e dilatadas, e sem contestação que faça algum estrangeiro: nas vizinhanças daquele Cabo há a grande aldeia de S. Pedro, de índios já domesticados, que todos podem servir naquelas pescarias por preços muito módicos; e até mesmo as mulheres, e os rapazes para escalar, salgar, estender, e recolher os peixes nas praias. Se ali se estabelecessem boas fábricas de pescarias, à imitação das do Algarve, Sines, Sesimbra, etc., seriam sem dúvida de uma riqueza imensa para os proprietários das redes, das salinas, das terras; e de um grande socorro ao menos para a sustentação da marinha de comércio daquelas costas, e dos escravos, principalmente das lavouras.

²¹ Da muita abundância de carnes daqueles sertões se podem fazer pastilhas de geleia, que sendo de fácil condução, e conservação, podem ser de muita utilidade para os doentes dos hospitais^w.

²² Não digo contudo que o Erário Régio ceda em benefício das colónias os 48:000\$000 réis, que anualmente recebe do contrato do sal; só sim que seja livre para o Brasil o comércio do sal, pelos grandes interesses, que hão-de resultar muito em dobro ao mesmo Erário, e aos povos: e que o tributo dos ditos 48:000\$000 réis, se ponha em qualquer outro género, que não seja tão prejudicial ao grande comércio, e interesses de todo o Estado: o que tudo se poderia conseguir mandando-se, que as câmaras daquele continente rateassem a dita quantia entre si à proporção do sal, que do contrato gasta cada cidade, vila, ou comarca; e que ficasse livre às mesmas câmaras, como mais bem instruídas dos seus interesses particulares, o poderem por aquele tributo, ou contribuição correspondente à sua parte, em alguns outros géneros, que fossem menos pesados a cada repartição. E quando, por ser evidente o prejuízo, que o contrato ou o monopólio do sal causa aos interesses do Estado, parecesse a S. Alteza Real, que ele se deveria haver já por extinto; como em tal caso seria muito justo, que se desse ao actual contratador uma certa quantia durante o resto do tempo do seu contrato, pelos seus lucros cessantes, a que ele tem direito pela boa fé com que arrematou o dito monopólio; parece-me que aqueles povos considerando bem nos seus interesses, de muito boa vontade, e prontamente contribuirão com mais 4, ou 5 contos de réis anualmente para o dito contratador; e que acabado o seu contrato, ficassem para sempre estes 4, ou 5 contos acumulados aos ditos 48:000\$000 réis, em utilidade do Erário^x. Aqueles povos conheceriam sem dúvida, que ainda desta sorte vinham eles a lucrar por uma parte os muitos contos de réis, que aliás tiram deles os contratadores, ou arrematantes do dito contrato, ao menos para pagar aos seus caixas, e agentes; e por outra parte lhes ficaria aberta a porta para um comércio imenso de carnes, peixes salgados, manteigas etc.: e os mesmos proprietários das mari-

^w Nota acrescentada na 2ª edição.

^x A parte restante desta nota foi acrescentada na 2ª edição.

CAPÍTULO II

Portugal pelo grande supérfluo que tem, e pode ter das suas colónias, deve necessariamente promover o comércio da navegação

§ I

A abundância, e o supérfluo, que sobeja do necessário de uma nação, é que forma o objecto do seu comércio. A agricultura, e a indústria são a essência: a sua união é tal, que se uma excede a outra, ambas se vêm a destruir por si mesmas. Sem a indústria os frutos da terra não terão valor, e se a agricultura é desprezada, acabam-se as fontes da indústria, e do comércio^a; deste mar imenso, que anima e sustenta milhões, e milhões de braços no meio da abundância, sem a qual tudo cai na languidez, no ócio, no vício, e na miséria.

§ II

Um grande comércio pede uma grande navegação: e como os proveitos da navegação procedem das somas dos proveitos da agricultura, e das manufacturas; segue-se, que a navegação é um dobrado aumento de forças reais, e relativas de um corpo político. Tudo quanto uma nação ganha de uma parte, diminue a potência real, e relativa das suas rivais; e reciprocamente se aumenta de tudo quanto elas perdem^b.

§ III

A política distingue três objectos diferentes na navegação. I. A occupação que ela dá às gentes do mar, que fazem o trabalho dela. II.

nhas fariam um maior comércio, pelo maior consumo, que necessariamente se havia de fazer do seu género; consumo, que por agora ou no estado do dito contrato, se faz impraticável pela sua mesma carestia.

^a Esta ideia de que a economia é uma articulação, em plano de igualdade, dos sectores fundamentais coloca Azeredo Coutinho contra a corrente dominante do pensamento económico em Portugal do período em que escreve. De facto, o discurso sobre a economia revela nessa época um claro predomínio de um agrarismo doutrinário. v. Jorge Miguel Pedreira, «Agrarismo, industrialismo, liberalismo. Algumas notas sobre o pensamento económico português (1780-1820)», in *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa, 1988, pp.70-75.

^b A ideia de que o ganho de um representa sempre a perda de outro, de que a riqueza possui, portanto, um carácter finito, constitui um dos axiomas do mercantilismo, a que Azeredo Coutinho adere sem reservas.

A construção dos navios, que é necessário considerar como uma fábrica. III. A utilidade que ela procura ao comércio pelo transporte das produções, e das manufacturas; transporte, que além da comodidade que ele dá ao comércio, é ainda lucrativo para o povo que o faz. Estes três objectos merecem ser mais claramente desenvolvidos.

§ IV

Um país bem povoado, cujas províncias são situadas junto ao mar, que tem costas de uma grande extensão, aonde os habitantes nascem com uma inclinação decidida para a vida marítima; um tal país pode ocupar na navegação um muito grande número de homens, que todos ganham muito mais neste mister, do que não teriam feito trabalhando por dia na lavoira, rasgando a terra, ou applicando-se a alguma outra profissão comum. E como as gentes do mar vivem quasi sempre a bordo dos seus navios, aonde eles não podem fazer grandes despesas de luxo; trazem para a sua pátria, ou para o seio da sua família, aquilo que eles poupam dos seus salários, ou que ganham em algum pequeno tráfico. Todo este dinheiro é ganhado para o Estado, e aumenta a massa das suas riquezas^c.

§ V

Aqueles que têm visto construir, e equipar navios, sabem quantos obreiros de diferentes misteres são neles empregados. Carpinteiros, calafates, mestres de velame, cordoeiros, tecelões, ferreiros, marceneiros, armeiros, pintores, torneiros, vidraceiros, escultores, e uma infinidade de muitos outros artistas concorrem a pôr um só navio em estado de sair ao mar. Muitas produções de um país, como o ferro, o linho cânhamo²³, e todo o género próprio para cordas, e amarras, a

²³ Além do linho cânhamo, de que há, e pode haver muita abundância no Brasil, há também o chamado linho da terra, que ali nasce naturalmente, o qual depois de preparado é muito mais fino, e mais macio do que o da Europa, assim como também há outros muitos géneros próprios para cordas, cabos, amarras etc. Vej. o meu *Discurso sobre as Minas do Brasil*, Cap. 4, pag. 65^d.

^c Como Sérgio Buarque de Hollanda fez notar, na apresentação à edição que fez do *Ensaio Económico*, estes dois parágrafos traduzem fielmente uma passagem do capítulo XV, do tomo I de *Institutions Politiques* (Haia, 1760), do Barão de Bielfeld, livro que, de resto, Azeredo Coutinho cita abundantemente; v. *Obras Económicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*, apresentação de Sérgio Buarque de Hollanda, São Paulo, 1966, pp.45-46.

^d Nota acrescentada na 2ª edição.

madeira, o alcatrão, o breu²⁴, etc. entram na fábrica de um navio; o que tudo aumenta o consumo geral de um modo muito vantajoso para o Estado: debaixo deste ponto de vista a navegação deve ser olhada como uma imensa manufactura, e como tal merece as mesmas atenções que as primeiras manufacturas do Estado.

§ VI

Mas quando se trata do provimento para a viagem, então se aumenta mais o consumo para completar as provisões de boca, e de todas as necessidades imagináveis, que os proprietários dos navios são obrigados a fazer para uma tal viagem: e quanto mais a navegação é considerável, tanto mais estas provisões aumentam, e favorecem o giro do comércio; e resulta daqui ainda uma outra vantagem importante para o Estado, em que todas estas provisões, tendo sido feitas no porto donde sai o navio, o país não sofre alguma diminuição no consumo dos seus géneros pela ausência das gentes do mar; o capitão, os officiais, e os marinheiros, que formam a equipagem, tanto a bordo como em terra, são vestidos, e sustentados das produções, e manufacturas do seu país.

§ VII

A utilidade, que a navegação traz ao comércio pelo transporte das mercadorias, não é menos palpável. Quando um Estado não tem navegação, ou não tem bastante à proporção das suas produções; os negociantes estão sempre na necessidade de esperar a chegada dos navios estrangeiros, dos quais os nacionais não são senhores de os fazer ir, e vir quando eles quizerem. As mercadorias, que se querem enviar para fora, e as que se fazem vir do estrangeiro, ficam muitas vezes longo tempo nos armazéns, onde se arruinam, ou recebem perda, e se consomem os interesses; e a ocasião, ou o momento próprio para a venda se perde muitas vezes sem remédio.

²⁴ Nos sertões, principalmente de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, e do Ceará se acha breu destilado de algumas árvores pelo simples calor do sol, assim como também outras muitas gomas, e resinas, e o cheiroso beijoim, que é tanto melhor, quanto ele se tira das árvores, tal qual o cria a natureza: nas igrejas de Pernambuco se faz um grande uso dele em lugar do incenso: porém erradamente para o limparem das partes estranhas, que se pegam nele, o fazem ferver, e o reduzem a pães para o venderem, e com esta operação lhe fazem evaporar o óleo essencial do seu cheiro suavíssimo, e o deixam reduzido à parte térrea com muito pouco cheiro^e.

^e Nota acrescentada na 2ª edição.

§ VIII

Mas isto ainda não é tudo. A comodidade de uma própria navegação é também uma comodidade lucrativa; porque fazendo sempre as despesas do transporte parte do valor de uma mercadoria, é claro que os consumidores estrangeiros de todas as mercadorias exportadas são obrigados a pagar todas as despesas da navegação, que os vassallos da nação exportante tem ganhado. Da outra parte o valor das mercadorias importadas pelos mesmos diminui na balança geral do comércio tudo o que tem custado o seu frete, que tem sido ganhado pelos nossos concidadãos. Em um país aonde se faz um grande comércio, esta dobrada vantagem é imensa.

§ IX

Sobre estes princípios incontestáveis é fundada a máxima política, que todo o Estado que está nas circunstâncias de ter uma navegação, deve animar os seus vassallos por todos os meios possíveis: porque um povo que deixa fazer por outros uma navegação, que ele poderia fazer, diminui outro tanto as suas forças reais, e relativas em favor das nações suas rivais.

§ X

Estes interesses respectivos obrigam as nações civilizadas a entreter com grandes despesas forças navais, capazes não só de proteger o supérfluo da sua agricultura, e da sua indústria (únicas raízes destas forças) mas também de perturbar, ou mesmo de arruinar a indústria dos seus inimigos^f. E como o comércio é o que põe estas forças em movimento pela abundância dos marinheiros, que ele tem nutrido, e formado no tempo da paz; é evidente que uma nação civilizada não pode subsistir sem o comércio da navegação.

§ XI

As riquezas dos Estados consistem ou em fundos de terras, ou em efeitos móveis: os fundos de terra por isso que pedem mais a assistência

^f Nesta passagem, Azeredo Coutinho revela novamente professar as concepções mercantilistas, ao propor a ideia de que a promoção da indústria de um país passa pela ruína dos outros países. No quadro do mercantilismo, o fim supremo é o poder do Estado, e a riqueza é um meio para esse fim. Sem ficar expressa, esta proposição parece estar subjacente a esta passagem do Ensaio.

e a vista de seus donos, são ordinariamente possuídos pelos habitantes de cada país, e constituem propriamente a riqueza de cada Estado em particular. Os efeitos móveis, como são dinheiro, bilhetes, letras de câmbio, acções sobre as companhias, navios, e todas as mercadorias, por isso que são universais, e giram por toda a parte, pertencem ao mundo inteiro, que a este respeito compõe um só todo, de que todas as outras sociedades, ou Estados são membros. O povo que relativamente possui mais destes efeitos móveis do universo, é o mais rico; porque entra proporcionalmente com um maior fundo, ou (expliquemos assim) com um maior número de acções na grande companhia do comércio universal.

§ XII

Um Estado que tem poucos, ou nenhuns destes efeitos móveis, ou não deve comerciar com os outros Estados, ou há-de viver sem liberdade; pois que sendo, como é, o fim do comércio aumentar as comodidades dos homens, fazendo das coisas supérfluas úteis, e das úteis necessárias; aumentando um maior número de necessidades a um povo, que só vive do fruto das suas terras, nunca jamais poderá ter um supérfluo tão abundante, que possa saldar, ou igualar o seu luxo com o das outras nações comerciantes, sem que se vá continuamente empobrecendo por uma economia forçada.

§ XIII

Mas como aquele que no comércio paga menos, vai recebendo menos²⁵, virá um tal Estado por essa progressão a acabar finalmente em uma pobreza summa; e a não serem os seus habitantes mais que uns pobres, e miseráveis trabalhadores das outras nações.

²⁵ *Intérêts des Nations de l'Europe*, tom. 1, chap. 4, pag. 56^a. *C'est encore une maxime dont l'expérience depuis longtemps a assuré la vérité, qu'un pays, qui envoie toujours de marchandises, ou de denrées à l'étranger, qu'il n'en reçoit, s'appauvrit sans cesse.*

⁸ *Les Intérêts des Nations de l'Europe développés relativement au commerce*, 2 vols., Leide, 1766, 4 vols. Amsterdão, 1767, de Joseph Accarias de Sérionne (1709-1792), advogado, erudito e publicista francês, que se ocupou de questões relativas à economia e em especial ao comércio.

§ XIV

Logo é necessário, que um tal Estado ou não tenha comércio com as outras nações, e por consequência, que não passe da sua infância, que se conserve na sua primeira barbaridade, sem artes, sem luxo, só contente com a simples produção do seu terreno; ou que a maior parte dos seus habitantes sejam escravos, que só vivam do absolutamente necessário para sustentar o luxo da pequena parte dos seus senhores. A história das viagens de todo o mundo nos faz ver constantemente, que os Estados que vivem reconcentrados²⁶, sem o comércio da navegação, ou são totalmente bárbaros, ou vivem na escravidãoⁱ.

§ XV

E pelo contrário, Estados que pela sua natureza pareciam dever sempre ser pequenos, só o comércio da navegação os fez grandes. Portugal sendo um dos Estados mais pequenos da Europa, só pela sua marinha se fez grande; correio de um polo a outro polo, do oriente ao ocidente, dominou os mares, descobriu um novo mundo; foi enfim o primeiro que da Europa deu leis ao mesmo tempo à África, à Ásia, e à América.

§ XVI

A Holanda é um exemplo dos nossos dias: Inglaterra da mesma sorte se tem feito formidável a todas as nações da Europa, ainda às maiores do que ela duas vezes mais. Toda esta grandeza é o fruto do acto da navegação passado no Parlamento de Inglaterra em 23 de Setembro de 1660, ao qual os ingleses ainda hoje respeitam como seu

²⁶ No estado de liberdade em que já se acha o comércio do Brasil, e de todas as colónias de Portugal, não só é de suma utilidade, mas até de absoluta necessidade a introdução, e concessão livre das feiras, principalmente no interior das terras, para se facilitar todo o género de transportes por terra, e por água em benefício da agricultura, do comércio, e da indústria daqueles povos^h.

^h Nota acrescentada na 2ª edição.

ⁱ Neste parágrafo o Autor enuncia um conjunto de princípios e dicotomias que informam e organizam o seu discurso. Por um lado, no quadro de uma imagem tradicional das idades das nações e da humanidade, estabelece a dicotomia entre barbaridade (infância) e civilização. Por outro lado, distingue entre o «absolutamente necessário» e o supérfluo (luxo). A civilização tem de contar com o supérfluo e, por isso, o comércio constitui ao mesmo tempo um critério de civilização e um agente civilizador. A ideia de que o comércio constrói a civilização terá sido bebida em Montesquieu.

Paládio²⁷: ele é cheio de tanta sabedoria, e de tanta utilidade para animar, e aumentar a marinha, e o comércio da navegação, que pode bem servir de regra para todas as nações marítimas.

²⁷ *Essai sur les intérêts du commerce maritime*, pag. 1741, «Traduction de l'Acte pour encourager et augmenter la Navigation, passé en Parlement, le 23 Septembre 1660.»

Le seigneur ayant voulu par une bonté particulière pour l'Angleterre, que sa richesse, sa sûreté, et ses forces consistassent dans sa marine, le roi, les seigneurs, et les communes, assemblés en parlement, ont ordonné que pour l'augmentation de la marine et de la navigation, l'on observera dans tout le royaume le règlement suivant.

A commencer du premier jour de Décembre 1660, il ne sera apporté ni emporté aucunes denrées ni marchandises dans toutes les colonies appartenantes, ou qui appartiendront à Sa Majesté ou à ses successeurs, en Asie, Afrique, et Amérique, que dans ses vaisseaux bâtis en pays de la domination d'Angleterre, ou qui appartiendront véritablement et réellement aux sujets de Sa Majesté, et des uns et des autres de maître et les trois quarts des matelots au moins seront anglais. () Les contrevenans seront punis par la saisie et confiscation de leurs vaisseaux et marchandises, dont le tiers appartiendra au roi, l'autre au gouverneur de la colonie où se fera la saisie, et l'autre au juges et denonciateurs. Tous les amiraux et officiers ayant commission de Sa Majesté, pourront saisir les vaisseaux contrevenans, partout où ils les trouveront, et seront les dits vaisseaux réputés prises faites sur les ennemis et partagées comme telles. La moitié de leur valeur appartiendra au roi, et l'autre sera partagée entre le capitaine et l'équipage du vaisseau qui les aura arrêtés.*

Il est encore ordonné qu'aucune personne, née hors des États de Sa Majesté, qui ne sera point naturalisée, ne pourra exercer après le premier Fevrier 1661, aucun commerce pour lui ou pour les autres dans les dites colonies, sous les peines ci-dessus portées. Les gouverneurs des dites colonies seront tenus dorénavant de prêter serment publiquement de faire observer les lois y mentionnées, et ils seront déposés quand il y aura preuve qu'ils ayant négligé en aucune façon de les faire observer.

Il est encore ordonné qu'aucunes marchandises du cru de l'Asie, de l'Afrique, ou de l'Amérique, ne pourront être apportées dans aucuns pays et terres de l'obéissance de Sa Majesté, que dans des vaisseaux tels que ceux ci-dessus spécifiés, sous peine de saisie et de confiscation contre les contrevenans.

Il est encore ordonné que les marchandises et denrées d'Europe, ne pourront être apportées en Angleterre, par d'autres vaisseaux que par ceux qui sortiront des ports des pays où se fabriquent les marchandises et croissent les denrées, sous les peines ci-dessus exprimées.

Il est encore ordonné que le poisson de toute espèce, et même les builles et fanons de baleine, qui n'auront pas été pêchés par des vaisseaux anglais, et seront apportées en Angleterre, payeront la douane étrangère double.

Il est encore défendu à tous vaisseaux qui ne seront pas anglais et conformes aux règles ci-dessus exprimées, de charger quoi que ce soit dans un port d'Irlande ou d'Angleterre, pour le porter en aucun autre endroit des États de Sa Majesté; le commerce de port en port n'étant permis qu'aux seuls vaisseaux anglais, et ce, sous les mêmes peines de saisie et de confiscation.

Il est encore ordonné que tous vaisseaux qui jouiront de toutes les diminutions, faites ou à faire sur les droits de la douane, seront les vaisseaux bâtis en Angleterre, ou ceux qui étant de construction étrangère, appartiendront aux anglais, les uns et les autres ayant au moins le maître et les trois quarts de l'équipage anglais. S'il se trouve à l'arrivée de

¹ *Essai sur les intérêts du commerce maritime*, Haia, 1754, publicado anonimamente, mas da autoria de Pierre André O'Heguerty (1700-1763), advogado e economista francês.

quelques vaisseaux que les matelots étrangers y solent en plus grand nombre que le quart de l'équipage, il sera fait preuve que la maladie ou les ennemis auront été cause de l'altération, et ce, par serment du maître et des principaux officiers du vaisseau.

Il est encore ordonné qu'aucune denrée ni marchandises du cru ou manufactures de Moscovie, non plus que les mâts et autres bois, le sel étranger, la poix, le goudron, la résine, le chanvre, le lin, les raisins, les figues, les prunes, les huiles d'olive, toute sorte de bleds et de grains, le sucre, les cendres à savon, le vin, le vinaigre, les eaux-de-vie, ne pourront après le dix Avril 1661, être apportés en Angleterre que dans des vaisseaux tels que ci-dessus. Le même est ordonné pour les raisins de Corinthe, et autres marchandises des États du grand-seigneur, après le 21 Septembre 1661. Nous exceptons seulement ceux des vaisseaux étrangers, qui sont bâtis dans les lieux et pays où croissent ces denrées, et où se fabriquent ces marchandises, ou bien où l'on a coutume de les embarquer, à condition toutefois que le maître et les trois quarts de l'équipage seront naturels du pays d'où viendra le vaisseau, sans quoi il seroit sujet à saisie et confiscation.

Il est encore ordonné que pour prévenir les fausses déclarations qui font les anglois, en déclarant que les marchandises qui sont à des étrangers, leur appartiennent, que tous les vins de France et d'Allemagne qui seront apportés dans les États de Sa Majesté après le 30 Octobre 1660, sur d'autres que des vaisseaux anglois tels que ci-dessus, payeront les droits du roi, et ceux des villes et ports où ces vins seront apportés, comme marchandises appartenantes à des étrangers: et tous les bois, sel étranger, poix, goudron, résine, chanvre, lin, vins d'Espagne et de Portugal, et autres marchandises mentionnés ci-dessus, qui seront apportées en Angleterre après le 10 Avril 1661, sur d'autres vaisseaux que des vaisseaux anglois, et les raisins de Corinthe et autres marchandises du cru et manufactures des États du grand-seigneur, après le 10 Septembre 1661, seront réputés appartenir aux étrangers, et payeront comme tels.

Et pour prévenir les fraudes dont on pourroit se servir en achetant et déguisant les vaisseaux étrangers, il est ordonné qu'après le 10 Avril 1661, aucun vaisseau de construction étrangère ne sera réputé anglois, et ne jouira des privilèges à eux accordés, jusqu'à ce que les propriétaires des dits vaisseaux ayant fait apparaitre aux directeurs de la douane, de leur demeure ou de la plus prochaine, sous leur serment, que les dits vaisseaux leur appartiennent de bonne foi; disant la somme qu'ils en auront payée, de qui ils les auront achetés, ainsi que le tems et les lieux où sera fait l'achat, quels sont leur bourgeois, s'ils en ont, lesquels bourgeois seront tennus de comparaitre devant les dits directeurs, et tous ensemble jureront que les étrangers n'ont aucune part ni portion, directement; après quoi l'officier de la douane leur donnera un certificat, moyennant lequel les dits vaisseaux seront réputés de construction angloise. Sera fait un duplicata, dont les dits directeurs, qui seront en Angleterre, enverront le double à Londres, et ceux qui sont en Irlande à Dublin, pour y en être tenu un bon et fidèle registre. Tous les officiers qui auront contrevenu aux réglemens énoncés ci-dessus, après le dix Avril 1661, perdront leurs places et gouvernements, ainsi que ceux qui auront permis aux vaisseaux étrangers les commerces qui leur sont prohibés.

Il sera permis cepedant aux vaisseaux anglois, tels que ci-dessus, d'apporter dans tous les États de Sa Majesté, les denrées et marchandises du Levant, quoiqu'ils ne les ayent pas chargées dans le lieu où elles croissent, ou sont travaillées, quand les dits vaisseaux les auront embarqués dans un autre port, qui sera dans la Méditerranée, au delà du Détroit de Gibraltar.

La même chose est permise aussi aux mêmes vaisseaux, pour les marchandises et denrées des Indes Orientales, qui auront été embarqués dans un port situé au delà du Cap de Bonne-Espérance.

Il sera encore permis aux dits vaisseaux, de charger en Espagne les marchandises des Canaries et autres colonies d'Espagne; et en Portugal celles des Açores, et autres colonies de Portugal.

Le présent acte ne s'étendra point aux denrées ni marchandises qu'il apparaitra avoir été prises sur les ennemis de l'Angleterre, sans intelligence ni fraude, par les vaisseaux anglois, tels que ci-dessus, et porteurs d'une commission de Sa Majesté ou de ses successeurs.

CAPÍTULO III

Portugal não pode ter uma grande marinha, ou seja de guerra, ou de comércio, sem ter muitas pescarias

§ I

De pouco ou nada serviria ter rios navegáveis, e bons portos, se se estivesse desprovido de marinheiros, e de gentes do mar. O ser marinheiro é um ofício, e um ofício penoso de aprender; é necessário mocidade, força, e robustez. Podem-se fazer recrutas de homens para soldados, mas não para marinheiros, principalmente naquelas províncias onde os habitantes nunca viram o mar: porém nas províncias marítimas que têm costas de uma vasta extensão, o povo nasce com uma natural inclinação para o mar, e facilmente se acostuma desde a sua infância com este elemento sempre temível.

Le dit acte ne s'étendra pas non plus aux vaisseaux de construction ecossoise, dont les trois quarts de l'équipage seront ecossois, lesquels apporteront du poisson de leur pêche en Angleterre, du bled ou du sel d'Ecosse; les dites marchandises ne payeront pas les droits de douane, comme appartenantes à des étrangers. L'huile dite de Moscovie, qui sera apportée d'Ecosse par les vaisseaux anglois, tels que ci-dessus, jouira des mêmes avantages.

Il est encore ordonné que tout vaisseau françois, qui, après le 20 Octobre 1660, abordera en quelque lieu que ce soit d'Angleterre et d'Irlande, pour y embarquer ou débarquer des passagers et marchandises, payera aux receveurs du roi cinq schelins du tonneau, et le port du dit vaisseau sera estimé par l'officier du roi: les dits vaisseaux françois ne pourront sortir du port ou Havre, avant de payer le dit impôt, qui continuera, tant que l'import de 50 sols par tonneau sera levé en France sur les vaisseaux des sujets du roi, et même trois mois après qu'il aura été supprimé.

Il est encore ordonné qu'après le premier Avril 1661 les sucres, tabacs et autres marchandises provenant du cru de nos colonies, n'en pourront être apportés en Europe, que dans les lieux de l'obeissance de Sa Majesté, où l'on sera obligé de débarquer les dites marchandises, sous peine de saisie et confiscation. Les vaisseaux qui partiront des ports de Sa Majesté en Europe, pour les colonies d'Asie, d'Afrique, et d'Amérique, seront tenus de donner caution dans le lieu de leur départ, de mille livres sterling, s'ils ne passent pas cent tonneaux, et de deux mille livres sterling, si le vaisseau est d'une plus grande charge, qu'ils apporteront leurs retours dans un port des États de Sa Majesté. Les dits vaisseaux, en partant des colonies pour l'Europe, seront tennus de passer une déclaration, contenant la quantité et qualité de leur chargement, par devant le gouverneur, avec l'obligation de le débarquer en Angleterre, et les gouverneurs, après le premier Janvier 1661, seront obligés d'envoyer des copies de ces déclarations aux directeurs de la douane de Londres. Ne pourront aussi les dits gouverneurs donner pratique à aucun vaisseau; qu'il n'ait fait apparaitre qu'il est anglois et conforme aux réglemens, et produit ses congrés expédités par les officiers de Sa Majesté.

(^o) Depuis on a dispensé de cette clause, pour étendre la navigation.

§ II

Um filho começa por seguir a seu pai a pescar ao longo da costa: habitua-se facilmente ao balanço, ao enjoo, e às moléstias do mar; aprende quasi brincando a manobra, ensaia-se nas viagens de longa carreira, até que enfim se faz um hábil marinheiro, sem muitos esforços²⁸. É pois necessário animar a pescaria por todos os meios possíveis^a.

§ III

A coragem de atravessar os mares, e de os correr de um polo a outro polo não tem sido o negócio de um dia: os homens só a têm adquirido à força de muitas experiências, pelas quais eles se têm familiarizado com este elemento tão inconstante, e tão terrível. A pescaria foi sem dúvida a que traçou as primeiras regras da arte: este ramo precioso da ocupação dos homens conserva ainda os seus direitos sobre a navegação; pois que a pescaria foi sempre o primeiro berço, em que se criaram os marinheiros.

§ IV

O benéfico autor da natureza povoou o mar de uma infinidade de peixes, cujas espécies inumeráveis variam ainda mesmo no gosto em todas as paragens, e sobre quasi todas as costas. O Mar do Norte, o Mar do Sul, o Mediterrâneo, o Báltico, o Atlântico tem cada um seus peixes particulares, que diferem em qualidade, e sabor ainda sobre cada costa do mesmo mar: e como os gostos dos consumidores são

²⁸ Seria muito útil, que nos regulamentos para a gente do mar, se recomendasse, que além do conhecimento necessário para o serviço da marinha, se não admitisse algum, sem ser examinado da arte de nadar. Agora se acaba de fazer uma experiência, que se diz ter produzido bom efeito, salvando os naufragantes de um navio, que dá à costa: a experiência consistiu em lançar-se uma grande bomba para a terra, no maior alcance possível, levando consigo presa uma corda, para que depois sendo estendida, se possam pegar a ela os naufragantes, e conduzirem-se para a terra, sem dependência das embarcações pequenas, que muitas vezes, ou não há, ou a mesma tormenta não deixa sair ao mar^b.

^a Estes dois parágrafos traduzem fielmente o parágrafo XV do capítulo XV, do tomo I de *Institutions Politiques* (Haia, 1760), do Barão de Bielfeld; neste capítulo, a situação repete-se com os parágrafos IV e V (que reproduzem o parágrafo XVI do mesmo capítulo das *Institutions*) e com os VI e VII (que são vertidos do primeiro parágrafo, do capítulo XVI da obra do Barão de Bielfeld); v. *Obras Económicas de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho*, apresentação de Sérgio Buarque de Hollanda, São Paulo, 1966, p.46.

^b Nota acrescentada na 2ª edição.

diferentes, são também procurados com preferência estes, ou aqueles peixes; e muitas vezes até para variar de gosto, ou por economia, quando são de um preço mais barato, ou de uma maior duração para as viagens de longo tempo.

§ V

Os holandeses pela só pesca do arenque ganham todos os anos milhões de florins; os ingleses pela só pesca do bacalhau²⁹ ganham milhões de libras esterlinas; eles só pela pescaria têm marinheiros, têm marinha, têm comércio, têm dinheiro. É pois necessário dar as providências, e facilitar todos os meios, para pôr os habitantes em estado de tirar todo o partido das vizinhanças do mar.

§ VI

Uma nação que não tem grandes pescarias³⁰, não pode ter uma grande marinha, nem mesmo um grande comércio³¹. A maior parte das potências marítimas têm pescarias nacionais, ou certos ramos exclusivos de comércio, que elas fazem servir de escolas para a marinha. Tais são a pesca do arenque junto às ilhas Orcadas; a que se faz sobre as costas da Noruega, a do bacalhau da Terra Nova do grande banco, a da baleia da Gronelândia, a dos lobos marinhos no Estreito de Davis, e outras.

²⁹ Nas costas do Brasil, e especialmente na de *Paranaguá*, e do *Rio de Janetro*, correndo para o sul, se diz haver bacalhau^c.

³⁰ A pescaria das baleias, dos cachalotes, e de outros semelhantes peixes se poderia fazer útil não só para os proprietários das fábricas, e armações; mas também para o Erário Régio, mandando-se, que tais pescarias fossem livres para todos, pagando o dízimo, ou a vintena do azeite já fabricado, assim como se paga do açúcar; e que esta vintena fosse, assim como a do açúcar, rematada em praça pública a quem mais desse: o mesmo se poderia praticar a respeito do azeite das gorduras, e banhas dos peixes das grandes fábricas de salgações nas costas do Brasil, da África, e das ilhas de Cabo Verde, e de outras^d.

³¹ *Intérêts des Nations de l'Europe*, tom. I, chap. 7. *On trouvera dans cet établissement le principe d'une puissante marine. Car c'est principalement de la négligence, ou de l'abandon de la pêche, que provient la disette des matelots, et cette disette contribue infiniment à la cherté du fret, dont on se plaint sans cesse en France, cherté qui affecte toutes les branches de commerce du royaume.*

^c Nota acrescentada na 2ª edição.

^d Nota acrescentada na 2ª edição.

§ VII

O transporte dos carvões das minas de Escócia em Inglaterra tem produzido excelentes marinheiros. O grande, e intrépido capitão Cook, que tanta honra faz à sua nação, fazia glória de confessar, que fez os primeiros estudos a bordo de um destes navios³². Em outras partes a cabotagem, ou a pequena navegação ao longo das costas, tem sido um socorro imenso para a marinha. Todas estas diferentes navegações são muito próprias para formar homens do mar; e as nações que estão de posse delas, reconhecem muito bem o preço desta vantagem. Elas têm feito mais de uma vez a guerra para as conservarem.

§ VIII

Cartago enquanto conservou a superioridade das suas pescarias³³, conservou também a superioridade do seu comércio, e disputou muito o império do mar à soberba Roma. No tratado que deu fim à primeira guerra púnica se vê, que Cartago foi principalmente atenta a se conservar o império do mar, e Roma o da terra. Hanon na negociação com os romanos declarou, que os cartagineses não sofreriam que os romanos lavassem as mãos nos mares de Sicília³⁴, nem se lhes permitiu de navegar além de certos cabos, ou promontórios, e se lhes proibiu mesmo o comércio na Sicília, na Sardenha, e na África; só sim em Cartago³⁵.

§ IX

Marselha logo que se foi adiantando nas pescarias, se foi também adiantando no comércio, e pretendeu mesmo entrar em concorrência com Cartago; mas conhecendo que não tinha bastantes forças para

³² *Voyage dans l'Hémisphere Austral 1772, jusque 1775*, Introduction général, tom. I, pag. XLIV, écrit par *Jacq. Cook*.

³³ Justin, lib. 43, cap. 5^o.

³⁴ Tit. Liv., Supplément de Freinsheim, Decad. 3, liv. 6^l.

³⁵ Polyb., liv. 3^o.

^e Azeredo Coutinho remete para a *Justini Historiarum Philippicarum*, epitome da *Historiae Philippicae et totius mundi origines et terra situs* de Pompeius Trogus, feita pelo historiador romano Marcus Junianus Justinus, que terá vivido nos finais do séc. II ou no século III d.C.

^f Tradução francesa, publicada em 1769-72, dos *Anais da História de Roma*, de Tito Lívio, com os suplementos introduzidos por Johan Freinsheim (1608-1660): *Vetus Romana Historia, sive, Supplementorum Livianorum Libri Sexaginta*.

^g Remissão para as *Histórias*, de Políbio.

resistir, se juntou aos romanos, que atacando por mar, e por terra com forças muito superiores, conseguiram enfim destruir a sua rival; que contudo não foi sem o perigo de ficar subjugada à mesma Roma: e talvez que se ela não tivesse a marinha da sua aliada, ainda que pequena, sofreria condições mais duras do que a do seu primeiro tratado.

CAPÍTULO IV

As pescarias são o meio mais próprio para civilizar os índios do Brasil, principalmente os que habitam junto às margens dos grandes rios, ou do mar

§ I

Os escritores que do fundo dos seus gabinetes presumem dar leis ao mundo, sem muitas vezes tratarem de perto os povos de que falam, nem conhecerem os seus costumes, nem as suas paixões; dizem, que é necessário introduzir ambição nos índios da América, para os fazer entrar no comércio das gentes. Isto é supor, que eles não têm ambição: é um engano. Eles têm virtudes, têm vícios, são cheios de ambição como nós, ou esta se entenda pelo excessivo desejo da glória, e da honra, ou pelo nimio desejo dos bens. Eles enfim são homens, e isto basta.

§ II

Pelo que pertence aos bens: suposto aqueles índios necessitam de poucas coisas, contudo essas de que eles necessitam, assim como facas, machados, contas de vidro, e de outras bagatelas de que já fazem o seu luxo, eles procuram com tanta diligência como os povos civilizados; por onde se faz evidente, que eles conservam, assim como nós, o germen das paixões, e da ambição. Nada mais falta do que a arte de fazer fermentar aquele germen, e de dar calor às suas paixões para as desenvolver do embrião em que ainda se conservam. Isto é o que até agora não tenho visto tratado por algum escritor. É mais fácil dar regras gerais, do que sabê-las aplicar às circunstâncias.

§ III

Para se civilizarem os índios do Brasil se têm já feito algumas tentativas, mas até agora debalde; talvez pelo pouco conhecimento que se tem daqueles povos. Um dos meios de que se tem usado foi o de

reduzir as suas pobres aldeias em vilas, e tirar do meio deles os verdadeiros, os almotacés etc. e fazer que eles governem uns aos outros. Isto é querer principiar por onde as nações civilizadas acabam: a arte de bem governar é a mais sublime de quantas os homens têm inventado.

§ IV

O índio selvagem criado sempre no meio de uma liberdade absoluta, sem mais necessidade do que aquelas que ele em poucas horas satisfaz com o seu braço, educado sem alguma dependência uns dos outros, e que por isso se tratam todos de igual a igual³⁶, não se acomoda tão de repente com as ideias de obedecer ao seu semelhante, e este não tem mesmo a coragem de o mandar. É necessário aprender da natureza, que não faz as suas obras por salto; ela produz maravilhas por um progresso infinito.

§ V

O outro meio de que se tem usado, ainda parece pior do que o primeiro. Dá-se um chamado director a uma povoação de índios dispersos, sem ideias algumas de utilidades relativas: a estes povos, aos quais se deveria dar por mestre da sua educação um sábio de uma sã filosofia, e de uma meditação profunda; se dá pela maior parte um homem inábil, que de nada serve na sociedade civilizada; e que só se vai aproveitar da substância daqueles miseráveis, aos quais trata como verdadeiro déspota, e os faz trabalhar como bestas de carga.

§ VI

Outros directores ainda que mais hábeis, não obram contudo melhor; principiam logo a educá-los nas ciências, e nas artes próprias dos povos civilizados; mas como nem os filhos, nem ainda os pais

³⁶ Lery, d., cap. 17. *Ad politiam Barbarorum quod attinet, vix credibile est, quam pulchré inter eos sola Naturae luce ductos conveniat. Nec referri istud potest, nisi summo eorum pudore, qui divinis, et humanis sunt instructi legibus... Siquae tamen contentio inter quosdam apud eos exoritur (quod rarissime accidit), spectatores litem componere minime curant: sed eos pro libidine agere, oculos licet sibi mutuo sint confossuri, simunt. At si alter alteri vulnus inflixerit, comprehendique possit, vulnus ei eadem in corporis parte ab vulnerati cognatis infligitur. Imo si forte vulnus mors consequatur, ab mortui cognatis de medio tollitur homicida. Denique vitam pro vita, oculum pro oculo, dentem pro denté rependunt.*

percebem o fim, e as utilidades para que os querem levar, nem têm ao redor de si objectos, que lhes excitem a curiosidade, e o desejo de saber; aumentam à sua moleza, e inércia mais aquele grau de fastio, e de aborrecimento, que naturalmente ataca um principiante, quando não é dirigido por uma mão hábil, e prudente.

§ VII

Aqueles índios olhando para si, e vendo que vivem, e que existem, sem dependência daquelas ciências, ou se persuadem que é uma loucura, e extravagância das nações civilizadas, ou que é mais um tormento inventado por elas, para os oprimir, e flagelar: eles são os mesmos, que persuadem a seus filhos que fujam, que não aprendam.

§ VIII

Conheço que algumas vezes do meio daqueles filhos saem alguns muito hábeis, e que aprendem com facilidade aquilo, que se lhes ensina. Mas isto só prova, que eles são capazes de uma boa educação; mas não que o método até agora praticado tenha sido o melhor, e o mais próprio: o estado da infância, em que ainda se acham aqueles povos há mais de dois séculos, faz ver esta verdade.

§ IX

Um director lutando sempre com a repugnância dos filhos, e dos pais, necessariamente há-de ir pouco a pouco afrouxando, e perdendo aquela primeira actividade, que o pôs nas esperanças de poder conseguir deles alguma coisa. Só o amor terno de uma mãe, e a constância de um pai cheios daquele fogo abrasador, que só a natureza sabe gerar, é que os pode fazer incansáveis em procurar o bem, e a felicidade de seus filhos: é necessário principiar primeiro pela educação dos pais.

§ X

O homem é sujeito a necessidades, e a paixões: estas são maiores, ou menores, à proporção das ideias provenientes dos objectos que o cercam, ou das que adquire pela educação. Entre estes affectos, ou paixões, há sempre alguma, ou algumas que sobressaem, e excedem às

outras com mais força, e actividade: estas são as que formam, e constituem o carácter próprio do sujeito, assim como também o particular das nações.

§ XI

A arte de pôr em acção a máquina de cada indivíduo, consiste em pesquisar qual é a sua paixão mais forte, e dominante. Achada ela, pode se dizer, que está descoberto o segredo, e a mola real do seu movimento. Aquele que tiver a vista aguda, e penetrante, e um tacto fino, e delicado para distinguir as paixões dos homens, os poderá conduzir sem dúvida por cima das maiores dificuldades. O homem, e ainda o bruto, levado por força, está sempre em uma contínua luta, e resistência: levado porém pelo caminho da sua paixão, ele segue voluntariamente, e muitas vezes corre mesmo adiante daquele que o conduz, sem jamais temer, nem ainda os horrores da morte^a.

§ XII

O índio selvagem entre a raça dos homens parece anfíbio, parece feito para as águas³⁷; é naturalmente inclinado à pesca por necessidade, e por gosto. Esta é a sua paixão dominante, e por consequência a mola real do seu movimento: é por esta parte que se deve fazer trabalhar a sua máquina em benefício comum dele, e de toda a sociedade.

³⁷ Lery, d., cap. 12^b. *Notandum est non modo viros, et mulieres, sed etiam puerulos natandi peritissimos esse. Illi praedam matando more barbatulorum canum in mediis petunt aquis: bi simul ac ambulare didicerunt, in flumina marisque litus se conjiciunt, atque anatum more buc illuc oberrant... Caeteri vero, qui instar piscium placidissime natabant... eos suum marinorum more falntes videbamus.*

^a Azeredo Coutinho adopta aqui a ideia de que as paixões humanas - que são geralmente julgadas perniciosas - não devem tanto ser reprimidas quanto domesticadas ou instrumentalizadas para a obtenção de fins desejáveis e positivos (por isso a ambição - paixão que os Índios também conhecem - pode ser um instrumento da sua civilização). Esta asserção tem uma longa tradição no pensamento ocidental, podendo, nas suas primeiras fórmulas, fazer-se remontar a Santo Agostinho. No século XVIII, haveria de culminar na proposição segundo a qual das paixões individuais se atinge o bem-comum, claramente expressa por Montesquieu: v. Albert O. Hirschmann, *The Passions and the Interests. Political Arguments for Capitalism before its Triumph*, Princeton, 1977.

^b Na 1ª edição (1794): «Cap. 11».

§ XIII

O índio apesar da sua inclinação pela pesca, encontra contudo uma certa dificuldade em saciar a sua paixão: o método vagaroso, e tardio, com que ele pela falta de indústria faz a sua pesca³⁸, o aparta muitas vezes daquilo mesmo de que ele gosta, apenas contente com o pouco de que se nutre.

§ XIV

Mas logo que ele vir a facilidade, com que o homem industrioso arma redes, forma laços, e que de uma vez colhe milhares de peixes; este espectáculo maravilhoso, que de um só golpe de vista cai debaixo da sua rude compreensão, o encherá de alegria e de entusiasmo: ele irá, mesmo sem ser rogado, lançar-se no meio da colheita, e da abundância³⁹.

§ XV

Este arrebatamento de gosto o irá insensivelmente atraindo, e convidando a viver, e comunicar-se com os homens daquela profissão, que para ele se representa extraordinária. Esta comunicação lhe fará ver a diferença do homem selvagem, e a do civilizado: pouco a pouco se irá domesticando, e conhecendo, que o homem é capaz de mais, e mais comodidades.

§ XVI

Logo que ele vir que aquele supérfluo, que ele até então lançava às aves, e às feras, pelo beneficio do sal se conserva, e lhe serve de meio para adquirir as comodidades, de que ele for gostando; a sua paixão irá crescendo, e à proporção obrigando-o a fazer-se mais, e mais hábil: ele já não quererá ser um simples marinheiro, quererá logo ser um mestre, e senhor de uma rede.

³⁸ Lery, d., cap. 11. *Barbari eos (pisces) ubi vident telis petunt, ac non nunquam tam certa manu, ut duos, tresve uno jactu figant; transfixos natantes quaestitum eunt Barbari, ut qui mergi nequeant... prisco etiam suo more spinas in bamorum modum componunt; lineamque herba quadam, quam illi Tucum vocant, conficiunt, quibus piscantur.*

³⁹ Lery, cap. 21^c. *Barbari nostri (Brasilienses) non modo mire delectabantur retum nostrorum, quibus piscabamur, conspectu; sed et ipsi nos adjuvabant: atque adeo, si per nos licebat, perite ipsi piscabantur.*

^c Na 1ª edição: «Cap. 11».

§ XVII

Ele quererá saber quanto toca a cada um dos companheiros, e por consequência se verá na necessidade de aprender a aritmética⁴⁰, para com toda a facilidade saber dividir: quanto ele for adiantando o seu comércio, tanto há-de ir aumentando a sua comunicação, não só com as pessoas presentes, mas também com as ausentes. Daqui virá logo a necessidade de saber ler, e escrever; e quando ele já não esteja em idade de aprender, ele fará que seus filhos supram a sua falta. Da mesma sorte a camisa, o chapéu, a véstia, o calção, o sapato, que ele até então desprezava, como coisas supérfluas, e mesmo como um fardo pesado, e enfadonho para com ele romper os matos, e as brenhas, se lhe irão fazendo úteis, e necessários; já não será preciso que os pais presuadam estas utilidades a seus filhos, bastará que os filhos olhem para seus pais.

§ XVIII

Esta concorrência de necessidades, e de utilidades relativas, os irá gradualmente ensinando a obedecer, e a mandar; então eles encherão as ideias daqueles, que até agora têm inutilmente trabalhado para os civilizar. A experiência lhes fará ver, que a mesma conservação do individuo, e as comodidades da vida são incompatíveis com uma liberdade absoluta, e com uma independência sem limites. Eles conhecerão que é necessário perder alguma parte da liberdade absoluta, para gozar de outras muitas partes de uma maior liberdade relativa.

§ XIX

Destes povos civilizados pela pescaria, sairão marinheiros hábeis para a navegação daquela costa, e do comércio recíproco de umas para outras colónias. Nas pequenas embarcações daquele comércio se formarão marinheiros intrépidos, e atrevidos, capazes de arrostar-se com as maiores tormentas: eles formarão enfim uma marinhagem escolhida.

⁴⁰ Eu tive um cozinheiro natural da Galiza, que sabia a aritmética, e para dar as suas contas formava os algarismos sofrivelmente: e não sabia ler, nem escrever^d.

^d Nota acrescentada na 2ª edição.

§ XX

Os índios do Brasil são muito hábeis principalmente para tudo o que é de imitação, ou de manufactura; e ainda mesmo para tudo o que pede força, e agilidade⁴¹: para a agricultura porém, ou para o trabalho contínuo de rasgar a terra, parecem ter os índios uma repugnância invencível. A natureza por uma parte subministrando-lhes com mão larga o de que eles necessitam; e pela outra a inconstância dos tempos, e das estações, o vagar que consigo traz a agricultura desde a sua plantação até à sua colheita, os lança mesmo na indolência, e na preguiça.

§ XXI

Eles não têm a paciência de esperar, querem logo do trabalho do dia colher o fruto à noite, e por isso a pescaria⁴², e a marinha será para eles uma manufactura imensa⁴³. Deles além dos hábeis marinheiros e pilotos, saíram muitos artífices para o serviço da marinha, carpinteiros, calafates, ferreiros, etc., e desta sorte aquele índio selvagem, que até agora nem para si prestava, atravessará os mares, virá um dia beijar aquela benéfica mão, que o tirou da indigência, que por meio do sal o fez pescador, marinheiro, mestre, piloto, artífice, comerciante; em uma palavra, um cidadão e um membro útil à sociedade⁴⁴.

⁴¹ Os índios são excelentes falquejadores, e serradores de madeiras, e deitam abaixo grandes árvores, e matos com muita presteza, e vigilância, de sorte que não é fácil cair sobre eles algum madeiro, como muitas vezes acontece sobre os pretos, que pela maior parte não são tão ligeiros como eles, nem tão vigilantes, e por isso mais arriscados no trabalho de cortar os matos.

⁴² Nas costas de Pernambuco, e em algumas outras, ainda que há muito peixe, não se pode contudo fazer muito uso das grandes redes de arrastar, por causa de muitos recifes, e pedras debaixo de água: seria muito útil que se estabelecessem por aquelas costas redes permanentes nos lugares, onde houvesse mais comodidade, assim como vi na costa de Sines, e se pratica em algumas outras de Portugal; e que tivessem viveiros ambulantes, ou embarcações sem estopa, e na sua coberta um alçapão fechado com sua fechadura para se tirar o peixe, quando se quizer, e serem levadas a reboque para o porto da vendagem, como se pratica na Itália, e em outras partes; para das redes se passar logo para eles o peixe, e se conservar vivo, para se ir tirando dos viveiros à proporção que se for gastando nos mercados públicos^e.

⁴³ Alguns índios do interior daqueles sertões, ainda que não são tão grandes nadadores como os moradores da beira mar, ou das margens dos grandes rios, são contudo excelentes peões, muito destros na arte de laçar, e de trabalhar aqueles gados: eles são de um grande socorro para aqueles criadores, ou seja em apanhar, recolher e conduzir os gados para as cidades, e grandes povoações, ou seja na manufactura, e preparação das carnes secas, e salgadas.

⁴⁴ Como os índios já aldeados, e domesticados vivem nas suas aldeias, ou vilas em uma espécie de tutela, debaixo da inspecção dos seus directores, me parece, que seria

^e Nota acrescentada na 2ª edição.

§ XXII

Os pretos, aqueles braços feitos mais para um trabalho contínuo no meio dos ardores do sol, do que para o frio das águas, e que até agora serviam na marinhagem como perdidos para a lavoira, irão aumentar os produtos da agricultura⁴⁵. Esta multiplicada massa de produtos pedirá logo um maior número de navios para o seu transporte.

§ XXIII

A agricultura, a pescaria, a marinha dando as mãos entre si, elevarão a Portugal a uma força, e a uma riqueza imensa. A pescaria, e

útil mandar-se, que a respeito dos órfãos e menores se praticassem as providências da lei do reino a respeito dos órfãos, fazendo-os alugar às pessoas, que precisassem dos seus serviços, ou que os quisessem ter por aprendizes dos seus ofícios, ajustando-os com seus pais na presença dos seus directores, e dos seus párocos, fazendo-se de tudo assento em um livro para isso autenticado, para em todo o tempo se saber o destino, que se lhes tiver dado: a respeito porém dos índios maiores, já feitos, e costumados ao trabalho da lavoira, não se deverão emancipar de repente, nem tirá-los todos de uma vez das suas vilas, ou aldeias; mas sim até um certo número em cada ano, e progressivamente: 1^o para que os moradores, e vizinhos, que os alugavam, debaixo da inspecção dos seus directores, se ajustem com eles por um certo, e determinado tempo, enquanto ou não tiverem escravos, ou não derem as suas providências para não ficarem de repente sem braços para as suas lavoiras: 2^o para que os novos emancipados das tutelas se vão pouco a pouco acostumando a trabalhar, e a viver no meio da grande sociedade da nação civilizada, misturando-se, e confundindo-se com ela insensivelmente, sem lhe servir de peso: uma repentina aluvião de novatos, e de aprendizes, que ainda não sabem fazer um bom uso dos seus braços, nem dirigir bem as suas acções, ao menos com respeito ao novo estado de civilização, seria um peso insuportável para o mesmo Estado: as mudanças repentinas sempre são perigosas, elas nos corpos morais produzem os mesmos efeitos que nos corpos físicos produz uma concussão geral, ou um choque repentino de todas as suas partes: isto mesmo, guardadas as proporções, se poderá praticar a respeito dos pretos escravos pelo decurso do tempo: uma geral transformação de condições não é o negócio de um dia, e talvez nem de um século. Vej. a minha *Análise sobre a justiça do Comércio de Resgate dos Escravos*, § 88^f.

⁴⁵ Seria bom até que se pusesse uma certa contribuição sobre cada escravo pescador, ou marinheiro, e que se desse algum prémio, ou privilégio a cada dono de uma rede, ou de um navio, cujos marinheiros fossem todos índios domesticados.

^f Nota acrescentada na 2^a edição. Azeredo Coutinho remete para o seu livro. *Análise sobre a justiça do comércio do resgate de escravos da costa de África, novamente revista e acrescentada por seu autor*, Lisboa, Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1808, inicialmente publicado em 1798 em Londres, em francês, sob o título *Analyse sur la justice du commerce de rachat des esclaves de la côte d'Afrique*, em que defende a legitimidade do tráfico de escravos, considerando que não havia uma igualdade entre a «barbaridade da África» e a «civilização actual da Europa» e que os escravos eram condenados à morte pelos seus povos, constituindo, por isso, a escravatura um destino melhor para eles. A este propósito, v. adiante, p. 87 e Manuel Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*, dissertação de doutoramento inédita, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988, pp. 519-521.

a marinha ainda que nenhum lucro dessem a Portugal, se deveriam contudo promover por todos os modos possíveis, só porque são o meio de aproveitar tantos milhares de braços, que aliás são perdidos.

CAPÍTULO V

Os índios do Brasil são muito capazes de servir não só na marinha de comércio, mas também na de guerra

§ I

No capítulo antecedente mostrei, que os índios do Brasil são muito capazes para todo o ministério, e serviço do mar; porém como Montesquieu, e outros muitos, que seguem o sistema dos climas, estabelecem como regra geral, que o homem do país quente é fraco, e pusilânime, e que por consequência o índio da zona tórrida é inábil para a marinha principalmente de guerra; se me faz indispensável analisar o fundamento, em que se estriba esta opinião tão geral, e da qual se tem deduzido consequências não só absurdas, mas também injuriosas aos povos dos países quentes, e ainda mesmo às nações meridionais da Europa⁴⁶.

§ II

Diz Montesquieu, que o homem do país quente é frouxo, fraco, medroso, até mesmo sem espírito⁴⁷; porque, diz ele, tem as fibras muito frouxas: e para dar uma prova desta sua afirmação, diz que se meta um homem em um lugar quente, e fechado, e se verá que ele cai em um muito grande abatimento de coração⁴⁸: eis aqui toda a força do argumento de Montesquieu, e dos sectários do sistema dos climas; sistema com o qual se pretende dar leis às nações, religião aos homens, e decidir da força, e da coragem de

⁴⁶ Montesquieu, *Esprit des Loix*, liv. 14, art. 2 et 14^a.

⁴⁷ Montesquieu, *Esprit des Loix*, liv. 14, art. 2 et 14^b.

⁴⁸ Montesquieu até se esqueceu de que as artes, as ciências, e sobretudo a geometria, e a astronomia tiveram o seu princípio nos climas abrasados do meio dia.

^a *De l'Esprit des Loix*, 2 vols, Genebra, 1748.

^b Nota acrescentada na 2^a edição. Neste lugar, na 1^a edição (1794), entrava a nota seguinte e assim sucessivamente neste parágrafo; é a nota 50 que entra em lugar em que não havia remissão para qualquer nota.

cada um⁴⁹: parece incrível, que homens sensatos tenham caído em tanta puerilidade⁵⁰.

§ III

O erro de Montesquieu, e dos sectários dos climas, ainda é mais grosseiro, do que o daqueles, que diziam, que a zona tórrida era inabitável. Aqueles antigos filósofos depois de suporem, que aquela zona era verdadeiramente tórrida, e abrasada, e que ali não haviam ventos, nem chuvas, nem muitos orvalhos na força do calor mais intenso, como ordinariamente acontece debaixo da zona temperada; para serem consequentes deveriam afirmar, que se não podia ali viver por muito tempo, nem habitar-se em um semelhante país: mas depois de saber-se, que a zona tórrida é com efeito habitada; e que é um facto constante da história geral das viagens, que os homens ali chegam a uma idade muito avançada⁵¹, e muitas vezes mais de 90, e de 100

⁴⁹ Montesquieu, d., liv. 14, art. 2. *Mettez un homme dans un lieu chaud, et enfermé, il souffrira par les raisons, que je viens de dire, (l'air chaud relache les extrémités des fibres, et les allonge) une défaillance de coeur très-grande. Si dans cette circonstance on va lui proposer une action hardie, je crois qu'on l'y trouvera très peu disposé; sa faiblesse présente mettra un découragement dans son âme, il craindra tout, parce qu'il sentira qu'il ne peut rien. Les peuples des pays chauds sont timides comme les vieillards le sont... Dans les pays du nord une machine saine, et bien constituée, mais lourde, trouve ses plaisirs dans tout ce qui peut remettre les esprits en mouvement, la chasse, les voyages, le vin. Vous trouverez dans les climats du nord des peuples qui ont peu de vices, assés de vertus; beaucoup de sincérité, et de franchise. Approchez des pays du Midi, vous croirez vous éloigner de la morale même, des passions plus vives multiplieront les crimes; chacun cherchera a prendre sur les autres tous les avantages qui peuvent favoriser ces mêmes passions... La chaleur du climat peut être excessive que le corps y sera absolument sans force. Pour lors l'abattement passera a l'esprit même, aucune curiosité, aucune noble entreprise, aucun sentiment genereux, les inclinations y seront toutes passives, la paresse y sera le bonheur; la plupart des châtements y seront moins difficiles a soutenir que l'action de l'âme, et la servitude moins insupportable que la force d'esprit, qui est nécessaire pour se conduire soi-même.*

⁵⁰ Montesquieu, d., liv. 24, art. 3, *Le gouvernement modéré convient mieux a la religion cbretienne, et le despotique a la mahometane.* d., art. 5, *La religion catholique convient mieux a une monarchie, et la protestante s'accommode mieux d'une republique.* d., art. 22, *Lois de religions locales.* d., art. 23, *Inconvenient du transport d'une religion d'un pays a un autre.* d., liv. 19, art. 13, *L'empire du climat est le premier de tous les empires.*

⁵¹ Eu conheci no Brasil muitos velhos centenários em muito boa disposição: em Pernambuco vi o coronel Luís Nogueira de mais de noventa anos, mandando na frente do seu regimento na praça da vila do Recife: eu tenho em meu poder um documento extraído de uns autos de justificação, processados na vila de S. Salvador dos Campos dos Ouetaçazes no ano de 1780, escrivão José Baião da Mota, sobre factos muito notáveis acontecidos naquela vila no ano de 1748, nos quais se vê o juramento do alferes Jerónimo da Silva Tavares no ano de 1780, quando ele contava 91 anos, como declarou no seu juramento: ou os seus ditos em 23 artigos da dita justificação são tão especificados, e com tanta clareza, como se ele estivesse no vigor dos seus 32 anos de idade, quando presen-

anos⁵²: não sei como se possa nem ainda considerar, que aqueles corpos em um estado violento (como supõe Montesquieu) durem por tanto tempo, e talvez mais do que aqueles, que se dizem debaixo de um clima temperado! Só estas consequências bastam para fazer ver, que Montesquieu, e os sectários do sistema dos climas, nunca estiveram debaixo do clima da zona tórrida, e que discorreram sobre objectos, de que não tinham ideias muito claras⁵³.

§ IV

Montesquieu contudo não mostra I. que os graus de calor da atmosfera deste, ou daquele país quente, e ainda da zona tórrida seja igual ao dessa estufa, ou lugar quente e fechado, que ele estabeleceu como princípio para dele deduzir os seus argumentos: II. que um certo grau de calor produza no meio da atmosfera os mesmos efeitos, que produz em um lugar fechado. Mas supondo que produziria os mesmos, seria necessário supor ainda o absurdo, que o criador do universo só soube criar fibras próprias para os climas frios, ou temperados, mas não para o da zona tórrida. Deixemos porém que Montesquieu, e os sectários dos climas discorram sobre as hipóteses que quiserem: vamos a examinar a natureza daqueles índios pelos seus mesmos factos.

§ V

Se bem se reflectir na história dos índios da zona tórrida, se verá que eles (falo dos bárbaros, e selvagens, que ainda conservam todo o seu carácter) apesar da disparidade das armas de fogo, contudo não

ciou, e viu todos os factos, e circunstâncias de um tumulto popular, em que ele foi ferido mortalmente; tumulto causado pela violência, que se fez àquele povo, que pedia, que se pusesse na presença do seu soberano o seu requerimento, antes que contra ele se executasse uma ordem do mesmo soberano enganado; e de alguns dos ditos factos se faz menção adiante na nota 62 § 10 deste cap. e no cap. 6, § 2 e seguintes^c.

⁵² V. a nota 6 ao § III, cap. I.

⁵³ Montesquieu, ainda que foi à Alemanha, Itália, Holanda, Inglaterra; contudo, não passou para lá do Elba, nem para cá dos Pirenéus: e tudo quanto disse a respeito dos climas copiou do *Méthode d'étudier l'Histoire*, de Bodin, e do *Traité de la Sagesse*, de Charron; e tendo citado uma infinidade de escritores, não citou estes^d.

^c Nota acrescentada na 2ª edição, de 1816.

^d Azeredo Coutinho refere-se a *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, Paris, 1566, de Jean Bodin (1530-1596) e ao *Traité de la Sagesse* (1595), do filósofo e teólogo Pierre Charron (1541-1603). A observação de Azeredo Coutinho é judiciosa, designadamente no que diz respeito à obra de Bodin ter servido de inspiração à teoria dos climas de Montesquieu.

cederam, nem se deixaram vencer por serem fracos, e pusilânimes⁵⁴; só sim, ou por falta de indústria contra um novo método de fazer a guerra, ou por se ter fomentado a discórdia entre eles, protegendo uma nação contra a outra.

§ VI

A conquista da capitania de S. Vicente no Brasil, foi devida ao famoso índio Tebiresá⁵⁵; a da Baía ao valente Tabirá⁵⁶; a de Pernambuco ao forte Itagibá (que vale o mesmo que braço de ferro), e ao grande Piragibá, que pelas façanhas, que obrou em defesa dos portugueses, mereceu ser premiado com hábito de Cristo, e Tença⁵⁷. A do Pará, e Maranhão ao celebre Tomagíca⁵⁸, e outros, que até serviram aos

⁵⁴ Joan. Stadius, *Histor. Brasil*, part. I, cap. 19 et 42. Lery, *Histor. navigation in Bras.*, cap. 13. *Ad manus autem ubi ventum est, longe in peius res ruere: tanta enim sggitarum nubes est utrinque emissa, ut muscas volantes multitudinē imitarentur. Saucti vero non pauci strenue iela a corpore avellebant, quae rabidorum more canum mordebant, nec tamen propterea praelio abstinebant. Haec enim gens adeo fera est, et truculenta, ut tantisper dum virtum vel tantillum restat, continuo dimicent, fugamque nunquam capessant. Quod a natura illis inditum esse reor. Etenim a nobili quodam accepi viro Gallo, qui militiam colit, bellorum civilium nostrorum tempore, in Legionibus Gallicis Americanos milites duos fuisse, qui strenue, et fortiter se gerbant: quapropter a Centurionibus plurimi fiebant.* João Staden alemão esteve no serviço de Portugal pelos anos de 1553, fez a fortaleza da Brikioca na barra de Santos: por entre milhares de flechas, balas de mosquetaria, e de artilharia o levaram cativo os índios *Toptn Imbas*, ou *Tamoyos*, entre os quais esteve nove meses, e escapou de ser devorado por eles por um milagre da providência: em todo aquele tempo acompanhou aos índios seus senhores, e se achou em muitas batalhas, que eles deram por mar, e por terra contra os portugueses, e os índios Tupin Ikinsios seus aliados; viu a força, e desesperação, com que eles pelejavam, e barbaridade, com que matavam, e devoravam os seus cativos; e a coragem com que estes já presos, e atados desafiavam, e insultavam os seus vencedores até ao último instante de vida. V. d., *Stad.*, cap. 1, 16 et 18. João Lery francês protestante, e companheiro de Nicolau Villegagnon esteve no Rio de Janeiro pelos anos de 1557 mais de 11 meses, tratou muito em particular com os índios *Tamoyos*, e se achou em uma batalha, que eles deram, em que ficaram vencedores. V. d., Lery in praefat. et cap 5 et 6. Muito sangue custou aos portugueses a batalha do dia 20 de Janeiro de 1567, em que tomaram a capital do Brasil aos *Tamoyos*: entre os que com glória imortal morreram com as armas na mão foi o capitão de mar e guerra Gaspar Barbosa, e o capitão mor, e governador Estácio de Sá. Vasconcelos, *História do Brasil*, liv. 3, nº 101 e seg., pág. 357.

⁵⁵ Vasconcelos, d., liv. 2, nº 81, 131 até 139.

⁵⁶ Vasconcelos, d., liv. 1, nº 101, 102.

⁵⁷ Vasconcelos, d., liv 1, nº 103.

⁵⁸ Berredo, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, liv. 6, nº 534.

^e *Annaes Historicos do estado do Maranhão, em que se dá noticia do seu descobrimento, e tudo o mais que n'elle tem succedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718*, Lisboa, Of. de Francisco Luis Ameno, 1749, de Bernardo Pereira de Berredo, conselheiro de Estado de D. João V, governador do Estado do Maranhão e depois da praça de Mazagão.

portugueses nas guerras contra os holandeses, assim como o invencível Camarão, que se fez imortal na guerra da restauração de Pernambuco contra os mesmos holandeses⁵⁹.

§ VII

Os conquistadores do México, e do Perú seguiram o mesmo estratagem; Cortês não seria tão celebrado na história, ou teria sido pasto daquelas feras, se não tivesse em seu favor os valerosos índios tlascaltecas, inimigos jurados dos mexicanos⁶⁰.

§ VIII

O homem é sempre o mesmo em toda e qualquer parte do mundo; é naturalmente ambicioso, amigo da honra, e da glória: este fermento, de que a natureza formou a sua massa, é que o faz obrar com força, e actividade: a honra é um ente imaginário, a que todos aspiram, mas nem todos o vêem pela mesma face; aquilo que a um se representa como honra, a outros se representa como vileza; é um ídolo enfim a que cada um prodigaliza incensos a seu modo. O homem bruto, e selvagem adora a tirania, e a crueldade; o homem polido, e sociável adora a beneficência, e a humanidade^h.

⁵⁹ Fr. Rafael de Jesus, *Castriot. Lusitan.* part. 1, liv. 3, nº 12, 53, 54, 122, 123, 127. Pita, *América Portuguesa*, liv. 5, nº 94, 95.

⁶⁰ Herrer., *Hist. general de las Ind. Occtd.*, Decad. 3, liv. 1, cap. 19, 20, 21. Solis, *Hist. da la conquist. del Mexic.*, lib. 4, cap. 2, lib. 5, cap. 1, 2, 18⁸.

^f *Castrioto Lusitano; Parte I. Enterpreza e restauração de Pernambuco, e das capitánias confinantes... oferecidos a João Fernandes Vieira, Castrioto Lusitano*, Lisboa, Of. António Craesbeck de Mello, 1679, de Frei Rafael de Jesus (1614-1693), monge beneditino, procurador geral e abade em vários mosteiros da sua ordem, cronista-mor do Reino desde 1681.

^g *Historia de la Conquista de Mexico* (1684), de Antonio de Solis y Rivadeneyra (1610-1686), cronista-mor das Índias de Espanha.

^h Neste parágrafo, Azeredo Coutinho exprime o conceito de humanidade, de unidade do homem e da natureza humana. As paixões [v. nota (a) ao capítulo anterior], a ambição, constituem um elemento dessa natureza humana comum. Mas os homens, no interior dessa unidade, são diferentes, representam as coisas de diferentes modos. Insinua-se aqui um certo relativismo cultural, um humanismo universalista, que não impede a distinção entre o homem bruto ou selvagem e o homem polido ou civilizado. Porém, as capacidades do homem, as suas paixões, podem permitir-lhe passar do estado selvagem à civilização (v. também *supra* pp. 38, 40-41).

§ IX

Os índios do Brasil fazem ostentação da força, e da crueldade: esta é a sua honra, este é o seu ídolo, que eles adoram em sumo grau: ainda quando estão próximos a serem mortos, e devorados pelos seus inimigos, os insultam, e desafiam com desprezo, significando desta sorte, que ainda que lhes despedaçem os corpos, não poderão jamais abater o valor, e a coragem de um só da sua nação: eles morrem como heróis⁶¹.

§ X

Os índios, que deram o nome à célebre província⁶² dos Campos dos Ouetaçazes¹, uma das mais férteis e ricas da capitania do Rio de Janeiro⁶³, são tão valentes, que é mais fácil matá-los, do que vencê-los.

⁶¹ Stad., d., part. 2, cap. 29. Lery, cap. 14. *At vero num putas propterea eum caput demittere, ut solent hic sonies? minime vero id quidem. Quin contra incredibilis audacia res suas gestas, apud eos, a quibus constrictus detinetur, enumerat his verbis: Ego, ego ipse fortissimus, sic vestros olim cognatos vinxi. Tum se laudibus magis, ac magis evebens, modo in hanc modo in illam conversus partem alium quidem ita compellat: Heus tu, patrem tuum ego voravi. Alium vero: O' bone, frutres tuos mactavi, et boucanavi: tot denique viros, faeminas, puerulosque, ex vobis Tououpinambaultis bello a me captos devoravi, ut numerum assequi non possim. Caeterum ne ignorete; populares meos Margaiates tot in posterum mactaturos esse, quot e vobis intercipere poterunt: atque ita mortem ulciscuntur meam.*

⁶² Esta riquíssima província esteve quasi de todo arruinada pelos anos de 1748, por causa de algumas desordens, que houveram entre aqueles moradores, sobre a posse, que se pretendeu tomar da donataria daquela província: e continuando mais e mais desordens, e perturbações do povo, veio a esta corte pelos anos 1750, meu pai, Sebastião da Cunha Coutinho Rangel, e expondo ao augustíssimo senhor rei D. José de saudosa memória, e sempre adorado por aqueles povos, o grande desejo que eles tinham de viverem sujeitos imediatamente a Sua Majestade, e não aos donatários, conseguiu do mesmo senhor, pelos anos de 1754, um perdão geral para todos os que se achavam complicados naquele negócio; e que se comprasse, como se comprou, para a coroa, não só a dita donataria, mas também todas as outras, que ainda havia no Brasil.

⁶³ Vasconcelos, d. liv. 1, das *Notícias antecedentes das cousas do Brasil*, nº 49. Gabavam mais os índios a bondade dos arredores de outro rio chamado Paraíba; cuja corrente desce de mui longe das montanhas de Piratininga (hoje S. Paulo) da banda do sertão; como acha o impedimento de muitos montes, atravessando mais de 90 léguas do sertão, vem desembocar ao mar onde a natureza lhe concedeu saída em altura de 21 gr. 3/4. Faz grande número de ilhas de massapé finíssimo, cobertas de arvoredos, que sobe ao céu. *Poderá daquela barra para dentro fundar-se um reino, a ser ele capaz de embarcações maiores...* habitavam (os índios Ouetaçazes, ou Goitacazes) umas campinas chamadas do seu nome, e poderão chamar-se campos Elisios na formosura, grandeza, e fertilidade!

¹ Actualmente usa-se em geral a forma «Goicatás».

¹ A parte restante desta nota foi acrescentada na 2ª edição.

Da fertilidade das terras da capitania dos Campos dos Goitacazes só pode ter uma ideia clara o que as têm visto, e experimentado: elas estão situadas ao norte do Rio de Janeiro mais de 60 léguas, e formam uma planície muito dilatada na margem direita do rio Paraíba do Sul, por mais de 400 léguas quadradas paralelas ao mar, até ao rio Macachê, que lhe fica ao sul: toda esta planície é cortada de vários rios, e lagoas, cujas águas correm umas para o rio Paraíba, outras para o rio Macachê, e pelo meio de toda aquela planície se pode fazer um canal de comunicação desde os nascentes dos dois rios Ururá, e Mocabu, que nascendo da grande serra do mar, vão entrar na famosa lagoa Feia, que por um braço se estende para o lago de Quisamam, e deste para as lagoas de Carapebus, até entrar no dito Macachê.

Este rio, ainda que estreito, e de pouco fundo até à sua foz, contudo saindo a uma grande enseada entre a terra firme, e as famosas ilhas de Santa Ana ao norte de Cabo Frio, forma um ancoradouro seguro para muitas naus de linha: as ditas ilhas ainda que são muito cobertas de pedras, e muito altas, contudo têm muita água doce, e boa, e estão muito vizinhas da terra firme, donde podem ser providas de todos os víveres, e elas mesmas abundam de muito peixe excelente em todas as suas costas: é de absoluta necessidade, que sejam bem fortificadas aquelas ilhas, não só para defesa daquela costa, mas também para que ali se não acolham contrabandistas, nem corsários inimigos.

O dito rio Paraíba, que lhe fica ao norte, é muito largo, fundo, e caudaloso, e dá uma excelente navegação de mais de 40 léguas desde a serra do mar até à sua foz, e pelas suas muitas águas se pode fazer ainda mais navegável da dita serra para cima, até quasi ao seu nascente, desde as serras entre o Rio de Janeiro, S. Paulo, e Minas Gerais. Vej. o meu *Discurso sobre as Minas do Brasil*, cap. 4, pag. 57 «Da mesma Serra do Mar; mas é necessário facilitar-lhe a passagem por entre algumas pedras, ou cachoeiras: este grande, e tão caudaloso rio vai sair a uma costa brava de areia, muito exposta aos ventos do mar, e principalmente do sul, que movendo as areias de uma para outra parte forma bancos mudáveis, e incertos, e muitas vezes perigosos, e que apenas dão passagem a alguns iates: seria preciso fazer-se-lhe uma barra artificial de pedra, como a de Aveiro.

Todas estas despesas, e outras deste género se podem fazer sem maior dispêndio da Fazenda Real, concedendo-se, que alguns associados se ajustassem para abrir, ou facilitar a navegação daquele, ou de qualquer outro rio, pagando-se à sociedade um certo imposto moderado sobre os géneros transportados, e por um certo número de anos, conforme se ajustassem, ficando depois o imposto para a Fazenda Real.

Se houver descuido em se providenciar a barra do rio Paraíba do Sul, aquelas planícies tão dilatadas, e tão férteis, tornarão ao seu primitivo estado de afogadas por aquele grande rio; pois que aquelas mesmas planícies, e a sua fertilidade estão mostrando ao observador inteligente, que foram sedimentos, que deixaram aquelas águas quando se foram ajuntando, e formando aquele tão grande, e caudaloso rio, e os seus vizinhos, ainda que mais pequenos; e os mesmos encanamentos daquelas grandes lagoas, e dos pauis, brejos, e pântanos, que se estendem pelas suas vizinhanças descobrirão terras imensas, de uma produção ainda mais prodigiosa, e de fácil condução até ao mar pelos seus mesmos canais.

Pelo que pertence às cachoeiras do dito rio Paraíba, ou de qualquer outro, que descendo do interior daquelas terras não têm navegação, ou se acha embaraçada a sua passagem por causa dos bancos de pedras, se poderá também conceder um imposto por certo número de anos nos géneros, que por tais cachoeiras passarem, em favor dos associados que as fizerem desembaraçar: e como as terras naqueles sertões à margem de tais rios sem navegação são quasi como perdidas para o grande comércio de exportação (e até mesmo serão as últimas a se povoarem enquanto houverem outras de mais fácil exportação dos seus géneros), se poderão dar de sesmaria aos associados que facilitarem a navegação de tais rios, na forma em que já a respeito das dadas das sesmarias expus a Sua Alteza Real em 4 de Novembro de 1801. Vejam-se as peças justificativas da

Eles têm horror a um só instante de vida debaixo da escravidão: nenhuma nação brasiliense, nem europeia, pode até agora cantar a glória de os ter vencido⁶⁴. Eles ainda se conservam livres, e independentes.

§ XI

Eis aqui os homens, a que os apaixonados pelo decantado sistema dos climas chamam fracos, pusilânimes, e de fibra frouxa: é necessário não ter nem ao menos lido a história daqueles índios, para cair em tantos erros de factos; basta só reflectir-se um pouco sobre a boa ordem, e perfeição da natureza, para se ver, que o homem nascido e criado no meio dos ardores do sol, necessariamente há-de ser tão forte, e tão ágil no seu clima, como é no seu o nascido e criado no meio dos gelos. Mas contudo o clima houvesse de influir alguma cousa, seria mais a favor do homem do país quente, do que do homem do país frio.

minha *Defesa*^k N. 13, pag. 102 e seguintes: concedendo-se-lhes a escolha do lugar, e do número de braças de terra junto à margem do mesmo rio, pela parte de cima da cachoeira, não só para mais e mais se interessarem no melhoramento da dita passagem, e navegação, mas também para convidar a outros a habitarem aquelas terras, e darem valor a todas elas; não se concedendo sesmarias para a parte debaixo das cachoeiras, enquanto estas não estiverem desembaraçadas.

O projecto de facilitar a navegação dos grandes rios sem despesas do Erário Régio, e só sim à custa dos que recebem a utilidade da navegação (por um imposto moderado nos géneros transportados por um certo número de anos, pago a uma associação, ou companhia de negociantes ricos, debaixo de certas condições e seguranças) apparece agora proposto a Sua Majestade católica para a navegação do rio Guadalquivir (*): um semelhante projecto me parece muito digno de se adoptar.

(*) Veja-se a Gazeta de Lisboa de 28 de Dezembro de 1814 no artigo de Espanha.

⁶⁴ Lery, d., cap. 5. *Planciem sumus conspicati, amplitudine triginta milliarium: banc incolunt Ouetacates homines adeo fert, ut neque pacem inter se colant, et cum finitimis omnibus adventisque bellum gerant. Cum vero ab hostibus premuntur, a quibus tamen nunquam jugum accepere, mra pernecitate morti se eripiunt. Denique efferati Ouetacates... inter Occidentalis Indiae populos immanitate, ac saevitia insignes merito censendi esse videantur. Caeterum quod nullum cum Gallis, Hispanis, Lusitanisque commercium babeant, altisque transmarinis, carent nostris mercibus. Et cap. 15. *Populi (Ouetacates) sunt non multum ab eis (Toucupinambaultis) remoti, quibuscum inimicitias perpetuas gerunt, quos etiam superare nunquam potuerunt.* Vasconcelos, d., liv. 1, nº 125 e *Vida do Padre Anchieta*, liv. 5. cap. 10, nº 1 e 2.*

^k Refere-se Azeredo Coutinho à *Defesa de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Elvas, em outro tempo de Pernambuco, e eleito de Bragança e Miranda...*, que publicou em Lisboa, 1808, e em que defende a sua actuação enquanto membro da Junta do governo de Pernambuco, perante os ataques que lhe eram dirigidos, designadamente quanto à chamada inconfidência de Pernambuco de 1801.

§ XII

Porque se a coragem é aquele entusiasmo, aquele fogo abrasador, que arrebatava o homem acima de si mesmo, e que constitui o heroísmo; por isso que nenhum coração é mais fácil de abrasar-se do que o nascido e criado debaixo da zona tórrida, como diz o mesmo Montesquieu⁶⁵; necessariamente o homem nascido debaixo da zona tórrida há-de ter ao menos muito mais coragem, do que o homem nascido e criado debaixo dos gelos, dadas as mesmas circunstâncias⁶⁶.

⁶⁵ Montesquieu, liv. 14, art. 3. *La nature... leur a donné (a ces peuples des pays chauds) aussi une imagination si vive, que tout les frappe à l'excès. Cette même délicatesse d'organes, qui leur fait craindre la mort, sert aussi a leur faire redouter mille choses plus que la mort; c'est la même sensibilité, qui leur fait fuir tous les perils, et les leur fait tous braver.*

⁶⁶ O autor da *Histor. Philos.*, tom. 5, liv. 11, cap. 31, pag. 316 tratando dos filhos dos europeus nascidos debaixo da zona tórrida, aos quais chamam *creolos*, é o mesmo que diz: *Leur intrépidité s'est signalé à la guerre par une continuité d'actions brillantes. Il n'y auroit pas de meilleurs soldats, s'ils étoient plus capables de discipline. L'histoire ne leur reproche aucune de ces lâchetés, de ces trahisons, de ces bassesses, qui souillent les annales de tous les peuples. A peine citeroit-on un crime honteux, qu'ait commis un créole. Tous les étrangers sans exception, trouvent dans les isles une hospitalité prévenante, et généreuse. Cette utile vertu se pratique avec une ostentation qui prouve au moins l'honneur qu'on y attache. Ce penchant naturel à la bienfaisance exclut l'avarice: les créoles son faciles en affaires. La dissimulation, les ruses, les soupçons n'entrent jamais dans leur ame. Glorieux de leur franchise, l'opinion, qu'ils ont d'eux-mêmes, et leur extrême vivacité écartent de leur commerce ces mysteres, et ces reserves, qui étouffent la bonté du caractere, éteignent l'esprit social, et retrécissent la sensibilité. Une imagination ardente, qui ne peut souffrir aucune contrainte, les rend indépendants, et inconstants dans leurs goûts. Elle les entraîne au plaisir avec une impetuosité toujours nouvelle, à laquelle ils sacrifient, et leur fortune, et tout leur être. Une pénétration singulière, une prompte facilité a saisir toutes les idées, et a les rendre avec feu; la force de combiner, jointe au talent d'observer; un mélange beureux de toutes les qualités de l'esprit, et du caractère, qui rendent l'homme capable des plus grandes choses, leur feront tout oser, quand l'oppression les y aura forcés.* Os holandeses nascidos e criados nos climas frios, e que há mais de um século assustavam a Europa, e a um dos mais poderosos soberanos daquele tempo, foram lançados fora de Pernambuco pelos habitantes daquele país debaixo da zona tórrida, sem socorro de alguma nação dos climas frios, nem ainda dos portugueses europeus; e até se lhes mandaram ordens expressas da corte para que se sujeitassem aos holandeses, com o fundamento de que S. Majestade queria antes perder uma província do que todo o reino; ao que responderam aqueles valerosos, honrados, e fiéis vassallos «Se o rei estivesse bem instruído do nosso zelo, dos seus verdadeiros interesses, e dos nossos sucessos; em lugar de nos mandar largar as armas, ele nos animaria a seguir a nossa empresa.» Vej, *História da Filosofia*, tom. 4, liv. 9, § 10, pag. 271. Eles tinham razão; se Pernambuco ficasse no domínio da Holanda, o Brasil já não seria hoje de Portugal¹.

¹ Nota acrescentada na 2ª edição.

§ XIII

Mas deixando de parte as hipóteses, que de nada valem contra a verdade dos factos, é necessário comparar o homem do país frio com o homem do país quente, despidos ambos do artifício da educação, e do luxo, para se ver quanto um excede ao outro. Compare-se, por exemplo, um índio Ouetacá, nascido e criado debaixo da zona tórrida no Brasil junto às margens do rio Paraíba do Sul, com um índio esquimó, nascido e criado do meio do rio de S. Lourenço: ver-se-á aquele guerreiro, e invencível, cheio de força e de coragem⁶⁷; este miserável, fraco, e pusilânime⁶⁸.

§ XIV

Compare-se um índio ow-hy-e, nascido e criado debaixo da zona tórrida, nas ilhas do mar do Sul, com um kamschatchadal, coberto de neve nos fins da Ásia: ver-se-á este medroso, e fugitivo⁶⁹; aquele pelo meio das baionetas, e das balas da infantaria, e da artilharia inglesa, fazendo em postas, e devorando o desgraçado Cook⁷⁰. Compare-se um preto dos sertões do Senegal na África, nascido e criado debaixo de um céu abrasador, com um lapónio dos fins da Europa junto às margens do mar glacial: ver-se-á aquele cara a cara atacando, e lan-

⁶⁷ Stad., d., part. 1, cap. 19 et 42, et part. 2, cap. 4. Lery, d., cap. 5. Vasconcelos, d. das *Notícias antecedentes do Brasil*, liv. 1, nº 125 e *Vida do Padre Anchieta*, liv. 5, cap. 10., nº 1 e 2.

⁶⁸ *Histoire Philosophique et politique*, liv. 17, chap. 32. *Climat de la baye d'Hudson...* Tout s'y ressent de la sterilité de la nature. Les hommes y sont en petit nombre, et d'une taille, qui n'excede guère quatre pieds. Comme les enfants, ils ont la tête énorme à proportion de leur corp. La petitesse de leurs pieds rend leur marche vacillante, et mal assurée. De petites mains, une bouche ronde, qui seroient un agrément en Europe, sont presque une déf formité chez ce peuple, parce qu'on n'y voit que l'effet d'une faiblesse d'organisation, d'un froid qui resserre, et contraint l'essor de la croissance, les progrès de la vie animale et vegetable... Tels sont les eskimaux. Os pexeveís, que Cook descreve, e que são habitantes da terra do fogo, dão ainda exemplo mais evidente desta verdade.

⁶⁹ *Journal d'une expédition faite dans la mer pacifique du Sud, et du Nord* em 1776, 1778, 79 e 80, pag. 475^m.

⁷⁰ d. *Journal*, pag. 415. *Le combat devint général; l'artillerie des vaisseaux, la mousqueterie des soldats de marine, et de nos gens qui étoient dans la chaloupe, près de la côte, firent un massacre épouvantable des naturels; les boulets, et les balles renversoient des lignes entières: mais les sauvages furieux déployerent une intrépidité extraordinaire; et en dépit de tous nos efforts, ils emportèrent en triomphe le corps de Mr. Cook.*

^m *Troisième voyage de Cook, ou Journal d'une expédition faite dans la mer Pacifique du sud et du nord en 1776, 1777, 1778, 1779 et 1780*, Paris, 1782 (trad. do inglês *A Voyage to the Pacific Ocean, undertaken by command of His Majesty, for making discoveries in the Northern Hemisphere*).

çando por terra os mais bravos leões⁷¹; este tremendo de frio, e de medo⁷².

§ XV

Lery, e seus companheiros, nascidos e criados na zona temperada, não puderam dobrar um só arco dos índios tamoyos da zona tórrida dos contornos do Rio de Janeiro. Ele é o mesmo que confessa, que lhes era necessário trabalhar com todas as suas forças, para dobrarem um arco aos rapazes de dez anos⁷³. Cláudio Jannequin, senhor de Rochefort, que atravessou pelos sertões da África até ao Senegal, confessa que os pretos daquele país (onde um europeu apenas pode respirar) excedem totalmente aos europeus em força, e coragem⁷⁴.

⁷¹ *Histoire générale des voyages*, Haye, 1747, tom. 3, liv. 6, chap. 2, pag. 262. *Jannequin... fait le récit d'un combat, dont il fut témoin, entre le kamalingo et un lion terrible. Ce prince voulant faire connaître son courage et son adresse au françois, les fit monter sur quelques arbres, près d'un bois fort fréquenté des bêtes farouches. Il montoit un excellent cheval, et ses armes n'étoient que trois javelines, que les nègres appellent zagayes, avec un coutelas à la Moresque. Il entra dans la forêt, ou rencontrant bientôt un lion, il lui fit une blessure à la fesse. Le fier animal accourut vers son ennemi, qui feignit de fuir, pour l'attirer dans le lieu où il avoit placé les françois. Alors le kamalingo, tournant tout d'un coup, l'attendit d'un air ferme, et lui lança une seconde javeline, qui lui perça le corps. Il descendit aussitôt, et prenant un épieu, il alla au devant du lion, qui venoit à lui la gueule ouverte, avec un furieux rugissement. Il lui enfonça son épieu dans la gueule même. Ensuite sautant sur lui le sabre à la main, il lui coupa la gorge.*

⁷² *V. Dictionnaire géographique-portatif* na palavra Laponie. *Les lapons n'ont que quatre pieds et demi au plus... Ils sont colères, brutaux, fort paresseux, et très superstitieux... Ils sont lâches, craintifs.*ⁿ

⁷³ Lery, d., cap. 13. *Arcus insuper babent, quos Orapts nominant ex eodem ligni genere, rubro nimirum, et atro fabricatos: ii longitudine, et crassitudine nostros adeo superant, ut eos nec lentare, nec adducere ullus nostrum possit: quin potius imo totis viribus puerorum 10 annorum arcubus curvandis opus esse.*

⁷⁴ *Histoire général. des voyages*, pag. 263. *Jannequin confesse que les nègres de ce pays l'emportent tellement sur les européens pour la force, et le courage, q'un de ces barbares renversoit aisement d'une seule main le plus robuste des françois; de sorte que s'il étoit question d'en venir aux coups, dans un combat d'homme à homme, il ne doute pas l'avantage ne demeurait toujours aux negres.*

ⁿ *Dictionnaire Géographique Portatif*, Paris, 1747, do abade Jean-Baptiste Ladvocat (1709-1765), biógrafo francês, doutor em teologia e professor da Sorbonne.

^o Claude Jannequin, viajante francês do século XVII, explorou a costa ocidental de África. Na sua obra, *Voyage de Libye, au royaume du Sénégal, le long du Niger*, Paris, 1634, para além de narrar alguns episódios fantasiosos, considera a existência de um trato entre os negros e o «espírito maligno», mas destaca também a sua força física, muitíssimo superior à dos brancos.

§ XVI

Passando para os irracionais: compare-se a força e a coragem de um tigre, ou de um leão das planícies do Saara, com a de um lobo, ou com a de um urso da Sibéria; ver-se-á que estes apenas poderão servir de criados daqueles⁷⁵. Passando para os vegetais: compare-se a força e a rijeza de um pau-ferro, de um ipê, de um guramirim, de um ucupira das margens do Amazonas, com a de um carvalho, de um buxo, de um castanho, de um pinho nas margens do Diepr; ver-se-á o quanto estes são brandos a respeito daqueles. A natureza, que em todas as suas produções debaixo da zona tórrida se mostrou forte e robusta, tanto a respeito das fibras dos irracionais, como dos vegetais, só se havia de mostrar fraca, e degenerada a respeito da fibra do homem, o primeiro objecto da sua criação? Que inconseqüências!

§ XVII

Montesquieu, querendo dar mais força à sua opinião de que o homem do país frio tem a fibra mais forte, do que o do país quente, se valeu da história dos povos dos países frios, que subjugaram muitas vezes os povos dos países quentes; mas ele descobriria facilmente a causa deste efeito, se não se tivesse apaixonado tanto pelo sistema dos climas, e se não tivesse confundido as forças naturais de cada um homem em particular, com as de um povo junto em sociedade.

⁷⁵ Buffon, tom. 9. *Histoire Naturelle* du tigre, pag. 130. *Le tigre... desole le pays qu'il habite, il ne craint ni l'aspect, ni les armes de l'homme; il égorge, il dévaste les troupeaux d'animaux domestiques, met a mort toutes les bêtes sauvages, attaque les petits elephants, les jeunes rhinoceros, et quelque fois même ose braver le lion.* et d. tom. *Histoir. Natur.* du lion, pag. 3. *Dans les pays chauds les animaux terrestres sont plus grands, et plus forts que dans les pays froids, ou tempérés; ils sont aussi plus hardis, plus féroces; toutes leurs qualités naturelles semblent tenir de l'ardeur du climat. Le lion né sous le soleil brulant de l'Afrique, ou des Indes, est le plus fort, le plus fier, le plus terrible de tous: nos loups, nos autres animaux carnassiers, loin d'être ses rivaux, seroient a peine dignes d'être ses pourvoyeurs... et ce qui prouve évidemment que l'excès de leur férocité vient de l'excès de la chaleur, c'est que dans le même pays, ceux qui habitent les hautes montagnes où l'air est plus temperé sont d'un naturel different de ceux qui deméurent dans les plaines, ou la chaleur est extreme. Les lions du mont Atlas, dont la cime est quelquefois couverte de neige, n'ont ni la hardiesse, ni la force, ni la férocité des lions du Biledulgerid ou du Zaara, dont les plaines sont couvertes de sables brulans^P.*

^P *Histoire Naturelle*, Paris 3 vols. em 1749, mais 12 até 1767, de Jean-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), grande cientista e académico francês, naturalista, matemático, físico, zoólogo, contribuiu decisivamente com a sua obra para a divulgação dos conhecimentos do seu tempo.

§ XVIII

Um povo, que vive em um país fértil e abundante, por isso que vive farto, entrega-se mais aos prazeres, ao luxo, e à ociosidade; cada cidadão vive quasi como separado, e independente um do outro. Esta separação das partes compõem um todo desunido e fraco; e pelo contrário uma nação, que vive em um país pobre e estéril, é quasi sempre rude, e guerreira, porque a sua pobreza mesma, cujo peso a importuna sem cessar, a põe em uma absoluta necessidade de procurar por todos os meios a sua subsistência. Esta necessidade geral ensina a todo um povo esfaimado a unir-se, e ajuntar todas as suas forças para conseguir um mesmo fim, e mutuamente se auxiliarem; até que finalmente por um projecto já muito dantes premeditado faz uma irrupção, surpreende, e conquista um povo manso, que no meio da abundância vive contente, e descuidado; mas logo que este povo acorda do seu letargo, recobra da mesma sorte os seus direitos usurpados⁷⁶.

§ XIX

Os Sitas, ou Tártaros, três vezes invadiram a Ásia; mas também foram dela três vezes repellidos⁷⁷. Os povos do norte donde têm saído estes exércitos formidáveis, que têm transtornado tantos impérios, tinham já muitos habitantes, sem muito terreno para os sustentar, nem muita indústria para lhes suprir o necessário; e assim se faziam de necessidade soldados, e conquistadores, porque eles só achavam inimigos sem fronteiras, nem reparos.

§ XX

Se eles tivessem achado uma resistência, qual a que acharam os moscovitas no princípio deste século, eles teriam necessariamente voltado as suas vistas para o comércio. Naqueles antigos tempos nem a polícia, nem o comércio faziam alguns progressos; a barbaridade reinava igualmente entre os vencedores, e os vencidos.

⁷⁶ Disto se está hoje vendo o exemplo nos portuguezes, e nos espanhóis, contra os franceses seus injustos invasores, habitantes de climas mais frios⁹.

⁷⁷ Justin., liv. 2.

⁹ Nota acrescentada na 2ª edição.

§ XXI

Os Suíços com uma boa polícia para aumentar a população, têm tão pouco terreno, que a sua indústria laboriosa não basta ainda para os sustentar; mas a Europa já se não acha nas mesmas circunstâncias de conquista⁷⁸. A sua vizinhança cercada de fortalezas, os tem reduzido a fazerem-se tropas mercenárias, e a fazer a guerra por conta de outro, sem esperanças de poder aumentar o seu terreno, nem fazer novas colónias; eles se têm visto mesmo na necessidade de comerciar por mãos alheias, e de meter os seus fundos nos bancos de comércio da Europa.

§ XXII

Em uma palavra, não é a fibra mais, ou menos forte, nem os graus de calor deste, ou daquele clima, que decide da força, e da coragem destes, ou daqueles povos: a educação, os costumes, o comércio, as leis, a disciplina, os vícios mesmos, os erros, as opiniões ainda que falsas, e outras muitas circunstâncias são as que decidem da sorte dos impérios. A nova Roma ainda se acha debaixo do clima da antiga; e contudo que distância não há da força, e da coragem, de uma à da outra? O clima que produziu os Alexandres, conquistadores da Ásia, apenas produz hoje humildes escravos do maior déspota do mundo.

§ XXIII

Montesquieu para dar mais uma prova do quanto influi na felicidade do homem o nascer debaixo deste, ou daquele clima, para ter uma fibra mais ou menos forte, e por consequência para ser, conforme o seu sistema, livre ou escravo, diz que nos países frios reinou sempre a liberdade, por isso que neles a fibra é mais forte; e que nos países

⁷⁸ Quando no ano de 1794, em que este ensaio saiu a público pela primeira vez, eu disse, que a Europa não estava já no estado de conquista; tendo somente em vista o maior bem de Portugal, e das nações suas amigas, e aliadas, e das que com Portugal quisessem ter relações de interesses; não me veio, nem podia vir à imaginação, que houvesse na Europa uma nação tão ambiciosa, que propondo-se a conquistar as outras, ela mesmo se deixasse conquistar; e que houvesse uma nação tão louca, que propondo-se a civilizar a África, reformar a Europa, corrigir a Ásia, e regenerar a América, e dar a todos a liberdade; ela mesmo se metesse na escravidão, e se prendesse com os seus ferros; e que imaginando levar tudo ao optimismo ela precipitasse tudo no *pessimismo*, e isto no século XVIII que se dizia das luzes!^f

^f Nota acrescentada na 2ª edição.

quentes reinou sempre a escravidão, porque neles a fibra é mais frouxa⁷⁹. Que as repúblicas, e os governos populares, por isso que são de maior liberdade, são mais próprios para os países frios, e pelo contrário as monarquias para os países quentes⁸⁰.

§ XXIV

Para se ver a falsidade destes argumentos não é necessário sair fora da Europa. Todos sabem que ao norte da Europa, onde os países são mais frios, não há repúblicas; debaixo daqueles gelos todos os Estados são monárquicos. Ali a escravidão se acha espalhada por toda a parte; a Hungria, a Polónia, a Rússia, a Turquia se compõe de muitos destes miseráveis. A czarina está premiando todos os dias os seus grandes generais com muitos centos de escravos; e os mesmos moscovitas até muitas vezes se vendem⁸¹. E pelo contrário as repúblicas da Europa se acham em países mais quentes. Holanda, Veneza, Génova, Luca, etc. respiram um ar mais quente do que a Rússia, a Suécia, a Noruega. Nos Estados meridionais da Europa apenas se ouve falar no nome do escravo⁸². Da mesma sorte a religião protestante, que ele diz ser mais própria para as repúblicas, e a católica romana para as monarquias⁸³: pelo contrário se vê que a protestante é a dominante da maior parte das monarquias do norte; e a católica romana de todas as repúblicas da Itália. Não é necessário ter a vista muito aguda para ver as contradições, e os absurdos em que Montesquieu, e os sectários do sistema dos climas estão caíndo a cada passo.

⁷⁹ Montesquieu, d., liv. 17, art. 2.

⁸⁰ d., liv. art. 6.

⁸¹ Montesquieu, d., liv. 15, art. 6. *Les moscovites se vendent très-aisément; j'en sais bien la raison, c'est que leur liberté ne vaut rien.*

⁸² Margarita Princesa dos Países Baixos em 1252, e Luis X Rei de França no princípio do século XIV foram os primeiros que aboliram a escravidão nos seus Estados. A França, e os Países Baixos mudariam porventura de clima? ou as fibras daqueles habitantes se fariam depois mais fortes?

É necessário ainda notar, que a abolição da escravidão, à qual estavam sujeitos os habitantes da França, e da Inglaterra até ao princípio do século XIV não foi devida ao maior ou menor grau de força, proveniente do influxo dos seus climas, nem à humanidade dos chamados filantropos, nem às luzes dos que se dizem filósofos sentimentais; foi sim devida à política dos reis de Inglaterra e de França daquele tempo, para abaterem o orgulho dos que eram muito poderosos em escravos, privando-os dos braços, que lhes davam tantas forças, e reduzindo os senhores, e os escravos à igualdade dos seus vassallos. Vej. *Histoire Philosophique*, tom. et liv. 1, Introduction § Le Président de Montesquieu.

⁸³ Montesquieu, d., liv. 24, art. 5.

§ XXV

Conheço que tendo sido fastidioso em me demorar por tanto tempo contra uma opinião, sobre a qual apenas se reflecte um pouco, se descobre logo toda a sua fraqueza; mas como as opiniões velhas, e populares, principalmente quando são apoiadas por homens de autoridade, ou que têm adquirido reputação, não basta cortá-las, mas é necessário destruí-las, e arrancá-las⁸⁴; espero merecer toda a desculpa, e que se atenda que defendeu a causa daqueles índios invencíveis, que eu vi, tratei, e conheci de perto; e que, talvez pela falsa opinião, que se tem estabelecido como regra geral, de que os povos dos países quentes são fracos e pusilânimes, se tenham desprezado os meios de aproveitar aqueles braços tão fortes, e tão necessários para um país tão dilatado, e que acaba de sair das mãos da natureza na sua maior perfeição.

⁸⁴ Os redactores da *Décade Philosophique* analisando este capítulo, dizem: *J'ai été agréablement surpris par la lecture de cet ouvrage d'un évêque philosophe. La littérature portugaise est peu connue en France, et je doute qu'on y ait connaissance de cette production littéraire, qui dans un cadre assez étroit renferme un grand nombre de nouvelles connaissances, surtout pour les hommes d'État et ceux qui s'occupent de la statistique, science dont ma patrie a pour ainsi dire été le berceau, et dont la France a depuis peu reconnu l'importance.*

Je me plais à vous communiquer le V chapitre de l'ouvrage de l'évêque de Pernambouc, qui doit intéresser tous les philosophes, et surtout ceux de la nation française. L'auteur y combat le système de Montesquieu sur l'influence des climats, avec un chaleur qui semble lui donner la certitude qu'il a de son opinion, appuyée à la vérité de faits constants, qui paraissent avoir échappé à l'esprit observateur de Montesquieu. Je n'oserai pas prononcer entre les deux opinions; mais comme l'objet dont il s'agit est plein d'intérêt, tant sous le rapport de son importance en lui-même, que sous celui de l'ouvrage le plus philosophique peut-être dont s'honore la littérature française, je désirais consulter les savants français sur cette contestation, pour être à même d'ajouter à ma traduction une réfutation de l'opinion de l'évêque de Pernambouc, dans le cas où on trouverait des armes pour la combattre victorieusement. J'avouerai volontiers que mes connaissances sont insuffisantes ().*

(*) Vej. N. 22, *La Décade Philosophique, Littéraire et Politique*.

O redactor inglês no mesmo capítulo diz: *In another view, also, this work cannot fail to be interesting to the philosopher of every country, as it clearly refutes the celebrated system of the climates, so long implicitly and almost universally received, of the illustrious Montesquieu (*).*

(*) Vej. *The Monthly Review* for August, 1803, pag. 425, art. 15. *A political Essay on the Commerce of Portugal and her Colonies, particularly of Brasil in South America* by J. J. da Cunha d'Azeredo Coutinho, Bishop of Pernambuco, and Fellow of the Royal Academy of Sciences of Lisbon⁸.

⁸ Nota acrescentada na 2ª edição. Azeredo Coutinho menciona duas importantes publicações periódicas: a *Décade Philosophique, Littéraire et Politique*, editada por A. Duval, em Paris, desde 1794 e que depois de 1804 mudou de nome para *Revue Philosophique...* e *The Monthly Review; or Literary Journal*, que começou a publicar-se em Londres em 1749, dirigida por Ralph Griffiths, e que incluía resumos e críticas da mais importante produção literária e ensaística da época.

CAPÍTULO VI

Dá-se uma breve notícia do estado actual dos índios Ouetacazes, nossos mais bravos, e fiéis aliados desde a província dos Campos dos Ouetacazes até às Minas

§ I

Os índios Ouetacazes, e quasi todas as nações brasilienses, assim como têm vícios, têm virtudes bem dignas de serem imitadas pelas nações civilizadas: eles são geralmente cheios de caridade uns para com os outros, e ainda para com os estrangeiros seus amigos; tudo entre eles parece comum⁸⁵. São sumamente agradecidos aos seus benfeitores, e lhes tributam uma fidelidade sincera, e verdadeira, até ao ponto de sacrificarem por eles a mesma vida⁸⁶. Eu posso afirmar como experimentado pela muita comunicação, que tive com os índios Ouetacazes, e pela fidelidade, que eles sempre guardaram à minha casa.

⁸⁵ Lery, d., *Histoir. in Brasil*, cap. 17. *Naturalem charitatem abunde inter se mutuo exercent: nam et pisces, et fructus, atiaque quotidie alti aliis donant, imo vehementer dolerent, si vicinos iis rebus, quas ipsi habent, indigere cernerent. Atque etiam eadem liberalitate erga advenas utuntur. Cujus rei exemplum unum afferre satis erit. De periculo quodam quod evasimus ego, Gallique alii duo, quod scilicet mors imminebat... nos tum à via in mediis silvis per biduum aberravimus, ac famem non mediocrem sumus perpessi; tandem ad vicum quendam, Pauo nomine, ad quem jam ante diverteramus, pervenimus. Ibi nos liberalissime ab Barbaris fuimus excepti. Illi enim auditis incommodis, quae perpessi eramus, ac praesertim summum, in quo versati eramus, periculum, ut ab feris devoraremur, maxime vero ut ab Magaiabibus, communibus nostris hostibus, maclaremur, ad quorum fines per imprudentiam proxime accesseramus. Conspectisque spinarum incommodis, quorum misere cutis nostra erat lacerata, adeo nostra mala graviter tulerunt, ut vere affirmare hoc loco possim blanditias fictas, quibus nostrates miseros consolari solent, longe ab sincera gentis illius, quam nos Barbaram appellamus, humanitata abesse. Illi enim limpida aqua pedes nostros (quod antiquorum morem mihi in memoriam revocavit) abluerunt, singulis nostrum seorsim in pensili lectulo sedentibus. Tum patresfamilias, qui jam cibos nobis appari providerant, recentemque farinam, quae (ut alias dixi) candidi panis medullae bonitate non cedit, corradit jusserant, confestim nobis non nihil refocillatis praestantissimos quosque cibos, puta farinam, volatilla, ptsces, fructusque exquisitissimos, quibus continuo abundanti, nobis apponi jubent. Praeterea nocte adveniente Moussacat hospes noster pueros omnes a nobis, ut placidius quiesceremus, removet... In summa, verbis exprimere non queo, quam humaniter, et blande a Barbaris illis excepti fuerimus, qui nos non minori prosequuti benignitate, ac Mellenses Barbari Paulum carterosque naufragos: de quibus Lucas in Actis Apostolicis 28, 1, 2.*

⁸⁶ Lery, d., cap. Jam si quaeratur an tuta nobis esset apud illos habitatio respondeo eos, prout inimicos tam insano prosequuntur odio, ut captos maclent, verentque; sic vice versa tanto tamque arcto amico (in quorum eramus numero) amore complexi, ut potius quidvis subeant ad eos tuendos, quam ut ullo eos affici incommodo patiantur. Itaque eorum expertus difem illis jamtum maxime fidebam, ac nunc facilius fiderem, quam ple-risque... infidissimis, atque a pravorum fide degeneribus.

§ II

Esta nação em outro tempo inimiga irreconciliável dos portugueses, e de todas as nações europeias, e brasilienses⁸⁷; hoje ainda que conserva a sua independência, vive contudo em boa harmonia com os povos da província chamada dos Campos dos Ouetaçazes, e das Minas Gerais, com as quais confina. A beneficência, e a boa fé, com que meus avós os trataram sempre, produziram o milagre desta reconciliação, que se não tinha jamais podido conseguir pela força das armas. Eu ainda conservo as cartas, e os tratados desta aliança feita quasi debaixo dos meus olhos.

§ III

O capitão mor, e governador daquela província dos Ouetaçazes Domingos Alvares Pessanha (meu avô materno) conseguiu finalmente domar esta nação invencível, à força de lhe fazer contínuos benefícios, e liberalidades, tratando com ela uma boa fé a mais escrupulosa.

§ IV

Logo que conseguiu a amizade daqueles índios; para os ter mais seguros, e os fazer mais tratáveis com os portugueses, lhes deu um estabelecimento no seu engenho, e fazenda de Santa Cruz sita na margem austral do rio da Paraíba do Sul, légua e meia acima da vila de S. Salvador dos Campos dos Ouetaçazes, e lhes mandou fazer uma grande casa ao gosto deles, em que pudessem ter comodamente as suas redes, ou macas, que lhes servem de camas, junto à margem do rio para se lavarem, como costumam, todos os dias, eles de madrugada, e elas ao meio dia.

§ V

Esta casa, que lhes serve como de estalagem, está sempre cheia dos que descem dos sertões a comerciar com os povos daquela província. O seu comércio consiste na permutação, que fazem da cera, e mel, de que abundam muito aqueles matos, assim como também de

⁸⁷ Lery, d., cap. 5. *Ouetacates homines adeo feri, ut neque pacem inter se colant, et cum finitimis omnibus advenisque bellum gerant. Cum vero ab hostibus premuntur (aquibus tamen nunquam jugum accepere) mira pernicitate morti se eripiunt... nullum cum Gallis, Hispanis, Lusitanisque Commerctum babeant, altisque transmarinis.* Veja-se Vasconcelos, *Vida do Padre Anchieta*, no liv. 5, cap. 10, nº 1, e 2.

CAPÍTULO VI

Dá-se uma breve notícia do estado actual dos índios Ouetaçazes, nossos mais bravos, e fiéis aliados desde a província dos Campos dos Ouetaçazes até às Minas

§ I

Os índios Ouetaçazes, e quasi todas as nações brasilienses, assim como têm vícios, têm virtudes bem dignas de serem imitadas pelas nações civilizadas: eles são geralmente cheios de caridade uns para com os outros, e ainda para com os estrangeiros seus amigos; tudo entre eles parece comum⁸⁵. São sumamente agradecidos aos seus benefeitores, e lhes tributam uma fidelidade sincera, e verdadeira, até ao ponto de sacrificarem por eles a mesma vida⁸⁶. Eu posso afirmar como experimentado pela muita comunicação, que tive com os índios Ouetaçazes, e pela fidelidade, que eles sempre guardaram à minha casa.

⁸⁵ Lery, d., *Histoir. in Brasil*, cap. 17. *Naturalem charitatem abunde inter se mutuo exercent: nam et pisces, et fructus, aliaque quotidie alti altis donant, imo vehementer dolerent, si vicinos iis rebus, quas ipsi habent, indigere cernerent. Atque etiam eadem liberalitate erga advenas utuntur. Cujus rei exemplum unum afferre satis erit. De periculo quodam quod evasimus ego, Gallique alii duo, quod scilicet mors imminebat... nos tum à via in meditis silvis per biduum aberravimus, ac famem non mediocrem sumus perpessi; tandem ad vicum quendam, Pauo nomine, ad quem jam ante diverteramus, pervenimus. Ibi nos liberalissime ab Barbaris fuimus excepti. Illi enim auditis incommodis, quae perpessi eramus, ac praesertim summum, in quo versati eramus, periculum, ut ab feris devoraremur, maxime vero ut ab Magaiabibus, communibus nostris hostibus, mactaremur, ad quorum fines per imprudentiam proxime accesseramus. Conspectisque spinarum incommodis, quorum misere cutis nostra erat lacerata, adeo nostra mala graviter tulerunt, ut vere affirmare hoc loco possim blanditias fictas, quibus nostrates miseros consolari solent, longe ab sincera gentis illius, quam nos Barbaram appellamus, humanitatis abesse. Illi enim limpida aqua pedes nostros (quod antiquorum morem mihi in memoriam revocavit) abluerunt, singulis nostrum seorsim in pensili lectulo sedentibus. Tum patresfamilias, qui jam cibos nobis apparat providerant, recentemque farinam, quae (ut alias dixi) candidi panis medulae bonitate non cedit, corradi jusserant, confestim nobis non nihil refocillatis praestantissimos quosque cibos, puta farinam, volatilia, pisces, fructusque exquisitissimos, quibus continuo abundanti, nobis apponi jubent. Praeterea nocte adveniente Moussacat hospes noster pueros omnes a nobis, ut placidius quiesceremus, removet... In summa, verbis exprimere non queo, quam humaniter, et blande a Barbaris illis excepti fuerimus, qui nos non minori prosequuti benignitate, ac Melienses Barbari Paulum carterosque naufragos: de quibus Lucas in Actis Apostolicis 28, 1, 2.*

⁸⁶ Lery, d., cap. Jam si quaeratur an tuta nobis esset apud illos habitatio respondeo eos, prout inimicos tam insano prosequuntur odio, ut captos mactent, verentque; sic vice versa tanto tamque arcto amicis (in quorum eramus numero) amore complexi, ut potius quidvis subeant ad eos tuendos, quam ut ullo eos afficti incommodo patiantur. Itaque eorum expertus difem illis jamtum maxime fidebam, ac nunc facilius fiderem, quam ple-risque... infidissimis, atque a pravorum fide degeneribus.

§ II

Esta nação em outro tempo inimiga irreconciliável dos portugueses, e de todas as nações europeias, e brasilienses⁸⁷; hoje ainda que conserva a sua independência, vive contudo em boa harmonia com os povos da província chamada dos Campos dos Ouetacazes, e das Minas Gerais, com as quais confina. A beneficência, e a boa fé, com que meus avós os trataram sempre, produziram o milagre desta reconciliação, que se não tinha jamais podido conseguir pela força das armas. Eu ainda conservo as cartas, e os tratados desta aliança feita quasi debaixo dos meus olhos.

§ III

O capitão mor, e governador daquela província dos Ouetacazes Domingos Alvares Pessanha (meu avô materno) conseguiu finalmente domar esta nação invencível, à força de lhe fazer contínuos benefícios, e liberalidades, tratando com ela uma boa fé a mais escrupulosa.

§ IV

Logo que conseguiu a amizade daqueles índios; para os ter mais seguros, e os fazer mais tratáveis com os portugueses, lhes deu um estabelecimento no seu engenho, e fazenda de Santa Cruz sita na margem austral do rio da Paraíba do Sul, légua e meia acima da vila de S. Salvador dos Campos dos Ouetacazes, e lhes mandou fazer uma grande casa ao gosto deles, em que pudessem ter comodamente as suas redes, ou macas, que lhes servem de camas, junto à margem do rio para se lavarem, como costumam, todos os dias, eles de madrugada, e elas ao meio dia.

§ V

Esta casa, que lhes serve como de estalagem, está sempre cheia dos que descem dos sertões a comerciar com os povos daquela província. O seu comércio consiste na permutação, que fazem da cera, e mel, de que abundam muito aqueles matos, assim como também de

⁸⁷ Lery, d., cap. 5. *Ouetacates homines adeo feri, ut neque pacem inter se colant, et cum finitimis omnibus adventisque bellum gerant. Cum vero ab hostibus premuntur (aquibus tamen nunquam jugum accipere) mira pernicitate morti se eripiunt... nullum cum Gallis, Hispanis, Lusitanisque Commercium habeant, aliisque transmarinis.* Veja-se Vasconcelos, *Vida do Padre Anchieta*, no liv. 5, cap. 10, nº 1, e 2.

pássaros, de quadrúpedes silvestres de diferentes espécies; certos barros, ou argilas de que se fazem panelas⁸⁸, e outros vasos fortísimos, que resistem muito ao fogo⁸⁹; e quando não têm bastantes gêneros para permutarem por machados, foices, facas, anzóis, sal etc. se alugam para cortarem madeiras, em que são destruíssimos. Cada um deles porém só trabalha pelo necessário; por exemplo, só trabalha por dois, ou três dias quanto basta para ganhar o equivalente, ou o preço de um machado, ou daquele instrumento cortante, de que ele precisa para o seu uso: o ferro, este metal que para o homem é da primeira necessidade, para o índio é o mais precioso: ele não precisa de vestidos.

§ VI

Aqueles índios, posto que já contratam de boa fé com aqueles povos, contudo ainda conservam uma certa desconfiança, de sorte que os contratos, principalmente em que eles se alugam, não os fazem sem conselho do seu benfeitor, ou de seus filhos, que dele herdam para com eles a mesma beneficência; e logo que lhes dizem que seguramente podem fazer o seu contrato, não hesitam um só instante, e se entregam francamente nas mãos do seu contratante. Eles têm levado este sinal da sua gratidão, e de confiança para com os seus benfeitores a um tal grau, que podem bem servir de exemplo aos que se prezam de sustentar a honra de agradecidos⁹⁰.

§ VII

Os índios Ouetacazes depois de terem conquistado a nação dos coropoques, ou coropós, os adoptaram para a sua nação; de sorte que hoje compõe uma só, debaixo do nome vulgar de coroados, pelo modo com que cortam o cabelo ao redor, e no alto da cabeça.

⁸⁸ As panelas feitas destes barros, e pelos mesmos índios chamadas vulgarmente *Panelas do Gentio*, ou de *Caboculo*, além de serem muito fortes, são preferíveis às de ferro, de cobre, ou de qualquer outro metal, pelo perigo a que estas estão sujeitas de serem atacadas pelos ácidos, e causarem cólicas muitas vezes mortíferas, principalmente quando não são bem lavadas, e bem, limpas; o que é muito trivial nas pessoas do serviço das cozinhas^a.

⁸⁹ Os índios para conhecerem se a argila é fina, sem mistura de areia, ou de qualquer outro corpo estranho, não se contentam com esfregá-la entre os dedos; mas sim experimentam entre os dentes se ela é macia, e branda como cera.

⁹⁰ Lery, d., cap. 17.

^a Nota acrescentada na 2ª edição.

E suposto hajam outros muitos índios, que também cortam o cabelo ao redor da cabeça, como circírio de frade; contudo os índios ouetacazes são hoje chamados por antonomásia os índios coroados. Eles ocupam o vasto sertão de mais de cem léguas, se compreendem desde os confins dos Campos dos Ouetaçazes, seguindo a margem setentrional do dito rio Paraíba até à margem austral do rio Xipoto da comarca de Vila Rica.

§ VIII

Nestas vizinhanças querendo os moradores das Minas Gerais entrar a minerar, e estabelecer fazendas, foram atacados, vencidos, e destruídos pelos ditos índios, aos quais nunca foi possível domar nem afugentar, apesar dos muitos esforços, que se fizeram, com perda sempre das vidas de muitos daqueles moradores, dinheiro deles, e da Fazenda Real. Estes porém já cansados com aquela guerra, cruel, e sem fim, pediram a paz àqueles índios no ano de 1757; estes contudo, ainda que já amigos dos moradores dos Campos dos Ouetaçazes, não a quiseram conceder, sem que primeiro ficasse por abonador do contrato o padre Angelo Pesanha (meu tio materno) então benfeitor deles por morte do seu pai, o dito capitão-mor, e governador Pessanha.

§ IX

Os moradores das Minas, contentes com aquela condição, rogaram pôr carta ao dito padre Ângelo, e principalmente o provedor da Fazenda Real de Vila Rica, que então era Silvério Teixeira (depois religioso, e prior da Cartuxa em Laveiras) para que quisesse ir pôr fim à guerra bárbara e sanguinolenta daqueles índios (que a fazem sempre, como costumam, por surpresas inevitáveis, destruindo e queimando tudo o que cai debaixo das suas armas, não perdoando as vidas, nem ainda as mais inocentes): cedeu o dito padre àquelas rogativas, e partiu acompanhado dos mesmos índios, que o conduziram com toda a fidelidade por aqueles sertões (nunca dantes pisados por algum português) até às Minas Gerais, onde finalmente se fez a paz no ano de 1758, que ainda hoje se conserva sem alteração.

§ X

Depois no ano de 1767, sendo governador das Minas Gerais Luís Diogo Lobo da Silva, apareceram os índios cuietés, vulgarmente chamados botoculos, ou gamelas (pela extravagância com que furam o beço

inferior, e as orelhas, em cujos buracos metem grandes rolhas de pau) os quais faziam cruéis estragos nos moradores do arraial de António Dias abaixo, sito na margem setentrional do rio Percicaba.

§ XI

Aqueles moradores, vendo-se atacados por estes novos inimigos, recorreram ao dito governador, e não obstante ter-lhes ele dado todos os socorros, não foi possível o afugentá-los: mas logo que os valerosos índios ouetacazes foram chamados pelo seu benfeitor o dito padre Ângelo em defesa daqueles moradores, já então seus amigos, e aliados, correram a atacar os índios botocudos, ou gamelas com tanta fúria, e com golpes tão pesados, que os fizeram reconcentrar, e fugir até os sertões do Amazonas, donde nunca mais tornaram a inquietar aqueles povos.

§ XII

Os mesmos índios botocudos, ou gamelas, foram os pregoeiros da fama, e do nome do benfeitor dos seus vencedores; ela voou de boca em boca até às margens do Mearí nos contornos do Maranhão, onde se conserva esta tradição constante; ela servirá de eterno padrão, que a fidelidade, e a gratidão dos índios ouetacazes fez consagrar à memória do seu benfeitor, em parte tão distante, e no meio dos seus inimigos. Eu tenho em meu poder um testemunho autêntico da confissão⁹¹, que fizeram nas margens do Mearí os inimigos dos índios ouetacazes, e ainda mesmo nesta corte, onde os fizeram conhecer debaixo do nome dos índios do padre Ângelo⁹². Esta nação guerreira serve hoje de uma barreira impenetrável às províncias dos Campos dos Ouetacazes, com quem confina por uma parte, e pela outra com a das Minas Gerais.

⁹¹ Este documento foi passado pelo Juiz de Fora então do Maranhão, e hoje Procurador da Fazenda Real o Desembargador da Casa da Suplicação António Pereira dos Santos, natural da cidade de Mariana, onde, quando andava na escola, viu, e conheceu o padre Ângelo Pessanha, e os índios, que este e seus pais tinham domesticados, chamados do padre Ângelo; assim como também viu na sua pátria os índios chamados botocudos, ou gamelas, aos quais depois de terem infestado, e destruído as fazendas, e ricas lavras de ouro dos moradores das vizinhanças da cidade de Mariana sua pátria, e de Vila Rica, tornou a ver nos sertões do Maranhão, onde já domesticados, diziam, que tinham sido lançados fora das suas terras pelos índios do padre Ângelo^b.

⁹² O excelentíssimo José Telles da Silva, Conselheiro do Ultramar, quando veio de governar a capitania do Maranhão trouxe alguns índios, que nesta corte atestavam publicamente estes factos.

^b Nota acrescentada na 2ª edição.

Aqueles moradores, sem temor das outras nações brasilienses nossas inimigas, dormem descansados à sombra da vigilância dos invencíveis ouetacazes nosso bons amigos, e fiéis aliados.

CAPÍTULO VII

Portugal pode ter uma grande marinha de guerra sem muitas despesas, nem muito risco, e sem causar desconfiança às outras nações

§ I

É da política das nações da Europa, principalmente das mais poderosas em marinha, vigiar que alguma outra se não torne maior; e até mesmo se arrogam o direito de impedir, que se faça grande. Isto é na verdade um embaraço muito prejudicial à marinha de uma nação menos poderosa, e que a põe muitas vezes na quasi dependência da sua rival.

§ II

Uma nação com crédito, tem dinheiro, tem soldados, e em pouco tempo faz marchar um exército de muitos mil homens. Não é assim a respeito da marinha; ela não se faz em um dia, não se vende, nem se empresta. Portugal porém pode pôr uma marinha formidável, sem contudo desafiar contra si a desconfiança das outras nações.

§ III

A dilatada costa do Brasil ao mesmo tempo que é defendida por muitas, e escarpadas rochas⁹³, e perigosos baixos, é contudo acessível por alguns portos excelentes de muito fundo, e de largas baías, nas quais podem estar grandes armadas com toda a segurança, abrigadas dos ventos, e das tempestades⁹⁴. Nestes belos portos fazem os nego-

⁹³ Vasconcelos, liv. 1, das *Notícias do Brasil*, nº 68. Pita, *História da América Portuguesa*, liv. 1, nº 10.

⁹⁴ Herrera, *Descript. N. Orb.*, art. 12, *Descript. Ind. occident.*, cap. 25, de *Provinc. et Region. Brasil. Juxta oram banc. portus octo, aut movem nobiliores occurrunt*. Lery, d., cap. 6, Vasconcelos, liv. 1, das *Notícias do Brasil*, n. 48 e seg., Pita, *História da América*, liv. 2, nº 3 e 89. E além dos portos maiores há outros muitos, que ainda que de pouco fundo, são contudo excelentes para a navegação, e comércio de umas províncias para as outras. Pita, d., liv. 1, nº 14 e seguintes. Vasconcelos, d., liv. 1, nº 38 e seguintes.

cientes alguns navios de alto bordo, e grande quilha, sem mais outra causa do que os seus maiores interesses.

§ IV

Um negociante em um navio de mil caixas, por exemplo, lucra mais, do que em dois de quinhentas cada um. A mareação das velas de seis mastros pede uma tripulação quasi dobrada da de três; dobrados capitães, dobrados pilotos, etc. Um navio grande sofre mais os temporais, do que um pequeno; que as mais das vezes, ou soçobra-se com as ondas, ou se vê obrigado a dar a popa ao vento, e fazer uma viagem mais dilatada⁹⁵.

§ V

E suposto alguns escritores são de opinião, que os navios pequenos são melhores, porque mais facilmente acham fretes, e não estão muito tempo nos portos à espera de carga; contudo, isto só tem lugar a respeito das viagens breves, e de muito valor respectivo; mas não a respeito das viagens longas, e de cargas de muito peso, e de pouco valor respectivo, como são ordinariamente as do Brasil.

§ VI

Uma arroba de açúcar, por exemplo, pesa mais, e vale menos do que dois ou três côvados de pano fino, ou de seda. Um navio pequeno, carregado de panos finos ou de sedas, importa em muito mais do que um outro de dobrada quilha, carregado de açúcar, de madeira, ou de qualquer outro género do Brasil; e como em qualquer porto, ou praça é mais fácil achar 50\$ cruzados, do que 100\$, é também mais fácil no Brasil achar carga bastante para um navio grande, por isso mesmo que ela é de menos valor, do que na Europa para um navio pequeno, por isso que a sua carga é de um dobrado valor.

⁹⁵ O alcatrão misturado com arsénico (por isto que este nunca perde a sua qualidade maligna) é excelente para alcatroar a parte do navio, que fica debaixo de água: esta mistura mata o guzano, e todo o bicho roedor das madeiras; conserva o navio limpo dos mariscos, e dos insectos; forma uma espécie de verniz, que contribui muito para a maior velocidade do navio; e poupa o grande gasto, e peso do cobre. Seria muito útil, que a este respeito se fizessem repetidas experiências, não só em pequeno, mas também em grande, pelo bem que resultaria à marinha de guerra, e de comércio de Portugal, principalmente enquanto não houver abundância de cobre das minas do Brasil.

§ VII

O negociante conhece, que não basta fazer muitos, e grandes navios, mas sim que é preciso fazê-los bem feitos, fortes, e proporcionados ao fundo dos portos para onde se navega, e com atenção à qualidade, e à abundância da carga, e que sejam os melhores veleiros quanto for possível; pois que em uma viagem, quanto menos dias se gastam, tanto mais se diminui o risco do navio e da carga, e se poupam as despesas ao menos do sustento da tripulação; o que tudo é mais um lucro para o proprietário do navio; e mais um ganho para o Estado.

§ VIII

Mas é necessário, que nos portos principais do Brasil, onde as madeiras se acham por menos preço em qualidade, e bondade, não só se estabeleçam bons arsenais, separados dos da marinha de guerra, para que os negociantes possam livremente fazer construir os seus navios, e lançá-los ao mar, quando bem, lhes parecer; mas também que se dêem todas as providências para que nesses arsenais hajam hábeis construtores de navios, muitos e bons carpinteiros, calafates, etc. Nos arsenais reais desta corte muitas vezes sobejam os obreiros; no Brasil sempre faltam⁹⁶.

§ IX

A arte de construir os navios é mais difícil, do que vulgarmente se pensa, e os princípios nem sempre são os mesmos em todas as nações comerciantes: o talhe, a forma, e o feitio dos navios ingleses, franceses, holandeses, etc. diferem muito entre si, e todos têm suas razões particulares para preferirem o modelo, que cada um adoptou. Os navios compridos, e de menos bojo, cuja popa é aguda, ou mais delgada, são os melhores veleiros, dão melhor por davante, e obedecem mais facilmente à manobra; os que são largos, e redondos para a popa, levam mais carga, são mais firmes de bordo, mas andam menos.

⁹⁶ A multiplicidade dos obreiros, e a abundância dos materiais no Brasil fará construir os navios por um preço mais cómodo, os fretes serão mais baratos, os géneros das colónias se darão na metrópole a melhor mercado, e com preferência aos dos estrangeiros, que connosco quizerem concorrer.

§ X

Mas tudo bem considerado, o construtor inglês parece digno de preferência, e de ser por nós imitado. Esta nação excede na maior parte das cousas, que têm relação à navegação. Ela tem alguns séculos de experiência mais continuada, do que as outras; e o contínuo exercício faz os obreiros hábeis. O navio inglês além da forma elegante que até satisfaz a vista, corta as ondas com uma rapidez extraordinária; e como os ingleses são pela maior parte os melhores marinheiros do mundo, não é de admirar que eles façam em menos tempo a mesma viagem, que as outras nações fazem em mais. Estes avanços de cada navio, ainda que de poucos dias, em uma grande marinha dão uma vantagem imensa sobre o comércio das outras nações.

§ XI

Se pois aos donos dos navios de mais de uma certa grandeza, feitos das melhores madeiras, e da melhor construção, que tiverem portinholas, e canhoelras, e o necessário para a artilharia, se derem alguns prémios, ou privilégios, como por exemplo, de carregarem os seus navios primeiro do que os outros mais pequenos⁹⁷; terá Portugal em tempo de guerra ao menos quantas fragatas quiser, ou compradas, ou fretadas, sem lhes correr o risco, nem causar ciúme às outras nações.

§ XII

E se aos donos de tais navios se der a artilharia necessária, sem mais outra obrigação, do que a de darem conta dela todas as vezes que se lhes pedir, será respeitada em todo o oceano a bandeira portuguesa, e poderão servir até de guarda costa aos navios mais pequenos⁹⁸; o negócio será florente, a marinha se fará formidável.

⁹⁷ Suposto seja muito bastante o só interesse do negociante dos géneros do Brasil para o convidar a fazer construir um navio de alto bordo, forte, bom, e veleiro, não é contudo bastante para o fazer construir com portinholas, canhoelras, e todas as mais obras de um navio de guerra, e por isso me parece necessário para este objecto convidá-lo com algum prémio, isenção, ou privilégio.

⁹⁸ Isto que eu tinha escrito antes do ano de 1794, se praticou depois com muita utilidade do comércio português, na guerra que a França moveu contra Portugal pelos anos de 1799: o que também fiz praticar com feliz successo em favor do comércio de Pernambuco, quando ali estive encarregado do governo interino daquela praça, e com os negociantes dela concorri para a compra de uma fragatinha francesa, tomada pelos ingleses, que foi de muita utilidade para afugentar daquela costa os corsários franceses, que muitas vezes apresavam os navios portugueses, até mesmo ao entrar da barra, e à vista daquela praça^a.

^a Nota acrescentada na 2ª edição.

CAPÍTULO VIII

Para se fazerem os navios de guerra, e de comércio de Portugal, por um preço mais cómodo, e mais barato, é necessário que o comércio das madeiras de construção no Brasil seja livre a todos os nacionais, e proibida a exportação delas para os estrangeiros, ou sejam em bruto, ou fabricadas

§ I

Um dos maiores ramos de comércio das nações do norte é o comércio livre das suas madeiras; e muitos pais deixam a seus filhos ricas heranças, que só consistem em armazéns de madeiras⁹⁹. Nenhuma nação contudo tem tantas madeiras tão preciosas como nós, principalmente de construção. Além do tapinhoam, e da perobá bem conhecidas pelos construtores de naus, há o pinho do Brasil, a cerejeira, o cedro, a canela preta, a guraremá, o jequitibá, etc. umas melhores para debaixo da água, outras para os altos; e para mastros o óleo vermelho, o mesmo pinho do Brasil, e outros.

§ II

Aquelas madeiras serradas, e bem guardadas, conservam-se muitos anos sem corrupção¹⁰⁰, principalmente nos países frios; secam-se, e fazem-se melhores para as obras: deixadas porém nos dilatados matos daquele continente, a sua grande antiguidade, a sua mesma vegetação muito forte, lhes abrevia a vida, e concorre mesmo para a sua total destruição: elas não são eternas.

§ III

Além destas causas há ainda outra maior, e mais prejudicial. As árvores daquele continente, ainda que grandes, contudo profundam

⁹⁹ Bielfeld, *Institutions Politiques*, tom. 2, chap. 1, § 46. *Du parti qu'on peut tirer de toutes sortes de bois.*^a

¹⁰⁰ As madeiras, depois de cortadas, postas debaixo de água corrente, ou em grandes tanques de água salgada, conservam-se por muitos anos, sem corrupção^b.

^a *Institutions Politiques*, 4 vols., Haia, 1760, de Jacob Friedrich, barão de Bielfeld (1716-1770), político e diplomata prussiano, viajou em França, Inglaterra e Países-Baixos, foi conselheiro da legação da Prússia em Hanôver e Inspector-Geral das universidades prussianas.

^b Nota acrescentada na 2ª edição.

pouco as suas raízes; elas se estendem todas pela superfície da terra¹⁰¹. Aquelas árvores sobem a uma altura extraordinária de mais de cento e cinquenta palmos, com uma grossura proporcionada; qualquer tormenta, ou um vento mais forte, impelindo sobre as suas grandes ramadas, as lança por terra; e o pior é que com a sua queda precipitada, arrastam, e levam debaixo de si madeiras novas, e muitas vezes mais preciosas, do que elas¹⁰².

§ IV

Condamine¹⁰³ na sua viagem pelo rio das Amazonas, falando do tronco de uma árvore, lançado nas margens daquele rio pela corrente das águas, sobre o qual fez as suas observações astronómicas, diz que, não obstante estar já carcomido, e em muita parte destruído, tinha cento e vinte e seis palmos de comprimento, e trinta e seis de circunferência. O mesmo Condamine¹⁰⁴, fazendo menção das canoas dos missionários carmelitas das missões portuguesas do rio das Amazonas, em uma das quais ele desceu até ao Pará, diz que são feitas de um só pau, e tão grandes, que muitas tinham noventa palmos de comprimento, dez e meio de largo, e cinco de alto, e algumas maiores, que eram puxadas por quarenta remeiros.

§ V

Pita na sua *História da América Portuguesa*¹⁰⁵, faz menção de canoas de um só pau tão grandes, que tinham dezasseis, e vinte palmos de diâmetro, com vinte, e vinte e quatro remeiros por banda, que carregavam cinquenta, e sessenta caixas de açúcar, de quarenta arrobas cada uma. Um companheiro de Villegagnon, escrevendo do Rio de

¹⁰¹ Labat, *Voyage aux Isles de l'Amérique*, tom. 2, chap. 12, pag. 231. *La plupart des arbres de l'Amérique ont peu de racines en terre, et ils ne sont soutenus que par de grandes cuisses dont les extrémités semblent plutôt ramper sur la terre, que d'y pénétrer suffisamment pour y prendre de la nourriture; en effet, elles n'y entrent pas de la profondeur d'un pied.*

¹⁰² Um dos maiores perigos da minha vida foi atravessando eu pelo sertão de Bacachá do Rio de Janeiro para os Campos dos Ouetaçazes na ocasião de uma grande tormenta: muitas vezes me vi quasi sepultado debaixo dos grandes madeiros, que caindo, atravessavam o estreito caminho por onde eu passava: os mesmos ramos das árvores, quebrando-se com o choque uns dos outros, são muitas vezes mais perigosos, por isso que se precipitam mais depressa, e sem maior estrondo: é um perigo a que estão sujeitos os que passam por semelhantes matos em tais ocasiões; assim como os que cortam aquelas madeiras sem todas as cautelas.

¹⁰³ Condamine, *Voyage de la Rivière des Amazones*, pag. 144.

¹⁰⁴ Condamine, d., pag. 91.

¹⁰⁵ Pita, *História da América*, liv. 1, nº 58 e 59.

Janeiro a um seu amigo nas vizinhanças de Paris, diz que vira naquele continente árvores de pau brasil tão grandes, que tinham cento e cinquenta palmos de alto, e nove de diâmetro¹⁰⁶.

§ VI

As raízes daquelas árvores cercam todo o seu tronco até à altura de seis, ou oito palmos acima da superfície da terra, donde descem diminuindo até a sua extremidade, de sorte que formam as raízes, e o tronco entre si quasi tantos ângulos rectos, quantas são as raízes, que o cercam. Não há madeiras de curvas mais fortes, principalmente quando são de sucupira, ipé, ou pau de arco, peroba, sapocais, etc. Estas raízes porém tão preciosas são juntamente quebradas, e arrancadas com os seus mesmos troncos.

§ VII

As madeiras cortadas por conta da Fazenda Real, como ali ordinariamente se pratica, ou mesmo por conta de determinadas pessoas, ainda que elas nada custem em bruto, ou no lugar dos seus nascimentos; contudo os transportes por si só sempre hão-de chegar mais caros à feira, ou à ribeira das naus, do que sendo compradas na mesma feira, ou ribeira aos lavradores delas.

§ VIII

Porque ao official, e ao trabalhador, que só corta, e conduz as madeiras por conta, ou de pessoas certas, ou da Fazenda Real, não importa que elas façam maior, ou menor despesa nos transportes, nem que elas sejam as melhores; antes procura muitas vezes pôr-lhes todas as dificuldades, e demoras, para vencer dias, e jornais, e pela maior parte estraga sem piedade muitas madeirãs preciosas só para aproveitar um, ou dois paus, que mais lhe ficam a jeito. Na Ribeira das Naus desta corte, se estão vendo todos os dias estes desperdícios, e desordens, apesar do maior zelo, e vigilância.

¹⁰⁶ Herrer., *Nov. Orb. descript.*, part. 13. *Exemplar duar. Epistolar. de navigat. Nicolai Villegagnon.*

§ IX

O mesmo proprietário, ou senhor das terras, em que se acham tais madeiras, logo que ele não tem nelas algum interesse, é o primeiro que, ainda apesar das maiores proibições, e das mais graves penas, ou as deixa arruinar, ou trabalha mesmo por destruí-las, somente para se livrar daquele ónus, daquela espécie de tributo, com que se acham pensionadas as suas terras, e dos vexames, que debaixo do nome do soberano, lhe fazem todos aqueles que vão cortar tais madeiras nos seus matos.

§ X

Não é assim quando o lavrador, ou proprietário das terras trabalha por sua conta. Ele faz tudo com economia, para não arruinar, nem destruir os seus matos; aproveita em tempo todas as madeiras, que aliás se perderiam; faz todos os esforços para que elas sejam as melhores, para preferir aos outros concorrentes; todos os dias inventa novos meios de poupar despesas, e de facilitar a condução, e os transportes, para conseguir um maior lucro.

§ XI

As utilidade de um lavrador chamará a do outro, e os irá multiplicando; esta multiplicidade de vendedores produzirá infalivelmente um melhor mercado; e o comprador terá mais onde escolher em preço, e bondade.

§ XII

O interesse foi sempre o mestre da indústria^c; ele descobrirá novos caminhos, fará navegáveis os pequenos rios, fará serrar as madeiras nos lugares, em que forem cortadas, para mais facilmente serem conduzidas, ou em grossos pranchões, ou em tábuas já proporcionadas à

^c Embora, noutros pontos, as concepções económicas de Azeredo Coutinho relevem do mercantilismo, que tem da economia uma perspectiva essencialmente globalizadora, enuncia-se nestes parágrafos a ideia de que o interesse e a utilidade individuais são «mestres» da indústria e que a concorrência entre agentes individuais é vantajosa; existe, portanto, uma aproximação às concepções da economia clássica.

vitola; para as tirar, ou em zorras¹⁰⁷, pelas terras alagadiças, ou em carretões pelas terras secas, e enxutas; ou em bestas, ou à mão cada uma por si, até as pôr à borda dos grandes rios, ou ainda dos pequenos ribeiros, ou dos corregos secos¹⁰⁸, e esperar o tempo das águas, e das grandes enchentes dos rios para as fazer descer, ou soltas, ou presas em balsas, ou em jangadas, conforme a grandeza dos ribeiros. Os longes, e os pertos são respectivos, aquilo que para o Tejo é longe, para o Douro é perto.

§ XIII

Os grandes mastros que se tiram de Riga na Livónia, vêm das matas da província da Ucrânia, e ainda muito mais adiante, de sorte que é necessário esperar o Inverno, para os tirar, arrastando sobre a neve, ou sobre o gelo até às margens do rio de Una, donde descem para chegar a Riga até o mês de Junho. Todo este mecanismo só pode ser bem executado por aqueles, que têm interesse no melhor transporte das madeiras; e por isso é necessário deixar-lhes a liberdade de fazerem por sua conta o lucro, e a despesa¹⁰⁹.

§ XIV

Os cortes de madeiras de construção no Brasil, ainda que repetidos, sendo como devem ser feitos com muita economia, tão somente para a marinha de guerra, e do comércio de Portugal, não podem contudo fazer uma falta sensível ao Estado; porque 1^o um navio de madeira do Brasil dura muitos anos, e a marinha não se faz toda em um dia, mas sim progressivamente, que é o que basta para que entretanto a falta das árvores, que se cortam, se vá suprimindo pelas outras mais novas, que já desafogadas das velhas se aperfeiçoam mais

¹⁰⁷ Zorra chamam os serradores no Brasil a uma pequena máquina muito simples, feita de duas peças de sucupira, ou de outra madeira forte, uma curva em forma parabólica de 4 ou 5 palmos de vértice, e outra recta, que lhe serve de base, de 3 ou 4 palmos de comprido, sobre a qual se ata o grande madeiro, ou os grandes pranchões; e parte do vértice da parábola é voltada para cima, formando outra curva como proa de embarcação, para escorregar mais facilmente por cima das terras alagadiças, ou dos atoleiros, por onde não podem passar os carros, ou carretões; e no meio da proa tem um buraco, no qual se prende a corda, que arrasta o madeiro.

¹⁰⁸ Corregos secos se dizem no Brasil os declives das terras, ou caminhos por onde correm as águas tão somente nas grandes enxurradas, como por exemplo a rua de S. Bento desta cidade, que de Verão está enxuta, e de Inverno correm por ela as águas com tanta força, que muitas vezes têm levado consigo homens, bestas, e seges.

¹⁰⁹ Bielfeld, *Institutions Politiques*, tom. 2, chap. 5, § 21.

§ IX

O mesmo proprietário, ou senhor das terras, em que se acham tais madeiras, logo que ele não tem nelas algum interesse, é o primeiro que, ainda apesar das maiores proibições, e das mais graves penas, ou as deixa arruinar, ou trabalha mesmo por destruí-las, somente para se livrar daquele ónus, daquela espécie de tributo, com que se acham pensionadas as suas terras, e dos vexames, que debaixo do nome do soberano, lhe fazem todos aqueles que vão cortar tais madeiras nos seus matos.

§ X

Não é assim quando o lavrador, ou proprietário das terras trabalha por sua conta. Ele faz tudo com economia, para não arruinar, nem destruir os seus matos; aproveita em tempo todas as madeiras, que aliás se perderiam; faz todos os esforços para que elas sejam as melhores, para preferir aos outros concorrentes; todos os dias inventa novos meios de poupar despesas, e de facilitar a condução, e os transportes, para conseguir um maior lucro.

§ XI

As utilidade de um lavrador chamará a do outro, e os irá multiplicando; esta multiplicidade de vendedores produzirá infalivelmente um melhor mercado; e o comprador terá mais onde escolher em preço, e bondade.

§ XII

O interesse foi sempre o mestre da indústria^c; ele descobrirá novos caminhos, fará navegáveis os pequenos rios, fará serrar as madeiras nos lugares, em que forem cortadas, para mais facilmente serem conduzidas, ou em grossos pranchões, ou em tábuas já proporcionadas à

^c Embora, noutros pontos, as concepções económicas de Azeredo Coutinho relevem do mercantilismo, que tem da economia uma perspectiva essencialmente globalizadora, enuncia-se nestes parágrafos a ideia de que o interesse e a utilidade individuais são «mestres» da indústria e que a concorrência entre agentes individuais é vantajosa; existe, portanto, uma aproximação às concepções da economia clássica.

vitola; para as tirar, ou em zorras¹⁰⁷, pelas terras alagadiças, ou em carretões pelas terras secas, e enxutas; ou em bestas, ou à mão cada uma por si, até as pôr à borda dos grandes rios, ou ainda dos pequenos ribeiros, ou dos correjos secos¹⁰⁸, e esperar o tempo das águas, e das grandes enchentes dos rios para as fazer descer, ou soltas, ou presas em balsas, ou em jangadas, conforme a grandeza dos ribeiros. Os longes, e os pertos são respectivos, aquilo que para o Tejo é longe, para o Douro é perto.

§ XIII

Os grandes mastros que se tiram de Riga na Livónia, vêm das matas da província da Ucrânia, e ainda muito mais adiante, de sorte que é necessário esperar o Inverno, para os tirar, arrastando sobre a neve, ou sobre o gelo até às margens do rio de Una, donde descem para chegar a Riga até o mês de Junho. Todo este mecanismo só pode ser bem executado por aqueles, que têm interesse no melhor transporte das madeiras; e por isso é necessário deixar-lhes a liberdade de fazerem por sua conta o lucro, e a despesa¹⁰⁹.

§ XIV

Os cortes de madeiras de construção no Brasil, ainda que repetidos, sendo como devem ser feitos com muita economia, tão somente para a marinha de guerra, e do comércio de Portugal, não podem contudo fazer uma falta sensível ao Estado; porque 1º um navio de madeira do Brasil dura muitos anos, e a marinha não se faz toda em um dia, mas sim progressivamente, que é o que basta para que entretanto a falta das árvores, que se cortam, se vá suprimindo pelas outras mais novas, que já desafogadas das velhas se aperfeiçoam mais

¹⁰⁷ Zorra chamam os serradores no Brasil a uma pequena máquina muito simples, feita de duas peças de sucupira, ou de outra madeira forte, uma curva em forma parabólica de 4 ou 5 palmos de vértice, e outra recta, que lhe serve de base, de 3 ou 4 palmos de comprido, sobre a qual se ata o grande madeiro, ou os grandes pranchões; e parte do vértice da parábola é voltada para cima, formando outra curva como proa de embarcação, para escorregar mais facilmente por cima das terras alagadiças, ou dos atoleiros, por onde não podem passar os carros, ou carretões; e no meio da proa tem um buraco, no qual se prende a corda, que arrasta o madeiro.

¹⁰⁸ Correjos secos se dizem no Brasil os declives das terras, ou caminhos por onde correm as águas tão somente nas grandes enxurradas, como por exemplo a rua de S. Bento desta cidade, que de Verão está enxuta, e de Inverno correm por ela as águas com tanta força, que muitas vezes têm levado consigo homens, bestas, e seges.

¹⁰⁹ Bielfeld, *Institutions Politiques*, tom. 2, chap. 5, § 21.

depressa: 2ª por serem aqueles matos muito dilatados, e de uma extensão imensa¹¹⁰.

§ XV

A América portuguesa, desde o rio de Vicente Pinzón, situado quarenta léguas ao cabo do norte do rio das Amazonas¹¹¹, até adiante do Rio Grande de S. Pedro para o sul, tem de costa mais de quinhentas léguas de dezoito ao grau. Da mesma sorte para o sertão, correndo para oeste, tem mais de quinhentas léguas de dezoito ao grau, desde o Cabo de S. Roque até às últimas missões portuguesas dos carmelitas, situadas na margem austral do grande Amazonas: e para a margem setentrional do mesmo rio tem todo o vastíssimo sertão de Macapá, e de Rio Negro¹¹² coberto de madeiras preciosíssimas até às margens dos rios Napo, e Aguaricu.

§ XVI

Mas como a América portuguesa forma quasi um triângulo, cuja base fica como paralela à linha equacional; por um cálculo muito arrastado conterà a América portuguesa mais de cem mil léguas quadradas de 18 ao grau¹¹³. Destas tire-se a metade, que se deve supor como terra

¹¹⁰ Vej. a conta, que dei a Sua Alteza Real em 4 de Novembro de 1801 a respeito da concessão das sesmarias, e dos cortes das madeiras reais, inserta na mesma Defesa, pag. 102, Documento nº 13^d.

¹¹¹ Veja-se o Alvará de doação passado por Filipe IV de Castela a Bento Maciel em 14 de Junho de 1627 transcrito por Berredo, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, § 573. Condamine, d., *Voyage*, pag. 198.

¹¹² Os portugueses em 1744 foram em canoas pelo rio Negro, até o rio Orenoco um dos maiores da América Meridional, que nasce das serranias da província de Popaian no novo reino de Granada, entre a audiência de Panamá, e de Quito; e tiraram enfim todas as dúvidas sobre a comunicação do rio Orenoco com o Amazonas pelo rio Negro. Condamine, *Voyage de la Rivière des Amazones*, pag. 116. Berredo, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, liv. 10, nº 728.

¹¹³ Nenhum império da Europa contém um terreno tão dilatado, nem ainda a Rússia, que excedendo a todos na Europa não chega a 59.600 léguas quadradas. Busching, *Introduction à la géographie*^e, § 17. Alguns autores têm dito, que só o Brasil contém tanto terreno como toda a Europa juntamente. Bielfeld, *Institutions Politiques*, part. 3, chap. 1 du Portugal, § 21.

^d Nota acrescentada na 2ª edição.

^e *Introduction à la connaissance géographique et politique des états de l'Europe*, Strasburgo, 1779 (trad. da 5ª ed. alemã), de Anton Friederich Büsching (1724-1773), célebre geógrafo alemão, preceptor do príncipe russo e professor de filosofia em Goettingen. Foi membro do consistório de Berlim onde se dedicou a trabalhos geográficos.

coberta de cultura, campos, lagos, rios, etc. ainda fica uma outra metade, ou uma área de mais de cinquenta mil léguas quadradas, cobertas de matos virgens, e incultos, que formam muita parte daquele vasto continente.

§ XVII

Mas ainda no caso de se seguir com efeito alguma falta de madeiras de construção para o futuro; seria necessário examinar, se elas deixadas nos matos, expostas a apodrecer, a cair, e a destruir as outras mais novas, e mais preciosas, darão um maior lucro ao Estado, do que reduzidas sucessivamente em navios para aumento do comércio marítimo da nação.

§ XVIII

Nenhuma das nações do norte tem tantas madeiras, tão boas, e de tanta duração, como tem Portugal no Brasil; e contudo nenhuma delas deixou de as cortar, principalmente para a sua marinha de comércio, somente pelo temor de que se lhes acabem. Elas sabem que são desnecessárias, e até mesmo pesadas aos Estados as naus de guerra, quando não há marinha de comércio a que elas defendam. As marinhas de guerra, e do comércio de um Estado são tão ligadas entre si, que a extinção de uma traz consigo a destruição da outra: e por isso é necessário ter sempre ambas à vista, e prestar-lhes os mesmos socorros; não só pelos interesses, que a marinha de comércio traz ao Estado, mas também porque muitas vezes poderão os seus grandes navios servir de naus, ou de fragatas de guerra para defesa da nação¹¹⁴.

CAPÍTULO IX

Para se adiantar o comércio das madeiras do Brasil, é necessário que se extingam os direitos, que delas se pagam de entrada neste reino

§ I

No Brasil além das preciosíssimas madeiras de construção, há excelentes madeiras para os edifícios, ainda mesmo para aqueles, que estão descobertos, e expostos às chuvas: aquelas madeiras resistem muito ao

¹¹⁴ V. acima o cap. 7.

tempo; sofrem um maior grau de calor, e muitas delas se desfazem em brasa sem levantar chamas facilmente, nem formar de repente um grande incêndio.

§ II

Há também madeiras de cores lindíssimas para todo o género de utensílios, que tomam um burnido admirável, e um polido, ao qual não igualam as melhores madeiras estrangeiras¹¹⁵. Mas o alto preço dos fretes, e os muitos direitos que neste reino se pagam de entrada das madeiras, que vêm do Brasil, fazem que na maior parte aquelas madeiras, ou se desperdicem no Brasil, ou talvez se tirem por contrabando, ou apodreçam nos matos, e se destruam no lugar dos seus nascimentos.

§ III

Pelo que pertence ao alto preço dos fretes, ele irá abaixando à proporção do maior aumento da marinha comerciante, que necessariamente há-de crescer pela maior abundância dos géneros, e ainda mais, logo que for livre aos lavradores a venda das madeiras de construção, como já acima ponderei: mas enquanto se não extinguirem os direitos de entrada daquelas madeiras neste reino, o comércio delas ou será nenhum, ou será sempre ruinoso para Portugal, pela maior concorrência das madeiras estrangeiras.

§ IV

A carestia das madeiras do Brasil neste reino facilita uma entrada maior das madeiras estrangeiras, e por consequência dá dois golpes nas rendas do Estado; um pela ruína do género da nação, outro pelo dinheiro, que nos leva o estrangeiro a troco do seu género. As madeiras dos estrangeiros, além de serem pela maior parte muito resinosas, e combustíveis, e por isso muito prejudiciais nos incêndios das grandes cidades, são de muito pouca duração, e muito inferiores às do Brasil; e por isso é necessário extinguir os direitos das entradas das madeiras do Brasil neste reino, para fazer entrar uma abundância maior de madeiras melhores, e menos perigosas para os incêndios¹¹⁶.

¹¹⁵ Labat, d., tom. 5, chap. 19, ensina uma receita para conservar as cores das madeiras.

¹¹⁶ Bielfeld, *Institutions Politiques*, tom. 2, chap. 4, § 17. *Le grand objet du Souverain, et de ses financiers, c'est d'encourager par des recompenses, des facilités, des gratifications*

§ V

A extinção dos direitos das madeiras do Brasil neste reino, não se pode dizer que é uma perda para o Erário Régio; é um erro muito grosseiro, e mesmo destruidor do bem do Estado, querer aumentar os rendimentos do soberano, sem aumentar a opulência geral do Estado¹¹⁷. A economia de um reino, é muito diferente da de um particular; a razão é clara. 1º O dinheiro, que sai da bolsa de um particular, sai para sempre; o que sai dos cofres do Estado, entra todo no Estado; e é muito raro que este dinheiro passe por alguma mão, sem que deixe algum proveito. 2º Os meios, de que se vale um particular, são sempre limitados; os de um Estado bem governado não têm limites. 3º A maior parte das despesas de um particular tendem a se procurar mais comodidades, e mais prazeres. Todas as despesas públicas pelo contrário tendem ou à conservação imediata do Estado, ou a aumentar a sua prosperidade, as suas forças, e a sua opulência. É necessário enfim semear para colher^{a118}.

etc. la culture de ces productions naturelles du terrain, surtout si elles sont uniques... si au contraire, elles ne sont pas uniques... il faut les affranchir de tout droit de sortie, pour obtenir un avantage dans la concurrence du débit.

¹¹⁷ Bielfeld, d., tom. 2, chap. 1, des Finances, § 9. *Le point essentiel est... sur tout de proscrire à jamais ces destructeurs des pays qui ne s'attachent qu'à augmenter les revenus du Souverain sans augmenter l'opulence générale de l'État. Cette manie, qui passe souvent pour un savoir faire méritoire, est également ridicule, et funeste. Si l'on ne commence pour donner tous ses soins à faire pencher la balance du commerce général, la balance des importations, et des exportations à l'avantage de sa nation, et qu'on s'acbarne continuellement à tirer de nouveaux subsides du peuple, il est clair qu'on enerve la masse totale des richesses répandues dans l'État, qu'on affoiblit le fonds destiné pour les fabriques, les manufactures, le commerce, la navigation, et l'industrie, qu'on prive tous les jours le peuple des moyens de payer ces subsides, et qu'on est précisément dans les cas de cet insensé, qui tua sa poule pour avoir tous les oeufs à la fois.*

¹¹⁸ Luís XIV não seria grande, se não tivesse a seu lado o sábio Colbert, que no mesmo tempo, em que a França já quasi sem forças parecia sucumbir com o peso das suas mesmas vitórias, a salvou pelo meio dos infinitos canais, que ele abriu à indústria da sua nação: o ser grande homem de Estado não consiste em descobrir meios de impôr mais, e mais tributos, consiste sim em descobrir meios de fazer rebentar de novo perenes fontes de riqueza, que fertilizem o Estado por toda a parte.

^a Neste parágrafo e nas suas notas, evidencia-se o carácter complexo, se não contraditório, do discurso do Autor do *Ensaio Económico*. Uma vez mais há marcas de uma adesão a certas proposições mercantilistas: o elogio de Colbert e a defesa da virtude das despesas públicas (que resultará de uma influência de Jean-François Mélon, autor do *Essai Politique sur le Commerce*, Paris, 1738, bebida no livro do barão de Bielfeld) são disso testemunho (ainda que expresse através da diferença entre gastos dos particulares e gastos do Estado a noção de investimento). Por outro lado, critica com Bielfeld a separação entre riqueza do Estado e riqueza do país (isto é dos seus habitantes).

§ VI

Além destas madeiras há outras muitas, que ainda que não são tão preciosas pela sua qualidade, seriam contudo de muita utilidade para este reino, atenta à grande falta que há de lenha, e o grande consumo que se faz de carvão com prejuízo gravíssimo das províncias, principalmente do Alentejo. No Brasil há madeira infinita, que sobeja, e que se deita abaixo só para se descortinarem as terras para a lavoira. Seria muito útil que se aproveitasse aquele supérfluo, e que se remediasse esta falta.

§ VII

As naus de Sua Majestade, que vão e vêm do Brasil, ordinariamente vêm quasi vazias, e só trazem por lastro alguma pedra, ou alguma velha artilharia. No Brasil há muita falta de pedra calcária, principalmente nas capitánias da beira mar; quasi toda a cal, que ali se fabrica, é de ostras e mariscos, e essa muito inferior. Seria muito útil que aquelas naus levassem todo o seu lastro, e ainda mais, de pedra calcária, de que tanto abunda muita parte deste reino, para lá se calcinar, e fazer a cal, ao menos para as obras reais daquelas praças; e que trouxessem em troca do lastro aquela madeira (que aliás é perdida) ou em grandes toros, ou em achas, ou ainda em carvão, ao menos para as oficinas reais da fundição, e outras¹¹⁹.

¹¹⁹ No Brasil, e principalmente no Rio de Janeiro, há muito barro finíssimo para as fábricas da porcelana, que vindo em cru, pode também servir como de pedra para maior peso dos lastros, ou seja das mesmas naus, ou ainda dos navios do comércio: esta matéria, preciosíssima no seu género, sendo bem fabricada neste reino, será mais uma riqueza para Portugal, até agora desprezada. Veja-se Labat, d., t. 5, chap. 18, et tom 3, pag. 497. Bluteau na palavra *Porcelana*. Macquer, *Dictionnaire de Chymie* na palavra *Porcelaine*. Savary, *Dictionnaire de Commerce*, trata largamente sobre os modos de preparar, fabricar, e pintar a porcelana^b.

João Manso, muito conhecido no Rio de Janeiro pelas suas letras e estudos de química, fez ali a porcelana, o verniz, e o charão tão perfeito como o melhor da Índia: o excellentíssimo Luís de Vasconcelos me fez ver nesta cidade uma banca de charão, que se dizia feita pelo dito Manso, na qual vinha retratada em ouro de diversas cores a cidade do Rio de Janeiro, o mar, e algumas ilhas daquela barra para dentro; obra que fez admirar aos melhores conhecedores da arte: o principal ingrediente da composição do

^b Nota acrescentada na 2ª edição. Azeredo Coutinho cita o *Vocabulario Portuguez e Latino*, t.VI, Lisboa, 1720, s.v. «Porcelana», pp. 616-17, do P^e Rafael Bluteau; o *Dictionnaire Universel de Commerce*, Paris, 1723, de Jacques Savary des Bruslons (1657-1716), (que foi vertido para português e adaptado pelo segundo lente da Aula do Comércio, Alberto Jaqueri de Sales, ainda que não chegasse a ser impresso), e o *Dictionnaire de Chimie, contenant la théorie et la pratique de cet art*, 2 vols., Paris, 1766 (4 vols., 1778), do químico francês Pierre-Joseph Macquer (1718-1784), que foi director de uma manufactura real francesa de porcelana.

§ VIII

Se a Fazenda Real estabelecer algum interesse, ou seja como paga, ou como prêmio¹²⁰, ainda que pequeno, acima da despesa, que necessariamente devem fazer aquelas lenhas na condução desde o lugar, onde forem cortadas, até às naus; por isso que tais lenhas, ou madeiras vêm livres de fretes e direitos, parece-me que a Fazenda Real, quando não ganhe naquela troca de lastro, não perderá naquelas lenhas, ao menos comparadas não só com a despesa, que faz a Fazenda Real de lenha, e carvão para as suas oficinas neste reino; mas também com a melhor qualidade daquelas lenhas, e carvão; além da ruína das províncias, que se evitaria pela introdução deste novo ramo de comércio.

§ IX

O lavrador, que aliás se vê na necessidade de queimar aquela madeira, para desembaraçar a terra daqueles grandes matos, e a reduzir a cultura, a venderá por pouco mais de nada, e ainda mesmo a dará; contanto que se lhe desembarace o terreno para a cultura. O pobre, que não tem em que se ocupe, ou que só vive de alugar o seu braço, irá conduzi-la a bordo de naus; este tráfego ainda que pequeno irá de dia em dia fazendo-se lucrativo, pelas grandes utilidades, e interesses, que ele necessariamente há-de produzir.

verniz, é a goma da árvore de *Jatobá* dissolvida em água ardente muito forte: da mesma maneira se extrai da árvore chamada *Tatajubá*, uma tinta amarela muito fixa, a qual sendo misturada com o anil se converte em verde, que não desbota, ou seja em algodão, ou seja em lã.

¹²⁰ *Elements du commerce*, chap. 6, des colonies, tom 2, pag. 37^c. *L'expedient le plus habile pour établir cet equilibre, est d'accorder à l'importation de ces denrées des colonies, une gratification, qui mette les négociants en état de les vendre à plus bas prix que celles de l'étranger.*

^c *Éléments de Commerce*, 2 vols., Paris e Leide, 1754, obra publicada anonimamente mas da autoria de François Louis Véron-Duverger de Forbonnais (1722-1800), economista mercantilista francês. Esta obra, de que vários capítulos foram incluídos na *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert, exerceu bastante influência em Portugal, sobretudo através de manuais de comércio. Em 1766, foi publicada em Lisboa uma tradução livre e condensada que, curiosamente, atribuía a autoria a Montesquieu, talvez porque Forbonnais foi também autor de um *Extrait de l'Esprit des Loix avec des observations*, Paris, 1753.

§ X

O comércio da nação lançará logo mão dele, e o levará à sua maior perfeição¹²¹; este reino abundará de melhores lenhas, e melhor carvão; as províncias do reino não se verão tão arruinadas por causa das contínuas queimadas, e carvoarias; e o Erário Régio virá a receber muitas utilidades daquelas madeiras, e lenhas, que nada valiam, e que de necessidade se deveriam reduzir a cinzas, e a nada.

¹²¹ *Elements du commerce*, d., chap. 6, pag. 38. *Les nations intelligentes dans le commerce s'en tiennent donc aux gratifications jusqu'a ce que la culture puisse s'en passer.*

PARTE II

SOBRE OS INTERESSES QUE PORTUGAL PODE TIRAR DAS SUAS COLÓNIAS NAS TRÊS PARTES DO MUNDO

CAPÍTULO I

Portugal pela situação dos seus estabelecimentos nas três partes do mundo pode fazer relativamente o comércio o mais activo, e o mais vantajoso de todas as nações da Europa

§ I

Portugal tem duas sortes de estabelecimentos nas duas Índias, e na costa de África. O das Índias Orientais, e da costa de África, só têm por objecto o comércio; e os da América têm por objecto a cultura, e o comércio juntamente; e por isso de todos os estabelecimentos de Portugal, o Brasil é não somente o mais rico, mas também é aquele, que merece mais cuidado, e mais atenção¹²².

¹²² *Intérêts des Nations de l'Europe*, tom 1, chap. 4, pag. 87. *Les progrès des colonies du Brésil dépendent beaucoup du choix, que fait le Ministère des officiers à qu'il en confie l'administration. Il n'ignore pas que la conduite de ces colonies exige beaucoup de capacité, de génie, de justice, de modération, et de courage; qu'il faut animer la culture, le commerce, encourager les habitants, les protéger, les porter à la culture la plus avantageuse à la métropole, s'assurer des naturels du pays, et ne laisser aucune porte ouverte au commerce d'interlope. La population, et la culture doivent être le principal object de*

§ II

Os estabelecimentos de Portugal na América estão situados na melhor parte dela; os das outras nações, principalmente a respeito da agricultura e do comércio, não têm comparação com os de Portugal. Todas as nações, que têm colónias na América, ou as têm chegadas para os polos, ou para a equinocial da parte do norte.

§ III

As terras chegadas para os polos, por causa dos muitos frios e das neves¹²³, dão uma só produção em cada ano: as grandes lagoas, e os grandes rios, que lhes dão portos, estão em muita parte do ano gelados, e sem navegação; tais são os principais rios da América inglesa. As outras terras mais chegadas à equinocial da parte do norte, ainda que são de uma melhor produção, contudo estão sujeitas a tempestades horrorosas, e a furacões de vento tão fortes, que arrancam árvores inteiras, arrasam as searas, e lançam por terra até os edifícios; tal é a situação das Antilhas¹²⁴.

§ IV

As terras da contracosta, que bordam as margens do Mar do Sul, desde o Estreito de Magalhães até os fins do norte da Califórnia, ainda são piores para a agricultura. O reino do Perú tão celebrado pela riqueza das suas minas; figura muito pouco na fertilidade dos seus

l'administration des colonies. La douceur du gouvernement contribue beaucoup à étendre l'une, et l'autre. Les avances d'esclaves, les distinctions, et d'autres encouragements, les animent. C'est surtout à la culture des sucres, de l'indigo, du caffè, du coton et du tabac, qu'on doit porter toute l'industrie des habitants. Les progrès de cette culture, qui enrichissent les colonies, étendent la population, non seulement des colonies, mais aussi celle de la métropole, augmentent sa marine, et son industrie, en y fournissant un fond immense de reexportation. Le commerce donne par la concurrence des négociants, une activité respective à la colonie et à la métropole, qui ne cesse d'y multiplier les habitants, et les richesses. Le gouvernement augmenteroit encore les progrès de la culture des colonies, en assurant en Europe la consommation de leurs productions; et la consommation s'étendrait infiniment, si on soutenoit les prix des denrées des nations en concurrence. Il a des moyens infalibles pour y réussir: il doit accorder des exemptions, ou des diminutions des droits à l'importation, et à la reexportation, et diminuer le plus qu'il est possible le prix du fret.

¹²³ Herrer., *Descript. Ind. Occid.*, part. 13, Sect. 2 de Virgin., cap. 1. *Virginea maximo et amplissima est inter regiones Americae... Hyems acris, et vehemens est sicut in Anglia, et Gallia: aestas fere talis est qualis in Hispania... Montes... in hyeme multa nive sunt cooperiti.*

¹²⁴ *Histoire des événements militaires et politiques de la dernière guerre dans les quatre parties du monde*, tom 1, discours préliminaire. Labat, *Voyages aux Isles de l'Amérique*, tom 2, chap. 12, *Histoire*, d., tom. 2, pag. 416, et 474.

campos. Aquele terreno está como dividido em três partes: a primeira forma a planície, ou o baixo Perú por toda a costa junto ao mar: a segunda, ou média, compõe-se de altos montes, e profundos vales: a terceira, ou a altíssima, é uma montanha continuada, e sem vales, denominada a Cordilheira ou a grande Serra dos Andes, a mais alta do mundo.

§ V

O baixo Perú, e a Serra dos Andes, são quasi estéreis; e o baixo Perú porque nele não há chuvas, nem orvalhos, nem trovoadas, e os terremotos que ali são quasi contínuos; e a Serra dos Andes porque está sempre coberta de perpétuos gelos, sem árvore alguma¹²⁵. A parte média, ainda que produz alguns pastos para as criações dos gados, não é contudo igualmente fértil para a agricultura.

§ VI

Supondo porém que hajam alguns terrenos férteis por aquela costa, contudo a sua agricultura é quase como perdida para o comércio das nações da Europa. Um mar imenso, uma dilatada e perigosa navegação, ou seja pelo Estreito de Magalhães, ou pelo Cabo de Horn, serão sempre barreiras invencíveis¹²⁶, e que apartam para sempre aqueles colonos de entrar em concorrência com a nossa agricultura, e com a extracção das nossas produções. Isto mesmo fará que a pesca das baleias, que tem feito armar duas das primeiras nações da Europa, não poderá jamais concorrer com a nossa, dada a mesma indústria, e actividade.

§ VII

Nenhuma nação tem um terreno tão criador como a América portuguesa: ela se compreende nos dois melhores climas das zonas tórrida, e temperada; o que falta em um, sobeja no outro, e ambos

¹²⁵ Herrer., d., *Descriptio Peruviae*, part. 12, fol. 68, vers., fol. 90 et 93.

¹²⁶ Falo conforme o estado presente das cousas; porque se algum dia se fizer uma comunicação do Mar do Norte para o Mar do Sul, rompendo-se através do Istmo de Panamá; e quando se tiver adiantado a civilização das nações das ilhas do Mar do Sul, e elas souberem a arte de construir navios; farão um grande comércio com os habitantes da costa ocidental da América, desde o Cabo de Horn até à Califórnia^a.

^a Nota acrescentada na 2ª edição.

entre si produzem mais do que todos os outros da Europa juntamente¹²⁷. O Rio Grande principalmente produz todos os frutos da Europa, muito melhores, e em muito maior abundância; só ele é capaz de dar trigos a todo Portugal, e a muita parte da Europa; da mesma sorte o linho cãhamo para a sua marinha, e outros gêneros de primeira necessidade.

§ VIII

O Brasil situado na parte mais oriental da América, quasi no meio do mundo, está como olhando para a África, com um pé em terra, outro no mar, com os braços estendidos, um para a Europa, outro para a Ásia; tem os seus portos sempre abertos em todos os tempos do ano, sem gelos¹²⁸, sem furacões de vento, dando uma navegação mais cómoda, e mais breve: em uma palavra, a riqueza, e a abundância, que a providência espalhou por todas as partes, ali estão juntas como em um centro.

§ IX

A Holanda, sem terra, submergida nas águas, lutando contra os elementos, só o seu comércio a tem feito grande¹²⁹; no Brasil porém o

¹²⁷ *Intérêts des Nations*, d., tom. 1, chap. 4. *Il n'est pas nécessaire d'entrer dans un plus grand détail sur les ressources des colonies du Brésil, pour voir que le Portugal pourroit en tirer des richesses immenses; qu'il pourroit y étendre presque sans bornes la culture des denrées les plus nécessaires à l'Europe, y multiplier infiniment les consommateurs, et y faire un commerce d'économie plus riche qu'aucune des branches du commerce que l'Europe fait avec l'Amérique. Le Brésil suffroit seul pour assurer la prospérité d'une nation dont le gouvernement protège le commerce.*

¹²⁸ Lery, d., *Histor. navig. in Brasil*, cap. 12. *Nusauqm in ea gelu, nix, nec grando conspicitur, ac proinde suis nunquam spoliatur arbores frondibus, utpote quae frigore non infestentur, per totum annum eo vigent modo, quo mense Maio solent apud nos sylvae.*

Herrer., d., part. 13, cap. 1. *Omnia autem in ea tam pulchra, et tam eximia sunt, ut non injuria quispiam dixerit, Deum hominibus in hac regione velut artificiosam quandam totius mundi epitomen ob oculos ponere voluisse.*

¹²⁹ O principal comércio da Holanda é a canela, a pimenta, e o cravo da Índia: a canela há muita nos matos do Brasil; e para haver maior abundância dela, e de melhor qualidade, bastaria cultivá-la. A pimenta já se cultiva no Rio de Janeiro, e na Baía. Também vi no Rio de Janeiro, e principalmente nas pedras da borda de água da ilha do Senhor Bom Jesus, em grande abundância o murex, ou o marisco da púrpura dos antigos, do qual faziam uso alguns curiosos, que com a tinta extraída dele bordavam lenços finos brancos; e também as lavadeiras se servem da tinta do murex para marcarem as suas roupas; cuja tinta, sendo no princípio amarela, se faz imediatamente púrpura, e tanto mais bela, quanto é lavada em água salgada. O cravo há muito no Brasil, ainda que de diversa espécie, mas que no cheiro, e no gosto é o mesmo que o da Índia; além do pau cravo do Maranhão e do Pará, bem conhecido, há no Rio de Janeiro, principalmente nos

céu, a terra, todos os elementos concorrem à competência para a sua fertilidade e riqueza¹³⁰. Nada ali falta, tudo só espera pela mão do homem.

§ X

Esta falta porém pode ser suprida em muita parte por aqueles braços, que, ou pela barbaridade da África, ou pelos seus crimes deveriam perecer nas pontas das zagaias^{c131}; e por isso a conservação dos estabe-

matos do Morgado dos Azeredos, uma outra espécie, que é o fruto de uma grande árvore, do feitio e tamanho de contas de rosário, de cuja casca se faz uso como do da Índia^b. O girofle, ou o chamado cravo da Índia, se me disse haver nos sertões de Pernambuco, nascido naturalmente, e sem cultura, e não é de admirar, que ali haja, e possa haver muito girofle, canela, pimenta, gengibre, sândalo, açafraão, assafras, cardomomo, noz moscada, se todas as especiarias, árvores, e plantas, que se acham nas ilhas Molucas; visto que elas se acham situadas quasi na mesma latitude austral, em que se acha a península de Pernambuco: da mesma sorte todas as produções da Arábia, da Pérsia, da Índia, e da China, e da Europa desde 36 graus de latitude ao norte, ou há, ou se podem aclimatar no Brasil, em toda a sua grande extensão, desde a equinocial até 36 graus de latitude ao sul, visto que a experiência tem já feito ver, que em iguais latitudes para o sul, ou para o norte, as produções da natureza são, ou podem ser as mesmas.

¹³⁰ Lery, d., cap. 12. *Veruntamen quod spbaerae non ignarum facile est intelligere, cum dies sub tropicis nusquam tam longi, neque rursum tam breves, atque nostro climate exoriantur; multo sunt aequabiliores, multoque clementiore caelo utuntur Incolae.*

¹³¹ *Histoire générale des voyages*, part. 3, liv. 6, chap. 9, § 2, pag. 380. *Les (nègres) biafaras vendent une partie de leurs prisonniers aux blancs, et sacrifient le reste à leur divinité, qui se nomme China. Le Courier de Londres du Vendredi 19, Avril 1793. Grande Bretagne, Séance du Mercredi 17 Avril. M. Richard Miles, qui a commandé pendant 20 ans dans les comptoirs de la compagnie d'Afrique, fut introduit à la barre comme témoin. Il dit que le resultat de ses longues observations sur l'état des nègres à la Côte d'Or, le portoit à croire que l'esclavage étoit établi dans ce pays de temps immémorial, qu'il y étoit en quelque sorte naturalisé, et que les guerres ne l'avoient ni augmenté, ni diminué. Il distingue l'esclavage en deux espèces; celui de naissance, et celui qui étoit une punition de différents crimes; comme l'adultère, le vol, la sorcellerie. Il ajouta que les terres en Afrique ne pouvoient être cultivées, que par des esclaves. Questionné par le Duc de Clarence sur l'état des esclaves, qui venoient de l'intérieur des terres; il répondit qu'ils étoient tous très maigres, et que s'ils n'étoient pas vendus, ils seroient massacrés (*): qu'au contraire ils étoient bien soignés, bien nourris dans leur passage, et que sous la domination angloise ils vivoient à l'abri des lois protectrices, inconnues dans leur pays. Le nombre de ceux qui perit dans la traversée n'est pas considerable, et le soin qu'on prend de conserver leur existence est garanti par l'intérêt des capitaines negriers.*

(*) Veja-se a minha *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos*, § 53, pag. 43^d.

^b A parte restante desta nota foi acrescentada na 2ª edição.

^c Aqui Azeredo Coutinho recorre ao argumento que, em seu entender, legitima o tráfico de escravos: os negros transportados no comércio de resgate estavam destinados a uma sorte ainda pior pelos outros africanos, eram na sua maioria condenados à morte. v. acima nota (f) ao capítulo IV, da I Parte.

^d Referência acrescentada na 2ª edição.

lecimentos de Portugal naquela costa é absolutamente necessária para o Brasil: e suposto Portugal tenha ali perdido alguns, contudo ainda possui muitos, e talvez os melhores para o comércio do resgate dos escravos¹³². Seria fácil de fazer florescentes aqueles estabelecimentos por um comércio bem dirigido, e por guarda costas bem armados, que fizessem respeitar a bandeira portuguesa, e livrar as possessões de Portugal dos insultos, que todos os dias ali lhes fazem os negociantes estrangeiros¹³³.

§ XI

Na África possui Portugal os fortes de Cacheu, Bissau¹³⁴, e outros sobre o rio de Gâmbia, na costa da Negrícia, onde se faz um importante comércio do resgate dos escravos, para se transportarem para a América. Uma colónia em Malagueta na costa da Guiné. No reino de Congo, onde há riquíssimas minas de ferro, Portugal não só é senhor

¹³² *Histoire générale des Voyages*, part. 3, liv. 6, chap. 9, pag. 371. *Les françois avoient reconnu les avantages du commerce de Bissão avant que de s'y être fait un établissement... Il (Sieur Cartaing) envoie a proposer aussitôt cette objection au Général (Brue), qui lui fit dire de former son établissement dans l'Isle même de Bissão, et d'y prendre possession du fort des portugais... Brue plus rempli que jamais de la nécessité de cet établissement, résolut de se rendre lui même à Bissão; mais si bien accompagné, qu'il n'eut rien à redouter des portugais, et des negres.*

¹³³ A paixão, que os negros da costa de África têm pelo tabaco do Brasil, sempre deu aos portugueses uma grande superioridade no comércio daquela costa: as outras nações, que ali faziam o comércio, eram obrigadas a fazê-lo do refugio dos portugueses; hoje porém, que já ali se fazem plantações, é necessário não deixar perder as portuguesas, e livrá-las de todos os embaraços do monopólio, do qual logo que o tabaco seja livre, será de uma utilidade suma, não só para os agricultores e comerciantes deste género, mas também para a Fazenda Real: fazendo-se o cálculo do número das arrobas de tabaco, que todos os anos saem das alfândegas do Brasil, dividido pela soma total, que o monopólio deste género produz actualmente à Fazenda Real, o quociente dará o imposto, que cada arroba ou rolo de tabaco deverá pagar na saída das alfândegas do Brasil, e na entrada destas; imposto que sempre irá crescendo na razão das entradas e das saídas, como todos os géneros alfandegados, sem que seja preciso aumentarem-se os officiais das alfândegas, nem o infinito número dos empregados no serviço dos monopolistas, nem dos seus privilégios sem número, posto que se fiquem conservando os tribunais régios, e os ministros de uma tal administração, e despachos para o expediente de tão grande ramo de comércio^e.

¹³⁴ *Histoire générale des Voyages*, d., liv. 6, chap. 8, pag. 371. *Les portugais de Kacheo voudroient se reserver tout le commerce; mais comme le Portugal ne leur fournit point assez de marchandises pour les enrichir, ils ont la prudence d'entrer en composition sur cet article. En sauvant un peu les apparences, les étrangers sont surs d'être bien reçus; et les officiers même de la ville se prêtent facilement à ces petits artifices. Ainsi l'on y trouve toujours quelque vaisseau françois, anglais, ou bolandais, qui feint de manquer d'eau, ou d'avoir besoin de quelque autre secours. Et chap. 9, pag. 371. Il (Brue) reconnut bientôt*

^e Nota acrescentada na 2ª edição.

da capital de S. Salvador de Luango, de Embaca, de Cabinda sobre a costa, e de outras partes; mas também de todo o seu comércio com exclusão das outras nações¹³⁵. No reino de Angola da mesma sorte possui S. Paulo de Luanda, e Benguela¹³⁶.

§ XII

Além do grande comércio do resgate dos escravos que faz Portugal na costa de Angola, tem de mais muitas comodidades, que não têm os estrangeiros¹³⁷; porque os escravos vindo do interior das terras de mais de cem léguas, chegam à costa muito magros, e muito fracos. O uso

que cette Isle (de Bissão) meritoit l'attention d'un directeur, et qu'année commune, elle pouvoit fournir en échange, pour les marchandises de l'Europe, quatre cents nègres, cinq cents quintaux de cire, et trois ou quatre cents quintaux d'ivoire. C'est à sa situation qu'elle doit ces richesses. Elle est au centre de plusieurs autres isles for peuplées, et proche de plusieurs rivières navigables, qui sortent du continent.

¹³⁵ No ano de 1723 mandou o senhor rei D. João V ao capitão de mar e guerra José de Semedo Maia tomar e arrasar um forte, que os ingleses tinham feito no porto de Cabinda: com efeito assim o executou, tomando-lhe 35 peças de artilharia, e duas naus, que ali se acahavam ancoradas; e no ano seguinte partiu para o porto do Castelo da Mina, onde meteu a pique uma fragata holandesa, que andava infestando aqueles mares, e tomando por força as carregações das nossas embarcações, com gravíssimo dano e prejuízo do comércio de Portugal, de baixo do mal fundado direito, que se arrogavam de conhecer as nossas embarcações: depois passou o mesmo Semedo a segurar o nosso comércio no porto de Judá. Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*^f, tom. 8, pag. 249, e seguintes. A rainha nossa senhora mandou também há poucos anos tomar, e arrasar um forte, que os franceses tinham feito no porto de Cabinda.

¹³⁶ Da África se puderam transportar para o Brasil alguns casais de búfalos; cuja carne ainda que não seja boa para comer, contudo tais animais dizem ser muito fortes para o trabalho da lavoira, e produzem bem nos países quentes de onde são naturais: os bois do Brasil são pela maior parte pequenos, principalmente os criados nas províncias de beira-mar, e já degenerados das raças, que os primeiros povoadores para ali levaram: o mesmo se poderá praticar a respeito dos camelos, para as terras de grandes campinas, planícies, e areais do Brasil^g.

¹³⁷ Quando pela primeira vez no ano de 1798 tive a honra de apresentar na nossa Academia a minha *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa de África*; appareceu traduzida em francês em Londres, e dela se fez menção no *Courier de Londres* du Vendredi 8 Juin 1798 nº 46 debaixo do título seguinte. *Avis au Public. Analyse sur la Justice du Commerce du rachat des esclaves de la côte d'Afrique. Par Joseph Joachin da Cunba d'Azeredo Coutinho, portugais. Ce sont des reflexions d'un homme d'État, attaché à la religion, et qui paroit sensible et humain, sur une question agitée, particulièrement depuis un e vingtaine d'années en Angleterre, par de vénérables*

^f António Caetano de Sousa (1674-1759), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa desde a sua origem até o presente, com as famílias illustres que procedem dos Reis e dos Sereníssimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos e escritores de iniolável fé*, Lisboa, Of. João António da Silva, 1735-1748, 12 tomos.

^g Nota acrescentada na 2ª edição.

moralistes; en France par de sophistes athées et hypocrites de philantropie; ces derniers sous le masque de l'humanité, n'ont voulu par l'affranchissement des negres, qu'accélérer la subversion de l'Ordre social, résolue dans leur Pandaemonium: les plus fortes raisons opposés à une doctrine, qui chez eux n'est que de convenance, seroient sans effet; mais celles que contient ce petit ouvrage peuvent mériter l'attention des amis des noirs de ce pays-ci, lesquels joignent de grandes lumières, à des intentions aussi pures, que celles des gens de cette denomination en France, ont été perverses. Naquele tempo diziam os homens mais sensatos de Inglaterra, que os franceses, debaixo da máscara da humanidade queriam transtornar a ordem social; hoje dizem os mais sensatos da França, que os ingleses debaixo da máscara da humanidade, queriam fazer-se senhores de todos os braços dos negros da África para cultivarem as muitas terras e possessões, que já têm na Serra Leoa: tal é o abuso que fazem dos seus talentos os homens, que se dizem sábios, quando são guiados por vistas de interesses particulares! O mesmo sujeito, que ontem dizia sim, hoje diz que não! Triste condição humana!

Se porém se resolver ainda, que o comércio do resgate dos escravos da América, se deva ir extinguindo gradualmente à proporção da maior população das nações, e colónias da América, que pela necessidade de braços para a agricultura, e fabrico das suas terras, se viam obrigadas a fazer uso do dito comércio; é necessário, que Portugal desde já vá fazendo o maior uso possível das terras da África de que estiver de posse, ou seja na agricultura e lavoura dos géneros próprios delas, ou seja na escavação das minas de ouro, de ferro, e de todos os metais, que ali se diz haver em abundância, e por consequência nas fábricas necessárias para o aproveitamento deles; para que à proporção, que por uma parte se forem diminuindo os interesse do comércio dos escravos daquelas terras, se vão também pela outra parte aumentando os interesses da agricultura, e de tudo quanto produzem, e podem produzir aquelas terras de Portugal se não ache de repente sem o comércio dos escravos, sem agricultura, sem minas, e sem terras na África. Além de que os escravos da agricultura da África, da escavação daquelas minas, e do fabrico de metais, já mestres em tais géneros, depois de forros e libertos, poderiam ir para o Brasil trabalhar, e alugar os seus braços nos mesmos géneros, em que eles já fossem mestres ou já industriados na África, e por um jornal mais cómodo, e mais barato, do que os trabalhadores expatriados da Europa; porque os da África seriam transportados para o Brasil muito facilmente, e para um clima quasi análogo ao seu, abundante dos géneros do sustento, a que eles estavam acostumados: o que tudo sucederia pelo contrário aos trabalhadores da Europa, que só à força de grandes ordenados se poderiam sujeitar a tantos incómodos, e despesas; o que faria a mão-de-obra da agricultura do Brasil muito cara, e não poderia entrar em concorrência com os géneros da agricultura inglesa da Serra Leoa, trabalhada pelos mesmos braços da África, ou sejam comprados, alugados, ou tomados aos que se disserem contrabandistas deste género de comércio; com cujas tomadias já contam os que ali têm grandes possessões de terras. O meio acima proposto de fazer Portugal cultivar, e trabalhar as terras das suas possessões da África pelos mesmos escravos habitantes delas, não só servirá para dar àqueles bárbaros um princípio de civilização; mas também para formar na África uma escola de cultivadores, mineiros, ferreiros, e de todos os géneros de trabalho, que pedem braços fortes e robustos, sofredores do sol ardente da zona tórrida, quais não são os trabalhadores das terras dos climas temperados. Este meio me parece também mais conforme com os princípios de humanidade, do que o dos que, dizendo-se filantropos, se lembraram já de formar dos pretos bárbaros da África bons soldados para servirem nos regimentos de linha das nações civilizadas; o que seria o mesmo, que armar nações bárbaras para destruírem as civilizadas; e que os negros dominassem os brancos, como já hoje se vê na ilha de *Haiti*^h

^h Nota acrescentada na 2ª edição.

dos portugueses é de os fazer curar, e nutrir antes de os embarcar, e tomam precauções para que se conservem sãos a bordo; o que tudo concorre, para que morram poucos na travessia da costa de África para o Brasil¹³⁸.

§ XIII

E pelo contrário os estrangeiros, que são obrigados por falta de estabelecimentos na costa a receber os pretos a bordo, tais, quais eles vêm do interior das terras, até preencher o número da sua carregação, perdem algumas vezes a metade dela, e mais. Eles conhecendo as vantagens dos estabelecimentos portugueses, e do seu método, têm já tentado de os imitar, por hospitais flutuantes: mas tudo tem sido debalde; porque além do tratamento a bordo ser sempre mau por sua natureza, e principalmente para doentes, a só vista da costa por muito tempo faz morrer de saudade, ou de melancolia a maior parte dos pretos¹³⁹.

§ XIV

No mar Atlântico possui Portugal as ilhas dos Açores ou Terceiras, as quais produzem muitos legumes, trigos, carnes de porco, linhos, lãs, vinhos, aguardentes; e as ilhas de Porto Santo, e da Madeira, onde se fabricam os melhores vinhos do mundo. Todas as ilhas de Cabo Verde, as quais produzem excelentes frutos, limões, e laranjas, que são de um

¹³⁸ Seria muito útil que se fizessem construir embarcações próprias para este comércio, acharruadas, mais largas do que altas, com duas ou quatro janelas no tombadilho, em correspondência da popa à proa, para dar uma passagem livre ao ar, e com grades de ferro nessas janelas, para que os pretos não rompam para cima, e com portas para se fecharem nas ocasiões das tempestades. O método de introduzir, e de renovar o ar dos navios, e ainda das naus de guerra pelo meio do fogo, parece ser o melhor, o mais saudável, e o que tem lugar em todo o tempo: veja-se sobre esta matéria o *Tratado da conservação da Saúde dos Povos*, cap. 29¹.

¹³⁹ Depois que se publicou este ensaio em 1794 os ingleses aumentaram muito consideravelmente as suas possessões da Serra Leoa pela terra dentro; e alguns dos ingleses, que se dizem filantropos, são os que já têm ali maiores possessões; e por isso, debaixo do pretexto de defenderem a humanidade oprimida, são os mais empenhados em que se extinga o comércio do resgate dos escravos, para que daquelas terras se não tirem mais alguns braços, que eles já contam como seus; mas o tempo lhes mostrará, que o seu projecto é errado, e até prejudicial aos seus mesmos interesses¹.

¹ *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos: obra util e necessaria aos magistrados, capitães generais, capitães de mar e guerra, prelados, abadessas, médicos e pais de família*, Paris, 1756 e Lisboa, 1757, de António Ribeiro Sanches.

¹ Nota acrescentada na 2ª edição.

grande preservativo das moléstias do mar¹⁴⁰, são abundantes de carnes, e de víveres, por preços muito cómodos para provimento dos navios, que vão para todas as Índias, e que por ali fazem escala¹⁴¹.

§ XV

Na ilha de Maio se forma imenso sal naturalmente; a ilha da Boavista produz muito anil; a de Santiago muito algodão¹⁴², e muito azeite para luzes, que ali se chama de purga. Todas aquelas costas são abundantíssimas de pescados, de tartarugas, cujas conchas são de muita utilidade para o comércio, e de um certo peixe muito semelhante ao bacalhau ainda que melhor, do qual se pode fazer um comércio vantajoso¹⁴³. Em todas aquelas ilhas pela vizinhança da costa de África se pode estabelecer um comércio muito rico¹⁴⁴.

§ XVI

Da mesma sorte possui Portugal na costa de Angola as ilhas de S. Tomé, e do Príncipe, que servem de escala, principalmente aos navios estrangeiros: aos quais seria necessário pôr um tributo pela ancoragem, não só para utilidade do Erário Régio, mas também para que não possam entrar em concorrência com os negociantes portugueses¹⁴⁵.

¹⁴⁰ *Tratado da conservação da saúde dos Povos*, cap. 28, pag. 298, 299.

¹⁴¹ *Histoire générale des Voyages*, liv. 5, chap. 6, § 1, *Observations générales sur les Isles du Cap-Verde*.

¹⁴² *Histoire*, d., liv., chap. 6, § 23 et 24.

¹⁴³ *Histoire*, d., § 2, pag. 154. *Il y en a abondance des crabes de terre, et des tortues comme dans les Indes Occidentales. Entre plusieurs sortes de poissons, qui abondent sur les côtes, il y en a un, que les negres appellent mear, de la grandeur d'une morue mais plus épais, qui prend le sel comme la morue. Roberts est persuadé qu'un vaisseau pourroit en faire plutôt sa cargaison qu'on ne la fait de morue dans l'Isle de Terre-Neuve, et qu'elle se vendroit aussi bien, surtout à Tenerife. Le sel étant si près, l'opération en seroit plus prompte, et se feroit à moins de frais; d'autant plus que les nègres de Saint Antoine, et de Saint Nicolas sont d'une adresse extrême pour la pêche, et la salaison.*

¹⁴⁴ *Histoire*, d., pag. 148.

¹⁴⁵ *Essai sur les intérêts du commerce maritime de Guinée*, pag. 68. *Lorsque nos vaisseaux ont fini leur traite à la côte d'Angole, ils peuvent revenir en droiture dans nos colonies: mais il n'en est pas de même de ceux qui partent de la côte de Juida; il faut necessairement qu'ils aillent reconnoître l'Isle du Prince, ou regnent les vents du commerce, et qu'ils y relâchent. Ci-devant nos vaisseaux ne payoient aucun droit au roi de Portugal lors qu'ils y relacholent: mais ce prince informé de la nécessité absolue de ce relache, semble être résolu d'y établir un droit sur chaque vaisseau, qui y relachera. Ce droit sera une nouvelle charge qui pesera sur le commerce: il seroit à désirer que le ministre du roi auprès du roi de Portugal, veillât à ce que ce droit soit assez modique pour être supporté sans peine.*

§ XVII

Na costa de Zanguebar é Portugal senhor da importante, e rica praça de Moçambique. O comércio daquela costa está naturalmente ligado com o de Goa; a maior parte das mercadorias, que para ali são próprias, se tiram da Índia: as da Europa têm ali pouca saída. O ouro, o marfim, e os escravos, que dali se tiram, são artigos muito vantajosos na Índia, e por isso os navios de Goa podem aperfeiçoar o sortimento das suas carregações no tempo da sua demora em Moçambique¹⁴⁶.

§ XVIII

As revoluções, que tanto têm empobrecido o comércio de Goa, não lhe tem podido tirar as vantagens da sua situação. Esta praça inacessível aos estrangeiros não tem necessidade, senão de alguns esforços da indústria, para se fazer em muito pouco tempo uma das principais, e mais ricas feitorias da Índia.

§ XIX

Goa foi a mais rica feira da Índia; a queda do seu comércio não teve outra causa mais, do que a conquista dos ingleses, e principalmente dos holandeses, que fizeram desertar os banianes, que sustentavam em outro tempo este comércio, fazendo-os passar para Surrate.

¹⁴⁶ Goa foi conquistada pelo grande D. Afonso de Albuquerque a *Hidal-Chan* em 1508; este a retomou em 1510; e Albuquerque a tomou a tomar para Portugal até hoje: esta cidade se fez a chave do comércio de todo o oriente, a primeira feira das Índias, e uma das mais famosas, e das mais opulentas cidades do mundo; e ainda que hoje está muito decaída da sua primeria grandeza, e comércio, ela contudo será sempre a dominadora dos mares da Índia pela qualidade do seu porto, um dos melhores do mundo, e o único da Índia capaz de ter dentro de si naus de linha da maior grandeza. Está situada no meio da costa do Malabar na península d'aquém do Ganges em 91, 35 longitude, e 15, 31 latitude; e se eleva em anfiteatro em uma ilha de nove léguas de circunferência, separada do continente pelos dois braços do rio de Mandona, que se lança no mar em alguma distância da cidade, depois de ter formado diante dos seus muros o seu grande e famoso porto do império da Índia. A ilha de Goa contém em si, além da cidade, algumas aldeias: ali há duas penínsulas chamadas uma *Salsete*, e outra *Bardes* na entrada do porto; elas estão fortificadas, e servem de reparo à cidade, e de abrigo ao porto^k.

^k Nota acrescentada na 2ª edição.

§ XX

Na Ásia possui também Portugal no reino de Guzarate a célebre praça de Diu, cujo nome se não pode proferir sem trazer à memória as gloriosas acções dos heróis portugueses, émulos da antiga Roma. Da mesma sorte Damão na foz do golfo de Cambaia, e Cananor sobre a costa de Malabar, cujo principal comércio consiste em pimenta; assim como também Divar, pequena ilha ao sul de Goa, e Barda ao norte dela. Na China a cidade de Macau¹⁴⁷, em outro tempo de um grande comércio.

§ XXI

Estes diversos estabelecimentos tanto nas costas orientais de África, como na de Malabar, e na China, são muito bastantes para pôr a Portugal em estado de fazer nas Índias um comércio muito vantajoso. Portugal não tem ali conquistas a fazer, nem praças a fortificar, nem estabelecimentos a formar. Em lugar de conquistas, Portugal não tem mais do que a concorrência a combater; isto só depende da indústria.

§ XXII

Mas enquanto o comércio das Índias Orientais estiver em Portugal entre as mãos de alguns negociantes particulares, que o não podem fazer senão com poucos fundos; parece que se não pode esperar de o aumentar, nem mesmo de o tirar do estado de frouxidão e de mediocridade, ao qual a indústria, a concorrência, e principalmente as forças das companhias de França, de Holanda, e de Inglaterra o parecem ter condenado.

§ XXIII

As companhias das Índias Orientais importam infinitamente mais mercadorias das Índias para as suas nações respectivas, do que elas exportam; e para fazer a compra delas fazem sair todos os anos somas

¹⁴⁷ Macau cidade da China na província de *Quanton*, dependente da cidade de *Quancheu*, fundada pelos portugueses, não é hoje tão considerável, como era em outro tempo, e depois da proibição do comércio com o Japão: ela está em forma de braço sobre a ponta de uma pequena ilha; e tem um muito bom porto¹.

¹ Nota acrescentada na 2ª edição.

muito consideráveis em dinheiro. Contudo as pessoas que são um pouco versadas neste comércio, convêm em que alguma das nações, que têm companhias nas Índias, não perde no comércio das Índias Orientais^m.

§ XXIV

Elas ganham na reexportação das mercadorias das Índias muito acima das somas empregadas na sua importação. Mas é necessário confessar, que às nações, cujo principal fundo são as fábricas, nada pode reparar o prejuízo, que as mercadorias das Índias fazem às suas manufacturas. Este prejuízo porém não seria considerável a Portugal, se se entregasse seriamente a este comércioⁿ.

§ XXV

No estado actual do comércio da Europa, Portugal é a nação que se acha na melhor situação de fazer este comércio, com uma igual vantagem sobre todos os artigos, e em toda a sua extensão. A construção dos navios necessários para o comércio, é uma sorte de manufactura que o comércio paga, e é uma primeira riqueza espalhada no Estado. O número de officiaes e de marinheiros empregados nesta navegação é uma segunda vantagem que enriquece também a nação. As madeiras necessárias para a construção dos navios, que aliás se perdem no Brasil¹⁴⁸, e em algumas partes dos estabelecimentos de Portugal na costa de África¹⁴⁹, fariam uma terceira riqueza.

¹⁴⁸ Veja-se o cap. 8 da P. I. deste *Ensaio* sobre as madeiras do Brasil.

¹⁴⁹ *Histoire générale des Voyages*, d., part. 3, liv. 6, chap. 9, pag. 388. *Les bords de Rio Grande sont couverts de gros arbres, qui firent naître aux portugais la pensée d'y venir construire des vaisseaux. Celui qu'on nomme le Misberi, donne d'excellentes planches, qui sont fort aisées à travailler, et qui ont la propriété d'être à l'épreuve des vers, non-seulement*

^m A defesa das Companhias das Índias Orientais, grandes sociedades por acções que exploravam monopólios nacionais do comércio com o Oriente, é um tanto tardia, e compreende-se sobretudo pela situação particular de Portugal, onde, apesar de várias propostas, as tentativas durante os séculos XVII e XVIII para pôr de pé uma companhia semelhante às da Inglaterra, Holanda e França acabaram por não vingar.

ⁿ Azeredo Coutinho manifesta-se aqui, como em outras passagens, pouco inclinado a favorecer uma política de fomento manufactureiro. Na sua perspectiva, seriam de pouca monta os prejuízos que resultariam a Portugal, se desenvolvesse o comércio oriental. Ora a estampania de algodões, à data da publicação da 1ª edição do *Ensaio Económico*, era já um dos principais ramos industriais e fornecia a maior parte das exportações de manufacturas nacionais para o Brasil. Sem protecção perante as chitas e panos estampados da Índia, as fábricas de estampania sucumbiriam. Pode registrar-se, portanto, uma desvalorização por Azeredo Coutinho do papel económico das fábricas.

§ XXVI

O salitre, matéria feita infelizmente muito necessária, é um artigo do comércio das Índias muito precioso, quando ele é carregado para servir de lastro. Os panos de algodão riscados, chamados da costa, chitas finas, e sedas, servem de alimento a outros ramos de comércio da Europa; e principalmente os algodões grosseiros para a costa de África, e as chitas finas para o Brasil.

§ XXVII

Basta lançar os olhos sobre toda a riqueza dos fundos que Portugal possui, e sobre os grandes princípios do comércio, para se convencer de que Portugal pode fazer uma segunda revolução no comércio da Europa; talvez mais feliz do que aquela, que ele causou em outro tempo, pela inteligência, e pelo atrevimento da sua navegação nas costas de África, e nos mares das Índias, dobrando o Cabo da Boa Esperança¹⁵⁰.

sur cette côte, où les vaisseaux s'en ressentent beaucoup, mais encore dans toutes les parties de l'Afrique, de l'Europe, et de l'Amérique. La résine onctueuse, dont cet arbre est rempli, a tant d'amertume, qu'on n'attribue pas sa vertu à d'autre cause.

¹⁵⁰ O principal comércio da Índia, e da China consiste no chá, e seda crua e fabricada, nos panos de algodão, chitas pintadas, e na porcelana, etc. Que é isto em comparação do muito que Portugal tem, e pode ter no seu tesouro do Brasil? Ele compreende as duas zonas tórrida, e temperada, desde a linha equinocial até muito além de 30 graus de latitude austral: tudo quanto a natureza produz debaixo dos dois climas tem ali o seu lugar próprio, sem precisar de estufas, nem de ser aclimatado; o trabalho, e a indústria, que ainda lhe falta irá crescendo com o tempo, assim como um filho bem criado por seu pai, que o trata com zelo, amor, e cuidado. O Brasil tem a Europa na sua esquerda, a África na sua frente, a Ásia na sua direita, e ele no centro, formando a grande feira do comércio de todo o mundo.

O soberano de Portugal senhor de uma tal posição, para ser grande, rico, forte, e poderoso não tem mais do que acenar com a mão a todas as nações, que quiserem ser suas amigas, e aliadas, para que vão com ele participar das suas riquezas: não é porém necessário, que as deixe entrar por todas as salas e corredores, até devassarem as suas casas; basta que lhes franqueie as salas principais das feiras, ou praças de comércio, e que tenham as suas entradas, e saídas bem guardadas, e vigiadas. Os estrangeiros só devem comerciar em certas praças fortes da beira-mar, debaixo de penas gravíssimas, e de serem castigados como contrabandistas, e espias, sendo achados em qualquer outro lugar fora das ditas praças; não só os estrangeiros, mas também os portugueses, que os auxiliarem, ou consentirem. Os braços das ciências, das artes, e da indústria, que para ali se chamarem, ou se admitirem devem ser muito examinados, e escolhidos; assim como faz o prudente agricultor, que não lança na sua terra a semente podre, e corrompida^o.

^o Nota acrescentada na 2ª edição.

§ XXVIII

Portugal poderia espalhar no comércio da Europa novas riquezas, mais abundantes ainda, e sem dúvida mais úteis, do que ele fez nos tempos das grandes descobertas. A Europa inteira, as nações sobretudo que têm manufacturas, têm um grande interesse em ver Portugal aumentar o seu comércio, multiplicando os consumidores do seu luxo.

CAPÍTULO II

*Portugal quanto mais dever às suas colónias,
tanto será mais rico*

§ I

Ainda que nas colónias se cultive com abundância este, ou aquele género, que se cultiva na metrópole, como por exemplo o trigo¹⁵¹, e que aquela abundância faça abaixar de preço o género da metrópole; esta contudo nunca se poderá dizer prejudicada, nem ainda algum lavrador dela considerado como em particular.

§ II

Porque; em primeiro lugar abaixado um género pela sua abundância, principalmente sendo da primeira necessidade, também os géneros da indústria hão-de necessariamente abaixar pela mesma razão da abundância, e tudo virá a ficar em equilíbrio na metrópole: o fabricante

¹⁵¹ Pelos anos de 1793, tendo-se já aumentado a agricultura do trigo na capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul, fizeram aqueles colonos agricultores exportar o seu supérfluo para o Rio de Janeiro, e dali para esta cidade de Lisboa: este novo género de importação causou novidade, e deu ocasião a várias representações, e consultas, e afinal se resolveu, que não convinha a introdução do dito género neste reino, para não arruinar os lavradores da metrópole; o que deu ocasião a que os colonos agricultores desprezassem um género de cultura, que os arruinava, e perdia; e se voltassem para outro género, que compensasse os seus trabalhos: a fome, e a falta de pão, que hoje estão padecendo os habitantes da Europa portuguesa, e os exércitos combinados que a defendem; o imenso cabedal, que tem saído de Portugal para a compra do dito género, que ainda mesmo quando há dinheiro não há a quem este se compre, faz ver o quanto foi prejudicial aquela proibição, e a justa razão com que eu no ano de 1794 fiz este capítulo^a.

^a Nota acrescentada na 2ª edição.

comerá sim a melhor preço; mas ele também dará em troca ao agricultor a sua mão-de-obra a melhor mercado: da mesma sorte o trabalhador, o moço de servir, o comerciante, etc^b.

§ III

Em segundo lugar será muito útil ao todo da nação; porque terá um supérfluo muito abundante, e em dobro para vender a toda a Europa, e ainda a todo o mundo, por um preço tão baixo, que até se for possível faça arruinar os gêneros da agricultura das nações rivais, que nos pretenderem disputar a preferência. Que mal seria para a metrópole, que as colônias, por exemplo, cultivassem tanto trigo, que fizessem decair o comércio dos mouros, e de alguns outros, que nos vêm vender este género, e sacar o nosso dinheiro? A arte do negociante consiste em se fazer senhor deste, ou daquele ramo de comércio; para o que é necessário dá-lo a tão bom mercado, que nenhum outro possa entrar com ele em concorrência.

§ IV

A metrópole e as colônias, principalmente a respeito da agricultura, e de tudo o que é produção da terra, se deve considerar como um só prédio de um agricultor, cujo fim é conservar a sua casa em abundância, e ter um grande supérfluo para vender aos estrangeiros. Ao possuidor de muitas quintas não importa, nem deve importar, que esta ou aquela lhe renda mais; só sim que todas lhe rendam muito.

§ V

É certo, que se à agricultura, e à produção dos gêneros das colônias se der toda a extensão de que elas são capazes; a metrópole não os poderá consumir todos, nem dar-lhes em gêneros, e manufacturas um igual valor das suas receitas, e que por isso seja necessário saldar a sua conta a dinheiro. Mas que prejuízo se seguirá disto à metrópole?

^b Azeredo Coutinho aderia aqui ao princípio de que à abundância corresponde um baixo nível dos preços. Adoptando um princípio que, de resto como o seu contrário, tinha raízes em ideias populares sobre a economia, afastava-se das proposições dos autores mercantilistas e fisiocratas que supunham que a carestia se associava à abundância. Neste aspecto, perfilhava uma concepção que - apesar de muito criticada depois por John Maynard Keynes - se impôs a partir de Adam Smith.

Quanto mais abundar em géneros das colónias, tanto ela terá mais que vender aos estrangeiros. Os géneros das colónias são preciosos, são da primeira necessidade; os estrangeiros necessitam, não se podem dispensar deles.

§ VI

A metrópole ainda que em tal caso seja devedora às colónias, necessariamente há-de ser em dobro credora aos estrangeiros; ela precisamente há-de fazer para com uns e outros duplicados lucros; ganhará nas vendas, ganhará nos fretes, e nos transportes para todas as partes, pela extensão da sua marinha, e do seu comércio. Que importa pois que a mãe deva às suas filhas, quando ela é em dobro credora aos estranhos? E pelo contrário a metrópole não pode ser credora às colónias, sem ser devedora aos estrangeiros; pois que a ela não sobejam víveres, nem manufacturas, e sem supérfluo não há comércio^c.

CAPÍTULO III

As colónias de Portugal quanto lhe forem mais credoras, tanto lhe serão mais ligadas, e mais dependentes

§ I

A metrópole, por isso que é mãe, deve prestar às colónias suas filhas todos os bons ofícios, e socorros necessários para a defesa, e segurança das suas vidas, e dos seus bens; mantendo-as em uma sossegada posse, e fruição dessas mesmas vidas, e desses bens.

^c Este parágrafo explicita o enquadramento das relações comerciais entre Portugal e os seus domínios. O tráfego colonial articulava-se com as trocas com o estrangeiro, porque o mercado da metrópole era insuficiente para drenar as produções coloniais e a sua produção era incapaz de alimentar o consumo dos domínios: a metrópole parecia não poder escapar à sua função de entreposto. Até às invasões francesas, o comércio exterior de Portugal caracterizava-se por um pequeno *deficit* com o Brasil, compensado por excedentes claramente superiores nas relações com as nações estrangeiras. É importante notar que Azeredo Coutinho afirma a incapacidade para a exportação da economia metropolitana, a que não sobejariam «víveres, nem manufacturas» o que constitui um exagero, e serve para sublinhar, no fundo, a importância fundamental do papel das colónias para o comércio exterior de Portugal.

§ II

Estes benefícios pedem iguais recompensas, e ainda alguns justos sacrifícios; e por isso é necessário que as colónias também da sua parte sofram 1^o que só possam comerciar directamente com a metrópole, excluída toda e qualquer outra nação, ainda que lhes faça um comércio mais vantajoso. 2^o Que não possam as colónias ter fábricas, principalmente de algodão¹⁵², linho, lã, e seda, e que sejam obrigadas a vestir-se das manufacturas, e da indústria da metrópole¹⁵³. Desta sorte os justos interesses, e as relativas dependências mutuamente serão ligadas^a.

¹⁵² Desta regra se devem exceptuar os teares de algodão grosseiro para vestir os pretos, pois que de outra sorte, ou andarão nus, causando horror e vergonha à humanidade, ou se fará muito cara a mão de obra dos agricultores das colónias, que de necessidade há-de carregar sobre os consumidores da metrópole: é necessário facilitar os meios, e ainda prestar alguns socorros ao agricultor, para ter a melhor mercado os géneros, principalmente da primeira necessidade.

¹⁵³ A notável mudança das cousas, depois da memorável época de 29 de Novembro de 1807, extinguiu o monopólio da antiga metrópole de Portugal, mudou a sua política, e fez comum os interesses da pátria mãe com os das colónias suas filhas, e em consequência abriu um campo imenso à indústria dos portugueses para todo o género de comércio, fábricas, e manufacturas, principalmente daquelas de cujas matérias primeiras há muita abundância nas colónias do Brasil, da África, e das suas respectivas ilhas: as terras das capitanias das minas do Brasil, situadas no interior daquele continente são muito próprias para todo o género de fábricas, não só pela abundância de águas, e de víveres baratíssimos, e dos géneros que tem, e pode ter, e das matérias primeiras para as fábricas, mas também por serem elas o meio de aumentar a agricultura daquelas terras, presentemente muito limitada a sustentação dos que trabalham na escavação das minas de ouro, e sem alguma extracção para fora pela dificuldade dos transportes; e um grande aumento de população, e de obreiros de manufacturas, e de fábricas chamariam para ali o comércio, e este faria logo facilitar a navegação dos muitos rios grandes, e caudalosos, que descem daquelas serranias até o mar brasiliense, como já fiz ver no meu *Discurso sobre o estado actual das Minas do Brasil*, Cap. 4.

^a Verifica-se aqui uma definição e uma defesa do Pacto Colonial, que, nos impérios da época, reservava às metrópoles o exclusivo do comércio directo com as colónias, além de interditar a produção manufactureira nos domínios (ainda em 1785 foram proibidas as refinarias de açúcar no Brasil). Este Pacto Colonial constituía uma das imposições mais denunciadas pelos movimentos anti-coloniais. É interessante notar que Azeredo Coutinho, talvez porque se situe fundamentalmente do ponto de vista dos senhores de engenho, produtores de açúcar para a exportação, aceita sem dificuldade a manutenção do sistema de exclusivo. Se depois vai enaltecer os benefícios de um sistema livre segue apenas o movimento, depois de verificadas as alterações. De facto na nota 153, acrescentada na 2^a edição, de 1816, já Azeredo Coutinho parece rendido às vantagens resultantes da ruptura do Pacto. As invasões francesas e a retirada da família real para o Brasil obrigaram à suspensão, anunciada como transitória, mas de facto definitiva, do exclusivo da metrópole sobre o comércio do Brasil e da proibição da instalação de manufacturas. Desde 1808, a abertura dos portos brasileiros a todas as nações com as quais Portugal tinha relações amigáveis e o levantamento da interdição do estabelecimento de fábricas (que em alguns ramos foram mesmo favorecidas pelo governo do Rio de Janeiro) colocavam em novos termos as perspectivas económicas do Brasil.

§ III

Em uma palavra, quanto os interesses, e as utilidades da pátria mãe se enlaçarem mais com os das colónias suas filhas, tanto ela será mais rica; e quanto ela dever mais às colónias, tanto ela será mais feliz, e viverá mais segura. O credor sempre olha para o seu devedor como para a sua fazenda; ele concorre para o seu aumento, e não o quer jamais arruinar, nem perder de vista: o devedor porém não quer nem ver o seu credor, e quanto ele se faz menos solúvel, tanto mais procura a ocasião de lhe fugir.

§ IV

O homem, que vive no meio da pobreza, da opressão, e da miséria, amaldiçoa ainda aqueles que o geraram; aborrece a vida, revolta-se contra todos, contra si mesmo; mata-se, e se despedaça: o homem enfim, que não tem que perder, é o mais atrevido, e o mais insolente, a tudo se atreve, nada lhe resiste¹⁵⁴.

§ V

E pelo contrário, o homem que vive na abundância logo se lembra de uma companhia honesta, que lhe seja amável, e que o ajude a viver contente; e quando se vê reproduzido em seus filhos, adora o criador, e beija a mão benfeitora que o protege, respeita a religião, respeita as leis, e é o primeiro, que se interessa na conservação da paz pública, da qual necessariamente depende a sua particular, e a da sua família.

¹⁵⁴ Bielfeld, *Institutions Politiques*, part. 2, chap. 1, des Finances, § 19. *Qu'on nous épargue la peine de répondre aux sobbismes de certains politiques, qui prétendent qu'il est prudent de réduire les sujets à un état de médiocrité. Nous avons déjà prouvé plus haut à quel point ce raisonnement est frivole. Tous les faits d'histoire font foi, que des peuples pauvres, indigents, qui n'ont rien à risquer, et qui ne peuvent que gagner dans les troubles, sont plus enclins aux révoltes, aux rebellions, plus indociles, plus mal aisés à gouverner, que des peuples opulents. Un État sans ressources pécuniaires, ne pourra jamais soutenir une guerre longue, et onéreuse. En fin, peut-on imaginer une plus grande perfection dans un gouvernement, que quand ses maximes sont telles, qu'elles enrichissent le souverain, en rendant les peuples opulents, et heureux?*

§ VI

Só teme, quem tem que perder; quem mais tem que perder, mais teme; quem mais teme, mais obedece; é pois necessário que os interesses da metrópole sejam ligados com os das colónias, e que estas sejam tratadas sem rivalidade^{b155}. Quanto os vassallos são mais ricos, tanto o soberano é muito mais.

¹⁵⁵ *Elements du Commerce*, part. 2, chap. 6, *des Colonies*, pag. 28. *Il est également nécessaire, que le sort des habitants soit très-doux en compensation de leurs travaux, et de leur fidélité. C'est pourquoi les nations habiles ne retirent de leurs colonies une fois établies, que la dépense des forteresses, et des garnisons: quelquefois même elles se contentent du bénéfice général du commerce.*

^b Apesar de, noutras passagens, aceitar sem dificuldades o sistema do Pacto Colonial, Azeredo Coutinho não deixa aqui de alertar para os perigos da secessão. Era necessário que o sistema colonial não oprimisse as populações, que fosse fundado nos interesses recíprocos da metrópole e das colónias, o que, como a história posterior mostrou, era extremamente difícil de conseguir, pois a função intermediária da metrópole - indispensável para ela - tomava-se redundante aos olhos dos brasileiros.

PARTE III

SOBRE OS INTERESSES DE PORTUGAL PARA COM AS OUTRAS NAÇÕES

CAPÍTULO I

As fábricas de luxo não são convenientes a Portugal

§ I

Um grande comércio, levado ao excesso em uma nação, produz os mesmos efeitos, que em uma outra as minas de ouro, ou de prata muito abundantes: a riqueza rápida de um e outro manancial desafia logo a cobiça insaciável dos seus habitantes. Daqui nasce o abandono das artes, e das manufacturas: todos querem ser comerciantes; todos querem ser mineiros.

§ II

O luxo que se difunde por todos sem limites: todos trabalham por confundir-se com os ricos da primeira ordem: ninguém quer ser artífice, ninguém quer ser fabricante, sem um salário excessivo. Esta carestia de mão-de-obra do fabricante da nação muito rica, faz passar

necessariamente as suas manufacturas para a mão do fabricante da nação menos rica, e que aluga o seu braço por menos preço.

§ III

Isto é o que já vão experimentando as fábricas, e as manufacturas da Holanda pelo aumento da massa do dinheiro em circulação, que desde muitos anos não tem outra fonte mais do que o grande comércio de economia^a dos seus negociantes. Os holandeses só têm alguns restos das suas manufacturas, que a arte, e a economia já sustentam com trabalho, e que não merecem ser contadas entre as primeiras fontes do seu comércio. A carestia da mão-de-obra causada pela excessiva abundância de dinheiro as fará logo desaparecer inteiramente.

§ IV

Por esta razão o consumo das manufacturas das Índias, tão contrárias aos interesses das outras nações da Europa, cujo principal fundo consiste em manufacturas, é vantajoso à Holanda. Independentemente do que ela vende com um grande lucro às outras nações; é mais útil à Holanda vestir os seus habitantes das manufacturas das Índias, do que das de Inglaterra, ou de França. É desta sorte que a Holanda remedeia por sua habilidade no comércio os inconvenientes desta grande superioridade de dinheiro e de riquezas, que já lhe não permite entreter muitas manufacturas.

§ V

O Senado de Génova tem dado o exemplo de uma sábia política, restringindo por uma lei proibitiva a porcelana; ao mesmo tempo não tem posto alguns limites ao uso das baixelas de prata. A grande quantidade de baixelas de prata tem sido olhada como um remédio aos excessos da riqueza¹⁵⁶, e o imposto sobre a prata lavrada como contrário à boa política.

¹⁵⁶ O dinheiro é um sinal representativo de todas as coisas, que entram no comércio das gentes: suponha-se que todas as mercadorias do mundo estão de uma parte, e que todo o dinheiro que há no mundo está da outra; todo o montão de dinheiro representará todo o montão de mercadorias: e se do montão de dinheiro se tirar alguma parte, o resto

^a A noção de comércio de economia, ou um comércio de entreposto e de reexportação, é retirada dos *Éléments de Commerce*, de Forbonnais.

§ VI

É impossível que as riquezas reais, ou artificiais se aumentem prodigiosamente em um Estado, sem que a mão-de-obra se aumente na mesma proporção, e consequentemente sem arruinar as manufacturas. E se a balança constantemente vantajosa, que uma nação se procura pelo comércio, destrói as manufacturas; aquela, que não deixa de aumentar o seu numerário pelo socorro das minas de ouro, ou de prata, promove muito mais rapidamente o momento desta destruição infalível^c.

§ VII

É pois necessário apartar do sistema político de Portugal o projecto de estabelecer manufacturas de luxo, pois além de lhe ser impossível de as conservar em concorrência com as das outras nações, que delas fazem uma parte principal do seu fundo, e que já neste ramo de indús-

deste montão de dinheiro representará sempre do mesmo modo todo o outro montão das mercadorias: logo da mesma sorte em qualquer Estado se do montão de dinheiro, que nele gira, se for tirando o excesso, ou parte dele, reduzindo-o a baixelas, para que não gire, nem represente; o resto do dinheiro do Estado representará sempre o mesmo na razão das suas mercadorias: e desta sorte se evitará, que o excesso do dinheiro desse Estado corra para os outros, ou para a Índia. O dinheiro segue a natureza dos líquidos, que sempre correm para baixo até se porem em equilíbrio ou ao nível: logo se à proporção, que ele se for pondo em equilíbrio, se for tirando, estagnando o excesso; ele se conservará sempre em equilíbrio, e não transbordará jamais^b.

^b Azeredo Coutinho coloca-se aqui claramente de um ponto de vista não metalista, uma vez que afirma que o dinheiro é apenas uma representação das mercadorias. No entanto, não deixa de supor a existência de um ponto de equilíbrio ideal na relação entre o dinheiro e as mercadorias, em relação ao qual poderia falar-se de um excesso de dinheiro que teria de ser resolvido pela sua retirada da circulação, pelo entesouramento ou pela compensação do *deficit* da balança comercial [sobre os efeitos do entesouramento v. adiante nota (c)].

^c É interessante verificar a versão da teoria da balança do comércio - elemento central das doutrinas mercantilistas - que Azeredo Coutinho adopta, alertando para os perigos de um permanente excedente comercial, que julga equivalente à posse de minas de ouro e prata e à disponibilidade de metais que suscita. A carestia gerada pelo excesso de moeda (está aqui implícita a adesão à teoria quantitativa da moeda) tomaria, a prazo, as importações mais baratas, levando, portanto, à destruição das manufacturas. O entesouramento poderia evitar esse processo, pois retiraria a moeda da circulação, impedindo, desse modo, a subida dos preços. Esta versão da teoria da balança comercial vem já de Thomas Mun, autor de *England's Treasure by Foreign Trade* (1664), e foi depois retomada, antes da economia clássica, por John Locke e principalmente por Richard Cantillon no seu *Essai sur la nature du commerce en général* (1755) e David Hume, que abriram caminho para a teoria de um mecanismo de auto-ajustamento do comércio internacional.

tria nos tem tomado a dianteira, seriam logo arruinadas pelo peso da mesma balança de Portugal muito vantajosa.

§ VIII

As manufacturas, que só pedem braços sem muito engenho, nem muita arte; as ordinárias, que mais convêm ao povo, que é o mais grande consumidor do Estado, são as que mais convêm a Portugal. As mulheres, os rapazes, os velhos, os estropiados, todos acham nestas manufacturas um género de trabalho proporcionado às suas forças^d.

§ IX

As manufacturas as mais necessárias, aquelas sobretudo, que se podem olhar como da primeira necessidade; todas as que são precisas para os fardamentos das tropas, armamentos de terra, e de mar, velames, cordoarias; todo o género de fábricas de atanados, de papel¹⁵⁷, etc. não devem ser desprezadas em Portugal: antes se lhes devem dar todos os socorros, e rebaixar-lhes os direitos, quanto for possível, para no concurso dos vendedores dar a preferência ao fabricante da nação.

§ X

As de mero luxo porém, aquelas que só dependem do gosto, de muito engenho, e de muita arte, não devem merecer muito cuidado a

¹⁵⁷ É necessário, que o papel no Brasil seja fabricado de algodão, assim como na Índia, para se evitar a destruição, que fazem os insectos no papel fabricado na Europa, ou seja por causa da sua matéria, ou da cola, ou da encadernação dos livros; o que nos países da zona tórrida é de uma perda indizível, principalmente para os livros das grandes livrarias, que não andam sempre entre as mãos, e para os papéis, que se conservam guardados nos cartórios, e nos arquivos públicos: este objecto pede toda a atenção dos químicos para a extinção de um tal insecto, assim como também de outro, roedor das roupas e das madeiras, chamado *Copy*, e na Índia *Formiga branca*^e.

^d Neste ponto, se não em outros, Azeredo Coutinho segue o discurso económico dominante no seu tempo, perfilhando a ideia de que a Portugal não convinham fábricas tecnologicamente sofisticadas, mas apenas uma indústria de carácter popular. Esta concepção, que informa o agrarismo triunfante, é claramente enunciada por Domingos Vandelli na sua célebre «Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas», in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* (1789), t. I, Lisboa, 1991, pp.185-194.

^e Nota acrescentada na 2ª edição.

Portugal¹⁵⁸; não só porque não têm muitos braços para abarcar os imensos ramos de comércio, que produzem e podem produzir as suas colónias; mas também para deixar de propósito uma porta aberta, para por ela entrarem as nações industriosas a comerciar connosco^f, para nos levarem o nosso supérfluo¹⁵⁹.

§ XI

De outra sorte, ou viveremos sempre na mediocridade ocultando os nossos tesouros, para que não sirvam para nós, nem para os estrangeiros¹⁶⁰; ou viremos a morrer, e rebentar de fartos entre os braços da preguiça, e da moleza; ou finalmente seremos atacados por todas as partes pelas nações, que tendo muitos braços indigentes, farão todo o uso deles para nos obrigar, ainda por força, a repartir com eles do nosso pão. Em lugar de amigos, teremos inimigos: todos serão contra nós por necessidade¹⁶¹.

¹⁵⁸ Bielfeld, *Institutions Politiques*, tom. 3, part. 2, chap. et § 8 no fim. *C'est une erreur politique, que de vouloir avoir tout chez soi.*

¹⁵⁹ Bielfeld, d., tom. 2, chap. 3, des Manufactures, § II. *Il n'est pas de la politique du commerce d'oter aux nations étrangères, par l'établissement de toutes les manufactures possibles, tous les moyens de faire avec nous le moindre échange de marchandises; et il ne faut pas croire qu'il y ait aujourd'hui en Europe un peuple assez dupe, qui vienne se porvoir chez nous de tous ses besoins, si nous lui ravissons tous les moyens de débiter à nos sujets quelque partie de son superflu. Que devient alors le commerce, objet bien plus important encore que les manufactures? Et § 48. Si l'on pousse trop loin l'usage de se passer des manufactures étrangères, on donne lieu aux autres nations, qui ont évidemment le droit de réciprocité de se passer des nôtres; et les vengeances nationales sont si naturelles, et si communes à cet égard, que le gouvernement, qui établit de pareils droits, ou prohibitions, devrait y penser plus d'une fois, et ne pas ouvrir, sans une grande nécessité, les yeux aux autres peuples, et réveiller leur attention.* Todos os dias se está vendo, que um homem não negocia com outro, ou não lhe compra um traste, sem que ele lhe compre, ou lhe tome outro em desconto; e muitas vezes até comprar um traste, de que não tem muita precisão, só para se desfazer de outro, que lhe é supérfluo, ou que não é do melhor gosto, isto, que acontece muitas vezes entre os particulares, procede da mesma sorte entre as nações.

¹⁶⁰ Os estrangeiros sabem já dos nossos tesouros melhor do que nós; já se lhes não podem ocultar: vejamos os escritores citados neste Ensaio.

¹⁶¹ Bielfeld, chap. 1, du Portugal, no fim. *Si les portugais s'appliquoient aux fabriques, et à l'industrie, il faudroit leur faire la guerre, ou leur susciter des embarras. Je ne vois pas comment on pourroit faire autrement.*

^f Neste ponto, Azeredo Coutinho coloca-se do ponto de vista dos interesses brasileiros, ainda que no quadro de funcionamento do Pacto Colonial. Era importante que se mantivessem abertos os canais comerciais para escoar os produtos brasileiros, o que supunha uma abertura à importação de artigos provenientes dos grandes consumidores dos géneros coloniais, que exportavam principalmente manufacturas. Não convinha, por isso, fomentar fábricas para substituir essas importações. Sem usar o conceito, acaba por sugerir a ideia de que haveria vantagens a retirar de uma divisão internacional do trabalho.

§ XII

Portugal a respeito das manufacturas de luxo deve ser considerado entre as nações industriosas da Europa, e as suas colónias, como um negociante hábil entre os fabricantes de uma parte, e os lavradores, e criadores da outra. Estes se enriquecem subministrando as matérias primeiras, necessárias e indispensáveis para a conservação das vidas daqueles, e da sua indústria. Aqueles se enriquecem pelos valores novos, que a sua indústria dá às produções naturais de todos os países. O negociante no meio de todos, provisionando uns e outros, se enriquece duplicadamente.

§ XIII

É necessário advertir mais, que o luxo muda continuamente de objecto; as modas variam com rapidez: daqui nasce, que a sorte do obreiro, ou do fabricante do luxo é sempre incerta. Vê-se a cada momento uma parte de entre eles cair inopinadamente na necessidade, porque não se pedem mais as suas obras; em tanto que os outros se acham em uma abundância não esperada, porque as suas obras são mais procuradas.

§ XIV

Os obreiros infelizes, aqueles cujas obras já não estão em moda, não sabem para onde se voltem, para se segurarem da sua subsistência; muitos de entre eles não estão já em estado de aprender, nem de abraçar uma profissão nova: uma parte perece na miséria, uma outra se dissipa, se expatria, ou forma a massa dos vagabundos, e o Estado perde um grande número de cidadãos.

§ XV

A abundância de que gozam os obreiros felizes, cujas obras são da moda, não repara ao Estado esta perda; a sua população aumenta muito pouco; porque esta abundância não deve ser senão passageira; e se por algum acontecimento ela se acha ser durável, não produz alguma coisa de melhor; porque o obreiro que conhece a instabilidade da sua sorte, não se atreve a estabelecer-se sobre fundamentos tão variáveis, e tão poucos seguros.

§ XVI

Para uma nação muito numerosa, que conta muitos milhões de braços seus, a perda de alguns pode não ser uma grande perda: para Portugal porém, para uma nação, que conta muito poucos braços, a perda de um só não pode deixar de ser uma grande perda: e por isso é necessário apartar do sistema político de Portugal o projecto de estabelecer manufacturas de luxo. Não digo contudo que se extingam, ou que se proibam as fábricas de luxo, digo sim que o Estado não deve promovê-las, nem fazer para elas grandes esforços, pelos poucos, ou nenhuns lucros, que elas dão a Portugal: talvez que a experiência tenha já demonstrado esta verdade.

CAPÍTULO II

Portugal pela situação dos seus Estados em todas as quatro partes do mundo, pode ser uma das potências marítimas mais respeitáveis do mundo

§ I

Portugal está situado na extremidade ocidental da Europa: da parte do meio dia, e do ocidente é cercado do oceano Atlântico; e para o setentrião confina com a Espanha; e por isso se pode dizer, que na Europa não tem outros vizinhos senão os espanhóis. Os mares imensos, que o cercam lhe servem de reparo: e se armadas inimigas o podem vir atacar sobre as suas costas, os mesmos mares lhe trazem, como se tem visto muitas vezes, armadas amigas para o defender.

§ II

Na América meridional, é senhor de todo o continente do Brasil, desde o Cabo do Norte do Amazonas, onde confina com Guiana, até junto ao Rio da Prata; tem pelo oriente o oceano Atlântico; e Castela pelo meio dia, e pelo ocidente. Em toda esta costa de mais de seiscentas léguas de 18 ao grau se compreendem muitas capitánias, das quais as principais são o Pará, Maranhão, Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande¹⁶².

¹⁶² O Rio Grande produz imenso gado vacum, e cavalar, muito trigo, muito linho cânhamo: todos estes artigos, por isso que são de primeira necessidade, necessariamente hão-de fazer, que esta província seja riquíssima. Aquele rio posto que dê bastante fundo, e boa navegação, a sua barra contudo não admite navios grandes. Santa Catarina que lhe

§ III

E pelo interior, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Cuiabá, Mato Grosso: em quasi todas as sobreditas capitánias, e praças, tem Portugal bastante tropa paga, e auxiliar, muito bem armada, e disciplinada, com que mutuamente se auxiliam nas ocasiões precisas.

§ IV

A situação local de Portugal, principalmente na Europa e na América, o põe em estado de nada temer das potências, que poderiam enviar transporte de tropas de desembarque nas suas costas, porque todas são interessadas na conservação de Portugal, pelos interesses do seu mesmo comércio. Mas como Portugal tem muitas, e consideráveis possessões em todas as quatro partes do mundo, e muito distantes umas das outras, é do seu maior interesse vigiar com todo o cuidado a conservação das suas províncias, e de não perder toda e qualquer ocasião favorável de se firmar mais, e mais nos estabelecimentos, principalmente da costa de África, onde tem muitos concorrentes; protegendo, e animando o seu comércio, e a sua navegação por todos os meios possíveis.

§ V

Portugal na Europa, e no Brasil por terra, como já vimos, só tem por vizinho a Espanha: e suposto parecesse em outro tempo tinha muito que temer desta nação, não só por causa das suas antigas pretensões sobre todo este reino, mas também pela superioridade das suas forças; pelo contrário agora muitas razões seguram a Portugal toda a boa harmonia com esta potência.

§ VI

Porque I. Portugal foi declarado independente pelo tratado concluído, e assinado em Santo Ildelfonso em 1668; o qual foi confirmado em todas as suas cláusulas, e ainda ampliado, não só pela paz de Utreque, concluída em 1713, mas também por diversos tratados particulares, que

fica ao norte, não só pela sua vizinhança, mas também por ser o melhor porto do Brasil depois do Rio de Janeiro, há-de ser necessariamente a alfândega dos géneros da rica província do Rio Grande; e por isso é necessário que o porto de Santa Catarina seja bem fortificado, e guamecido.

as duas nações têm feito entre si. II. Pelos duplicados matrimónios dos príncipes de ambas as nações.

§ VII

E III. porque pela falta de muitos víveres nas províncias limítrofes de Castela, e outros muitos incómodos, não pode ela sustentar forças tão grandes contra Portugal, que este lhe não possa resistir com iguais¹⁶³. IV. Porque a política da Europa sempre vigilante, desconfiada, e zelosa do equilíbrio, e que alguma nação se não faça preponderante sobre as outras, não consente, que os tesouros do Perú, e do Brasil caiam debaixo do domínio de um só soberano¹⁶⁴. As potências marítimas todas interessadas na conservação de Portugal, como no seu bem¹⁶⁵, estão sempre alerta para vir em socorro desta potência, desde que ela for ameaçada pela invasão de alguma outra.

§ VIII

Estes mútuos interesses valem mais, do que todos os tratados; eles são os únicos vínculos, que prendem os aliados, e que sustentam a políticas das nações. A mesma história nos faz ver, que estes mútuos socorros têm feito cair por terra mais de uma vez todos os projectos de Castela contra Portugal: e por isso é da primeira necessidade para o bem destas duas nações, que elas vivam em boa harmonia entre si, quando não como aliadas, ao menos em uma rigorosa neutralidade.

§ IX

A França, se bem reflectir nos seus interesses, não se lembrará jamais de atacar a Portugal nas suas possessões na Europa; não só porque ela está separada pela Espanha; mas também porque além de ser muito duvidoso o successo de um ataque naval, de um desembarque;

¹⁶³ Vejam-se as reflexões do Conde de Fuensaldanha a D. Luis d'Aro, referidas por Duarte Ribeiro de Macedo, tom. 1, pag. 62^a.

¹⁶⁴ Macedo, d., pag. 66 e 67.

¹⁶⁵ Veja-se o capítulo antecedente.

² Azeredo Coutinho cita as «Relações que fez o Autor no tempo que assistiu na Corte de Paris», Capítulo I, Parte II, livro III, incluídas nas *Obras do Doutor Duarte Ribeiro de Macedo*, publicadas em dois volumes, em Lisboa (1743 e 1767), que reúnem os vários discursos e opúsculos do jurisconsulto e economista do século XVII.

teria contra si todas as nações interessadas no comércio, e na conservação de Portugal.

§ X

Da mesma sorte no Brasil. I. Porque as suas possessões não são limítrofes (à excepção de uma pequena parte da Guiana¹⁶⁶ ao norte do Amazonas) II. Porque Portugal está já ali estabelecido de muitos anos; o que é de uma grande consideração para os países que estão longe. III. Porque Portugal tem no Brasil portos, e praças fortíssimas, das quais a França se não poderia fazer senhora, ainda por pouco tempo, sem enviar forças imensas.

§ XI

E IV. porque todas as nações comerciantes voariam logo em socorro de Portugal, quando não por interesses de comércio, ao menos para que a França se não fizesse mais poderosa. V. Porque é também de interesse da França que Portugal conserve todas as suas possessões, ao menos para que as nações suas rivais se não façam maiores à custa de Portugal¹⁶⁷.

§ XII

A Holanda a respeito de Portugal depois do tratado de Haia em 6 de Agosto de 1661 confirmado pelo de Utreque, e por outros particula-

¹⁶⁶ Veja-se a memória que escrevi acerca de união das três Guianás, publicada no *Investigador Português* em o Nº de Setembro de 1815, pag. 313^b.

¹⁶⁷ Veja-se também a carta, que escrevi a este respeito ao general *Hoppe* impressa, e publicada em Londres no *Investigador Português*, N. VIII, pag. 560 e seguintes^c. Veja-se o excelente discurso político, que fez o Conde de Soure ao Cardeal Mazarini; inserto nas obras do dito Macedo tom. 1, pag. 121, e seguintes.

^b A publicação a que Azeredo Coutinho se refere é *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal literário, político, etc.*, influente periódico que se publicou em Londres desde 1811 até 1819. Ligado ao «partido» inglês (grupo defensor de um alinhamento pelos interesses ingleses), surgiu sob os auspícios do embaixador português em Londres e, enquanto foi dirigido por Bernardo José de Abrantes e Castro, até 1814, recebeu subsídios do governo do Rio de Janeiro para combater *O Correio Brasiliense* de Hipólito da Costa e *O Português* de João Bernardo da Rocha Loureiro. Depois, ficando José Liberato Freire de Carvalho como director, *O Investigador* adquiriu uma feição liberal e portanto contrária ao regime.

^c Referência acrescentada na 2ª edição.

res entre as duas nações; está quase nas mesmas circunstâncias que a França; e ainda muito menos, quanta é a diferença das forças de uma potência às da outra.

§ XIII

De todas as potências da Europa, a Inglaterra é aquela de que Portugal deve conservar mais a amizade; não só pelos grandes interesses de comércio, que as duas nações fazem entre si; mas também pelos socorros prontos e eficazes, que Portugal pode sempre esperar de Inglaterra.

§ XIV

Porém contudo não se deve supôr, que Portugal vive totalmente na dependência de Inglaterra: porque Inglaterra necessita de dar consumo aos seus lanifícios, e de preferir os vinhos de Portugal aos de França; não só por serem estes depois do tratado de comércio de 1703 de um dobrado preço, pelos muitos direitos com que estão carregados em Inglaterra; mas também para não fazer pender a balança em favor de França: e finalmente as vantagens prodigiosas da sua balança de comércio¹⁶⁸ com Portugal provam bem, que Inglaterra depende mais de Portugal, do que Portugal de Inglaterra.

§ XV

O tratado de 1703 não é mais do que um simples tratado de comércio, e não é relativo a algum outro de paz. Por este tratado Portugal só se obrigou a permitir a entrada dos lanifícios de Inglaterra nos seus Estados sem pagar mais direitos do que aqueles, que pagavam antes da proibição da entrada dos lanifícios estrangeiros em Portugal: o que contudo não é um privilégio exclusivo, nem tal que ligue as mãos a Portugal, para não fazer as mesmas concessões a qualquer outra nação,

¹⁶⁸ *Intérêts des Nations de l'Europe*, tom. 1, chap. 8, de l'Angleterre, pag. 378. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tom. 3. *Memória sobre o estado da Agricultura, e Comércio do Alto-Doiro*, cap. 2, pag. 75. *Négociant Anglois*, tom. 2, sur le commerce de l'Angleterre avec le Portugal, pag. 185, 206, 218, 235 e seg^d.

^d Azeredo Coutinho cita *Négociant Anglois ou traduction libre du livre intitulé The British Merchant contenant divers mémoires sur le commerce de l'Angleterre avec la France, le Portugal et l'Espagne*, Amsterdão, 2 tomos, 1755, tradução francesa abreviada, feita por François Véron-Duverger de Forbonnais, de *The British Merchants*, dirigido por Daniel Defoe.

ou nações^e, que mais lhe comprarem uma maior quantidade do seu supérfluo, e dos géneros das suas colónias¹⁶⁹.

§ XVI

Inglaterra não compra de Portugal nem muito açúcar, nem muito tabaco, nem algumas mercadorias das Índias orientais; porque a maior parte tira das suas colónias: e de todas as produções das colónias portuguesas, à excepção do algodão, quasi que não tira mais do que o ouro, e os diamantes.

§ XVII

Portugal franqueando os direitos da entrada dos lanifícios a todas as nações comerciantes, reduzindo-os ao estado, em que eles se achavam antes daquela proibição, não só faria tantos aliados, quantos fossem os interessados no seu comércio, mas também aumentaria o número dos concorrentes, para lhe venderem por menos a sua indústria e as suas manufacturas, e lhe comprarem por mais os seus géneros, e o seu supérfluo; o que seria sem dúvida uma ruína para o comércio de Inglaterra: pois que sendo, como é, tão cara a sua mão de obra, não só pela extensão, e riqueza do seu comércio¹⁷⁰, mas também

¹⁶⁹ As mesmas interpretações que os ingleses dão a este tratado, fazem ver que é livre a cada uma das duas nações apartar-se dele todas as vezes que ele for prejudicial aos seus interesses. Veja-se *Le Négotiant Anglois*, tom. 2, *Memoire sur le Commerce de l'Angleterre avec le Portugal*.

¹⁷⁰ Veja-se o Cap. antecedente.

^e Azeredo Coutinho revela uma ilimitada confiança na gestão que Portugal, através de uma política de neutralidade, poderia fazer dos equilíbrios entre as grandes potências. O interesse da França na manutenção da soberania de Portugal nas suas colónias não era incompatível com a exigência de um bloqueio dos portos portugueses aos navios britânicos. Por outro lado, a amizade que, segundo Azeredo Coutinho, se devia conservar entre Portugal e a Inglaterra não deixava de permitir certas imposições dos ingleses - que prejudicavam a afirmação da neutralidade - e uma forte penetração dos artigos manufacturados ingleses em Portugal. É certo que Portugal podia conferir a outras nações as mesmas condições que oferecera à Inglaterra no Tratado de Methuen, mas a verdade é que este mesmo acordo remete para o Tratado de 1654, pelo qual Portugal se comprometia a fixar no máximo de 23% os direitos de importação sobre os artigos ingleses. Assim, pelas vantagens que oferecia aos vinhos portugueses, e pelas condições resultantes dos tratados anteriores, a Inglaterra beneficiava, em Portugal, de condições especialmente favoráveis. A Inglaterra dependeria mais de Portugal do que Portugal da Inglaterra, mas o poderio naval e a capacidade militar inglesa condicionavam muito claramente as opções do governo português, mesmo que se fosse fortalecendo um grupo ou «partido» pró-francês.

pelos muitos tributos, com que ela se acha carregada para pagar os interesses da dívida nacional, não poderia jamais entrar em concorrência sem perder.

§ XVIII

E por isso é do maior interesse de Inglaterra conservar a amizade de Portugal, e fazer ainda alguns sacrifícios, para que Portugal não faça uso de toda a liberdade do seu comércio para com as outras nações, nem lhe aumente o número dos concorrentes, e só sim se conserve no estado tal, qual se acha ao presente. As outras nações da Europa a respeito de Portugal presentemente se pode quasi dizer, que não têm outra relação mais do que a do simples interesse de seu comércio.

§ XIX

Mostrado pois que Portugal por terra na Europa, e na América só tem por vizinho a Castela, e que é do maior interesse desta nação viver em boa harmonia com Portugal, ou seja como aliada, ou como neutral; e que Portugal nas suas possessões principalmente da América, ainda que tem muitas forças de terra para impedir que elas não sejam conquistadas por alguma nação da Europa, não tem contudo bastantes por mar, para evitar que uma nação inimiga faça um desembarque em alguma parte mais fraca daquelas costas tão dilatadas, ou sejam do Brasil, ou da África, ou da Ásia; vem a ser da primeira necessidade de Portugal economizar muito as suas forças de terra, deixando tão somente as que lhe forem indispensáveis para conter os seus vizinhos em respeito, e manter o sossego, e quietação dos seus vassallos; para fazer carregar quanto lhe for possível toda a sua maior força para a Marinha, que nunca jamais lhe será sobeja, e que se deverá sempre ir aumentando à proporção do seu maior comércio¹⁷¹.

§ XX

Portugal a respeito das forças marítimas deve ser considerado como Inglaterra, que tem muito poucas forças em terra, para poder ter muitas

¹⁷¹ Portugal deve lembrar-se, que deveu a sua opulência, a sua glória, e a sua força à sua marinha; e que a não deve jamais perder de vista, nem largar da mão^f.

^f Nota acrescentada na 2ª edição.

no mar; com a diferença porém, que Inglaterra tem junto a si, e quasi à vista, as nações suas inimigas, e suas rivais, que facilmente podem fazer um desembarque nas suas costas: Portugal tem as suas possessões muito longe, onde se podem socorrer mutuamente, e unir as forças do mar com as da terra nas ocasiões precisas; perdido um soldado, pode ter logo dois ou três, fortes, sãos, e robustos.

§ XXI

Não assim as nações inimigas de Portugal, às quais será preciso levar de muito longe víveres corrompidos, soldados cansados e doentes, dos quais perdido algum, não haverá outro que substitua o seu lugar; o que tudo é mais uma vantagem, que tem Portugal a respeito de Inglaterra.

§ XXII

As outras potências marítimas, Castela, França, e Holanda, por isso que confinam com muitos vizinhos por terra, precisam de muitas fortificações bem guarnecidas, e de grandes exércitos bem providos, prontos sempre a marchar para ou repelirem os seus inimigos, ou se defendem dos seus ataques. Estas muitas forças de terra fazem de necessidade diminuir as do mar: o que é menos uma vantagem daquelas nações marítimas a respeito de Portugal.

CAPÍTULO III

A neutralidade de Portugal é muito interessante a todas as nações marítimas

§ I

Todos os Estados da Europa não podem economizar bastante as suas despesas: porque além das anuais, e da sustentação das suas tropas em tempo de paz; lhe é necessário, ou ter sempre guardado, e pronto para qualquer guerra um rico erário, como perdido para o comércio; ou endividarem-se mais e mais, cavando todos os dias a sua ruína. Eles estão como encravados uns nos outros, sempre cheios de susto: qualquer choque de uma parte os abala, e faz tremer a todos.

§ II

Uma potência, cujos Estados estão situados entre duas, ou mais potências beligerantes, vê-se muitas vezes constrangida, ou a entrar em guerra, ou a dar passagem pelos seus Estados às tropas de umas contra as das outras: mas como estas quasi estragam o país por onde passam, e principalmente o neutral, por isso que o não reputam seu amigo; se vê logo o país neutral obrigado a seguir um partido, para se não ver pisado por dois: então toda a prudência de um príncipe sábio, amigo, e pai dos seus vassallos, não os pode muitas vezes salvar de um semelhante flagelo.

§ III

Portugal situado em um canto, sem estas comunicações de uns para outros Estados pelas suas terras, está como livre de todo o choque; ele se vê rodeado de dois amigos; um que lhe franqueia todos os passos, o outro que pela sua grande massa lhe serve como de baluarte para rebater os contra-golpes do norte. Portugal enfim pela sua feliz situação participa do bom que tem a Europa; das artes, das ciências; e do comércio ele participa igualmente: do mal porém, das guerras parece estar fora da Europa, separado, e independente.

§ IV

Pelo que pertence às potências marítimas beligerantes pode Portugal conservar a sua neutralidade, sem que alguma delas o possa facilmente obrigar a entrar em guerra: porque ou essa nação que pretende obrigar a Portugal, tem contra si um inimigo forte; ou não. Se o inimigo é forte, e que por isso pede socorro contra ele, não lhe podem sobejar forças para ao mesmo tempo atacar, e obrigar Portugal a entrar em guerra.

§ V

E se o inimigo não é muito forte, não é necessário juntar tantas forças, nem apertar com um amigo até o ponto de perder a sua amizade: porque além desta perda, irá aumentar-lhe o número dos inimigos; e causar-lhe danos irreparáveis^a.

^a Este enunciado optimista de Azeredo Coutinho manifestamente não se verificou durante a crise gerada pelo bloqueio continental: a intransigente manutenção da neutralidade encontrou manifestamente os seus limites. A Inglaterra tinha um inimigo forte e no

§ VI

Uma nação marítima, ainda que mais pequena, e menos poderosa, somente pela sua situação local pode causar danos gravíssimos a uma outra, ainda que maior, e mais poderosa. Bem pequenas, e bem pouco poderosas são Tunes, Tripoli, e Argel; e contudo elas têm posto em contribuição a quasi todas as potências da Europa; somente pela situação vantajosa dos seus Estados, e pelo método de fazer a guerra por chavecos, ou por pequenas embarcações armadas.

§ VII

Portugal é senhor de muita parte das costas da América, da África, e da Ásia, e das Ilhas adjacentes no mais estreito do mar Atlântico, todas com muitos portos grandes, e pequenos. Se naqueles, que forem mais vizinhos à escala geral dos navios do comércio daquelas costas, e das Índias, se puserem algumas fragatas, ou alguns pequenos corsários, que como a sua casa saiam a fazer o seu corso; porão sem dúvida em consternação o comércio de qualquer potência, ainda das mais poderosas da Europa.

§ VIII

Não seria preciso que Portugal armasse à sua custa, ou dos seus vassallos todos os navios, ou chavecos necessários para aquele corso; bastaria que permitisse, que armadores estrangeiros debaixo da sua bandeira fizessem suas as presas, e que fossem protegidos naqueles portos. Portugal por este método teria uma grande vantagem sobre os seus inimigos; por isso que atacava de sua casa, e de perto; e eles de muito longe. Eles se veriam mesmo na necessidade, ou de comboiar os seus navios de comércio, com fragatas, ou naus de guerra; o que, além de lhes fazer muitas despesas, seria um empate ruinoso para o seu comércio; ou veriam com sentimento tomarem-se-lhe os seus navios, uns depois dos outros.

entanto estaria disposta a atacar Portugal se este cedesse às pressões francesas. Como Valentim Alexandre recentemente demonstrou, a aceitação tardia do bloqueio continental foi acompanhada por medidas de defesa militar contra um ataque inglês, v. Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*, dissertação de doutoramento inédita, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

¹⁷² O tempo tem já mostrado, e mostrará que a nação, que se propuser a fazer a

§ IX

E pelo contrário a amizade de Portugal para com as nações marítimas será sempre útil, quando não como aliado, ao menos como neutral. Além dos interesses, que todas tiram do seu comércio, e dos seus portos em uma das melhores situações da Europa; e nos dos seus domínios espalhados por quasi todo o mundo, para se refazerem do necessário os seus navios de guerra, e de comércio; a fé, e a lealdade portuguesa é de um preço inestimável.

§ X

Em todos os tempos, em que as nações marítimas se acharam em guerra, sempre a bandeira portuguesa, tremulando por entre elas, prestou os seus bons officios a todas: a nenhuma ofendeu. Nesta última guerra, em que as primeiras potências marítimas da Europa, Castela, Inglaterra, França, e Holanda trabalhavam por se arruinar, Portugal observou a mais rigorosa neutralidade. Os negociantes portugueses, sempre fiéis à sua palavra, sustentaram da sua parte a honra da nação: eles tiveram nas suas mãos os vínculos, que ligavam o comércio de todas elas; eles o conservaram ilesos, sem jamais consentirem, que algum deles se quebrasse pela sua parte.

§ XI

Finalmente se Portugal conservar uma marinha respeitável de guerra, e de comércio, renunciando todo o espírito de conquista, contentando-se com o muito, que possui, em todas as quatro partes do mundo; promovendo por todos os meios as riquezas, que as suas possessões são capazes de produzir; conservando os seus vassallos em paz e sossego na fruição dos seus bens, economizando as suas fábricas para as manufacturas necessárias, deixando as de luxo para os estrangeiros, para que eles por esta porta entrem a comprar o nosso supérfluo, e se interessem connosco no comércio geral das nações: pode-se dizer com confiança, que Portugal não será inquietado, e que todas as nações se interessarão na sua conservação, como na própria de cada uma¹⁷².

ruína de Portugal, principiará primeiro por fazer a sua; a Espanha, e a França são exemplos dos nossos dias. Vejam-se as minhas Pastorais de 20 de Junho de 1810, de 2 de Abril de 1811, e de 11 de Julho de 1813^b.

b Nota acrescentada na 2ª edição.

MEMÓRIA SOBRE O PREÇO DO AÇÚCAR

*PUBLICADA POR ORDEM DA ACADEMIA REAL
DAS CIÊNCIAS EM 1791; AGORA NOVAMENTE CORRIGIDA,
E ACRESCENTADA PELO MESMO AUTOR^a*

Todos sabem do alto preço a que tem subido o açúcar em toda a Europa¹, pela desgraçada revolução das colónias francesas, nossas maiores rivais neste género de agricultura; e pelas grandes inundações, que tem havido nas colónias espanholas; e nas inglesas pelos furacões de ventos muito fortes.

Portugal como uma das primeiras nações agricultoras e comerciantes deste género, tem tirado, e irá tirando grandes interesses, enquanto as circunstâncias não mudarem. É agora um problema, se se deve, ou não taxar o açúcar?

Dizem alguns que sim, porque a experiência tem feito ver, que um género de comércio levado a excesso, excita logo contra si a rivalidade das outras nações; e faz que os compradores desse género ou se dispensem dele, se podem; ou trabalhem com todas as suas forças, para o haverem por um preço mais cómodo, e mais barato.

¹ Em Paris se está vendendo a 400 réis o arrátel, e nesta corte a 140, e a 160 réis.

^a Embora tenha sido já publicada no vol. III das *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* (pp. 273-280), na mesma colecção em que ora se edita esta obra, a *Memória sobre o Preço do Açúcar* é aqui incluída porque sempre acompanhou a edição do *Ensaio Económico*. Limitamo-nos, por isso, a assinalar as alterações que Azeredo Coutinho fez em relação ao texto publicado nas *Memórias Económicas*.

Que este esforço geral fará descobrir meios de aumentar a abundância desse género, até reduzi-lo a um preço tão baixo, que faça, se for possível, arruinar esse ramo do comércio da nação ambiciosa, que levou o seu género a um preço excessivo.

Isto são verdades elementares, que se não podem negar; pois todos sabem, que o principal objecto do comércio é trazer a abundância ao país da carestia, e fazer que em um país não haja supérfluo, e que no outro não haja falta.

Mas como a taxa do açúcar possa nas circunstâncias presentes evitar o mal que se supõe, é o que eu não posso entender; pois que quanto mais baixa for a taxa em Portugal, tanto mais depressa os negociantes nacionais, e estrangeiros o levariam para fora do reino, para tirarem um maior interesse do subido preço, em que ele se acha hoje em toda a Europa, e ainda na África²: e desta sorte se veriam em bem pouco tempo os consumidores da nação sem açúcar, e os agricultores sem dinheiro, ou ao menos sem o excesso da taxa, ou sem aquele maior interesse, que podiam tirar do seu género. Logo a taxa do açúcar seria uma ruína para os senhores dos engenhos do Brasil, e um mal para os consumidores da metrópole^b.

Dizem alguns; que entretanto virá vindo mais açúcar: mas de donde? A cana, de cujo extracto se faz o açúcar, não produz em toda a parte; ela é só própria dos países quentes; e não é uma cultura tão fácil, que se faça dentro de três ou de quatro meses.

Nas colónias estrangeiras, desde a sua plantação até à sua colheita se passam mais de dezoito, e de vinte meses³, e outro tanto tempo para se reduzir a açúcar, fazê-lo branco, encaixar, e conduzi-lo para a Europa; além das fábricas, que é necessário ter logo prontas para a sua manufactura; o que tudo se não faz em menos de três anos.

Neste ano não sobejou açúcar nas colónias agricultoras, antes pelas desordens sabidas, e grandes inundações, que nelas houveram, faltou de repente muita parte do que era necessário para o consumo anual da Europa. O corte, ou a colheita da cana não se faz todos os dias, só se faz em um certo tempo do ano; a perda de uma colheita, ou de uma safra não se repara em dois nem em três anos⁴. Logo enquanto não chega a outra safra, ou enquanto se não reparam estas perdas, onde se há-de ir buscar mais açúcar? Dizem uns que da Índia; outros que das

² Em Salé está a 400 réis o arrátel.

³ Labat, *Voyage aux Isles de l'Amérique*, tom. 3, chap. 5 du Sucre, pag. 140.

⁴ Os que têm conhecimento das plantações das canas de açúcar sabem, que um dos maiores lucros delas são as socas, ou as canas que rebentam dos olhos ou pimpolhos, que ficam nos pés, ou nos pequenos troncos das canas que se cortam; não só por serem

^b Este parágrafo apresenta alterações em relação ao texto inicial, de que resume três parágrafos, reforçando a ideia de que a fixação de um preço baixo seria nociva para o comércio e para a plantação do açúcar.

plantações, que se hão-de fazer na nova colónia da Serra Leoa na costa de África.

Isto só serve de provar a grande falta, que há de açúcar na Europa, e na América: mas não que estes meios sejam capazes de arruinar o nosso comércio neste género, nem que os açúcares da Ásia, ou de África possam entrar com os nossos em concorrência, ao menos nestes dez, ou doze anos: oxalá só Portugal fora senhor deste ramo de comércio.

O açúcar das Índias Orientais é muito inferior ao nosso em bondade, e qualidade⁵: as despesas, e riscos desde o Brasil até à Europa são nada em comparação das desde o Ganges até o Tejo. O açúcar da costa de África ainda se não sabe que tal será; ainda se hão-de estabelecer as colónias; ainda se hão-de amansar as terras para as fazer próprias para a cultura do açúcar⁶; ainda se hão-de fazer as fábricas, ainda se hão-de procurar os mestres para elas, etc.: é necessário ser muito pusilânime, para ter medo destes fantasmas.

Dizem outros que é necessário proibir a exportação do açúcar para fora do reino, ou ao menos até um certo número de caixas. Como, ou com que justa razão se poderia nas circunstâncias presentes obrigar o negociante a vender o seu género de lucro, e talvez por menos do que comprou no Brasil, com atenção ao subido preço da Europa, confiado na boa fé, e na liberdade concedida ao comércio?

Como em tal caso se poderia evitar o contrabando? como acautelar que os negociantes ainda estrangeiros o não fossem fazer até mesmo nas costas do Brasil? Que vigias, que guardas não seriam necessárias, para evitar que o agricultor o não vendesse a quem melhor lhe pagasse o seu género? O contrabando do tabaco é uma prova desta verdade: o tabaquista não poupa dinheiro, o contrabandista não teme castigos; *Quisquis habet nummos felici navigat aura*, disse Petrónio Arbitro.

Mas suponha-se que nada disto aconteceria: Que utilidade seria para a nação tirar da boca do agricultor carregado das muitas, e grandes despesas, que consigo traz a fábrica do açúcar, para meter na boca do rico, e do farto, que vive no meio do luxo?

as socas uma produção espontânea da natureza independente de uma nova plantação; mas também por ser uma produção tanto maior, quanto é maior o número dos olhos, ou pimpolhos, que vingaram em cada pé ou tronco, que ficou da cana cortada; e se a terra é boa, ainda é maior a produção da 2ª e da 3ª soca: a cana soca é sempre mais doce, e por consequência contém em si mais partículas de açúcar, do que a primeira plantação; e por isso o rendimento daquela é sempre à proporção maior do que o desta: perdida pois, ou destruída toda a cana de uma safra, ou colheita de um ano, não só se perdem para logo todos os lucros dessa safra, ou colheita; mas também se deixarão de lucrar para o futuro todos os multiplicados lucros das socas, que aliás rebentariam dos troncos dessas canas, se elas não fossem arrancadas ou destruídas pela intempérie dos tempos, ou por qualquer outra causa.

⁵ Labat, tom. 3, pag. 127.

⁶ Labat, d., tom. 3, pag. 127 e 135.

Dizem alguns, que o açúcar se tem feito um género da primeira necessidade, e que por isso é necessário taxá-lo. Desta sorte seria preciso taxar o baetão no tempo do Inverno; e a seda no tempo de Verão. Mas chamem-lhe como quiserem; as palavras não mudam a essência das coisas: a verdade é que o açúcar é de uma necessidade real para o agricultor; e de uma necessidade factícia, e de mero gosto para o consumidor: e nestes dois extremos não deverão prevalecer os direitos da propriedade? dever-se-ão atropelar direitos tão sagrados?

A fábrica do açúcar é por sua natureza muito dispendiosa; ela pede muitos braços, muitas forças, e grandes fundos; e contudo os seus lucros não correspondem às suas grandes despesas⁷. Não há um traba-

7 Labat, d., tom. 6, chap. 1, pag. 45. *Qu'on compare la dépense d'une sucrerie, et celle d'une cacaoitière qui auroient donné le même revenu, et l'on verra par la différence qui se trouvera entre l'une, et l'autre, qu'une cacaoitière est une ricbe mine d'or, pendant qu'une sucrerie ne sera qu'une mine de fer*.

Além das despesas necessárias, ainda se fazem muitas por falta de método na construção das fomalhas das caldeiras, em que se purificam os caldos para o açúcar. E suposto já em alguns engenhos, como vi no Rio de Janeiro, se fazem as fomalhas com algum método, formando uma abóbada, sobre a qual estão assentadas as tachas, dividida em duas partes por um crivo de tijolos (que serve não só para ter sobre si a lenha, que conserva a chama; mas também para dar passagem às cinzas, que caem para a parte infeior da abóbada chamada vulgarmente cinzeiro): contudo ainda tem muitas imperfeições, que é necessário remediar, para se evitarem os muitos desperdícios de lenhas, dos serviços dos escravos que as cortam, e dos bois, que as conduzem. O 1º erro consiste em deixar aberta a boca da fomalha depois de se lhe ter metida a lenha necessária; pois que devendo aproveitar-se toda a força, e actividade das chamas em fazer ferver os caldos das tachas; se perde muita parte das chamas, que retrocedem pela boca da mesma fomalha. Este erro é fácil de remediar-se, fazendo a boca da fomalha a mais pequena possível; para com mais comodidade se poder tapar com uma chapa de ferro, depois que se tiver metido a lenha necessária para conservar a chama: deve-se porém ter aberta, e desembaraçada a porta debaixo do chamado cinzeiro, para por ela entrar o ar para conduzir a chama e o fumo, até sair este pelo alto da fuminé, ou boeiro, como ali vulgarmente se chama. O 2º erro consiste em se meter nas fomalhas muita lenha desnecessária; e, o que é pior, grandes toros de madeira verde, que além do grande trabalho de os cortar, de os conduzir, e de os meter nas fomalhas, dão um fumo tão grosso, e tão espesso, que mais serve de apagar do que de aumentar a chama: este erro tem o seu princípio na suposição em que alguns estão, de que quanto mais lenha mais chama, e quanto mais chama mais fervem os caldos: porém logo que se souber, que todo e qualquer líquido quando chega a ferver, não aumenta mais de calor; por exemplo a água depois de estar fervendo em borborões, por mais que se lhe aumente o fogo, não recebe mais graus de calor; se conhecerá que basta conservar os caldos no seu maior grau de fervura, sem que seja necessário meter mais, e mais lenha; porque toda é perdida, principalmente os grandes toros verdes. O 3º consiste em se fazer a fomalha, ou o canal por onde passa a chama, todo igual desde a sua boca até à sua fuminé ou boeiro; o que faz que a chama, correndo como inclinada para a parte da fuminé, passa com uma grande rapidez, sem aquecer bastante as tachas, que é o fim principal: este erro se remedeia facilmente formando-se debaixo de cada tacha uma abóbada, ou um forno com aberturas proporcionadas de umas para as outras, para dar passagem às chamas desde a

^c A parte restante desta nota foi acrescentada nesta versão.

lho mais rude, nem mais violento; os trabalhos das forjas do ferro, e das fábricas de vidro não têm comparação com as do açúcar ⁸.

A esperança de um dia feliz é a que mais anima ao homem nos seus trabalhos ⁹: cortar ao agricultor esta esperança, pela taxa do seu género, é cortar ao consumidor desse género aqueles mesmos braços, que mais trabalhavam para o seu regalo.

Dizem alguns que o alto preço do açúcar é só útil para os nossos negociantes, mas não para os nossos agricultores do açúcar; por estar este género taxado por uma lei no Brasil. Suponha-se por um pouco que assim é: por ventura os nossos negociantes não trabalham também

primeira até à última, mas sempre de sorte que a abertura por onde entra a chama seja algum tanto maior, do que a outra por onde ela sai; porque a corrente da chama, à maneira da de um rio, achando-se um pouco embaraçada em cada abóbada, necessariamente há-de refluir, e subir por uma, e outra parte da abóbada, até formar um fogo de reverberio fortíssimo no fundo de cada tacha, que é o fim que se quer: o mesmo sucederá na segunda, na terceira, e na quarta tacha, e desta sorte com pouco fogo se fará um grande efeito. É necessário porém advertir-se, que a abóbada da primeira tacha junto à boca da fomalha seja sempre maior do que a das outras, e com a grandeza necessária para *nela se acomodar toda a lenha*, que for precisa para conservar os caldos sempre fervendo, ou no grau de calor que se quiser. E suposto cada tacha deve ter o seu grau de calor particular, conforme o ponto mais ou menos alto, que se quer dar aos caldos de cada tacha; contudo este grau de calor em uma mesma fomalha se pode muito bem proporcionar, dispondo-as de sorte, que as tachas, às quais se quiser dar um maior grau de calor, deverão ficar mais perto da boca de fomalha, e com uma maior parte dos fundos descobertos à acção do fogo; e pelo contrário aquelas, às quais se quiser dar um menor grau de calor, deverão ficar mais perto da fuminé, e com uma menor parte dos seus fundos descobertos. Veja-se Baumé, *Mémoire sur la meilleure manière de construire les alambiques et fourneaux*: Demachy, *L'Art du distillation d'eaux-fortes*: e *Encyclopédie*, art. Sucre ^d.

E como ordinariamente nas casas das caldeiras há muito fumo, que incomoda aos mesmos que trabalham, para se evitar isto, será muito útil que a fuminé passe acima dos telhados; não só para lançar longe o fumo, mas também para conduzir as chamas mais acima. Esta fuminé porém não é necessário que seja uma grande massa informe, basta que tenha o seu diâmetro um pouco menos do que o da boca do cinzeiro, por onde entra a grande coluna de ar que conduz as chamas; e pode ser quadrada, ou cilíndrica, e cingida com uma cimalha na altura de um homem, para sobre ela se porem as luzes necessárias para de noite se alumiar a casa das caldeiras.

⁸ Em qualquer género de agricultura um escravo não trabalha mais de doze horas por dia; na fábrica de açúcar trabalha dezoito horas seguidas: este trabalho por sua natureza excessivo abrevia a vida dos escravos, extingue nos pais, e nas mães o germen da propagação, a qual aliás é um dos maiores socorros para o serviço das mesmas fábricas. V. Labat, d., tom. 3, chap. 5 du sucre, pag. 209.

⁹ A falta de pastos que muitas vezes há nos anos de grandes secas, causa também gravíssimos prejuízos aos proprietários dos engenhos, principalmente aos que os fazem trabalhar com bois, ou com bestas.

^d Azeredo Coutinho cita a *Mémoire sur la meilleure manière de construire les alambics et fourneaux propres à la distillation des vins pour en tirer des eaux-de-vie*, Paris, 1778, do químico e farmacêutico francês Antoine Baumé e *L'Art du distillateur d'eaux-fortes*, Paris, 1773, do químico francês Jacques-François Demachy.

em benefício da nação? eles só devem estar sujeitos a perder, e não a ganhar? Proiba-se o monopólio, proiba-se a fraude, mas não os lucros de um comércio lícito, que a todos é livre.

Mas tornando à dita lei: ela só pôs uma taxa, para que os negociantes, que muitas vezes maliciosamente adiantavam dinheiros aos agricultores do açúcar, não abusassem da necessidade deles, nem lho tomassem em pagamento por menos da dita taxa.

Mas esta contudo só tem lugar, quando o açúcar é comprado dentro do mesmo engenho, ou fábrica; mas não depois que o senhor do engenho, ou o agricultor do açúcar faz com ele as despesas dos caixões, conduções por terra, e por mar; além dos muitos riscos, que corre por sua conta até o pôr no trapiche, ou no armazém público da venda: porque já então cada um vende pelo mais que pode acima da taxa, ou pelo preço que corre; como todos os dias se está praticando naquelas praças.

Do expendido fica manifesto o quanto seria prejudicialíssimo a Portugal, e quasi mesmo impraticável nas circunstâncias presentes, pôr-se uma taxa no açúcar, pois que sendo como é um género de comércio de quasi todas as nações¹⁰, só a convenção geral de todas as nações é que o pode regular; principalmente quando uma nação não é a só agricultora, ou a única senhora desse género: de outra sorte a nação, que se quiser opôr à torrente das outras, ou há-de ser pisada pela multidão das concorrentes, ou há-de seguir o impulso, que elas lhe derem.

Eis aqui a razão porque os géneros alfandegados não podem ser reduzidos a uma taxa certa. Eu passo a mostrar o quanto será útil a Portugal que o açúcar suba ao mais alto preço possível.

Os portugueses, e os espanhóis, que primeiro descobriram a Índia, foram também os primeiros, que aprenderam dos índios o modo de cultivar, e fabricar o açúcar, e o vieram ensinar à Europa, e estabeleceram fábricas nas ilhas da Madeira, e das Canárias.

Depois passando à América, onde acharam canas de açúcar nascidas naturalmente¹¹, estabeleceram novas fábricas pelos anos de

¹⁰ Os portugueses, franceses, espanhóis, holandeses, ingleses, dinamarqueses, todos metem na Europa açúcares das suas colónias da América, e alguns os trazem da Alexandria.

¹¹ No Rio de Janeiro ainda antes de lá entrarem os portugueses, ou alguns outros europeus, haviam já canas de açúcar, como atesta Lery um dos companheiros de Villegagnon, que primeiro entrou naquela baía em 5 de Novembro de 1555. Vej. a sua *Hist. Navigat. in Brasil*, cap. 8, *Sacchari cannis, quarum copia nobis suppetebat, etc.* e no cap. 12, *Sacchari quoque cannae optime in illis terris crescunt, et maxima copia.* O brigadeiro António de Almeida Lara, o primeiro que cultivou as canas de açúcar no Cuiabá, não achando canas algumas de açúcar, nem sendo conhecidas em todas aquelas terras já então habitadas pelos portugueses, foi tirar as primeiras plantas das terras então habitadas pelo gentio *Paresi*.

É já reconhecido por todos os navegantes das ilhas do Mar do Sul, que a cana de açúcar é uma produção espontânea das terras situadas debaixo da zona tórrida, assim como outras muitas, que lhe são próprias (*).

1557¹², e aperfeiçoaram tanto os seus açúcares, que excederam infinitamente em beleza, e em bondade aos das Índias Orientais¹³.

Esta bondade contudo provém mais da qualidade do terreno, do que da mão do agricultor, ou do fabricante: porque a cana de que se extrai o açúcar, segue a natureza dos frutos, que ainda que sejam da mesma espécie, são contudo mais ou menos doces, conforme a qualidade dos terrenos.

Um arrátel de açúcar, por exemplo, muitas vezes adoça mais do que dois arrátéis do de outro terreno, como a experiência faz ver todos os dias nas confeitarias. Esta preferência, que indubitavelmente têm os açúcares do nosso terreno a respeito dos outros¹⁴, é um dom da natureza, de que a indústria estrangeira nos não pode privar.

Os holandeses tendo aprendido dos portugueses em Pernambuco, a fabricar o açúcar, depois de expulsos desta capitania pelos pernambucanos em 1654¹⁵, foram ensinar aos franceses da ilha de Guadalupe, e da Martinica, e aos povoadores das outras ilhas daquele arquipélago; e pelo mesmo tempo estabeleceram também os ingleses fábricas de açúcar nas ilhas de S. Cristóvão, e de Barbada¹⁶.

Mas a tempo em que as nossas fábricas de açúcar se achavam já muito melhoradas, com mais de noventa e sete anos de adiantamento; do que as de todos os estrangeiros, e nós quasi senhores únicos deste comércio, se descobriram, para nós desgraçadamente, as minas de ouro, que nos fizeram desprezar as verdadeiras riquezas da agricultura, para trabalharmos nas de mera representação¹⁷.

(*) Mr. de la Harpe, *Histoire des Voyages*, tom. 19, pag. 376. *L'île d'Otabiti produit des fruits à-pain, des noix de cocos; des bananes de treize sortes et les meilleurs que nous ayons jamais mangées; des planes, un fruit assez ressemblant à la pomme, et qui est très agréable lorsqu'il est mur; des patates douces, des ignames, du cacao, une espèce d'arum, un fruit connu dans l'île sous le nom de jambu, et que les insulaires regardent comme le plus délicieux; des cannes de sucre que les habitants mangent crues.* E mais adiante pag. 377. *Tous ces fruits qui composent la nourriture des otabitiens, sont des productions spontanées de la nature; où bien la culture se réduit à si peu de chose, qu'ils semblent exempts de l'anathème général, qui porte que l'homme mangera son pain à la sueur de son front. On trouve aussi dans l'île le murier dont ont fait le papier chinois, morus papyrifera^e.*

¹² Lery esteve no Rio de Janeiro pelos anos de 1557, como ele diz no fim do cap. 5 da sua História, já por aquele tempo fazia menção dos engenhos de açúcar, que os portugueses tinham em algumas partes do Brasil. Veja-se o d., no Cap. 12. *Nos Galli et hominibus et machinis ad elicendum sacharum idoneis nondum essemus instructi, ut sunt Lusitani in iis, quos occupant apud Barbaros, locis^f.*

¹³ Labat, d., t. 3, pag. 127, 129.

¹⁴ *Dictionnaire Universel du Commerce*, t. 3, pag. 870, col. 2, *Le plus bel (sucre) vient du Brésil.*

¹⁵ *Castríoto Lusít.*, part. 1, liv. 10, art. Militares, pag. 689.

¹⁶ Labat, d., t. 3, pag. 180.

¹⁷ Montesquieu, *Esprit des Loís*, liv. 21, art. 18, Labat, d., t. 3, pag. 323.

^e Nota acrescentada nesta versão.

^f Nota acrescentada nesta versão.

A riqueza rápida daquelas minas, que tanto tem aumentado a indústria dos estrangeiros, chamou a si quasi todos os braços das nossas fábricas de açúcar: este cego abandono fez que elas fossem logo em decadência¹⁸.

Desde esta época fatal para a nossa agricultura, os estrangeiros, sempre hábeis em se aproveitar do nosso descuido, trabalharam com todas as suas forças por nos arrancarem das mãos os nossos grandes ramos de comércio. A isto acresceu mais em favor deles a paz de *Ryswick* feita em 1697 entre a França, Espanha, Holanda, Alemanha, e Inglaterra, que lhes deu mais tempo para melhor se estabelecerem.

Os franceses fizeram logo tantos progressos, que eles mesmos diziam, que, se aquela paz tivesse durado mais tempo, as fábricas de açúcar teriam sido para eles um segundo Perú¹⁹. Mas se nós hoje bem calculamos os nossos interesses, este Perú passará para Portugal^h.

Nas Antilhas desde que se planta a cana até que se corta, se passam mais de dezoito, e de vinte meses²⁰; no Brasil não passa de doze até quatorze meses (ou como lá se diz de dois Marços); no que já se vê que a natureza trabalha mais em nosso favor, ao menos quasi uma terça parte; e por consequência aquilo que eles fazem em três anos, nós fazemos em dois.

Portugal, que primeiro descobriu a costa de África, ainda hoje conserva as melhores colónias dos resgastes dos escravos, que lhe produzem braços com menos despesas, do que às outras nações. O Brasil está defronte de África, comunicando-se por uma navegação mais breve, e em todos os tempos do ano: o que tudo, dadas as mesmas proporções, produzirá mais em nosso favor uma outra terça parte.

O nosso continente do Brasil é muito dilatado, e por isso nos podemos alargar, e escolher terrenos próprios para as canas à nossa vontade: e pelo contrário a maior parte dos agricultores nossos rivais, por isso que vivem insulados, viverão sempre limitados, e cercados de mar.

Contra eles acresce mais que os furacões de vento, muito frequentes naquelas colónias desde o meio de Julho até o de Outubro²¹, lhes arrancam as searas, e muitas vezes os edificios, e lhes causam todos os anos irreparáveis perdas: estes mesmos furacões são perigosíssimos para a navegação daquele arquipélago²², e por isso são maiores as despesas dos seguros, que carregam sobre as suas mercadorias.

Havendo qualquer guerra entre aquelas colónias, além das perdas que ela consigo traz, as suas plantações e searas muitas vezes queima-

¹⁸ Pita, *História da América Portuguesa*, liv. 8, num 111, e seguintes⁸.

¹⁹ Labat, d., tom. 3, pag. 334.

²⁰ Labat, d., tom. 3, 120.

²¹ Labat, d., tom. 2, chap. 12, pag. 223.

²² Labat, d., pag. 230.

⁸ Nota acrescentada nesta versão.

^h O último período foi acrescentada nesta versão.

das e destruídas, pela facilidade com que são atacadas por todas as partes pelas naus inimigas; prejuízos estes, que as nossas não sentem facilmente, por serem as nossas costas por natureza defendidas ou pelos grandes rochedos, ou pelos dilatados baixos; e as nossas plantações são pela maior parte pelo interior do país.

O meio de promover, e adiantar a indústria da nação é deixar a cada um a liberdade de tirar um maior interesse do seu trabalho: os ingleses, e os holandeses, primeiros mestres da arte do comércio, têm dado a todos estas lições.

Os ingleses têm levado o seu ferro polido a um preço excessivo: eles já o fazem valer mais do que o oiro: da mesma sorte os holandeses a respeito das suas especiarias, que até muitas vezes queimam, e deitam ao mar o excesso delas, para que a sua mesma abundância os não obrigue a abaixar o preço²³: eles não temem a concorrência imaginária, esperam que ela seja efectiva, para então governarem a balança a seu favor.

Eles sabem que uma nação, depois que chega a ser única senhora de um certo ramo de comércio, pode então dar a lei como quiser, sem temer os esforços, que contra ela fizerem outras nações.

É necessário contudo que ela, na ocasião da concorrência, saiba abaixar gradualmente o preço do seu género favorito, até fazer que a nação rival ou não ache lucro, ou sucumba debaixo do peso dos seus mesmos esforços: o comércio segue a natureza de todas as coisas, que depois de tomarem uma certa carreira, não é fácil de as fazer tornar.

A larga experiência das nações comerciantes tem feito ver, que uma nação não faz à outra um espólio desta natureza, sem que haja ou algum descuido, e má política da parte da espoliada, ou alguma revolução imprevista, a qual não podem acautelar forças humanas.

Portugal perdeu a superioridade da sua agricultura, e do seu comércio, pela cegueira com que correu atrás de uma representação, e de uma sombra de riqueza, sem ver que deixava atrás de si o precioso corpo que ela representava: sem dúvida porque a sombra parece muitas vezes maior do que o corpo.

Perdeu Portugal em consequência a superioridade da sua marinha, porque um navio carregado de oiro não ocupa tantas naus, nem tantos mil homens, como uma frota de igual valor carregada de açúcar, cacau, café, trigo, arroz, carnes, peixes salgados, etc.²⁴.

²³ Bougainville, *Voyage autour du Monde*, part. 2, chap. 8, pag. 197¹.

²⁴ Veja-se a carta que escrevi aos redactores do investigador português¹.

¹ *Voyage au tour du monde par la frégate du Roi «La Boudeuse» et la flûte «L'Etoile» en 1766, 1767, 1768 et 1769*, Paris, 1771, do navegador francês Louis Antoine de Bougainville.

¹ Nota acrescentada nesta versão, v. nota 167 do *Ensaio Económico*.

A revolução inesperada, acontecida nas colónias francesas, é um daqueles impulsos extraordinários, com que a providência faz parar a carreira ordinária das coisas: agora pois que aqueles colonos estão com as mãos atadas para a agricultura, antes que eles principiem nova carreira, é necessário que apressemos a nossa.

O interesse é a alma do comércio; e como ele tanto anima ao francês como ao português, é necessário deixar-lhe toda a liberdade ao subido preço do açúcar; quanto ele mais subir, mais aumentarão as nossas fábricas, e o nosso comércio.

Enquanto os estrangeiros reformam, ou fazem de novo as suas fábricas, e plantações, já nós lhe levamos a vantagem do melhor estado e forças iguais às dos nossos rivais, por isso que temos a natureza em nosso favor, ou sempre os havemos de exceder em dobro, ou eles nos hão-de ceder o campo.

Para maior adiantamento do comércio do açúcar, se deve também promover a cultura do cacau, canela, baunilha, e café: todos estes géneros dão as mãos entre si; quanto mais se aumentar o gosto destas, tanto mais necessária se fará uma maior abundância daquele.

Todos eles nascem e produzem muito no Brasil: o café principalmente vindo do Rio de Janeiro é superior ao melhor vindo de Moca: repetidas experiências feitas por bons conhecedores lhe têm dado toda a preferência.

A canela do Brasil precisa de socorro superior; seria necessário rebaixar-lhe os direitos das alfândegas, e proibir-se a que vem dos estrangeiros: e se é verdade, como se diz, que os naturais das Molucas não estão contentes com os holandeses, bem pode ser que esta desordem entregue mais depressa a Portugal a superioridade deste comércio, pela muita abundância com que a natureza, sem indústria nem trabalho, produza canela no Brasil.

Em suma, a ocasião agora nos desafia: ela é ligeira, e volúvel; se se não lança mão dela, foge, voa, e desaparece.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Agostinho, Santo, 41.
 Albuquerque, Afonso de, 93.
 Anglerica, Petro Martyr ab ou Pietro Martir d'Anghiera, 19.
 Arbitro, Petrônio, 123.
 Barbosa, Gaspar, 49.
 Barlaei [v. Baerle]
 Barlaeus [v. Baerle]
 Baerle, Kaspar van, 14.
 Baumé, Antoine, 125.
 Berredo, Bernardo Pereira de, 49, 76.
 Bielfeld, Jacob Friedrich (barão de), 27, 35, 76, 78, 79, 101, 107.
 Bluteau, Rafael, 80.
 Bodin, Jean, 48.
 Bougainville, Louis-Antoine de, 129.
 Bouguer, 18.
 Brue (general), 88.
 Buchanano [v. Buchanan]
 Buchanan, George, 20.
 Buffon, Jean-Louis Leclerc (conde de), 57.
 Büsching, Anton Friederich, 76.
 Camarão, 50.
 Cantillon, Richard, 105.
 Cartaing, Monsieur de, 88.
 Carvalho, José Liberato Freire de, 112.
 Castro, Bernardo José de Abrantes, 112.
 Charron, Pierre, 48.
 Clarence, duque de, 87.
 Colbert, 79.
 Condamine [v. La Condamine]
 Cook, James, 19, 37, 55.
 Cortez, 50.
 Costa, Hipólito, 112.
 D'Alembert, 81.
 D'Aro, D. Luís, 111.
 Defoe, Daniel, 113.
 Deleyre, 14.
 Demachy, Jacques-François, 125.
 Des Bruslons, Jacqûes Savary [v. Savary des Bruslons]
 Dias, António, 66.
 Diderot, Denis, 81.
 Filipe IV, rei de Espanha e de Portugal, 76.
 Forbonnais, François Louis Véron de, 81, 104, 113.
 Freinsheim, Johan, 37.
 Fuensaldaña, conde de, 111.
 Godin, 28.
 Griffiths, Ralph, 61.
 Herrera y Tordesillas, Antonio de, 14, 17, 18, 50, 67, 73, 84, 85, 86.
 Hidal-Chan, 93.
 Hoppe, general, 112.
 Hume, David, 105.
 Hunter, John, 19.
 Itagibá, 49.
 Jannequin, Claude, 56.
 Jesus, Frei Rafael de, 50.
 D. João V, rei de Portugal, 49, 89.
 D. João VI, príncipe e depois rei de Portugal, 4, 5, 7, 8, 10.
 D. José, rei de Portugal, 51.
 Justinus, Marcus Junianus, 37, 58.
 Labat, Jean-Baptiste, 20, 72, 77, 80, 84, 122, 127, 128.

- La Condamine, Charles Marie 18, 72, 76.
 Ladvoat, Jean-Baptiste, 56.
 La Harpe, Jean-François de, 19, 127.
 Lara, António de Almeida (brigadeiro), 126.
 Lery, Jean de, 14, 17, 18, 20, 39, 42, 49, 51, 53, 55, 56, 62, 63, 64, 67, 86, 87, 126, 127.
 Lívio, Tito, 37.
 Locke, John, 105.
 Luís X, rei de França, 60.
 Luís XIV, rei de França, 79.
 Macedo, Duarte Ribeiro de, 111, 112.
 Maciel, Bento, 76.
 Macquer, Pierre-Joseph, 80.
 Maia, José de Semedo, 89.
 Manso, João, 80.
 Margarida (princesa dos Países-Baixos), 60.
 Mazarino, cardeal, 112.
 Mélon, Jean-François, 79.
 Miles, Richard, 87.
 Mirabeau, 6.
 Montesquieu, Charles-Louis de Sécondat, 31, 41, 46-49, 54, 57, 59-61, 127.
 Mota, José Baião (escrivão), 47.
 Mun, Thomas, 105.
 Nassau, Maurício de, 14.
 Nogueira, Luís (coronel), 47.
 O'Heguerty, Pierre André, 32.
 Paládio, 32.
 Paresi, 126.
 Pessanha, P^e Ângelo, 65.
 Pessanha, Domingos Álvares, 63, 65.
 Piragibá, 49.
 Pita, Sebastião da Rocha, 14, 21, 67, 72, 128.
 Polábio, 37.
 Prévost, abade Antoine François Prévost d'Exilus, 14, 19.
 Querlon, Meusnier de, 14.
 Rangel, Sebastião da Cunha Coutinho, 51.
 Raynal, Guillaume Thomas François, 19, 21, 54.
 Roberts, 92.
 Sá, Estácio de, 49.
 Sales, Alberto Jaquero de, 80.
 Sanches, António Ribeiro, 19, 91.
 Santos, António Pereira dos, 66.
 Savary des Bruslons, Jacques, 80.
 Sérionne, Joseph Accarias de, 30.
 Silva, José Telles da, 66.
 Silva, Luís Diogo Lobo da, 65.
 Smith, Adam, 98.
 Solis y Rivadeneyra, Antonio de, 50.
 Soure, conde de, 112.
 Sousa, António Caetano, 89.
 Sousa, Luís Pinto, 22.
 Stadius, Joanne ou Johan van Standen, 14, 17, 18, 49, 51, 55.
 Surgy, 14.
 Tabirá, 49.
 Tavares, Jerónimo da Silva, 47.
 Tebiresá, 49.
 Teixeira, Silvério, 65.
 Tomagica, 49.
 Vasconcelos, Luís, 80.
 Vasconcelos, Simão de, 14-15, 17, 21, 49, 53, 55, 63, 67.
 Villegagnon, Nicolas Durand (cavaleiro de), 16, 18, 49, 72, 73, 126.

ÍNDICE GEOGRÁFICO E TOPONÍMICO

- Açores, 33, 91.
 África, 6, 31-32, 34, 36, 37, 45, 55, 56, 57,
 59, 83, 86-89, 91-92, 94-96, 100, 110,
 115, 118, 122-123, 128.
 Aguaricu, rio, 76.
 Alemanha, 5, 48, 128.
 Alentejo, 80.
 Alfama, bairro de, 16.
 Algarve, 25.
 Amazonas, 18, 57, 66, 72, 76, 109, 110, 112.
 América, 5, 6, 13, 19, 31-32, 34, 59, 76, 83-
 84, 85, 86, 88, 90, 109, 115, 118, 123, 126.
 Andes, cordilheira, 85.
 Angola, 19, 89, 92.
 Antilhas, 20, 84, 128.
 Arábia, 87.
 Argel, 118.
 Ásia, 6, 31-32, 34, 55, 58, 59, 86, 93, 115,
 118, 123.
 Atlântico, oceano, 35, 9, 109.
 Atlas, monte, 57.
 Aveiro, 52.
 Bacachá, sertão de, 72.
 Baía, 21, 25, 49, 86, 109.
 Báltico, mar, 35.
 Barbada, ilhas de, 127.
 Barda, 94.
 Bardes, península de, 93.
 Benguela, 89.
 Berlim, 76.
 Bissau, 88-89.
 Boa Esperança, cabo da, 33, 96.
 Boavista, 13.
 Boavista, ilha de, 92.
 Brasil, 13, 18, 19, 20-22, 24, 31, 36, 38, 44,
 46, 47, 49, 51, 67-69, 71, 75, 77, 78, 80,
 83, 86, 88-91, 95, 96, 100, 109-112, 115,
 122, 123, 125, 128, 130.
 Cabinda, 89.
 Cabo Frio, 21, 24, 25.
 Cabo Verde, 36, 91.
 Cachéu, 88.
 Cádiz, 18.
 Califórnia, 84, 85.
 Cambaia, golfo de, 94.
 Cananor, 93.
 Canárias, 33, 126.
 Carapebus, lagoas, 52.
 Cartagena, 18.
 Cartago, 37.
 Castela, 76, 109, 111, 115, 116. [v. tb.
 Espanha].
 Castelo, monte, 16-17.
 Catete, rio, 17.
 Ceará, 28.
 Ceuta, 9.
 China, 87, 94.
 Congo, 88.
 Corinto, 33.
 Cuiabá, 22, 110, 126.
 Damão, 94.
 Davis, estreito de, 36.
 Diu, 94.

- Dívar, ilha de, 94.
 Dniepr, 57.
 Douro, 75.
 Dublin, 33.
- Elba, 48.
 Embaca, 89.
 Escócia, 34, 37.
 Espanha, 5, 7, 19, 33, 53, 109-111, 119, 121, 128. [v. tb. Castela].
 Equador, 18.
 Europa, 5, 6, 18, 19, 27, 28, 34, 45, 54, 55, 59, 60, 68, 76, 85, 86, 90, 96, 97, 104, 106, 109, 110, 111, 115-119, 122, 123, 126.
- Feia, lagoa, 52.
 França, Franceses, 5, 6, 7, 16, 34, 36, 60, 61, 69, 70, 71, 79, 90, 94, 95, 104, 111-113, 114, 116, 119, 121, 128, 130.
 Freixas Grandes, rio, 22.
- Galiza, 43.
 Gâmbia, rio, 88.
 Ganjes, 93, 123.
 Génova, 60, 104.
 Goa, 93-94.
 Goettingen, 76.
 Goiás, 110.
 Goicatazes [v. Ouetacazes].
 Granada, reino de, 76.
 Grécia, 5.
 Gronelândia, 36.
 Guadalupe, 126.
 Guadalquivir, 53.
 Guapi, rio, 15.
 Guaxitiba, rio, 15.
 Guiana, 109, 122.
 Guiné, costa da, 88, 92.
 Guzarate, 94.
- Haiti, 7, 90.
 Holanda, Holandeses, 25, 31, 36, 48, 50, 54, 69, 86, 93, 94, 95, 104, 112, 116, 119, 127, 128, 129.
 Horn, cabo, 85.
 Hungria, 60.
- Iguaçu, rio, 15
 Índias Ocidentais, 92
 Índias Orientais, 83, 94, 95, 114, 123, 127
 Índias, 57, 83, 86, 87, 92, 93, 95, 96, 104, 106, 122.
 Inglaterra, Ingleses, 25, 31-34, 36, 37, 48, 60, 69, 70, 71, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 104, 113-16, 119, 121, 127, 128, 129.
- Irajá, rio, 15.
 Irlanda, 32, 33.
 Itália, 5, 44, 48, 60.
- Laveiras, 65.
 Levante, 33.
 Lisboa, 9, 13, 15, 17, 74, 97.
 Livónia, 75.
 Londres, 19, 34, 89, 112.
 Luango, 89.
 Luanda, 89.
 Luca, 60.
- Macachê ou Macaé, rio, 52.
 Macacu, rio, 15.
 Macapá, sertão de, 76.
 Macau, 94.
 Madeira, 91, 126.
 Magalhães, estreito de, 84, 85.
 Mage, rio, 15.
 Maio, ilha de, 92.
 Malabar, costa do, 93-94.
 Málaga, 18.
 Malagueta, 88.
 Mandona, rio, 93.
 Mar Glacial, 55.
 Mar do Norte, 35, 85.
 Mar do Sul, 19, 35, 55, 84, 85, 126.
 Maranhão, 49, 66, 76, 86, 109.
 Mariana, 66.
 Marselha, 37.
 Martinica, 127.
 Matacavalos, vertentes de, 17.
 Mato Grosso, 22, 110.
 Mazagão, 49.
 Meari, rio, 66.
 Mediterrâneo, 33, 35.
 Meriti, rio, 15.
 México, Mexicanos, 50.
 Mina, castelo da, 89.
 Minas Gerais, 21, 22, 52, 62-63, 65, 66, 110.
 Moca, 130.
 Mocabu, rio, 52.
 Moçambique, 93.
 Molucas, 87, 130.
 Moscovo, Moscovitas, 32, 34, 60.
- Napo, rio, 76.
 Negrícia, costa da, 88.
 Negro, rio, 76.
 Norte, cabo, 109.
 Noruega, 36, 60.
 Nossa Senhora da Glória, praia da, 16-17.
 Olinda, 13.
 Orcadas, ilhas, 36.

- Orenoco, rio, 76
 Órgãos, serra dos, 13, 15.
 Otaheite [v. Taiti].
 Ouetaçazes, campos de, 51, 62-66, 72.
 Ouro, costa do, 87.
- Países-Baixos, 60, 71.
 Panamá, 76, 85.
 Pará, 49, 72, 86, 109.
 Paranaguá, costa de, 36.
 Paraguai, rio, 22.
 Paraíba, 51-52, 55, 63, 65.
 Paris, 73, 121.
 Percicaba, rio, 66.
 Perinéus, 48.
 Pernambuco, 12, 23, 24, 25, 28, 44, 49, 50,
 53, 54, 70, 87, 109, 127.
 Pérsia, 87.
 Perú, 50, 84, 85, 111, 128.
 Pirapitanga, 22, 51.
 Polónia, 60.
 Popaian, província de, 76.
 Porto Santo, 91.
 Portugal, 7, 9, 15, 18, 23, 25, 33, 44, 46, 54,
 59, 67, 68, 70, 76, 77, 78, 80, 83, 88, 92-
 96, 100, 103, 105, 106, 109, 110-19, 128,
 130.
 Potosi, 25.
 Prússia, 71.
- Quancheu, cidade, 94.
 Quanton, província, 94.
 Quisamam, lago, 52.
 Quito, 76.
- Recife, 13, 47.
 Riga, 75.
 Rio de Janeiro, 15-17, 18, 25, 36, 49, 51,
 52, 56, 72-73, 80, 97, 100, 109-10, 127.
 Rio Grande, 20, 21, 24, 25, 28, 76, 95, 97,
 109-10, 130.
 Rio da Prata, 109.
 Roma, Romanos, 37-38.
 Rússia, 60, 76.
 Ryswick, 128.
- Saara, 57.
 Salé, 122.
 Salgados, rios, 22.
 Salsete, península, 93.
 Sangrador, rio, 22.
 Santa Ana, ilhas de, 52.
 Santa Catarina, 109-10.
 Santa Cruz, fazenda, 63.
 Santa Luzia, praia, 16.
- Santiago, 92.
 Santo António, monte, 17.
 Santo Ildefonso, 110.
 Santos, 25, 49.
 S. Bento, rua, 74.
 S. Cristóvão, ilhas de, 127.
 S. Domingos [v. Haitil].
 S. Domingos, praia, 16.
 S. Francisco, rio, 22.
 S. Lourenço, rio, 55.
 S. Paulo, 52, 110.
 S. Paulo de Luanda [v. Luanda].
 S. Roque, cabo, 21, 76.
 S. Salvador dos Campos, vila, 47, 63.
 S. Salvador de Luango [v. Luangol].
 S. Tomé e Príncipe, ilhas, 92.
 S. Vicente, capitania, 49.
 Sarapui, rio, 15.
 Sardenha, 37.
 Senegal, 55, 56.
 Senhor Bom Jesus, ilha, 86.
 Serra Leoa, 90, 91, 123.
 Serro Frio, 22.
 Sesimbra, 25.
 Sibéria, 57.
 Sicília, 37.
 Sines, 25, 44.
 Sintra, 13.
 Suécia, 60.
 Suíços, 59.
 Surrate, 93.
 Surubi, rio, 15.
- Taiti, 19, 127.
 Tártaros ou Sitas, 58.
 Tejo, 15, 75, 123.
 Tenerife, 92.
 Terra Nova, 36, 92.
 Tripoli, 118.
 Tunes, 118.
 Turquia, 60.
- Ucrânia, 75.
 Una, rio, 75.
 Ururai, rio, 52.
 Utreque, 110, 112.
- Veneza, 60.
 Vila Rica, 65, 66.
 Vicente Pizón, rio, 76.
 Villegagnon, fortaleza, 16-17.
- Xipoto, rio, 65.
- Zanguebar, costa de, 93.

- Dívar, ilha de, 94.
 Dniepr, 57.
 Douro, 75.
 Dublin, 33.

 Elba, 48.
 Embaca, 89.
 Escócia, 34, 37.
 Espanha, 5, 7, 19, 33, 53, 109-111, 119, 121, 128. [v. tb. Castela].
 Equador, 18.
 Europa, 5, 6, 18, 19, 27, 28, 34, 45, 54, 55, 59, 60, 68, 76, 85, 86, 90, 96, 97, 104, 106, 109, 110, 111, 115-119, 122, 123, 126.

 Feia, lagoa, 52.
 França, Franceses, 5, 6, 7, 16, 34, 36, 60, 61, 69, 70, 71, 79, 90, 94, 95, 104, 111-113, 114, 116, 119, 121, 128, 130.
 Freixas Grandes, rio, 22.

 Galiza, 43.
 Gâmbia, rio, 88.
 Ganjes, 93, 123.
 Gênova, 60, 104.
 Goa, 93-94.
 Goettingen, 76.
 Goiás, 110.
 Goicatazes [v. Ouetacazes].
 Granada, reino de, 76.
 Grécia, 5.
 Gronelândia, 36.
 Guadalupe, 126.
 Guadalquivir, 53.
 Guapi, rio, 15.
 Guaxitiba, rio, 15.
 Guiana, 109, 122.
 Guiné, costa da, 88, 92.
 Guzarate, 94.

 Haiti, 7, 90.
 Holanda, Holandeses, 25, 31, 36, 48, 50, 54, 69, 86, 93, 94, 95, 104, 112, 116, 119, 127, 128, 129.
 Hom, cabo, 85.
 Hungria, 60.

 Iguaçu, rio, 15
 Índias Ocidentais, 92
 Índias Orientais, 83, 94, 95, 114, 123, 127
 Índias, 57, 83, 86, 87, 92, 93, 95, 96, 104, 106, 122.
 Inglaterra, Ingleses, 25, 31-34, 36, 37, 48, 60, 69, 70, 71, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 104, 113-16, 119, 121, 127, 128, 129.

 Irajá, rio, 15.
 Irlanda, 32, 33.
 Itália, 5, 44, 48, 60.

 Laveiras, 65.
 Levante, 33.
 Lisboa, 9, 13, 15, 17, 74, 97.
 Livónia, 75.
 Londres, 19, 34, 89, 112.
 Luango, 89.
 Luanda, 89.
 Luca, 60.

 Macachê ou Macaé, rio, 52.
 Macacu, rio, 15.
 Macapá, sertão de, 76.
 Macau, 94.
 Madeira, 91, 126.
 Magalhães, estreito de, 84, 85.
 Mage, rio, 15.
 Maio, ilha de, 92.
 Malabar, costa do, 93-94.
 Málaga, 18.
 Malagueta, 88.
 Mandona, rio, 93.
 Mar Glacial, 55.
 Mar do Norte, 35, 85.
 Mar do Sul, 19, 35, 55, 84, 85, 126.
 Maranhão, 49, 66, 76, 86, 109.
 Mariana, 66.
 Marselha, 37.
 Martinica, 127.
 Matabalos, vertentes de, 17.
 Mato Grosso, 22, 110.
 Mazagão, 49.
 Mearí, rio, 66.
 Mediterrâneo, 33, 35.
 Meriti, rio, 15.
 México, Mexicanos, 50.
 Mina, castelo da, 89.
 Minas Gerais, 21, 22, 52, 62-63, 65, 66, 110.
 Moca, 130.
 Mocabu, rio, 52.
 Moçambique, 93.
 Molucas, 87, 130.
 Moscovo, Moscovitas, 32, 34, 60.

 Napo, rio, 76.
 Negrícia, costa da, 88.
 Negro, rio, 76.
 Norte, cabo, 109.
 Noruega, 36, 60.
 Nossa Senhora da Glória, praia da, 16-17.
 Olinda, 13.
 Orcadas, ilhas, 36.

- Orenoco, rio, 76
 Órgãos, serra dos, 13, 15.
 Otaheite [v. Taiti].
 Ouetacazes, campos de, 51, 62-66, 72.
 Ouro, costa do, 87.
- Países-Baixos, 60, 71.
 Panamá, 76, 85.
 Pará, 49, 72, 86, 109.
 Paranaguá, costa de, 36.
 Paraguai, rio, 22.
 Paraíba, 51-52, 55, 63, 65.
 Paris, 73, 121.
 Percicaba, rio, 66.
 Perinéus, 48.
 Pernambuco, 12, 23, 24, 25, 28, 44, 49, 50,
 53, 54, 70, 87, 109, 127.
 Pérsia, 87.
 Perú, 50, 84, 85, 111, 128.
 Pirapitanga, 22, 51.
 Polónia, 60.
 Popaian, província de, 76.
 Porto Santo, 91.
 Portugal, 7, 9, 15, 18, 23, 25, 33, 44, 46, 54,
 59, 67, 68, 70, 76, 77, 78, 80, 83, 88, 92-
 96, 100, 103, 105, 106, 109, 110-19, 128,
 130.
 Potosi, 25.
 Prússia, 71.
- Quancheu, cidade, 94.
 Quanton, província, 94.
 Quisamam, lago, 52.
 Quito, 76.
- Recife, 13, 47.
 Riga, 75.
 Rio de Janeiro, 15-17, 18, 25, 36, 49, 51,
 52, 56, 72-73, 80, 97, 100, 109-10, 127.
 Rio Grande, 20, 21, 24, 25, 28, 76, 95, 97,
 109-10, 130.
 Rio da Prata, 109.
 Roma, Romanos, 37-38.
 Rússia, 60, 76.
 Ryswick, 128.
- Saara, 57.
 Salé, 122.
 Salgados, rios, 22.
 Salsete, península, 93.
 Sangrador, rio, 22.
 Santa Ana, ilhas de, 52.
 Santa Catarina, 109-10.
 Santa Cruz, fazenda, 63.
 Santa Luzia, praia, 16.
- Santiago, 92.
 Santo António, monte, 17.
 Santo Ildefonso, 110.
 Santos, 25, 49.
 S. Bento, rua, 74.
 S. Cristóvão, ilhas de, 127.
 S. Domingos [v. Haiti].
 S. Domingos, praia, 16.
 S. Francisco, rio, 22.
 S. Lourenço, rio, 55.
 S. Paulo, 52, 110.
 S. Paulo de Luanda [v. Luanda].
 S. Roque, cabo, 21, 76.
 S. Salvador dos Campos, vila, 47, 63.
 S. Salvador de Luango [v. Luangol].
 S. Tomé e Príncipe, ilhas, 92.
 S. Vicente, capitania, 49.
 Sarapui, rio, 15.
 Sardenha, 37.
 Senegal, 55, 56.
 Senhor Bom Jesus, ilha, 86.
 Serra Leoa, 90, 91, 123.
 Serro Frio, 22.
 Sesimbra, 25.
 Sibéria, 57.
 Sicília, 37.
 Sines, 25, 44.
 Sintra, 13.
 Suécia, 60.
 Suíços, 59.
 Surrate, 93.
 Surubi, rio, 15.
- Taiti, 19, 127.
 Tártaros ou Sitas, 58.
 Tejo, 15, 75, 123.
 Tenerife, 92.
 Terra Nova, 36, 92.
 Tripoli, 118.
 Tunes, 118.
 Turquia, 60.
- Ucrânia, 75.
 Una, rio, 75.
 Ururá, rio, 52.
 Utreque, 110, 112.
- Veneza, 60.
 Vila Rica, 65, 66.
 Vicente Pizón, rio, 76.
 Villegagnon, fortaleza, 16-17.
- Xipoto, rio, 65.
- Zanguebar, costa de, 93.

ÍNDICE TEMÁTICO

- Açúcar [v. Indústria e manufacturas, Mercadorias e produções].
- Agricultura, 5, 26, 29, 31, 44, 45, 127-128, 129.
agricultor, proprietário, lavrador, 24, 74, 78, 81, 88, 90, 97, 98, 100, 108, 122, 123, 125, 126, 128.
e colónias, 23, 31, 85-86, 90, 97-98, 127.
criador de gado, 24.
plantações, 122-123, 128-130.
- Artes e ciências, 5, 9, 39, 96, 117.
aritmética, 43.
química, 106.
- Balança comercial [v. Comércio, Economia e concepções económicas].
- Barbárie [v. Civilização].
- Cidade, 15-17.
- Ciências [v. Artes e ciências].
- Civilização, 5-6, 39, 45, 85, 90.
barbárie, barbaridade, 31, 45, 58, 87, 90.
comércio e, 31, 58.
culturas, 50-51.
e escravatura, 45, 59-60, 87, 90.
homem selvagem, 5, 15, 17-19, 38-40, 41, 42, 44, 50.
humanidade, beneficência, filantropia, 50, 63, 90, 91.
natureza humana, 5, 38, 40-41, 50.
necessidades, utilidades, 40-41, 43, 74, 124.
religião, 60, 67, 87, 89, 90, 101.
 [v. tb. Índios, Paixões, interesses, virtudes, Política].
- Clima, 8, 13, 15, 84-86, 96, 128, 130.
e carácter social, 46-49, 53-57, 59-61.
e liberdade, 59.
 [v. tb. Política, Sociedade].
- Colónias, 7, 11, 81, 83-84, 109, 119, 121-123, 128, 130.
agricultura, 23, 83-86, 88, 89-90, 97-98, 110, 122-128, 130.
comércio, 23-24, 31, 81, 83-85.
colonos, 23, 85, 102, 130.
conquistas, 94.
estabelecimentos, 83, 87-88, 92-95, 128.
feitorias, 93.
governo e protecção das colónias, 84, 99-100.
e metrópole, 24, 84, 97-102, 122.
sistema colonial, 23-24,, 83, 89, 100-102.
- Comércio, 5, 9, 28-29, 31, 77, 88, 92, 94, 99, 103, 110, 114, 116, 119, 126-130.
da África.
balança comercial, 29-30, 98-101, 103, 105, 107, 113. [v. tb. Economia e concepções económicas].
cargas e retornos, 23-24, 68-69, 72, 80, 81, 89.
bancos de, 59.
e civilização, 31, 58.
colonial, 23-24, 31, 84-86, 90-102, 114, 126, 127.
contrabando [v. tb. Finanças Públicas e Erário Régio].
e divisão do trabalho [v. tb. Economia e concepções económicas].

- e dinheiro*, 97-98, 104.
de escravos, 87-91, 93, 128.
dos estrangeiros, 98, 99.
da Europa, 85, 95-97, 117.
de importação, 28, 105.
de exportação, 28, 52, 86, 95-98, 104.
de reexportação, 86, 95, 96, 99, 104.
da Holanda, 86.
com a Inglaterra, 113-115.
das Ilbas, 91-92.
liberdade e poibições, 24-25, 31, 71, 74, 77-78, 88, 97-98, 115, 12, 129, 130.
e manufacturas, 95, 98, 99.
oriental, 93-97.
universal, geral, 30, 119, 126.
 [v. tb. Colónias, Companhias, Mercadorias e produções, Mercados e feiras, Monopólios e contratos, Navegação e marinha, Negociantes, Relações internacionais].
 Companhias, 94-95.
 Contrabando [v. Finanças Públicas e Erário Régio].
 Contratos [v. Monopólios e contratos, Negociantes].
 Cultura [v. Civilização, Paixões, interesses, virtudes].
 Dinheiro [v. Comércio, Economia e concepções económicas].
 Divisão do trabalho [v. Comércio, Economia e concepções económicas].
 Doenças [v. Medicina].
 Economia e concepções económicas, 26, 127-130.
abundância, 26, 97-98, 101, 103, 104, 107, 108, 114, 122, 129.
balança do comércio, 29-30, 79, 98, 99, 100, 101, 103, 105-107, 122, 129.
comércio e divisão do trabalho, 97-98, 100, 107, 114, 119.
concorrência e preços, 22, 23, 25, 26, 36, 69, 74, 84, 97, 98, 106, 114, 121-126, 129, 130.
consumo, consumidor, 28, 35-36, 74, 84, 86, 97, 100, 106, 121, 122, 124.
custos e mão-de-obra, 95, 98, 100, 103, 104, 106, 107, 114.
despesas, lucros, 29, 74-75, 79, 81, 99, 104, 109, 122-24, 126, 128, 130.
dívida pública, 115-16.
emprego, 26, 95, 98, 106, 107, 129, 130.
liberdade de iniciativa, 74, 75, 77-78, 88, 126, 129, 130. [v. tb. Comércio].
minas de ouro e prata, 103, 105, 127-29.
moeda, dinheiro, 24, 79, 104-05, 127.
poupança e entesouramento, 27, 104-05.
riqueza, 11, 26, 29-31, 58, 79, 95, 96, 101-05, 107, 108, 114, 115, 119, 127.
supérfluo, necessário, 26, 29, 31, 80, 98, 99, 107, 114, 122.
sistema colonial, 23-24, 83, 89, 100-02.
salários, 73, 90, 103.
trabalho e indústria, 94, 96, 103, 104, 129.
 [v. tb. Agricultura, Comércio, Colónias, Estado, Indústria e manufacturas, Luxo, Navegação e marinha, Monopólios e contratos, Paixões, interesses, virtudes, Política, Relações internacionais].
 Engenho, senhor de, 122, 125, 126. [v. tb. Indústria e manufacturas].
 Escravos, 25, 31, 45, 87, 89-91, 93, 125, 128 [v. tb. Comércio, Negros, Política].
 Estado, 9, 24-26, 28-31, 45, 69, 77-79, 95, 101, 105, 108-109. [v. tb. Finanças Públicas e Erário Régio, Indústria e manufacturas, Política, Tribunais].
 Estatística, 61.
 Exército, 67, 110, 115, 117.
soldados, 115-16.
 Fábricas [v. Indústria e manufacturas].
 Fazenda Real [v. Finanças Públicas e Erário Régio].
 Finanças Públicas e Erário Régio, 52, 53, 65, 73, 74, 78, 79, 81, 82, 88, 92, 101, 116.
alfândegas, 88, 126, 130.
contrabando, 78, 83, 90, 96, 123.
direitos, 36, 71, 74, 77-78, 81, 84, 106, 113, 130.
dívida pública, 115-16.
gastos públicos, 79, 116.
obras públicas, 16, 80.
prêmios e isenções, 70, 81, 84.
tributos, 79, 88, 92, 104, 115.
 [v. tb. Estado, Monopólios e contratos, Política].
 História, 5, 8, 11.
aconectamentos, 11.
das viagens, 31, 47.
 [v. tb. Política].
 Homem selvagem [v. Civilização].
 Índios, 15, 17-18, 25, 38-56, 61, 62-67.
agricultura, 15, 44.
carácter, 44, 49-50, 51, 53-56, 61, 62, 64-65.
civilizar os, 38-46, 63, 65.

- comércio*, 63-64.
educação, 39.
escravidão, 53.
indústria, 15, 17-18, 42, 44.
marinha, 42-46.
ofícios, 44.
pescas, 18, 42-46.
Ouetacazes ou Goicatazes, 51, 55, 62-67.
Cuetés ou Botocudos, 65-66.
Tamoyos ou Tobin Impas, 16, 49, 56.
 [v. tb. *Civilização*, *Paixões*, *interesses*, *virtudes*].
- Indústria e manufacturas, 26, 28, 29, 31, 58, 79, 85, 95-99, 103-107, 109, 114, 127.
artífice, 103.
atraso, 105-06.
de atanados, 106.
carpinteiro, calafate, 27, 44, 69, 73.
e colônias, 100.
concorrência, 105-07.
custos e preços, 23, 97-98, 100, 103, 106, 114.
e exportação, 95, 98, 99.
fabricante, 97, 103, 104, 106, 108.
ferreiro, 44, 90.
operários (obreiros), 100, 108.
popular, 106.
política manufactureira, 28, 105, 106, 109.
protecção do Estado, 28, 105, 106, 109.
tecnologia, 106.
fábricas, 80, 95, 100, 103, 104, 119, 122
de açúcar (engenbos), 122-24, 125, 126-27, 130.
de fardamentos, 106.
de fundição, 80, 125.
e lanifícios, 100, 114.
da Holanda, 104.
da Índia, 95, 104.
de linbo, 100.
de luxo, 103, 105-06, 108-09, 119.
e oficinas reais, 80-81.
de panos e cbitas, 95.
de papel, 106.
de porcelana, 80.
de seda, 100.
de vidro, 125.
 [v. tb. *Escravos*, *Índios*, *Luxo*, *Política*].
- Interesses* [v. *Paixões*, *interesses*, *virtudes*].
Justiça [v. *Política*, *Paixões*, *interesses*, *virtudes*].
Liberdade [v. *Política*, *Paixões*, *interesses*, *virtudes*].
- Livros, bibliotecas, 106.
 Luxo, 21, 23, 24, 27, 30, 31, 55, 58, 97, 103, 105-06, 108-09, 119.
moda e incerteza, 108.
 [v. *Indústria e manufacturas*].
 Manufacturas [v. *Indústria e manufacturas*].
 Marinha [v. *Navegação e marinha*].
 Medicina, 18-18, 91, 92.
 Mercadorias e produções.
açúcar, mel, melaço, 19, 21-23, 36, 68, 72, 84, 114, 121-130.
algodão, 20, 84, 92, 106.
azeite, 36.
baunilha, 130.
café, cbã, cacau, 84, 96, 124, 129, 130.
cal, pedra, 80.
carnes, couros, gados, 20-25, 85, 89, 91, 92, 109, 129.
carvão e lenha, 80-82.
cereais, arroz, pão, 25, 86, 97, 98, 109, 129.
especiarias e drogas, 28, 86, 87, 94, 129.
frutos, 91.
leite, queijo, manteiga, 20, 22, 23, 25, 91.
lã, linbo, seda, 27, 86, 91, 96.
madeira, 27, 71-74, 75-82, 95.
marfim, 93.
papel, 106.
peixe, 23, 25, 35-36, 92, 129.
porcelana, 96, 104.
metais, 27, 93, 114.
sal, 21-25, 42, 92.
salitre, 96.
tabaco, 88, 114.
têxteis, 68, 96, 113, 124.
vinho, aguardente, 21, 91, 113.
- Mercados e feiras, 23, 31, 44, 73, 93, 96.
 [v. tb. *Comércio*].
- Minas, 68, 84, 103.
e escravos, 90.
de ferro, 88.
de ouro e prata, 66, 100.
de sal gema, 22.
minetro, 90, 103.
 [v. tb. *Economia e concepções económicas*, *Ouro e prata*].
- Moeda [v. *Economia e concepções económicas*].
- Monopólios e contratos, 21, 22-23, 25, 26, 36, 88, 123, 126, 129.
contratador, monopolista, 22, 25.
do sal, 21-25.
do tabaco, 88-89, 123.
empregados dos monopolistas, 88.

- exclusivos*, 113.
proibições, 74, 97, 100, 104, 113-14, 123.
 [v. tb. Comércio, Economia e concepções económicas, Estado, Finanças Públicas e Erário Régio].
- Navegação e marinha, 23, 26-38, 42-46, 53, 67-69, 79, 86, 96, 99, 110, 128, 129.
Actos de, 31-34.
animar a, 28, 29, 32, 53, 70, 77, 100, 110, 115.
armadores, 28, 36, 69-70, 118.
e artíbaria, 70.
e comércio, 27, 28-29, 68, 118.
carpinteiro, calafate, 27, 44, 69, 73.
construção naval, 26-28, 69, 71-73, 77-78, 85, 95.
despesas e lucros, 68-69, 73, 75.
fluvial, 100.
fretes, 23-24, 29, 36, 68, 69, 70, 78, 81, 84, 99.
marinha de guerra, 29, 34, 46, 67-71, 75, 77, 88, 115, 118-19.
marinha mercante, 25, 34, 71, 75, 77, 78, 99, 115, 118, 119.
marinheiros, oficiais, 23, 27, 28, 29, 34-37, 42-43, 44, 45, 70.
navios, naus, embarcações, 23, 24, 28, 43, 68-70, 75, 77, 80, 85, 91, 92, 118.
naviúrgios, 35, 72.
portos, 67, 68, 86, 93, 112, 118.
 [v. tb. Comércio, Pescas].
- Necessidades [v. Paixões, interesses, virtudes].
- Negociantes, 25, 28, 44, 67-70, 81, 84, 94, 98, 103, 108, 122, 103, 125-26.
arte dos, 98.
comerciante, 25, 98, 103.
contratador, monopolista, 22-23, 25, 88, 123.
enriquecimento, 108.
estrangeiros, 88, 96, 122-23.
funções, 108, 125-26.
holandeses, 93.
e navegação, 69.
portugueses, 92, 96, 119, 122, 125.
 [v. tb. Comércio, Indústria e manufacturas, Monopólios e contratos].
- Negros, 44, 45, 56, 87-91, 100.
- Neutralidade [v. Relações internacionais].
- Ouro e prata, 93, 104, 114, 129.
- Pacto colonial [v. Colónias, Comércio, Economia e concepções económicas].
- Paixões, interesses, virtudes, 5, 38, 40-41, 87, 88, 103.
- ambições*, 38, 40-41, 50, 103.
desejo de saber, 40.
e interesses, 74, 81, 90, 103, 129.
e necessidades, 40, 124.
e utilidades, 39-40, 74, 81.
vícios, 6, 22, 58, 87, 103.
virtudes, 6, 8, 9, 22, 38, 50-51, 54, 55, 59, 61-63.
 [v. tb. Civilização, Política, Sociedade].
- Pescas, 25, 34-38, 42-46.
de baleias, 36, 85.
peixe, pescado, 23, 25, 35, 92.
pescador, 24, 44, 45.
 [v. tb. Mercadorias e produções, Navegação e marinha].
- Política.
acontecimentos, 11.
anarquia, 7.
clima e, 59-60.
despotismo, 59-60.
escravidão, 60.
governo, 6, 7, 8, 9, 79, 101-02.
governo das colónias, 84.
igualdade, 39.
injústia, 5.
justiça, 6, 8.
liberdade, 7, 39, 43, 59.
monarquia, república, 59-60.
mundo político, 11.
obediência, 96.
opressão, 101.
política de defesa, 115-17, 118.
política económica e financetra, 104, 105, 109, 121-30.
reforma, 6.
religião e, 60.
riqueza e poder, 96.
seita filosófica, 6-7.
sistema político, 105, 109.
soberano, 6.
tribunais, 88.
 [v. tb. Civilização, Economia e concepções económicas, Estado, Finanças Públicas e Erário Régio, Paixões, interesses e virtudes, Relações internacionais, Sociedade].
- Preços [v. Economia e concepções económicas, Indústria e manufacturas].
- Prémios e isenções, 70, 81, 84.
- Privilégios [v. Monopólios e contratos, Prémios e isenções].
- Relações Internacionais, 26, 29, 67, 103, 109-17.
alianças, 114-15, 119.
equilíbrio, 111-14.

- espírito de conquista*, 59, 94, 115, 119.
geografia, 109-10, 116-18.
guerra, 58, 65, 116, 117, 128.
curso, 89, 118.
nações e potências marítimas, 30-32, 67, 69, 109, 111-12, 114, 116, 118-19, 129.
nações industriais, 105-06, 107, 108.
neutralidade, 114-17, 119.
rivalidade, 26, 29, 94, 98, 104, 107, 110, 116-17, 121, 126, 128, 130.
 [v. tb. Colônias, Comércio, Tratados internacionais].
- Religião [v. Civilização, Política, Sociedade].
- Riqueza [v. Economia e concepções econômicas, Paixões, interesses e virtudes, Política, Sociedade].
- Salários [v. Economia e concepções econômicas, Sociedade].
- Sistema colonial [v. Colônias, Comércio, Economia e concepções econômicas].
- Sociedade, 5, 39, 41, 57, 101-02, 103.
abundância, 101.
clima e, 46-49, 53-57, 59-61.
conflitos, 6, 51, 101.
corpos morais, 5.
e indivíduo, 57, 101-02.
- ordem, ordens*, 6, 90, 101.
órfãos, 45.
opressão, 101.
pobres, pobreza, miséria, 6, 30, 81, 101, 108.
profissões, 35, 108.
religião, 101.
propriedade, 124.
salários, 73, 90, 10.
senhores e escravos, 122, 125, 126.
 [v. tb. Civilização, Economia e concepções econômicas, Paixões, interesses e virtude, Política].
- Trabalhador 90, 98.
- Tratados internacionais, 63, 111.
de Haia, 112.
de Methuen, 113, 114.
de Ryswick, 128.
de Santo Ildefonso, 110.
de Utreque, 110, 112.
de 1654, 114.
- Tribunais, 88.
- Urbanismo [v. Cidade].
- Utilidade [v. Paixões, interesses e virtudes].
- Vícios [v. Paixões, interesses e virtudes].
- Virtudes [v. Paixões, interesses e virtudes].

COLEÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

A Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português é uma iniciativa editorial que visa possibilitar um mais fácil contacto, quer do público em geral, quer dos estudiosos das áreas das ciências sociais e humanas em particular, com obras desde há muito esgotadas ou com textos apenas disponíveis em forma manuscrita. Pretende-se com esta *Coleção* proporcionar um melhor conhecimento dos autores que no passado construíram as suas interpretações e análises sobre a realidade económica e social portuguesa.

Trata-se de um projecto cuja duração prevista é de cinco anos, ao longo dos quais se procederá à edição, a um ritmo de quatro volumes por ano, de obras escritas ou originalmente publicadas entre 1750 e 1850. Cada obra terá um director de edição que se encarregará da elaboração de um estudo introdutório, de anotações críticas e de índices remissivos.

Concepção e realização: CISEP (Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).

Coordenador Geral: José Luís Cardoso.

Consultor Principal: Manuel Jacinto Nunes.

Patrocínio Financeiro: Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian.

Editor: Banco de Portugal